



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV- Nº 023 - QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa- (PMDB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - César Borges - (PR-BA) <b>2º</b> - Adelmir Santana - (DEM-DF) <b>3º</b> - Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>4º</b> - Gerson Camata - (PMDB-ES)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 20</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
<b>José Alexandre Lima Gazineo</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 22ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE MARÇO DE 2009

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 177, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a retirada definitiva do Requerimento nº 41, de 2009, de sua autoria. .... 04215

#### 1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a oferta de cursos prevestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio. .... 04215

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos. .... 04218

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa. .... 04221

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2009, de autoria do Expedito Júnior, que altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), relativos à filiação, e dá outras providências. .... 04228

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, de autoria do Expedito Júnior, que altera o Capítulo IX da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), que dispõe sobre o óbito, a fim de aprimorar a disciplina relativa à cremação de cadáveres. .... 04236

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que cria mecanismos de proteção contra atos antissindicais, e dá outras providências. .... 04242

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME,

pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde. .... 04253

#### 1.2.3 – Pareceres

Nº 18, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008 (nº 410/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 6 de setembro de 2006. .... 04256

Nº 19, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008 (nº 54/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005. .... 04261

Nº 20, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008 (nº 2.544/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004. .... 04264

Nº 21, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008 (nº 9/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005. .... 04267

Nº 22, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008 (nº 398/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Go-

verno da República Oriental do Uruguai para Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007. .... 04270

Nº 23, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2008 (nº 408/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007. .... 04276

Nº 24, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008 (nº 735/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007. .... 04280

Nº 25, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 4, de 2009 (nº 16/2009, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO CE. (Conclui pelo Projeto de Resolução nº 8, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos) ..... 04283

#### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 8, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 04290

#### 1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 8/2009, de 5 do corrente, comunicando a aprovação do Requerimento nº 2, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que extingue a Subcomissão Permanente da Amazônia, originada pelo Requerimento nº 6, de 2003-CRE, e cria a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes. .... 04290

#### 1.2.6 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros para comporem as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; Constituição, Justiça e Cidadania; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos. (Ofícios nºs 50 a 55/2009, de 10 do corrente) ..... 04290

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. (Ofício nº 25/2009, de 3 do corrente) ..... 04291

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Designação do Senador João Ribeiro, como suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício nº 39/2009, de 5 do corrente) ..... 04291

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro para compor a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 46/2009, de 9 do corrente) ..... 04291

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Designação do Senador Antonio Carlos Valadares, como Suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício nº 49/2009, de 10 do corrente) ..... 04291

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Ofício nº 50/2009, de 10 do corrente) ..... 04291

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros para comporem as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofícios nºs 51, 52 e 53/2009, de 10 do corrente) ..... 04292

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 61/2009, de 10 do corrente) ..... 04292

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para comporem as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Designação do Senador Romero Jucá para compor, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senador Gerson Camata para compor, como suplente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (Ofício nº 63 e 64/2009, de 10 do corrente) ..... 04292

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de cessão ao PSOL de vaga de suplente a que tem direito na Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 47/2009, de 9 do corrente) ..... 04292

Da Liderança do PSOL no Senado Federal de indicação de membro para compor, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais. Designação do Senador José Nery, para compor a referida Comissão. (Ofício nº 135/2009, de 10 do corrente) ..... 04293



**1.2.7 – Discursos do Expediente**

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de resultado de pesquisa de opinião, indicando o percentual de brasileiros que elegeriam uma mulher para cargo público. Explicação sobre projeto-piloto de instalação de biodigestores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Constatação de que a Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA não convinha aos interesses brasileiros. .... 04293

SENADOR GERSON CAMATA – Comentários acerca da agenda cumprida pelo Presidente da República no Espírito Santo, na última sexta-feira, com destaque para o lançamento de programa contra a violência, inauguração da 3ª etapa de produção de gás no Município de Cacimbas, e inauguração de quatro escolas técnicas. .... 04295

**1.2.8 – Comunicação da Presidência**

Realização de sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a comemorar os cento e oitenta e seis anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, nos termos do Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e outros Senhores Senadores. .... 04297

**1.2.9 – Comunicação**

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Ofício nº 49/2009, de 10 do corrente). .... 04297

**1.2.10 – Leitura de requerimentos**

Nº 178, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Sérgio Maykot. .... 04297

Nº 179, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 14 a 19 de março de 2009. .... 04297

Nº 180, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando autorização para autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 13 a 18 de março de 2009. .... 04297

Nº 181, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Istambul – Turquia, no período de 13 a 22 de março de 2009. .... 04298

Nº 182, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao poeta Sérgio Vaz. .... 04298

Nº 183, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Orlando Dias, irmão dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias. .... 04298

Nº 184, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. .... 04299

Nº 185, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. .... 04299

Nº 186, de 2009, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista Armando de Mattos Filho. .... 04300

Nº 187, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça. .... 04301

Nº 188, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado das Cidades. .... 04302

Nº 189, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de estímulo para a ginasta Jade Barbosa. .... 04303

Nº 190, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca Luciano Corrêa. .... 04303

Nº 191, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Jadel Gregório. .... 04303

Nº 192, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao tenista Thomaz Bellucci. .... 04303

Nº 193, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA. .... 04304

Nº 194, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Cláudio Favieri. .... 04304

Nº 195, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 15 a 18 de março de 2009. .... 04305

Nº 196, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 4-6-2009, às 10 horas, em comemoração/homenagem aos 30 (trinta) anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP. .... 04305

Nº 197, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 15 a 17 de março de 2009. .... 04307

Nº 198, de 2009, de autoria do Senador José Nery, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 19 de março corrente, para desempenhar missão parlamentar. .... 04307

Nº 199, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na licitação 2/2008, do Ministério do Esporte, Processo nº 58000.003159/2008-21. .... 04308

Nº 200, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando ao Tribunal de Contas

da União a realização de auditoria no Fundo da Marinha Mercante. .... 04309

Nº 201, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 23 a 27 do corrente, para desempenhar missão parlamentar. .... 04309

#### 1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão, a partir de visita feita por S. Ex<sup>a</sup> a um centro de recuperação de jovens infratores, sobre as vítimas que o Brasil tem hoje, propondo que o Senado tente encontrar como transformar o País em uma nação efetivamente de todos. .... 04310

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Registro da íntegra da entrevista de Dom Luís Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, concedida ao jornal **Repórter**, edição de 1º do corrente, intitulada “Corrupção é violência”. Diagnóstico da crise econômica brasileira. Proposta de que o Presidente da República crie comitê de crise. .... 04311

SENADOR FERNANDO COLLOR – Alerta sobre as enormes proporções e da crise econômica mundial. Propostas para reverter este cenário. .... 04314

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Considerações acerca de investigação ilegal de que S. Ex<sup>a</sup> estaria sendo alvo. Comentários acerca das providências adotadas pela Presidência do Senado Federal, relacionadas a essa denúncia. .... 04317

SENADOR VALDIR RAUPP – Registro do lançamento da Agenda Legislativa 2009, do Setor Cooperativista Brasileiro. Solicita celeridade na apreciação, pelo Senado, do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata. .... 04326

#### 1.2.12 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 14, de 2009 (nº 194/2009, na origem) de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o relatório de suas atividades referente ao 4º trimestre de 2008. .... 04327

Recebimento do Aviso nº 15, de 2009 (nº 54/2009, na origem), de 27 de fevereiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de janeiro de 2009, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos municípios. .... 04327

#### 1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR – Leitura de **fac-símile** dirigido ao Ministro da Justiça, pedindo providências para que o Departamento de Polícia Federal desminta acusações sobre S. Ex<sup>a</sup>. Alerta sobre a necessidade de mecanismos republicanos de controle dos órgãos policiais e de segurança. .... 04328

SENADOR TIÃO VIANA – Crítica matéria veiculada pela Rede Globo de Televisão, no programa Fantástico, que passou impressão negativa sobre a qualidade de vida existente no Município de Jordão, no Acre. .... 04330

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### 1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008). **Matéria não apreciada em virtude da ausência do relator em Plenário.** .... 04338

##### 1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

#### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – **Fala da Presidência** (Senador José Sarney) – Esclarecimento ao Plenário sobre as providências tomadas na data de ontem, em virtude de questionamentos feitos pelo Senador Jarbas Vasconcellos. .... 04345

#### 1.4.2 – Discursos

SENADOR EFRAIM MORAIS, pela ordem – Leitura de resumo de nota à imprensa, de autoria de S. Ex<sup>a</sup>, em que presta esclarecimentos sobre o sistema adotado pelo Senado Federal para pagamento de horas extras a servidores. .... 04347

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Cumprimentos à Presidência do Senado Federal pelas providências adotadas a partir de denúncia, veiculada na imprensa, de que o Senador Jarbas Vasconcelos estaria sendo alvo de investigação ilegal. Comentários sobre declarações do Senador Jarbas Vasconcelos em que cobra resultado de apurações sobre denúncias semelhantes, que estariam pendentes de conclusão, no âmbito do Senado Federal. .... 04349

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Acusação de que o Governo Federal estaria coonestando agressões ao estado de direito. Comunicação de decisão do Democratas – DEM e do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, de levarem essa preocupação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e dividirem com S. Ex<sup>a</sup> a responsabilidade de uma tomada de providência em conjunto. .... 04350

SENADOR PAPALÉO PAES – Alerta para o agravamento da crise mundial sobre a economia brasileira. .... 04361

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Apelo para que se somem às ações do Governo Federal, ações também do Governo da Bahia, voltadas a aliviar os efeitos da crise econômica sobre aquele Estado. .... 04367

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Análise da conjuntura econômica onde a crise chegou mais tarde, está no rumo certo e deverá dela sair mais cedo que os demais países.... 04370

SENADOR MÃO SANTA – Apelo para que o Governo Federal repasse recursos para a conclusão do Porto de Luís Correia, no Piauí..... 04375

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Prestação de contas de missão representando o Senado Federal, em visita ao Estado do Ceará..... 04378

#### 1.4.3 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 04381

Requerimentos nºs 179, 180, 195 e 197, de 2009, lidos anteriormente. **Aprovados.** ..... 04382

Requerimentos nºs 171, 181 e 198, de 2009, lidos anteriormente. **Aprovados.** ..... 04382

#### 1.4.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Reflexões sobre a condição feminina, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher e da entrega do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz. .... 04382

#### 1.4.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 11, quarta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 04383

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Jarbas Vasconcelos, proferido na sessão do dia 3 de março de 2009..... 04390

#### 3 – PARECER DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Nº 3, de 2009-CN, sobre a Mensagem nº 40, de 2008-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário no primeiro quadrimestre de 2008..... 04415

#### 4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

##### 4.1 – Ato do Presidente

Nº 42, de 2009 ..... 04433

#### 5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em 10-3-09..... 04438

### SENADO FEDERAL

#### 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

##### 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

### CONGRESSO NACIONAL

#### 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 15 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 22ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de março de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,  
e dos Srs. Mão Santa, Papaléo Paes e Gilvam Borges*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encer-  
ra-se às 20 horas e 5 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-  
mento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/3/2009 07:26:59 até 10/3/2009 20:29:40

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

**Compareceram: 74 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 177, DE 2009**

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada definitiva do RQS nº 41, de 2009, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Expedito Júnior**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Requerimento lido vai à publicação.

A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, §2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2009**

Dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os estabelecimentos públicos de ensino médio ofertarão aos egressos da educação básica cursos de preparação para processos seletivos à educação superior, desde que atendida a demanda por ensino médio regular e na modalidade de educação de jovens e adultos, no âmbito do município em que estiverem localizados.

*Parágrafo único.* Antes do início do ano letivo, o órgão responsável pela educação escolar em cada estado procederá, em todos os seus municípios, ao levantamento de vagas e à chamada escolar para o ensino médio, com o objetivo de quantificar demanda ativa referente a esta etapa da educação básica e a disponibilidade de vagas para os cursos de que trata o *caput*.

**Art. 2º** As despesas dos governos estaduais decorrentes da oferta dos cursos de preparação para processos seletivos à educação superior, observadas as disposições do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Art. 3º** As matrículas nos cursos de que trata o art. 1º não poderão, sob qualquer hipótese, ser consideradas para efeito de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a que se refere o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos da Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

**Art. 4º** O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, ao Distrito Federal.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Anualmente, cerca de três milhões de estudantes concluem o ensino médio no Brasil. A grande maioria cursou essa última etapa da educação básica de forma regular, em cursos presenciais diurnos e noturnos, ou em programas de educação de jovens e adultos. Um número expressivo termina o ensino médio por meio de exames supletivos ou de cursos à distância. A expectativa, nos próximos cinco anos, é de que o número de concluintes chegue a quatro milhões, e, em seguida, caia e se estabilize ao redor de três milhões, que coincide com a coorte dos nascidos a cada ano.

Esses dados demonstram que a universalização do ensino fundamental é um fato e que a do ensino médio também está próxima. Subsistem, entretanto, dois problemas muito sérios que afetam nossa população: a qualidade do ensino continua a cair e a pobreza da maioria teima em não diminuir.

Os resultados são evidentes. Embora haja quase quinhentas mil vagas anuais nos cursos de graduação gratuitos de nível superior e quase dois milhões de vagas nas instituições pagas, os mesmos concluintes a que antes nos referimos têm dificuldade de ter acesso às vagas públicas e de permanecer nos cursos privados.

Há mais de trinta anos, criou-se no Brasil uma instituição educativa para-legal: os "cursinhos". Anuais, semestrais ou intensivos, esses cursos são destinados à preparação mais imediata dos candidatos às universidades. Quanto mais ficavam difíceis essas provas e quanto mais alunos concluíam o ensino médio e não eram imediatamente aprovados para os cursos superiores, tanto mais brasileiros passavam a frequentar e a depender destes "cursinhos", ditos pré-vestibulares ou pré-universitários. No histórico de milhões de brasileiros que concluíram cursos superiores constam um, dois ou mais anos despendidos nessa etapa intermediária entre a educação básica e a superior. Com uma diferença: os cursinhos são sempre pagos e movimentam hoje, numa estimativa conservadora, modestos R\$ 8 bilhões por ano.

Temos, portanto, uma situação esdrúxula: dez milhões de estudantes matriculados no ensino médio gratuito, um milhão e meio de universitários cursando gratuitamente a educação superior, em instituições federais, estaduais, municipais ou privadas, com bolsas, e, quase como uma "condição de



travessia", cerca de três milhões de brasileiros gastando de R\$ 100,00 a R\$ 1.000,00 mensais nos referidos "cursinhos".

Essa atividade, em princípio educativa, mas à margem das leis e normas da educação, chegou a tal importância que não somente tornou-se um porto seguro de investimentos do capital financeiro, como também passou a influenciar diretamente o conteúdo e o formato dos vestibulares e deu origem a instituições de educação superior. Nada contra esse fato se nesse processo não se reproduzissem as diferenças sociais e não se acentuasse a dificuldade de acesso das classes populares à educação superior.

Para minorar esses problemas, o presente projeto de lei autoriza o Distrito Federal e os estados a abrir, em suas escolas de ensino médio, cursos gratuitos de preparação para a educação superior, desde que atendida a demanda de cada município pelo ensino médio. É uma forma de, ao mesmo tempo, ocupar a capacidade ociosa das redes de ensino e contribuir para o sucesso dos alunos nos vestibulares, sem causar ônus a eles e a suas famílias.

Certo da compreensão dos Senadores quanto ao alcance social e cultural deste projeto, submeto-o à apreciação desta Casa.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador Flexa Ribeiro**

## LEGISLAÇÃO CITADA

### **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53/2006**

Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2009**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. ....

§ 1º .....

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 3º Tratando-se de madeiras, serão estas avaliadas qualitativa e quantitativamente, e doadas ao município em que foram extraídas, ou, na impossibilidade de ser identificada a sua origem, ao município em que foram apreendidas, para utilização em projetos em benefício da população carente.

§ 4º Os produtos e subprodutos não perecíveis da fauna serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 5º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

§ 6º Os procedimentos previstos neste artigo deverão ser acompanhados pelo Ministério Público. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

As operações de combate ao desmatamento na Amazônia, mormente quando levadas a termo pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não raro geram apreensões recordes de madeira obtida em desmatamentos ilegais.

Desse fato decorre ser incontestável a urgência que se impõe para a destinação correta do produto da apreensão, visto que tal ação deve ser efetivada logo após a constatação da infração ambiental. Trata-se de medida que se impõe a partir da adequada interpretação do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a chamada Lei de Crimes Ambientais.

Portanto, é imperativo que essa disposição legal seja atendida, independentemente de entraves burocráticos ou de decisão judicial ou administrativa. Evita-se, desse modo, a deterioração nos pátios dos órgãos públicos de impressionantes volumes de madeira apreendida, por conta da omissão estatal.

A demora na destinação dessa madeira faz com que ela acabe desviada ou imprópria para utilização, uma vez que não há recursos para transporte e armazenamento do material apreendido.

Por outro lado, a observância da doação tempestiva das madeiras apreendidas às instituições cujas características a Lei de Crimes Ambientais discrimina não é o único problema a ser enfrentado para que a aplicação do disposto em seu art. 25 seja efetivamente empreendida.

Após ser o produto da apreensão submetido a uma avaliação qualitativa e quantitativa, a doação ao município em que a madeira foi extraída, ou, na impossibilidade de ser identificada sua origem,

ao município em que foi apreendida, configura uma alternativa potencialmente capaz de aliar eficácia e justiça, dando à Lei nº 9.605, de 1998, um mecanismo que lhe falta para sua adequada aplicação.

Para garantir a utilização da madeira apreendida em projetos em benefício da população carente, é fundamental a participação do Ministério Público, garantindo a transparência e a lisura do processo.

Nesse sentido, peço o apoio dos meus pares para a aprovação desta matéria.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

Senador FLEXA RIBEIRO

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.605/98

**Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.**

### CAPÍTULO III

#### DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO

#### ADMINISTRATIVA OU DE CRIME

Art. 25: Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 3º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 4º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 72, DE 2009

Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido de dois parágrafos com a seguinte redação:

\*Art. 16.....

§ 1º As emissoras autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em Municípios situados na Amazônia Ocidental poderão formar redes para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

§ 2º A transmissão em rede entre as emissoras referidas no parágrafo primeiro não poderá exceder o limite de 15% (quinze por cento) do total da programação. (NR)''

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A implantação do serviço de radiodifusão comunitária significou o reconhecimento da importância das emissoras de baixa potência como veículos de prestação de utilidade pública e de integração das comunidades onde estão instaladas.

Regidas pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço, e por sua regulamentação específica, as rádios comunitárias têm finalidades muito próprias. A principal delas, e que dá o contorno ao seu funcionamento, é, exatamente, a vinculação direta das emissoras às comunidades por elas atendidas, de forma a difundir as "idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos" da população local, formando, integrando e estimulando o convívio social (art. 3º, I e II).

No entanto, em que pese o inegável alcance social dessa atividade, ao disciplinar o serviço de radiodifusão comunitária, nosso sistema jurídico impôs restrições que parecem não ter levado em consideração o desequilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

Com efeito, a proibição de que as emissoras comunitárias formem redes de transmissão, expressa no art. 16 da norma regulamentadora, vem impedindo, em algumas regiões, como no caso da Amazônia Ocidental, que o serviço possa cumprir plenamente o objetivo para o qual foi criado.

Nessa região, a densa floresta, as imensas distâncias, condenam as populações ribeirinhas ao isolamento, à falta de acesso aos mais variados bens e serviços. Não se pode privá-las, igualmente, de usufruir da riqueza advinda da troca de informações, em um mundo que se conecta em rede. Além disso, em uma atividade que dispõe, na maioria das vezes, de poucos recursos financeiros, não vemos sentido na proibição do compartilhamento de produções e programas.

Nada mais justo, portanto, que se adapte a legislação que regula a exploração desse serviço à realidade da região, e que se permita a captação e a retransmissão de programação de cunho jornalístico e educativo, sempre que de interesse da comunidade.

A presente proposição está amparada pelos dispositivos constitucionais que prevêem mecanismos para viabilizar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas e atenuar as desigualdades sociais e econômicas impostas às regiões mais longínquas e privadas de condições auto-sustentáveis do País.

Note-se que, também no plano infraconstitucional, são adotados mecanismos de incentivo a regiões menos favorecidas. Observe-se, por exemplo, no campo da radiodifusão, que as emissoras que exploram o serviço de retransmissão de televisão (RTVs) em municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País, assim definidas em ato do Ministro de Estado das Comunicações, podem realizar inserções locais de programação e publicidade, ao passo que as demais RTVs estão proibidas de fazê-lo.

Consideramos que um sistema de radiodifusão comunitária tecnicamente adequado e socialmente justo deve levar em conta a realidade de cada comunidade. Propomos, portanto, a presente iniciativa, que tem como objetivo principal levar informação a regiões menos favorecidas e subespaços diferenciados, carentes de uma intervenção pública específica.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

Senador GILVAM BORGES



**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos *preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais*

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Sergio Motta*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.2.1998

*(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 73, DE 2009

Altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), relativos à filiação, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências, para adequá-la aos arts. 5º, 12 e 226, da Constituição Federal, e ao art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 2º** Os arts. 29, inciso VIII e § 1º, alíneas 'a', 'b' e 'd', 32, 52, item 1º, 60, 70, item 9º, 95, 102, item 2º, 107, § 1º, e 113 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ....  
.....

VIII – as sentenças que deferirem a adoção.

§ 1º .....

a) as sentenças que decidirem a nulidade ou a anulação do casamento, a separação, o divórcio ou o restabelecimento da sociedade conjugal;

b) as sentenças que julgarem impugnações de paternidade, maternidade ou filiação;  
.....

d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos;  
..... (NR)”

“Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro são considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pela repartição diplomática ou consular brasileira competente, ou quando por estas lavradas, nos termos dos respectivos regulamentos.

§ 1º Os assentos de que trata este artigo, quando tiverem de produzir efeitos no País, serão trasladados, por iniciativa do interessado, sem prejuízo da remessa da segunda via pelas repartições diplomáticas ou consulares por intermédio do Ministério das Relações Exteriores:

I – no 1º Ofício de registro do seu domicílio; ou

II – no 1º Ofício de registro do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido.

§ 2º Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil, podem optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

§ 3º Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e 20 de setembro de 2007, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil. (NR)”



"Art. 52. ....  
1º) O pai ou a mãe, no prazo de quarenta e cinco (45) dias;  
..... (NR)"

"Art. 60. O registro conterá o nome do pai ou da mãe, quando qualquer deles for o declarante.

*Parágrafo único.* Se o pai, sem vínculo matrimonial ou união estável com a mãe, não fizer o registro, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, aplicar-se-á o disposto na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade. (NR)"

"Art. 70. ....  
.....

9º) os nomes e as idades dos filhos havidos de relacionamento anterior ou ao tempo em que os cônjuges não mantinham vínculo matrimonial;  
..... (NR)"

"Art. 95 Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de adoção, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos, sem a distinção de qualificação, e os dos ascendentes dos mesmos. (NR)"

"Art. 102. ....  
.....

2º) as sentenças que declarem a filiação;  
..... (NR)"

"Art. 107. ....

§ 1º A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma, nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança de nome do homem e da mulher, em razão de casamento, sua dissolução, anulação, separação ou divórcio.

..... (NR)"

"Art. 113. As questões de filiação serão decididas em processo contencioso para a anulação ou reforma de assento. (NR)"

**Art. 3º** O Capítulo XI da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO XI**  
**Do Registro de Adoção"(NR)**

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

**Art. 5º** Ficam revogados o § 3º do art. 19, a alínea 'c' do § 1º e o § 2º do art. 29, os §§ 4º e 5º do art. 32, o art. 45, o item 2º do art. 52, os arts. 55 e 59, os itens 1º e 4º do art. 102, e o art. 103 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no art. 5º, determinou a supressão de referências discriminatórias, ao reconhecer que todos são iguais perante a lei, sem distinção de raça, credo, sexo, filiação, ou de qualquer outra natureza, o que tornou inaceitáveis expressões como “filho ilegítimo”, “adulterino” ou “incestuoso”, no texto de norma infraconstitucional.

As denominações discriminatórias endereçadas à prole de pessoas não casadas, ao longo da história, decorriam de impedimento para o casamento formal de um ou de ambos os genitores, por participarem de outra união, indissolúvel, ou por existir entre eles parentesco consanguíneo, até o terceiro grau, do que restavam punidos, como espúrios, os filhos dessas uniões proibidas.

Com a ordem consignada no art. 226 da Constituição Federal, regularizaram-se novas formas de uniões familiares e corrigiu-se o foco social sobre os filhos, hoje reconhecidos como pessoas de direitos, independentemente do estado civil de seus genitores.

A norma infraconstitucional, porém, ainda precisa ser atualizada, e essa é a razão de ser da presente proposição, que se volta para tópicos da Lei de Registros Públicos, na qual se encontram referências discriminatórias a filhos oriundos de uniões não formadas pelo casamento, além de descompasso entre os direitos e obrigações atribuídos ao homem e à mulher, que se devem pautar pela cooperação. Essa condição faz desaparecer, para o varão casado ou integrante de união estável, o poder atávico, de *pater familiae*, de registrar o próprio filho.

Impende observar, igualmente, a Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, que assegura o registro, no consulado, de brasileiros nascidos no exterior, sem a fixação de prazo para a opção de nacionalidade, após alcançada a capacidade civil, donde a necessidade de ajuste na norma legal que disciplina o tema.

A presente proposição, para a qual pedimos o apoio dos nossos ilustres Pares, tem, em suma, o propósito de adequar dispositivos da Lei de Registros Públicos, de grande importância por seu intenso uso cotidiano, aos padrões da sociedade brasileira cancelados pela Constituição Federal, de modo a expurgar resíduos normativos não recepcionados pelo Texto Maior, e também tem por escopo ajustar os artigos que tratam do registro de brasileiros nascidos no exterior aos preceitos da Emenda Constitucional nº 54, de 2007.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador EXPEDITO JÚNIOR**

## LEGISLAÇÃO CITADA

### **Constituição Federal, de 1988**

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

**Art. 12.** São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II - adquirir outra nacionalidade, salvo no caso:
  - a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....

### **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil.

### **Emenda Constitucional nº 54, de 2007**

*Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro.*

**LEI Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.**

Art. 19. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias.

§ 3º Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.

Art. 29. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

VIII - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1º Serão averbados:

a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;

c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

§ 2º É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.

Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, transladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.

§ 3º Do termo e das respectivas certidões do nascimento registrado na forma do parágrafo antecedente constará que só valerão como prova de nacionalidade brasileira, até quatro (4) anos depois de atingida a maioridade.

§ 4º Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo interessado referido no § 2º deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal. Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do Cartório do 1º Ofício do domicílio do optante.

§ 5º Não se verificando a hipótese prevista no parágrafo anterior, o oficial cancelará, de ofício, o registro provisório efetuado na forma do § 2º.

Art. 45. A certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subsequente matrimônio deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fosse legítimo; na certidão de

casamento também será omitida a referência àquele filho, salvo havendo em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo interesse em obtê-la.

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

1º) o pai;

2º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco (45) dias;

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Art. 59. Quando se tratar de filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar, ou não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rogo o respectivo assento com duas testemunhas.

Art. 60. O registro conterá o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

Art. 70 Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

9º) os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento.

## CAPÍTULO XI

### Da Legitimação Adotiva

Art. 95. Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestada por escrito sua adesão ao ato (Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965, art. 6º).

Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados:

1º) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos nas constância do casamento;

2º) as sentenças que declararem legítima a filiação;

4º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;



Art. 103. Será feita, ainda de ofício, diretamente quando no mesmo cartório, ou por comunicação do oficial que registrar o casamento, a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento de casamento.

.....

Art. 107. O óbito deverá ser anotado, com as remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento, e o casamento no deste.

§ 1º A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma, nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança do nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação ou desquite.

.....

Art. 113. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

.....

## **LEI Nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992.**

*Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.*

\* \* \*

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 74, DE 2009

Altera o Capítulo IX da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), que dispõe sobre o óbito, a fim de aprimorar a disciplina relativa à cremação de cadáveres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Capítulo IX da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 77.** Nenhum sepultamento ou cremação será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

.....  
(NR)

**Art. 79.** .....

I - O cônjuge, companheiro ou companheira, a respeito de consorte ou filhos;

II - A pessoa maior de idade, a respeito de pai, mãe ou irmãos;

III - O parente mais próximo do falecido, na falta dos demais parentes relacionados neste artigo;

IV - A autoridade policial, a respeito de pessoa encontrada morta.

.....  
(NR)

**Art. 80.** .....

I – a hora, quando possível, e o dia, mês e ano do falecimento;

II – o lugar preciso do falecimento;

III – o nome completo, sexo, idade, cor, naturalidade, profissão e, quando possível, o endereço onde residia;

IV – o nome do cônjuge, se a pessoa falecida era casada, ou o nome do companheiro ou companheira, se mantinha união estável, acrescido das informações do cartório de casamento no primeiro caso;

V – o nome do extinto ou da extinta, se a pessoa falecida era viúva, acrescido das informações do cartório de casamento;

VI – a filiação;

VII – o nome completo e idade dos filhos, se houver;

VIII – informação se faleceu com testamento conhecido;

IX – informação se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com nome completo dos atestantes;

X – nome do local de sepultamento ou da cremação;

XI – informação se deixou bens e herdeiros menores ou interditos.

XII – o número de pelo menos um dos seguintes documentos da pessoa falecida:

- a) inscrição no PIS/PASEP;
- b) inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- c) benefício previdenciário;
- d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- e) carteira de identidade e órgão emissor;
- f) título de eleitor;
- g) certidão de nascimento, além do livro, folha e termo;
- h) carteira de trabalho e série. (NR)

.....  
**Art. 83.** Quando o assento for posterior ao enterro ou à cremação, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento, ao funeral ou à cremação e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver. (NR)

**Art. 2º** O Capítulo IX da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77-A:

**“Art. 77-A.** A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por dois médicos ou por um médico legista.

§ 1º No caso de morte violenta, além do disposto no *caput* deste artigo, a cremação só será realizada depois de autorizada pela autoridade judiciária.

§ 2º No caso de cremação em decorrência de mera manifestação verbal de vontade, a certidão de óbito identificará o declarante que tenha assegurado que o falecido manifestou o desejo de ser cremado.

§ 3º Havendo necessidade de cremação por motivo de saúde pública, a autoridade sanitária será competente para determinar a cremação.

§ 4º O atestado de óbito indicará o nome do crematório e o respectivo endereço, bem como o nome daquele a quem deverão ser entregues as cinzas.

§ 5º Em qualquer caso, não poderá ser realizada cremação antes do decurso de vinte e quatro horas do falecimento, vedada a dissipação das cinzas em locais públicos onde seja comum a aglomeração de pessoas.”

**Art. 3º** Fica revogado o § 2º do art. 77 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei procura suprir algumas lacunas legislativas concernentes à cremação de cadáveres no país, cujo tratamento, no âmbito federal, é dado por intermédio da Lei de Registros Públicos, no seu “Capítulo IX – Do Óbito”.

Primeiramente, procuramos acrescentar ao texto normativo existente a referência à cremação para efeito de emissão de certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, bem como o requisito para que no assento do óbito conste o local da cremação, pois a lei só se refere ao local do sepultamento. Também, pelos mesmos motivos, quanto à emissão do assento após a cremação, haja vista que a lei, de igual modo, só se refere a sepultamento.

Procuramos, ainda, dar um tratamento mais adequado ao tema, de maneira que a previsão de cremação, que se encontra como mero parágrafo do art. 77, passe a constituir artigo autônomo, composto de parágrafos próprios, pelo qual será possível prever a necessidade de identificação do declarante que tenha assegurado a manifestação do falecido, em vida, de ser cremado, além de também poder ser prevista a competência da autoridade sanitária para determinar a cremação por motivo de saúde pública. Além disso, procuramos prever a indicação do nome do crematório e seu endereço, no atestado de óbito, assim como o nome daquele a quem tiverem sido entregues as cinzas. Por fim, propomos que seja vedada a cremação antes do decurso de vinte e quatro horas, por questão de segurança quanto a eventual intenção de ocultamento de crimes, e, ainda, que também seja vedado o espalhamento das cinzas em locais públicos onde seja comum a aglomeração de pessoas.

A propósito do ocultamento de crimes, ressalte-se que a legislação atual já condiciona a cremação, no caso de morte violenta, à prévia autorização da autoridade judiciária.

Aproveitamos, ainda, para suprimir anacronismos no texto da lei, ao referir-se a “chefe de família”, para efeito da obrigatoriedade de declaração do óbito, a fim de que qualquer um dos cônjuges ou companheiros sejam os responsáveis por essa declaração.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessa matéria.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador EXPEDITO JÚNIOR**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **LEI Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.**

#### **“CAPÍTULO IX Do Óbito**

Art. 77 - Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

§ 1º Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.

§ 2º A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

Art. 78. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 50.

Art. 79. São obrigados a fazer declaração de óbitos:

1º) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de casa, indicadas no nº 1; o parente mais próximo maior e presente;

4º) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;

6º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único. A declaração poderá ser feita por meio de preposto, autorizando-o o declarante em escrito, de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

Art. 80. O assento de óbito deverá conter:

1º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2º) o lugar do falecimento, com indicação precisa;

3º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos;

5º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

6º) se faleceu com testamento conhecido;

7º) se deixou filhos, nome e idade de cada um;

8º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;

9º) lugar do sepultamento;

10º) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos;

11º) se era eleitor.

12º) pelo menos uma das informações a seguir arroladas: número de inscrição do PIS/PASEP; número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual; número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; número do CPF; número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; número do título de eleitor; número do registro de nascimento, com informação do livro, da folha e do termo; número e série da Carteira de Trabalho.

Art. 81. Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido.

Parágrafo único. Neste caso, será extraída a individual dactiloscópica, se no local existir esse serviço.

Art. 82. O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Art. 83. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

Art. 84. Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acordo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes for aplicável, com as referências constantes do artigo 80, salvo se o enterro for no porto, onde será tomado o assento.



Art. 85. Os óbitos, verificados em campanha, serão registrados em livro próprio, para esse fim designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas, pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro, nas condições especificadas, dos óbitos que se derem no próprio local de combate.

Art. 86. Os óbitos a que se refere o artigo anterior, serão publicados em boletim da corporação e registrados no registro civil, mediante relações autenticadas, remetidas ao Ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil, designação dos corpos a que pertenciam, lugar da residência ou de mobilização, dia, mês, ano e lugar do falecimento e do sepultamento para, à vista dessas relações, se fizerem os assentamentos de conformidade com o que a respeito está disposto no artigo 66.

Art. 87. O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, em falta de declaração de parentes, segundo a da respectiva administração, observadas as disposições dos artigos 80 a 83; e o relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo a comunicação, ex officio, das autoridades policiais, às quais incumbe fazê-la logo que tenham conhecimento do fato.

Art. 88. Poderão os Juizes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

Parágrafo único. Será também admitida a justificação no caso de desaparecimento em campanha, provados a impossibilidade de ter sido feito o registro nos termos do artigo 85 e os fatos que convençam da ocorrência do óbito."

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 75,DE 2009

Cria mecanismos de proteção contra atos anti-sindicais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre os mecanismos de proteção contra atos tendentes a restringir ou a impedir o exercício dos direitos destinados a reivindicar, a promover ou a salvaguardar as condições de trabalho e econômicas dos trabalhadores, inclusive, inerentes à condição de sindicalizados (atos anti-sindicais).

**Art. 2º** Constituem práticas de atos anti-sindicais:

I – usar da coação, da intimidação e da represália para impedir a criação de sindicatos, associações profissionais, comissões internas ou movimento de reivindicação;

II – praticar crimes de ameaça, coação, lesão corporal, cárcere privado, assassinato de lideranças dos trabalhadores e sindicais;

III – impedir ou criar obstáculos ao desempenho da atividade sindical, dos conselhos fiscais, das comissões internas ou movimento de reivindicação;

IV – sugerir ao trabalhador a não participar da atividade coletiva, sindical ou movimento de reivindicação;

V – exigir, quando da contratação, atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical;

-

VI – dispensar; suspender; aplicar injustas medidas disciplinares; alterar o local, a jornada de trabalho ou as tarefas do trabalhador por sua participação lícita na atividade sindical, inclusive em greve;

VII – levar em consideração a condição de sindicalizado, diretor, representante, militante sindical, membro ou ex-membro de comissões internas, grevista ou integrante de movimento reivindicatório, inclusive de cunho político, para fins de estagnar ou rebaixar profissionalmente o trabalhador, de estabelecer a remuneração e outras vantagens, de conceder licenças ou férias;

VIII – prometer ou dar vantagem exclusivamente ao trabalhador que renunciar à greve ou a se afastar do movimento coletivo ou sindical;

IX – impor o transporte da residência do trabalhador para o local de trabalho como forma de limitar a participação lícita na atividade sindical, coletiva, inclusive em greve;

X – fomentar a constituição de sindicatos ou associações profissionais dominadas por empregador, sindicato ou associação dos empregadores, com o objetivo de sujeitar esses sindicatos ou associações ao controle de empregadores ou de suas organizações;

XI - manter os sindicatos ou as associações profissionais com recursos financeiros, ou de outra espécie, de empregador, sindicato ou associação dos empregadores, com o objetivo de sujeitar aqueles sindicatos ou associações profissionais ao controle dos empregadores, do sindicato ou da associação de empregadores;

XII – recusar à negociação coletiva.

**Parágrafo Único.** Os atos previstos neste artigo, além de outros que prejudiquem a atividade sindical ou que o limitem além do que decorre do jogo normal das relações coletivas, são nulos.

**Art. 2º** Sem prejuízo das ações prescritas no artigo anterior, são nulos os atos anti-sindicais praticados pelo Estado que:

I – busquem favorecer diretamente os interesses dos empregadores, adotando políticas desfavoráveis à organização dos trabalhadores;

II – violem a liberdade sindical, veladamente ou realizando atos de ingerência nos sindicatos, associações profissionais, comissões internas e movimentos de reivindicação;

III – condicionem a existência e o funcionamento das entidades sindicais ao preenchimento de formalidades por demais onerosas ou impossíveis de serem atendidas;

**Art. 3º** As infrações do disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações:

I – a suspensão judicial do ato anti-sindical, com a imposição do pagamento de multa pelo descumprimento da obrigação;

II – multa administrativa de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento em caso de reincidência;

III – proibição de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições oficiais;

IV – proibição de contratar ou renovar contrato com o Poder Público para fornecimento de bens ou serviços;

V – proibição de recebimento de benefício ou incentivo fiscal concedido pelo Poder Público.

**Art. 4º** O rompimento da relação de trabalho por prática de ato anti-sindical, faculta ao trabalhador optar entre:

I – a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;

II – a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do Projeto é dispor de mecanismos eficazes para coibir a prática de atos anti-sindicais. Atualmente, esses mecanismos abarcam todo um conjunto de medidas de proteção do dirigente sindical e do militante, com o intuito de resguardá-lo de pressões e represálias do empregador e dos tomadores de serviços em geral, e também daqueles porventura provenientes do Estado. Essa tutela compreende ainda os empregados e trabalhadores envolvidos em reivindicações trabalhistas, mesmo que não diretamente relacionados à prática sindical (MENEZES, Cláudio A.C. *Proteção contra condutas anti-sindicais: atos anti-sindicais, controle contra discriminação e procedimentos anti-sindicais*. Brasília: Rev. TST, v. 71, n. 2, mai/ago 2005).

Trata-se, a bem da verdade, de medida para tornar a liberdade sindical um direito concreto, garantindo efetividade à organização dos trabalhadores, e, em última análise, um caminho legítimo para as conquistas sociais. O direito de constituir associações ou sindicatos destinados a salvaguardar e a promover as condições de trabalho e econômicas é garantido a toda pessoa e a todas as profissões<sup>1</sup>. Os atos tendentes a restringir ou impedir este direito são inconstitucionais<sup>2</sup>, assim como as condutas que se dirijam contra os movimentos que se desenvolvam com fins de salvaguarda e proteção das condições de trabalho e econômicas<sup>3</sup>.

Portanto, ao se dispor sobre os mecanismos que coíbam as práticas anti-sindicais, se dá abertura e possibilidades para o avanço e a proteção aos Direitos Sociais. A proibição de atos anti-sindicais é conceito basilar em um Estado democrático e social de direito, tal como busca ser o Estado brasileiro, por meio do pacto social insculpido na Carta Política de 1988.

<sup>1</sup> Constituição Federal, art. 5º, XVII, “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar” e art. 8º, “é livre a associação profissional ou sindical, (...)”.

<sup>2</sup> Constituição Federal, art. 8º, I, “a lei não poderá exigir autorização do estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

<sup>3</sup> Constituição Federal, art. 8º, III, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas”.

Com efeito, o presente Projeto amparou-se em estudos técnicos<sup>4</sup>, e para ser melhor entendido, ele pode ser esquematizado em cinco partes.

Um dos primeiros aspectos a destacar é a ampliação da proteção que hoje existe para o dirigente sindical, exatamente porque os direitos sindicais são inerentes à condição de sindicalizado e de militantes do movimento por conquistas e avanços dos direitos laborais e sociais. No caso, o sujeito de direito protegido não é exclusividade do dirigente sindical, mas de todos que participam, por diversos meios, do exercício da liberdade de organização sindical ou profissional, tanto que a compreensão do que são atos anti-sindicais é apresentada logo no art. 1º do Projeto.

Por sua vez, o Projeto estabelece as seguintes medidas de proteção contra os atos anti-sindicais:

- a) A nulidade absoluta dos atos anti-sindicais praticados pelo empregador;
- b) A possibilidade de ingressar com ação junto ao Poder Judiciário buscando a suspensão do ato anti-sindical, com a fixação de multa em caso de desobediência da decisão judicial;
- c) aplicação de multa no valor de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento (50%) em caso de reincidência;
- d) proibições ao empregador de:
  - d.1) obter empréstimo ou financiamento junto às instituições financeiras oficiais;
  - d.2) contratar ou renovar contrato com o Poder Público para fornecimento de bens ou serviços;
  - d.3) receber benefício ou incentivo fiscal.

Em terceiro lugar, no que toca a questão do rompimento da relação de trabalho por prática de ato anti-sindical, o Projeto utilizou-se da analogia com a Lei nº 9.029, de 1995, que “proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho”, de modo que ele possibilita o trabalhador optar entre: (a) a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; ou (b) a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Saliente-se, em quarto lugar, que o Projeto buscou fazer uma lista exemplificativa (a teor da cláusula aberta prevista no parágrafo único do art. 2º do Projeto) com as definições das condutas anti-sindicais mais corriqueiras e também mais veladas que imputam flagrante ingerência ou discriminação, a saber:

Ato Anti-Sindical	Comentário
a) usar da coação, da intimidação e da represália para impedir a criação de sindicatos, associações profissionais, comissões internas ou movimento de reivindicação.	Trata-se de conduta que atinge diretamente a liberdade sindical, pois inibe a criação da organização dos trabalhadores. Os juristas definem a prática como atos desleais.
b) praticar crimes de ameaça, coação, lesão corporal, cárcere privado, assassinato de lideranças dos trabalhadores e sindicais;	Situação ainda alarmante no Brasil diante do assassinato de trabalhadores e das lideranças sindicais. Assim, ao lado da punição penal cabível ao caso, a conduta extremada da prática de crime deve ensejar no âmbito da liberdade e do direito sindical proteção de natureza civil, uma

<sup>4</sup> Oscar Ermida Uriarte, Cláudio Armando C. de Menezes, José Luiz Souto Maior e Alessandra da Silva, Leonardo Tibe Barbosa Lima e Cláudio Santos da Silva.



	vez que revela a faceta de conduta contrária a organização coletiva.
c) impedir ou criar obstáculos ao desempenho da atividade sindical, dos conselhos fiscais, das comissões internas ou movimento de reivindicação.	Novamente se trata de conduta chamada de desleal, que atinge diretamente a liberdade sindical. No caso, há obstáculos postos para o exercício do direito coletivo e sindical.
d) sugerir ao trabalhador a não participar da atividade coletiva, sindical ou movimento de reivindicação.	<i>É inegável a influência moral do empregador, inclusive, isso é salientado todos os dias e por todos os meios quando se associa a riqueza a uma conquista individual e de mérito pessoal, enquanto que a não conquista desses espaços, e até a pobreza, são apresentadas como fracasso pessoal e fruto da falta de virtudes, ou até de sorte. Busca-se tolher o uso interesseiro desse inegável poder de persuasão que muitas vezes é utilizado de modo contrário aos interesses do próprio trabalhador e coletivo.</i>
e) exigir, quando da contratação, atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical;	Trata-se de conduta discriminatória, que massacra (por meio do impedimento de acesso ao trabalho) o trabalhador que participa como dirigente ou militante do movimento sindical ou coletivo de trabalhadores.
f) dispensar; suspender; aplicar injustas medidas disciplinares; alterar o local, a jornada de trabalho ou as tarefas do trabalhador por sua participação lícita na atividade sindical, inclusive em greve;	<i>É prática discriminatória, utilizada para constranger o trabalhador a não participar da atividade sindical ou até da greve. No caso, o empregador usa abusivamente do seu direito de gerir e administrar o empreendimento para violar direito coletivo e sindical, aplicando punições administrativas injustas e descabidas, pois o trabalhador não será punido, ou perderá o posto de trabalho, devido a falta disciplinar ou profissional, mas por ter participado de movimentos que buscam melhores condições de trabalho e econômicas para sua classe.</i>
g) levar em consideração a condição de sindicalizado, diretor, representante, militante sindical, membro ou ex-membro de comissões internas, grevista ou integrante de movimento reivindicatório, inclusive de cunho político, para fins de estagnar ou rebaixar profissionalmente o trabalhador, de estabelecer a remuneração e outras vantagens, de conceder licenças ou férias;	Novamente é conduta discriminatória, que utiliza critério desarrazoado para estabelecer diferença entre os trabalhadores, buscando esvaziar a plenitude do exercício do direito sindical ou de organização coletiva dos trabalhadores. O poder hierárquico do empregador não o autoriza a congelar profissionalmente o trabalhador ou a rebaixá-lo da função apenas por ele ser dirigente sindical ou participar de comissões internas, ser ex-membro de sindicato, ou grevista etc. Igualmente, é acentuada discriminação valer-se da natureza de gestor ou proprietário do empreendimento para fixar diferentes valores e formas de remuneração, motivado por aqueles critérios, inclusive, graciosamente concedendo férias ou licenças por períodos maiores como forma de mitigar a atuação de classe do trabalhador. Nenhum óbice existiria se licenças



	extras ou férias maiores fossem derivadas de uma política de incentivo ou de reconhecimento do trabalhador, mas no caso a política adotada é a de buscar retirar o trabalhador do local de trabalho, prejudicando o movimento coletivo e sindical.
h) prometer ou dar vantagem exclusivamente ao trabalhador que renunciar à greve ou a se afastar do movimento coletivo ou sindical;	É uma sub-reptícia maneira de violar o direito de greve, prescrito no art. 9º da Constituição Federal. Por outro lado, é discriminação laboral, pois as “graciosas vantagens” são seletivas, isto é, focadas apenas para aqueles trabalhadores que abdicarem do exercício do movimento coletivo, sindical ou da greve. Tais propostas deveriam ser ampliadas a todos os trabalhadores, quiçá como contraproposta às reivindicações grevistas.
i) impor o transporte da residência do trabalhador para o local de trabalho como forma de limitar a participação lícita na atividade sindical, coletiva, inclusive as greves;	Trata-se de conduta que atinge diretamente a liberdade de locomoção e também a liberdade sindical, pois além de ser um transporte impositivo, inviabiliza a organização dos trabalhadores.
j) fomentar a constituição de sindicatos ou associações profissionais dominadas por empregador, sindicato ou associação dos empregadores, com o objetivo de sujeitar esses sindicatos ou associações ao controle de empregadores ou de suas organizações;	A Convenção 98/OIT e os juristas definem a prática como atos de ingerência, uma vez que são condutas que maculam a liberdade sindical, criando empecilhos para que os trabalhadores disponham de uma legítima organização sindical.
l) manter os sindicatos ou as associações profissionais com recursos financeiros, ou de outra espécie, de empregador, sindicato ou associação dos empregadores, com o objetivo de sujeitar aqueles sindicatos ou associações profissionais ao controle dos empregadores, do sindicato ou da associação de empregadores;	Mais um caso de atos de ingerência previsto na Convenção 98/OIT, pois há violação a liberdade sindical e a criação de uma legítima organização sindical.
m) recusar à negociação coletiva.	Trata-se de uma violação direta aos mecanismos de negociação entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores com o objetivo de regular termos e condições de trabalho. É de bom alvitre destacar que a Constituição Federal elevou o sindicato a participante ativo e necessário das negociações coletivas de trabalho.

Em quinto lugar, é importante denotar que “em regra, a prática anti-sindical tem como agente ativo o empregador, seus prepostos e organizações, e como sujeito passivo o trabalhador e suas organizações. Com efeito, o Estado viola a liberdade sindical quando realiza atos de ingerência nos sindicatos e nas organizações trabalhistas e persegue lideranças sindicais (basta lembrar o que ocorreu nos países da América Latina nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado). Outra forma de conduta anti-sindical (...) ocorre quando governos e partidos políticos buscam favorecer diretamente os interesses dos empregadores, fazendo causa comum com estes, adotando políticas desfavoráveis à organização dos

trabalhadores. Não raro, o Estado leva a efeito práticas anti-sindicais ao assumir a posição de empregador, realizando atos idênticos àqueles perpetrados pela iniciativa privada.

Outra prática anti-sindical do Estado reside na elaboração de normas (leis, decretos, portarias) para estabelecer, ainda que veladamente, restrições à liberdade sindical, condicionando a existência e o funcionamento das entidades sindicais ao preenchimento de formalidades por demais onerosas, quando não impossíveis de serem atendidas." (MENEZES, Cláudio A.C. *Proteção contra condutas anti-sindicais: atos anti-sindicais, controle contra discriminação e procedimentos anti-sindicais*. Brasília: Rev. TST, v. 71, n. 2, mai/ago 2005).

Por conseguinte, o art. 3º do Projeto proíbe que o Poder Público possa praticar todas as condutas acima narradas, configurando-as de atos anti-sindicais.

É bom lembrar que o Brasil ratificou a Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Decreto Legislativo nº 49, de 27 de agosto de 1952, publicada pelo Decreto nº 42.288, de 19 de setembro de 1957, que justamente trata da proteção à organização sindical. Assim, essa Convenção passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro, inclusive, no que diz respeito à necessidade de melhor disciplinamento da matéria<sup>5</sup>.

Por sua vez, o Conselho de Administração da OIT, em sua 299ª Reunião, realizada em junho de 2007, aprovou as recomendações feitas pelo Comitê de Liberdade Sindical<sup>6</sup>. As advertências ao Governo brasileiro integram o 346º Informe do Comitê de Liberdade Sindical, e caminham no sentido de uma melhor disciplina e proibição de atos anti-sindicais.

Assim é que o Estado brasileiro não pode mais, por um lado, esconder a cultura da prática de atos anti-sindicais, necessitando avançar na democratização das relações sociais. E, pelo outro lado, se omitir quanto ao compromisso, internacionalmente assumido, de implantar política de combate aos atos anti-sindicais.

É nesse sentido que este Projeto de Lei é apresentado, esclarecendo-se que ele é uma complementação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 36, de 2009, apresentado semanas atrás, onde é criado tipo penal para as condutas anti-sindicais.

Por fim, é certo que esta Proposta é apenas o início de um trabalho que precisa ser aprimorado ao longo de sua tramitação, com a contribuição dos parlamentares e das entidades ligadas ao setor. Na verdade, o desejo é que a construção da consolidação dos direitos dos trabalhadores tenha a efetiva participação dos próprios trabalhadores, que vivenciam no dia-a-dia as dificuldades práticas que esta Lei pretende ajudar na sua superação.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB/SE

<sup>5</sup> Convenção 98, art. 3º, "mecanismos apropriados às condições nacionais serão criados, se necessário, para assegurar o respeito do direito de sindicalização definido nos artigos anteriores".

<sup>6</sup> Decorrente da representação apresentada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) pela prática de atos anti-sindicais por alguns estabelecimentos particulares de ensino superior (processo nº 2523/OIT). No caso, a representação foi consequência de demissões de professores que conduziram movimentos grevistas no Brasil.

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONVENÇÃO Nº98/OIT

#### SOBRE A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em 8 de junho de 1949, em sua trigésima segunda reunião; Tendo decidido adotar algumas propostas relativas à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, tema que constitui a quarta questão da ordem do dia da reunião; Após decidir que essas proposições se revistam da forma de uma convenção internacional, adota, no primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e nove, a seguinte Convenção que pode ser citada como a Convenção sobre o Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva, de 1949:

##### Artigo 1

1. Os trabalhadores gozarão de adequada proteção contra atos de discriminação com relação a seu emprego.
2. Essa proteção aplicar-se-á especialmente a atos que visem:
  - a) sujeitar o emprego de um trabalhador à condição de que não se filie a um sindicato ou deixe de ser membro de um sindicato;
  - b) causar a demissão de um trabalhador ou prejudicá-lo de outra maneira por sua filiação a um sindicato ou por sua participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho ou, com o consentimento do empregador, durante o horário de trabalho.

##### Artigo 2

1. As organizações de trabalhadores e de empregadores gozarão de adequada proteção contra atos de ingerência de umas nas outras, ou por agentes ou membros de umas nas outras, na sua constituição, funcionamento e administração.
2. Serão principalmente considerados atos de ingerência, nos termos deste Artigo, promover a constituição de organizações de trabalhadores dominadas por organizações de empregadores ou manter organizações de trabalhadores com recursos financeiros ou de outra espécie, com o objetivo de sujeitar essas organizações ao controle de empregadores ou de organizações de empregadores.

##### Artigo 3

Mecanismos apropriados às condições nacionais serão criados, se necessário, para assegurar o respeito do direito de sindicalização definido nos artigos anteriores.

##### Artigo 4

Medidas apropriadas às condições nacionais serão tomadas, se necessário, para estimular e promover o pleno desenvolvimento e utilização de mecanismos de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores, com o objetivo de regular, mediante acordos coletivos, termos e condições de emprego.

##### Artigo 5

1. A legislação nacional definirá a medida em que se aplicarão às forças armadas e à polícia as garantias providas nesta Convenção.
2. Nos termos dos princípios estabelecidos no Parágrafo 8 do Artigo 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a ratificação desta Convenção por um País-membro não será tida como derogatória de lei, sentença, costume ou acordo já existentes que outorguem às forças armadas e à polícia qualquer direito garantido por esta Convenção.

##### Artigo 6

Esta Convenção não trata da situação de funcionários públicos a serviço do Estado e nem será de algum modo interpretada em detrimento de seus direitos ou situação funcional.

#### Artigo 7

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registro, ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

#### Artigo 8

1. Esta Convenção obrigará unicamente os Países-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.
2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registro, pelo Diretor Geral, das ratificações de dois Países-membros.
3. A partir de então, esta Convenção entrará em vigor, para todo País-membro, doze meses após a data do registro de sua ratificação.

#### Artigo 9

1. As declarações enviadas ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, nos termos do Parágrafo 2 do Artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, indicarão:
  - a) os territórios a respeito dos quais se comprometem a aplicar, sem modificações, as disposições da Convenção;
  - b) os territórios a respeito dos quais se comprometem a aplicar, com modificações, as disposições da Convenção, detalhando a natureza dessas modificações;
  - c) os territórios a respeito dos quais consideram inaplicável a Convenção e, nesse caso, as razões dessa inaplicabilidade;
  - d) os territórios a respeito dos quais pospõem sua decisão, na dependência de uma avaliação mais atenta da situação.
2. Os compromissos a que se referem as alíneas a) e b) do Parágrafo 1 deste Artigo serão considerados parte integrante da ratificação e produzirão os mesmos efeitos.
3. Todo País-membro, com base nas alíneas b), c) e d) do Parágrafo 1 deste Artigo, poderá cancelar, em qualquer tempo, no todo ou em parte, mediante nova declaração, quaisquer restrições feitas em sua declaração original.
4. Todo País-membro poderá enviar ao Diretor Geral, em qualquer tempo, enquanto esta Convenção estiver sujeita a denúncia, declaração que modifique, em qualquer outro sentido, os termos de uma declaração anterior e informe, com o detalhamento possível, sobre a situação atual com referência a esses territórios.

#### Artigo 10

1. As declarações enviadas ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, nos termos dos Parágrafos 4 e 5 do Artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, indicarão se as disposições da Convenção serão aplicadas, sem modificações no território em questão, ou se estarão sujeitas a modificações; quando indicar que as disposições da Convenção serão aplicadas com possíveis modificações, a declaração especificará em que consistem essas modificações.
2. O País-membro ou os Países-membros ou a autoridade internacional concernentes poderão, em qualquer tempo, mediante declaração posterior, renunciar total ou parcialmente ao direito de se valer de modificação indicada em declaração anterior.
3. O País-membro ou os Países-membros ou a autoridade internacional concernentes poderão, em qualquer tempo, enquanto esta Convenção estiver sujeita a denúncia, nos termos do disposto no Artigo 11, enviar ao Diretor Geral declaração que modifique, em qualquer outro sentido, os termos de uma declaração anterior e informe sobre a atual situação com referência à aplicação da Convenção.

#### Artigo 11

1. O País-membro que ratificar esta Convenção poderá denunciá-la ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor, mediante comunicação ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho para registro. A denúncia não terá efeito antes de se completar um ano a contar da data de seu registro.
2. O País-membro que ratificar esta Convenção e que, no prazo de um ano após expirado o período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia provido neste Artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí em diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste Artigo.



**Artigo 12**

1. O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho dará ciência a todos os Países-membros da Organização Internacional do Trabalho do registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Países-membros da Organização.

2. Ao notificar os Países-membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicada, o Diretor Geral lhes chamará a atenção para a data de entrada em vigor da Convenção.

**Artigo 13**

O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para registro, de conformidade como Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre todas as ratificações, declarações e atos de denúncia por ele registrados, nos termos do disposto nos artigos anteriores.

**Artigo 14**

O Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral, quando considerar necessário, relatório sobre o desempenho desta Convenção e examinará a conveniência de incluir na pauta da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

**Artigo 15**

1. No caso de adotar a Conferência uma nova convenção que reveja total ou parcialmente esta Convenção, a menos que a nova convenção disponha de outro modo,

a) a ratificação, por um País-membro, da nova convenção revista implicará ipso jure, a partir do momento em que entrar em vigor a convenção revista, a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições do Artigo 11 desta Convenção;

b) esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos Países-membros a partir da data de entrada em vigor da convenção revista.

2. Esta Convenção continuará a vigorar, na sua forma e conteúdo, nos Países-membros que a ratificaram mas não ratificarem a convenção revista.

**Artigo 16**

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente oficiais.

**LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.**

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem;

a) indução ou instigamento à esterilização genética;

b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pena: detenção de um a dois anos e multa.

Parágrafo único. São sujeitos ativos dos crimes a que se refere este artigo:

I - a pessoa física empregadora;

II - o representante legal do empregador, como definido na legislação trabalhista;

III - o dirigente, direto ou por delegação, de órgãos públicos e entidades das administrações públicas direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no artigo anterior, as infrações do disposto nesta lei são passíveis das seguintes cominações:

I - multa administrativa de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento em caso de reincidência;

II - proibição de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais.

Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta lei, faculta ao empregado optar entre:

I - a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;

II - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)*



# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 76, DE 2009

Institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A pessoa carente que necessite de tratamento com medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME poderá recebê-los, a título gratuito, em farmácias e drogarias comerciais, observado o disposto nesta lei.

§ 1º Considera-se pessoa carente, para os efeitos desta lei, a integrante de família cuja renda mensal *per capita* não exceda a um quarto do salário mínimo.

§ 2º O disposto no *caput* aplica-se somente a medicamentos prescritos por profissional legalmente habilitado a fazê-lo, em atendimento na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 3º O exercício do direito referido no *caput* ficará condicionado à incapacidade de fornecimento do medicamento, pelos serviços de saúde da rede do SUS do distrito sanitário onde for efetuado o atendimento do beneficiário, no ato da solicitação.

§ 5º Os candidatos ao benefício de que trata este artigo deverão fazer cadastro específico, que deverá ser renovado periodicamente, em um serviço de saúde da rede do SUS.

§ 6º A retirada do medicamento nas farmácias e drogarias poderá ser realizada pelo próprio beneficiário ou por seu representante legal.

**Art. 2º** O fornecimento de medicamento de acordo com as disposições desta lei somente será efetuado por farmácia ou drogaria credenciada pelo SUS para este fim.

§ 1º O SUS fará o ressarcimento às farmácias e drogarias credenciadas pelos medicamentos fornecidos na forma desta lei.

§ 2º O Poder Público fixará tabela regionalizada com os valores dos medicamentos da RENAME, para fins de ressarcimento às farmácias e drogarias credenciadas.

**Art. 3º** Os procedimentos necessários para o recebimento dos medicamentos pelos beneficiários e para o ressarcimento das farmácias e drogarias pelo SUS serão definidos em regulamento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é adotar uma sistemática que torne efetivo o direito das pessoas carentes ao acesso gratuito a medicamentos essenciais ou de uso continuado, afinal, uma das necessidades mais urgentes entre as políticas de saúde pública é a de aprimorar a assistência farmacêutica aos mais necessitados.

A todo momento somos surpreendidos pela imprensa com notícias sobre a falta de planejamento no que se refere aos estoques de medicamentos para distribuição pelo SUS, e ainda sobre as dificuldades e humilhações que passam os doentes pela falta dos medicamentos essenciais. Infelizmente, muitas dessas pessoas são levadas a óbito pela demora na reposição dos estoques.

Esses episódios lamentáveis merecem a atenção do legislador com o objetivo de – identificado o gargalo – apontar solução legislativa que garanta esse direito básico. Não é demais lembrar que a própria Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), além de prever que a saúde é um direito fundamental do ser humano, inclui na atuação do SUS a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica.

Por essa razão que a presente proposição estabelece um mecanismo simples, segundo o qual a primeira condição para que o paciente possa retirar o medicamento gratuitamente nas drogarias ou farmácias conveniadas é que o medicamento esteja em falta no posto de distribuição do SUS.

O projeto tem o cuidado de estabelecer regras básicas de controle, entre elas a de que o paciente que necessitar do medicamento deve receber a prescrição por médico da rede de serviços do SUS; os candidatos ao benefício devem manter cadastro atualização nas redes de serviço de saúde; a distribuição gratuita somente poderá ser feita em drogarias ou farmácias previamente credenciadas pelo SUS para essa finalidade; e que os demais critérios para atendimento ao disposto nesta lei serão fixados em regulamento.

Por outro lado, é definido o conceito de “pessoa carente” nos moldes do que já é adotado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para a pessoa necessitada.

Cumpre registrar que o texto do presente projeto de lei teve inspiração em substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em 2005 em PLS cujo autor optou por, na forma regimental, requerer a sua retirada para arquivo em 2007, não dando prosseguimento ao feito.

Entretanto, por entender que o problema atacado pela proposição carece de solução urgente por parte do Poder Público, reapresento a matéria com as adaptações que julguei conveniente e, por sua relevância, peço o apoio de todos os senadores e senadoras desta Casa.

Sala das sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador Expedito Júnior**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **Lei nº 8.080, de 19 de julho de 2001 (Lei Orgânica da Saúde)**

*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

.....

### **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social)**

*Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.*

.....

*À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.  
Produção de Avulso*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PARECER Nº 18, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008 (nº 410/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.

**RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI**

### **I – RELATÓRIO**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 268, de 2008, acima ementado.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

A proposição em exame, materializada por troca de notas, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 30 de outubro de 2008, tendo sido encaminhada ao Senado na mesma data.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 682, de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 190 MRE-DSF/DAI/DE I-EFIN-BRAS-RFA, de 16 de julho de 2007, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se destaca que “o Ajuste Complementar se insere no já amplo e frutífero diálogo teuto-brasileiro em matéria de cooperação financeira, cujos desdobramentos práticos muito têm contribuído para o desenvolvimento econômico e social no País.”

## II – ANÁLISE

A tramitação do projeto observou o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal.

A Nota da República Federal da Alemanha torna claro o objeto deste Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Financeira, que foi celebrado entre os dois países em 24 de outubro de 1991. Trata-se de contribuição financeira adicional à quantia estipulada no artigo I, parágrafo 1, do citado Acordo, no valor de até cinco milhões de euros, a ser prestada pela República Federativa da Alemanha, por meio do Grupo Bancário KfW, em favor da República Federativa do Brasil. O montante destina-se especificamente ao Programa de Saneamento Básico no Piauí.

Cumprе, portanto, ressaltar que o Acordo de Cooperação Financeira, de 1991, respalda juridicamente o Ajuste em exame, uma vez que os parágrafos 7 e 8 de seu art. 1º prevêm a possibilidade de obtenção de novos empréstimos ou contribuições financeiras junto à instituição alemã e autorizam, até mesmo, a substituição dos projetos originalmente concebidos por outros, desde que de comum acordo entre os governos.

Quanto ao mérito da proposição, estamos certos de que sua aprovação será importante para as ações de saneamento básico no Estado do Piauí. Vale dizer que se trata de unidade da federação que necessita enormemente de iniciativas governamentais no âmbito social. Assim, a reunião de esforços de política externa com políticas sociais são de valor indiscutível para o desenvolvimento social e humano da região.

Lembramos, ainda, que o Decreto Legislativo nº 25, de 1992, que aprovou o citado Acordo sobre Cooperação Financeira, de 1991, dispõe que “são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão ou modificação do presente acordo, e à apreciação privativa do Senado Federal, nos termos do disposto no inciso V do art. 52 da Constituição Federal, as condições gerais para cada operação de empréstimo realizada com base no referido Acordo de Cooperação Financeira” (art. 1º, parágrafo único).

Nesse sentido, a própria Nota do governo brasileiro, subscrita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, alerta para a necessidade de se encaminhar o Ajuste ao Congresso Nacional e, mais especificamente ao Senado, para o exercício de sua competência constitucional privativa para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da

União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios (art. 52, V, da Constituição).

No entanto, a Nota do Governo alemão declara que a contribuição financeira adicional constitui valor não reembolsável e, ainda, que não se aplica do art. 2, parágrafo 2, do Acordo sobre Cooperação Financeira, de 1991 – que trata da necessidade de garantia pela República Federativa do Brasil. Desse modo, trata-se de operação financeira já autorizada nos termos do art. 13 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal que estabelece:

**Art. 13.** São autorizadas, de forma global e nos termos desta Resolução, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, de suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, a que se refere o inciso V do art. 52 da Constituição, de caráter não-reembolsável, assim caracterizadas as doações internacionais e outras da espécie.

**Parágrafo único.** O Ministério da Fazenda informará ao Senado Federal, semestralmente, as operações a que se refere o caput deste artigo contratadas durante o período, incluindo informações quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, os benefícios econômicos ou sociais decorrentes, as dotações orçamentárias existentes para o ingresso dos recursos e para eventual contrapartida financeira de responsabilidade do beneficiário.

Tendo em vista a autorização global, já concedida pela citada Resolução a operações financeiras dessa natureza, bem como os interesses nacionais, no campo social, envolvidos no Acordo, reafirmamos a necessidade de aprovação da proposição ora em exame.

### III – VOTO

Por todo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 268. de 2008, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.



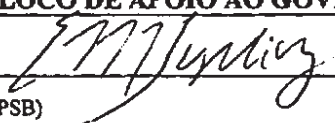
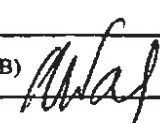
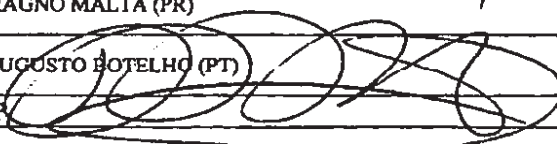
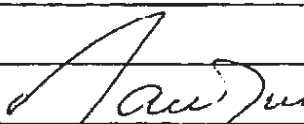
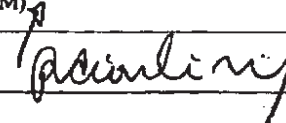
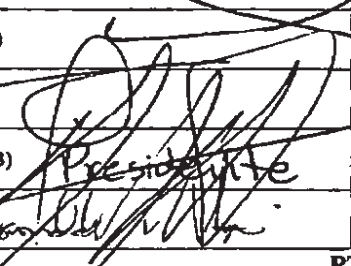
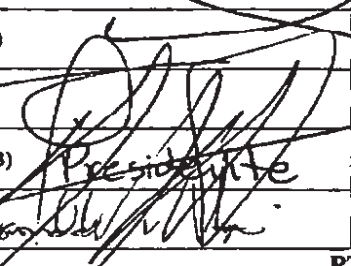
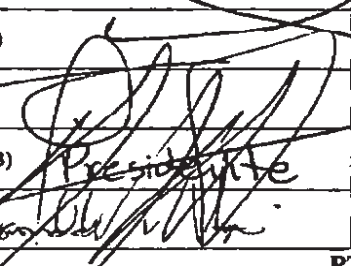
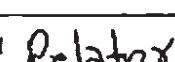
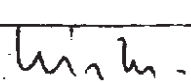
 , Presidente

 , Relator



## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **268**, DE **2008**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 5 / 3 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b> 	
<b>RELATOR: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI</b> 	
TITULARES	SUPLENTE
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT) 
<b>PMDB, PR</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE 	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM) 
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	5 - ALVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE 

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:**

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

**Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:**

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

## **PARECER Nº 19, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008 (nº 54/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

### **I – RELATÓRIO**

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 469, de 21 de junho de 2006 — o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento o Governo da República Federativa do Brasil para Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que a adoção do Memorando de Entendimento é recomendada pelo Instituto de Tecnologia da Informação (ITI) da Casa Civil e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) do Ministério da Fazenda, e tem por objetivo contribuir para a redução da exclusão digital no mundo. Comunica, ainda, que o Brasil obteve sucesso no

empenho em defesa do software livre e aberto no plano internacional como ferramenta eficaz de desenvolvimento e inclusão digital.

O Memorando de Entendimento foi apresentado à Câmara dos Deputados em 27 de junho de 2006, obteve aprovação por aquela Casa Legislativa em 30 de outubro de 2008, e foi remetido à apreciação do Senado na mesma data.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso **III**, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída.

## **II – ANÁLISE**

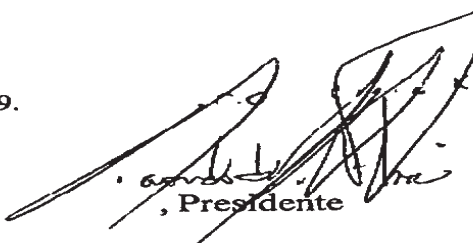
Cumprе ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.


Composto de onze dispositivos, o presente Memorando tem por objetivo, segundo disposto no Artigo 1º, contribuir para a redução do hiato digital por meio da promoção, nos países em desenvolvimento, do uso efetivo do “software” livre e aberto. O Artigo 2º estabelece a abrangência das áreas de cooperação em que as Partes procurarão se empenhar. O Artigo 4º versa que a implementação do presente instrumento ocorrerá por meio de acordos específicos entre as Partes sobre atividades de implementação e o Artigo 5º que o financiamento das atividades será decidido caso a caso, em conformidade com os acordos específicos sobre atividades de implementação. Conforme o Artigo 6º, não há comprometimento de fundos, quer da parte da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, quer da parte do Governo brasileiro. Os Artigos 8º, 9º, 10 e 11 dispõem, respectivamente, acerca da entrada em vigor e extinção, solução de controvérsias, privilégios e imunidades, e emendas do presente Memorando de Entendimento.

## **III – VOTO**

Tendo em consideração a importância do instrumento em análise na inclusão digital dos países em desenvolvimento, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.

  
\_\_\_\_\_, Presidente

  
\_\_\_\_\_, Relator

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **275** DE **2008**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/03/2009 AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i>	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
TITULARES	SUPLENTE
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Alval</i>
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIVÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PR) <i>Augusto Botelho</i>
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba Ciarlini</i>
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Relator</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Presidente</i>	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALGANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

**PARECER  
Nº 20, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008 (nº 2.544/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

**RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO**

**I – RELATÓRIO**

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 625, de 26 de julho de 2006 — o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que acompanha o documento Presidencial informa que o objetivo do referido instrumento é a definição de moldura básica para o desenvolvimento e implementação de atividades, programas e projetos concretos de cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo consideradas prioritárias e que poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1º de agosto de 2006. Ele obteve aprovação por aquela Casa Legislativa em 30 de outubro de 2008 e foi remetido à apreciação do Senado na mesma data.



A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída.

## II – ANÁLISE

Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Composto de dez artigos, o acordo em apreço tem por objetivo a promoção da cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes. O Artigo 2º do tratado especifica as formas pelas quais os programas, projetos e atividades de cooperação serão constituídos. O Artigo 4º dispõe sobre a garantia de sigilo dos documentos, informações e de outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação do Acordo. As regras com relação ao pessoal enviado por uma Parte à outra no âmbito do presente instrumento estão estabelecidas nos Artigos 5º, 6º e 7º. Os Artigos finais, 8º e 9º, disciplinam, respectivamente, a vigência e a entrada em vigor do Acordo.

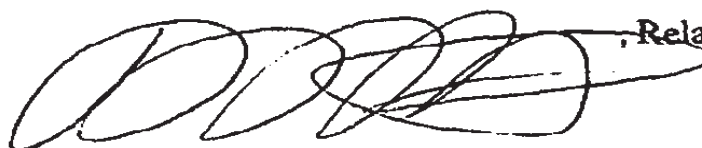
O instrumento em comento não destoa da prática da República nesse domínio. Desse modo, ele se assemelha a tratados dessa natureza que vinculam nosso país a tantos outros. O presente Acordo ganha em dimensão na medida em que fortalece o relacionamento bilateral com o Estado caribenho, o que demonstra a abertura da política externa brasileira para todas as latitudes do globo.

## III – VOTO

Tendo em consideração a importância do Acordo para o relacionamento bilateral, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008.

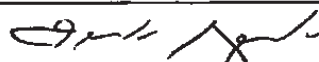

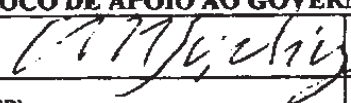
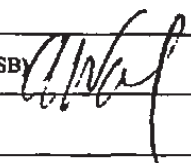
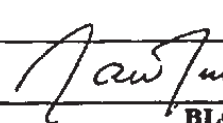
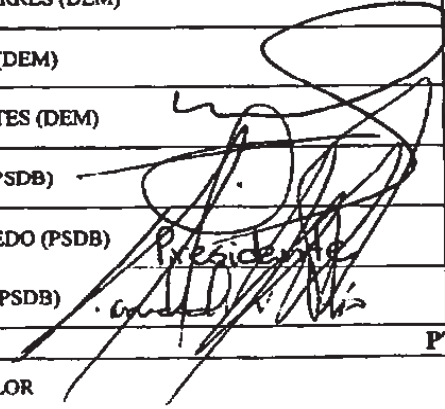

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.

, Presidente

, Relator

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **279**, DE **2008**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 5 / 3 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b> 	
<b>RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO</b> 	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
IVÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Relator</i>
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE 	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Relator</i>
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE <i>Relator</i>

## **PARECER Nº 21, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008 (nº 9/2007 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

**RELATOR:** *Senador ALMEIDA LIMA*

**RELATOR "AD HOC":** *Senador ANTONIO CARLOS VALADARES*

### **I – RELATÓRIO**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 280, de 2008, cuja ementa está acima epigrafada.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

A proposição em exame, composta por vinte e sete artigos, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno daquela Casa, em 30 de outubro de 2008, mesma data em que foi encaminhada ao Senado.

Acompanham a proposição a Mensagem nº 575, de 2006, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00160/DJ/DAI-MRE-JUST-BRAS-CPLP, de 5 de maio de 2006, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se destaca que “o instrumento em apreço foi firmado com o propósito de

Incrementar a cooperação judiciária internacional em matéria penal e simplificar e agilizar o procedimento. Inscreve-se, portanto, num contexto de ampla assistência, refletindo a tendência marcante de aprofundamento da cooperação judiciária internacional para o combate à criminalidade.”

## II – ANÁLISE

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. Está, ainda, adequado às exigências de boa técnica legislativa.

No mérito, a proposição é extremamente oportuna e conveniente. Embora a extradição possa se basear em promessa de reciprocidade, é sempre mais apropriado codificar suas regras mediante a celebração de tratados, a fim de se alcançar maior segurança jurídica e de tornar menos burocrático o procedimento.

Além disso, em um mundo globalizado, o instituto da extradição reveste-se de especial importância na medida em que os avanços tecnológicos experimentados pelos meios de transporte, bem como a intensificação do fluxo de pessoas nas fronteiras geográficas interestatais, facilitam a evasão, para outros países, de criminosos que objetivam escapar da persecução penal.

Não se deve ainda olvidar que o controle e a repressão da atuação de redes criminosas transnacionais – fenômeno também relacionado à globalização – somente serão efetivos mediante a adoção de mecanismos de cooperação judiciária internacional, entre os quais se insere o instituto da extradição.

Cumprе, também, registrar que os dispositivos do acordo não confrontam com normas e princípios constitucionais. Não se autoriza, por exemplo, a extradição de nacionais (art. 4º, alínea “a” do tratado), regra também constante do art. 5º, LI, da Constituição Federal.

Ressaltamos, por fim, que, com vistas a impedir eventuais conflitos de normas, o art. 25 dispõe que a Convenção substitui outras convenções ou acordos bilaterais sobre extradição anteriormente celebrados entre as partes. Permite-se, no entanto, a celebração de tratados bilaterais para completar suas disposições ou facilitar a aplicação de seus princípios.

## III – VOTO

Diante do exposto, por ser constitucional, legal, de boa técnica legislativa, além de conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.

 , Presidente

 , Relator

relator  
"Ad Hoc"

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **280**, DE **2008**  
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/03/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b>	
<b>RELATOR "AD HOC": SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Relator "ad hoc"</i>
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

## **PARECER Nº 22, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto nº 282, de 2008 (nº 398/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

**RELATOR “AH HOC”:** Senador **EDUARDO SUPLICY**

**RELATOR:** Senador **PEDRO SIMON**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Decreto Legislativo em apreço visa a aprovar o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

O artigo primeiro assenta no ordenamento pátrio o caráter impositivo que se pretende com a proposição em apreço, e seu parágrafo único reafirma que qualquer complementação que se queira fazer no presente acordo, esta terá que ser, também, submetida à apreciação do Congresso Nacional.

Por último, o artigo segundo dá vigência à norma, na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Este é o Relatório



## II – ANÁLISE

Cabe, inicialmente, apontar que é competência do Poder Executivo assinar o acordo em exame, nos termos do art. 84, VIII, da Constituição Federal. Compete ainda ao Congresso Nacional sobre ela decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada, conforme o art. 49, I, da Carta Política.

Na Exposição de Motivos, constante na Mensagem ( nº 712/2007) que propõe o acordo, o Ministro das Relações Exteriores informa que o presente instrumento “visa a dar prosseguimento às ações referentes à construção de uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o Rio Jaguarão, incluindo a infra-estrutura complementar necessária e seus acessos, situada nas proximidades da cidade de Jaguarão, no Brasil, e de Rio Branco, no Uruguai”, ressaltando que, segundo os termos do acordo, será também examinada “a possibilidade de se estabelecer um sistema integrado de passo de fronteira, reservando a atual ponte Internacional Barão de Mauá para o trânsito de veículos leves, já que apresenta limitações para o tráfego internacional de passageiros e de carga”.

É de se destacar que o presente acordo visa ao desenvolvimento sócio-econômico dos dois países na região, à consolidação do Mercosul e à integração física da América do Sul, coadunando-se com os dispositivos constitucionais que regem nossas relações internacionais, em particular, com o disposto no art. 4º, inciso IX e parágrafo único, da Constituição Federal.

O instrumento internacional em apreço conta com sete artigos em sua seção dispositiva, dentre os quais destacamos o Artigo I, que dispõe sobre o citado compromisso das Partes em construir uma segunda ponte internacional rodoviária sobre o Rio Jaguarão, com possibilidade de se estabelecer no local um sistema integrado de passo de fronteira, reservando a atual Ponte Barão de Mauá para o trânsito de veículos leves.

Para tanto, as Partes concordam que seguirá vigente a Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia, criada em 2004, integrada por cinco membros de cada delegação, representantes dos Ministérios dos Transportes, das Relações Exteriores, dos Governos locais e da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Artigo II).

Nos termos dos Artigos III e IV, a Comissão deverá considerar, em seus trabalhos, os dispositivos do “Tratado da Bacia da Lagoa Mirim”, de 1977, e terá competência, dentre outras, para:

- a) preparar documentação necessária a fim de elaborar os Termos de Referência relativos aos estudos técnicos, físicos, ambientais, econômicos, financeiros e legais do empreendimento, que será executado sob o regime de obra pública, e
- b) validar o projeto básico e os editais de licitação referentes à supervisão dos estudos e da construção da ponte, bem como ao projeto executivo e à execução da obra.

O Artigo V dispõe que os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da segunda ponte serão compartilhados entre Brasil e Uruguai, ficando cada Parte responsável pelas despesas referentes aos respectivos acessos à ponte, bem como às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional.

O Acordo entrará em vigor na data da recepção da segunda notificação, entre as Partes, de cumprimento das formalidades legais internas necessárias, substituindo o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá”, assinado em 21 de novembro de 2000 (Artigos VI e VII).

Cumprе registrar que, em fevereiro do ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou seu colega uruguaio Tabaré Vasquez, encontro do qual resultaram, dentre outros, um Acordo para restauração da Ponte Barão de Mauá e um novo Acordo de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, ora em exame.

O debate sobre a questão das pontes que dão acesso ao território uruguaio pela cidade de Jaguarão não é um tema novo nas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Já se pode constatar a situação precária em que se encontra a Ponte Mauá, uma ponte de 340 metros de extensão, concluída em 1930, que se encontra sujeita a uma carga diária bem superior à sua capacidade.

O Acordo para restauração da Ponte Mauá foi assinado por simples troca de notas e se espera o início das obras para o final do primeiro semestre de 2008, fato que virá a afastar os temores de danos à economia local em decorrência de uma eventual interdição da ponte.

Por outro lado, a construção de uma segunda ponte não só preservará a Ponte Mauá, ao destiná-la ao trânsito de veículos leves, como também poderá trazer enormes benefícios sócio-econômicos para aquela região, se considerarmos que a rota por Jaguarão pode se tornar prioritária para o intercâmbio comercial Brasil-Uruguai, por encurtar sensivelmente o trajeto Porto Alegre-Montevidéu.

### III - VOTO

Nos termos acordados, a obra, tida pelas autoridades sul-americanas como prioritária para a integração física da América do Sul, terá seus custos compartilhados entre Brasil e Uruguai, ficando cada Parte responsável pelas obras de acesso em seus respectivos territórios, sendo mantida a Comissão Mista Brasileiro-Uruguia anterior, criada em 2004, que se encarregará dos trabalhos preparatórios para a sua execução.

Em suma, o presente Acordo visa ao desenvolvimento sócio-econômico dos dois países na região, à consolidação do Mercosul e à integração física da América do Sul, coadunando-se com os dispositivos constitucionais que regem nossas relações

internacionais, em particular, com o disposto no Art. 4º, inciso IX e Parágrafo único, da Constituição Federal.

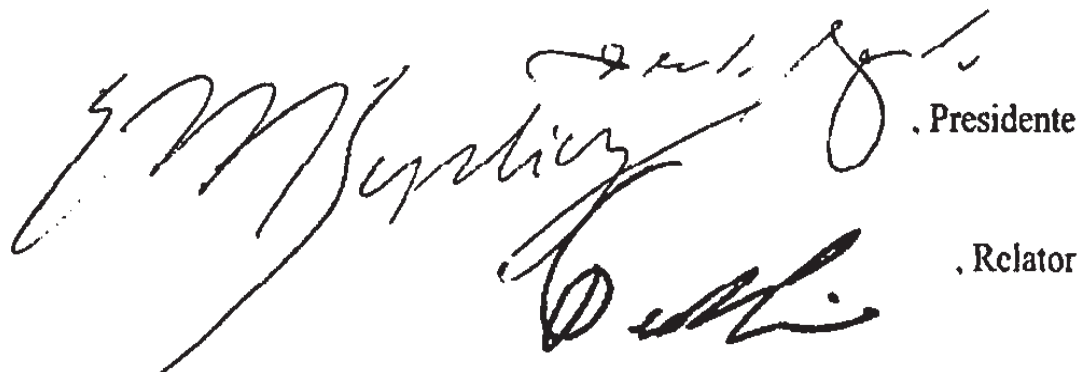
Conforme determina o art. 103, inciso I do Regimento Interno desta Casa, compete a este Colegiado o exame do mérito desta proposição.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do acordo. Ambos encontram-se em consonância com as disposições constitucionais vigentes e com os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor no País.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição aos textos analisados.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.



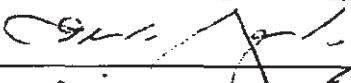

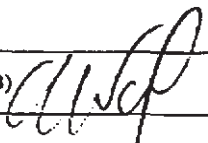

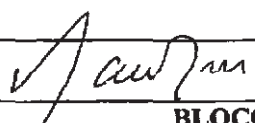
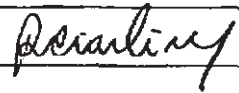
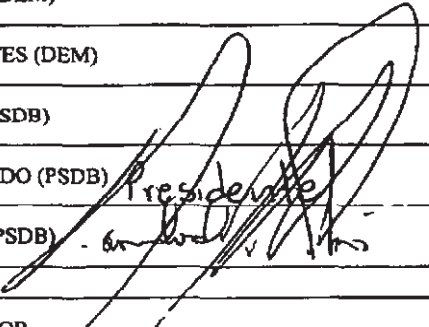
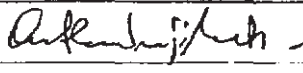
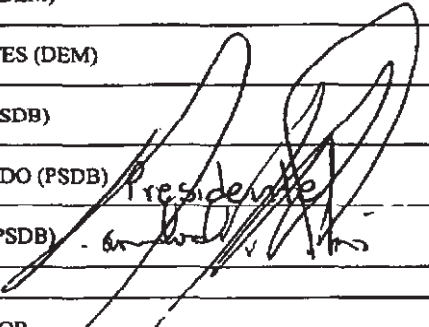
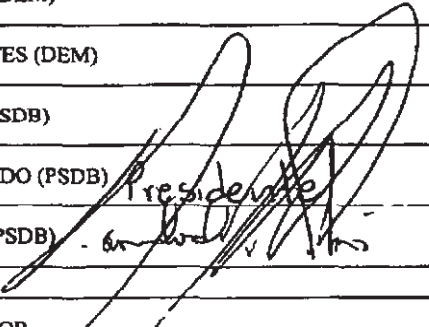

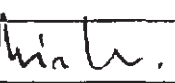
, Presidente

, Relator

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 282, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO 	
RELATOR "AD HOC": SENADOR EDUARDO SUPLCY 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLCY (PT) <i>Relator "Ad Hoc"</i>	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TRIVÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT) 
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE 	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM) 
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR 	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE 

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:**

.....

**IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;**

.....

**Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.**

.....

**Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:**

**I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;**

.....

**Seção II**  
**Das Atribuições do Presidente da República**

**Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:**

.....

**VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;**

.....

Publicado no Diário do Senado Federal, de 11/3/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10658/2009)

## **PARECER**

### **Nº 23, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2008 (nº 408/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

#### **I – RELATÓRIO**

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 507, de 16 de julho de 2007 — o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. Referida mensagem dá notícia de que o acordo foi celebrado nesta Capital, em 25 de maio de 2007.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que o Acordo tem por objetivo incrementar o fluxo de turistas e de investimentos entre ambos os países. Esclarece ainda que os principais pontos são o estímulo à cooperação entre os órgãos oficiais de turismo e outras organizações correlatas de ambas as Partes, a



cooperação entre peritos de ambos os países e o compromisso de coibir as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 19 de julho de 2007. Ele foi aprovado por aquela Casa legislativa em 11 de novembro de 2008 e remetido à apreciação do Senado em 11 de novembro de 2008.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em seqüência, distribuída.

## II – ANÁLISE

Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o Acordo estipula que as Partes devem estimular a colaboração entre seus órgãos oficiais de turismo e outras organizações correlatas, além de promover a cooperação entre entidades do setor privado de seus respectivos países, visando ao desenvolvimento da infra-estrutura para viagens turísticas. O documento estabelece, também, o intercâmbio de informações entre os dois países acerca de suas legislações em vigor concernentes à atividade turística, o respeito à realidade cultural, histórica e social de cada país, a facilitação da importação e exportação de documentos e de material de promoção turística e o fomento à discussão e ao intercâmbio de informações sobre taxas, investimentos, bem como incentivos que cada país ofereça aos investidores estrangeiros.

O acordo prevê, por igual, que as Partes deverão facilitar o estabelecimento e a operação de órgãos oficiais de turismo do outro país em seus respectivos territórios, promoverão a cooperação entre peritos de ambos os países e estimularão alunos e professores de turismo a aproveitar as oportunidades de bolsas de estudo oferecidas por faculdades, universidade e centros de treinamento do outro país. O instrumento dispõe, ainda, que as Partes atuarão de acordo com as recomendações da Organização Mundial do Turismo, além de se comprometerem a envidar esforços a fim de coibir as atividades turísticas relacionadas com os

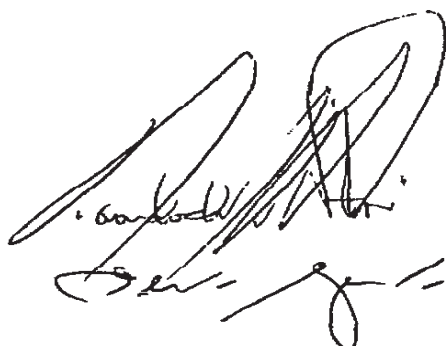
abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana e a trocar informações e resultados de pesquisa e projetos realizados no âmbito do “Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo”, tendo por base a Declaração da Organização Mundial de Turismo adotada pela Resolução 338 da Assembléia Geral, celebrada no Cairo, Egito, de 17 a 22 de outubro de 1995.

O acordo em análise entrará em vigor na data da última notificação, entre as Partes, de cumprimento dos requisitos legais internos, bem como terá vigência de cinco anos, automaticamente renováveis por iguais períodos, salvo em caso de denúncia, e poderá ser revisado, emendado ou complementado pelo comum acordo das Partes.

### III – VOTO

Tendo em consideração o interesse nacional e o relacionamento entre os Estados partes, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo n. 284, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.



, Presidente

, Relator

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 284, DE 2008  
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/03/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR <u>Flora Ribeiro</u>	
RELATOR: SENADOR <u>EDUARDO AZEREDO</u>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLEY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 – ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIVÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – LEOMAR QUINTANILHA

GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosálba</i>
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ALVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Relator</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Presidente</i>	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA - GERAL DA MESA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

#### Seção II Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

## **PARECER**

### **Nº 24, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008 (nº 735/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

**RELATOR: Senador JOÃO TENÓRIO**

#### **I – RELATÓRIO**

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à consideração congressional — mediante a Mensagem nº 134, de 19 de março de 2008 — o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que o Memorando de Entendimento objetiva estabelecer diálogo permanente entre as Partes sobre política energética no tocante a interesses comuns, bem como encorajar instituições dos setores público e privado a identificar áreas prioritárias de cooperação no campo da pesquisa e do desenvolvimento de bioenergia. Determina, ainda, o estabelecimento de um Grupo de Trabalho com objetivo de conduzir a implementação das iniciativas de cooperação conjuntas e prevê, de modo adicional, que ambos as Partes identifiquem oportunidades para auxiliar países em desenvolvimento no campo dos biocombustíveis e para cooperar com organizações multilaterais e bancos de desenvolvimento visando à promoção de opções de energias renováveis.

O Memorando de Entendimento, composto de nove dispositivos, foi apresentado à Câmara dos Deputados em 27 de março de 2008, obteve aprovação por aquela Casa Legislativa em 30 de outubro de 2008 e foi remetido à apreciação do Senado na mesma data.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída.

## II – ANÁLISE

Cumprе ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O instrumento internacional em análise é composto por nove dispositivos denominados seções. A primeira seção estabelece o escopo do diálogo sobre políticas energéticas, de forma a estreitar vínculos e tratar de questões de interesse mútuo das Partes. Conforme a Seção 2, os Países contratantes comprometem-se a encorajar a cooperação entre as respectivas organizações e instituições, públicas e privadas, envolvidas na pesquisa e no desenvolvimento da bioenergia, incluindo os biocombustíveis, tendo em vista a melhora de desempenho técnico, o aumento da eficiência e a promoção do desenvolvimento sustentável. A Seção 3 confere a possibilidade de cooperação com terceiros países, bem como com organizações multilaterais e bancos de desenvolvimento; e, de acordo com a Seção 4, as Partes procurarão estimular o comércio bilateral na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis.

A Seção 5 institui um Grupo de Trabalho, integrado por representantes de alto nível de cada Governo, para conduzir a implementação das atividades realizadas no âmbito do Memorando. As disposições acerca dos custos de implementação estão definidas na Seção 6, a qual determina que os custos estarão sujeitos à disponibilidade de fundos apropriados e serão pagos pelo Participante que neles incorra, salvo acordo mútuo em contrário. Por sua vez, as Seções 7, 8 e 9 definem as regras acerca, respectivamente, de eventuais emendas, controvérsias e da entrada em vigor, vigência e denúncia do Memorando de Entendimento.

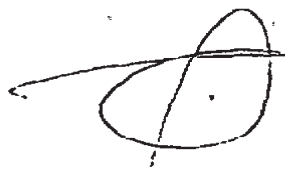
O presente Memorando é marco importante tanto para o relacionamento bilateral quanto para o estabelecimento de política bioenergética a vincular ambos os países. Destaca-se, por igual, a circunstância de o tratado vincular Estado pertencente a região do globo que debate, no momento presente, a definição de sua matriz energética. Cuida-se, pois, de importante precedente no sentido de impulsionar, de maneira determinante, a adoção de biocombustíveis nessa matriz. Trata-se, em resumo, de acordo internacional de destacado relevo a vincular dois países com sólido relacionamento internacional em campo temático de superlativa importância nos tempos de agora.

## III – VOTO

Tendo em consideração a importância do Memorando na cooperação entre os dois países, bem como no desenvolvimento bilateral de fontes de energia de baixo custo, limpas e sustentáveis, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008.

Sala da Comissão, 5 de março de 2009.


, Presidente


, Relator

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 281, DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 5 / 3 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b>	
<b>RELATOR: SENADOR JOÃO TENÓRIO</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIVÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
VAGO	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYÁ	1 - CRISTOVAM BUARQUE



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:**

**I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;**

.....

**Seção II**  
**Das Atribuições do Presidente da República**

**Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:**

.....

**VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;**

.....

**PARECER**  
**Nº 25, DE 2009**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 4, de 2009 (nº 16/ 2009, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do *Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO CE*.

**RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE**

**I – RELATÓRIO .**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem nº 4, de 2009, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO CE*.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o programa contará com recursos totais de US\$ 50 milhões, a serem aportados com esse empréstimo do BID e com contrapartidas do Estado do Ceará no montante de US 9 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA472235.

Ela se processará na modalidade de empréstimo em Moeda Única, na qual incidem juros vinculados à LIBOR trimestral para dólar norte-americano, mais margens para remuneração do capital ordinário e para cobertura de custos incorridos pelo BID.

De acordo com cálculos da STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4,67% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR.

## II – ANÁLISE

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como das disposições constantes da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) – LRF.

Atendendo as determinações desses normativos, a STN emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Ceará no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

A STN, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.666, de 12 de dezembro de 2008, informa que *consulta realizada, em 10 de dezembro de 2008, por meio eletrônico, indicou a existência de débito em nome do Governo do Estado de Ceará junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, relativamente a Tributos e Contribuições Federais (SRF/Dívida Ativa da União)*. Nesse aspecto, estaria sendo descumprida a exigência definida no § 1º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 29 de dezembro de 2008, portanto posterior ao da STN\COREF, informa que, naquela data, o Estado do Ceará encontrava-se adimplente com a União e suas entidades. A verificação dessa adimplência foi realizada pela PGFN mediante consulta aos CNPJs da Administração Direta.

Relativamente às demais exigências para a prestação de garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado do Ceará. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Ceará nos últimos anos.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) o Estado do Ceará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Assim, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e nos §§1º e 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das Resoluções nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) Os limites de endividamento da União são atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN nº 1.666, de 2008.

b) O Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 2.958, de 29 de dezembro de 2008, conclui, ao examinar as cláusulas da minuta contratual, que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie.

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam no Plano Plurianual (PPA) Estadual para o período 2008-2011.

Ainda de acordo com a STN, a Lei Estadual nº 14.054, de 7 de janeiro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Ceará para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações para a execução do projeto. Para o exercício de 2009, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado informa que o Programa em tela consta do Projeto de Lei Orçamentária, com dotações para pagamento dos respectivos dispêndios.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário dispõe de dotações necessárias à execução do programa no exercício de 2009.

d) Os Pareceres nºs 1.394 e 1.563, de 2008, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), ressaltam que a operação de crédito pretendida pelo Estado de Ceará atende aos limites definidos nas Resoluções nos 40 e 43, de 2001.

Enfatizam, ainda, que a operação de crédito em exame se acha inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, e não caracteriza violação dos acordos de refinanciamento firmados junto à União. Além disso, os compromissos pactuados e as metas acordadas têm sido cumpridos regularmente pelo Estado do Ceará, conforme estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN).

Dessa forma, a operação de crédito atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 4,67% a.a., constitui um indicativo aceitável pela STN em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro, em dólar, no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado de Ceará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

### III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2009**

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

**Parágrafo único.** Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO CE*.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor:** Estado do Ceará;
- II – credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- III – garantidor:** República Federativa do Brasil;
- IV – valor:** até US\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – prazo de desembolso:** até quatro anos contados a partir da vigência do contrato;
- VI – amortização:** em parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira quatro anos e seis meses após o início da vigência do contrato e a última o mais tardar vinte anos após a assinatura do contrato;



**VIII – juros:** exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações do LIBOR, mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

**IX– comissão de crédito:** até 0,75% ao ano, a ser estabelecida periodicamente pelo BID, e calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

**X – despesa com inspeção e supervisão geral:** o mutuário será notificado de um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§1º. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§2º. Até trinta dias previamente ao primeiro desembolso, o mutuário deverá confirmar a opção pela taxa de juros, podendo ela ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID.

**Art. 3º** Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

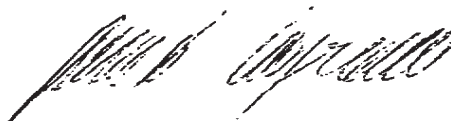
*Parágrafo único.* O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009.

, Presidente



, Relator



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 04, DE 2009  
NÃO TERMINATIVA**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)**

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTE (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)

**- Maioria (PMDB e PP)**

FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO

**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)**

ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROLSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-PAPALÉO PAES (PSDB)

**PTB**

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 25, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 08, de 2009 (MSF 4/2009), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 8/2009 – CRE

Brasília, 5 de março de 2009

**Assunto:** Comunica extinção e criação de Subcomissão.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a aprovação do Requerimento nº 2, de 2009-CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado por esta Comissão em reunião realizada no dia de hoje, que extingue a Subcomissão Permanente da Amazônia, originada pelo Requerimento nº 6, de 2003-CRE, e cria a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes.

Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira, expedientes referentes a substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos dos expedientes encaminhados.

São os seguintes os ofícios encaminhados:

Ofício nº 50/2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Tenório para integrar como titular a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 51/2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra, para integrar como titular a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 52/ 2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Alvaro Dias, para integrar como titular a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Arthur Virgílio.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 53/ 2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Arthur Virgílio, como suplente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Mário Couto.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 54/2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Arthur Virgílio, como suplente para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**,  
Líder do PSDB.

Ofício nº 55/2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Arthur Virgílio, para integrar como titular a Comissão de Assuntos Econômicos, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**,  
Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, expedientes referentes a indicações e substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos dos expedientes encaminhados.

A Presidência designa o Senador João Ribeiro e o Senador Antonio Carlos Valadares para integrarem, como suplentes, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos expedientes encaminhados.

São os seguintes os ofícios encaminhados:

Ofício nº 25/2009 – GLDBAG

Brasília, 3 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como membro titular e o Senador Paulo Paim como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura – CI, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 39/2009 – GLDBAG

Brasília, 5 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Ribeiro para membro suplente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 46/2009 – GLDBAG

Brasília, 9 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Roberto Cavalcanti para membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 49/2009 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares para membro suplente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 50/2009 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares para membro titular e o Senador Renato Casagrande para membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 51/2009 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renato Casagrande para membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, em substituição à Senadora Marina Silva em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 52/2009 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marina Silva como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 53/2009 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Inácio Arruda como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição à Senadora Marina Silva, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 61/2009

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC, da titularidade das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura – CI, e de Ciência, Tecno-

logia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, pelo Senador Valdir Raupp – PMDB/RO

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 63/2009

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação, como membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, o Senador Romero Jucá em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 64/2009

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação, como membro suplente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, o Senador Gerson Camata em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Senador Romero Jucá para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como Titular, e o Senador Gerson Camata para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como Suplente, nos termos dos expedientes lidos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 47/2009 – GLDBAG

Brasília, 9 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco de Apoio ao Governo cede ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL a vaga de suplente a que tem direito pela pro-



porcionalidade partidária, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício SF/GSJN Nº 135/2009

Brasília-DF, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo em vista o disposto no ofício nº 047/2009, do Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, cedendo à vaga de suplência da Comissão de Assuntos Sociais - CAS ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, indico o meu nome para integrar a referida Comissão.

Atenciosamente, – Senador **José Nery**, PSOL-PA.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Sr. Senador José Nery como suplente para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Srª Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Camata, pela ordem.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, nos termos do art. 14, solicito a V. Exª que me inscreva, se possível, para uma comunicação inadiável.

Obrigado a V. Exª.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Jarbas Vasconcelos, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem também.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela mesma motivação do Senador Gerson Camata, eu pediria a V. Exª que me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Após o Senador Valdir Raupp, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço a V. Exª que me inscreva pela Liderança da Maioria. Assim eu cederia a minha vez para o Senador Tião Viana, que estaria na fila.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição, pela ordem, para uma breve comunicação, ficando como suplente do Senador Raupp.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Raupp pediu pela Liderança.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe-me, Srª Presidente. Eu ia pedir para uma comunicação inadiável, mas eu estou assumindo exatamente hoje a Liderança da Maioria. Está vindo ainda o comunicado. Chegando o comunicado, eu passaria, e ficaria como terceiro inscrito para uma comunicação o Senador Tião Viana.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, o primeiro inscrito é o Senador Camata; o segundo, o Senador Jarbas Vasconcelos; e o terceiro, o Senador Tião Viana. Pela Liderança, temos aqui o Senador César Borges, que já fez a inscrição e deixou o documento, e o Senador Valdir Raupp, aguardando o documento do Líder do PMDB.

Como primeira oradora, por permuta com o Senador Paulo Paim, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, quero cumprimentar todos nesta abertura de sessão deliberativa do Senado da República.

Senadora Serys, eu não poderia deixar de registrar, neste meu pronunciamento, a satisfação com que li a reportagem da última pesquisa do Ibope, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, que foi feita em conjunto com o Instituto Patrícia Galvão e o Cultura Data, entre os dias 13 a 17 de fevereiro, com 2002 entrevistas em 142 Municípios em todas as regiões do Brasil.

E qual é a grande novidade que me traz à tribuna muito feliz, como tenho certeza absoluta de que deixará feliz também V. Exª? É que, por essa pesquisa, 90% dos brasileiros elegeriam uma mulher para cargo público, portanto numa demonstração clara de que há espaço para que as mulheres se encorajem cada vez mais a colocar os seus nomes à disposição, para serem submetidos às urnas.

Desses 90% dos brasileiros que disseram que elegeriam uma mulher para cargo público, 74% votariam

numa mulher para Prefeito, Governador ou Presidente da República, o que, do total dos 90% dos brasileiros correspondem a 67% dos brasileiros.

Então, bravas mulheres brasileiras, está aí aberta uma perspectiva extremamente positiva para quem desejar se candidatar a Prefeita, a Governadora e a Presidenta da República.

Então, era isso o que eu gostaria de fazer, até porque, pela União Interparlamentar, organização internacional com sede em Genebra, de 188 países, o Brasil ocupa o 141º lugar, uma posição quase no final do *ranking* em espaços políticos para as mulheres.

Portanto, se não há mais mulher ocupando cargo público, acho que o problema não é dos eleitores, porque os eleitores estão obviamente sinalizando que têm disposição. Então, acho que depende mesmo de nós termos coragem de nos candidatar e nos colocarmos à disposição do eleitorado para a escolha.

Além deste registro que muito nos animou, eu ainda gostaria de fazer um breve relato de uma atividade que fizemos em Santa Catarina. Apesar de beneficiar Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a solenidade foi no Município de Itapiranga, um Município no extremo oeste de Santa Catarina, um Município de colonização alemã. Este ano completa 180 anos a colonização alemã no Estado de Santa Catarina. E o Município de Itapiranga é um dos Municípios onde a cultura alemã é extremamente presente; foi lá, inclusive, que teve início a tradição da *Oktoberfest*. Foi o Município que primeiro realizou as festas de outubro. Mas foi no Município de Itapiranga que nós tivemos, sexta-feira passada, uma importante solenidade, que foi da assinatura dos contratos para a instalação de biodigestores, para produção de gás, na primeira etapa, e, na etapa seguinte, para produção de energia elétrica a partir dos dejetos suínos. Serão usados nesse contrato recursos da Eletrosul, do sistema estatal de energia elétrica do nosso País. A Eletrosul é vinculada à Eletrobrás. E a Eletrosul está aportando R\$2 milhões nesse projeto. É um projeto piloto. Vão ser instalados, inicialmente, 35 biodigestores em 29 Municípios, sendo boa parte, a maior parte em Santa Catarina, mas também vários Municípios do Rio Grande do Sul vão ser beneficiados, porque o projeto é para atender a bacia do rio Uruguai. É exatamente um projeto piloto porque a instalação desses biodigestores vai permitir que se faça uma boa análise e um acompanhamento detalhado a respeito, digamos, da consequência e do saneamento possível de ser feito, gerando energia daquilo que é, eu não tenho dúvida, um dos maiores problemas ambientais do País.

A questão dos dejetos suínos é gravíssima: O oeste de Santa Catarina, parte do sul de Santa Ca-

tarina, onde nós temos uma produção de suinocultura em larguíssima escala, são áreas profundamente degradadas, com todo o sistema hídrico contaminado praticamente, com o lençol freático também já contaminado. Além da contaminação, ainda nós temos uma outra situação que está comprovada: a vinculação entre a produção em larga escala da suinocultura e o aumento e a incidência de câncer, inúmeros, vários casos de câncer, cuja incidência é extremamente elevada nas regiões de produção extensiva de suinocultura, como também, Senadora Serys Slhessarenko, o aumento significativo dos casos de anencefalia, ou seja, de crianças que nascem sem cérebro. Portanto, temos um problema ambiental e um problema de saúde gravíssimo nas regiões onde é desenvolvida, em larga escala, a suinocultura.

Por isso, ter um projeto que dê uma destinação adequada aos dejetos, sendo colocados em locais corretos, esses dejetos produzindo nos biodigestores o gás – e, através da produção do gás, pode ser feito todo o aquecimento, iluminação, ou seja, para as próprias propriedades já tem utilidade –, como também, na segunda etapa, poder ter a geração da energia elétrica e este excedente ser jogado na rede, ou seja, dar ainda uma condição não só de boa utilização, para sanear o ambiente dos dejetos, mas ainda dando um valor agregado a uma porcária – como a gente poderia dizer, que é o resultado dos dejetos dos suínos –, ou seja, permitir que os pequenos agricultores possam ainda agregar valor à sua propriedade, à sua produção da suinocultura, gerando energia, é algo extremamente positivo.

Por isso, participamos da solenidade, que foi muito concorrida. Esse projeto levou alguns anos, porque teve que mexer no marco regulatório, e ainda não está concluído, porque, para poder jogar, quando for produzida, na segunda etapa, a energia elétrica oriunda do gás advindo do biodigestor, vamos ter que modificar a legislação, porque a legislação brasileira ainda não permite que um produtor individual coloque na rede o excesso da energia produzida. Então, ainda vamos ter que fazer essa alteração. Mas, de qualquer forma, com esses R\$2 milhões que a Eletrosul está aplicando neste projeto – são 25 biodigestores, inicialmente, a serem instalados nos próximos cinco ou seis meses, em 29 Municípios –, milhares de agricultores vão ser beneficiados. Por isso, nós ficamos extremamente satisfeitos, felizes de participar desse evento e de acompanhá-lo.

A previsão é de que, com o monitoramento e comprovando-se os resultados benéficos, em termos ambientais, em termos de saúde, nós poderemos ter um grande projeto de produção de gás e energia no



Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Já há, inclusive, os cálculos de que a produção de gás e de energia elétrica advinda de biodigestores, nos três Estados, somando todos os produtores de suínos, que têm proximidade, nós teríamos condição de gerar o equivalente a uma usina hidrelétrica de aproximadamente 300 MW, que é uma usina, praticamente, de grande porte. Não é uma das megausinas, como a do rio Madeira, mas é uma usina de porte bastante razoável. Volto a dizer, não só resolvendo o problema de geração de energia, porque é importante o Brasil ter continuidade em ampliação e diversificação da sua matriz energética, mas, fundamentalmente, termos a solução do problema ambiental e de saúde.

Neste projeto, além dos recursos e da equipe técnica da Eletrosul, contamos com a participação ativa da Unoesc (Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Via Campesina e da organização dos agricultores familiares de toda a região do Oeste de Santa Catarina e também do Rio Grande do Sul. Portanto, foi um projeto que demorou, mas que tem tudo para ser extremamente bem sucedido. O projeto foi até agora e continuará sendo tocado a muitas mãos para o sucesso e a melhoria da condição de vida das pessoas.

E houve algo no meu deslocamento para a região de Itapiranga, no Extremo Oeste de Santa Catarina, que me chamou profundamente a atenção, Senador Tião Viana. Em Santa Catarina, há um costume, que acredito que deve haver em vários Estados, que é o de aproveitar as placas de sinalização das rodovias, o lado preto da placa, o verso da placa, que normalmente se picha com *spray* branco. Eu até fotografei, porque, vai passando o tempo, as coisas vão acontecendo, muitas coisas vão mudando, e me chamou muito a atenção a quantidade de placas lá no Extremo Oeste de Santa Catarina com a frase: “Não à Alca”. Lembra da Alca, Senador Tião? Há três, quatro, cinco anos ou pouco mais, seis anos, essa era uma das grandes bandeiras, não é, Senadora Serys? “Não! Nós não podemos nos submeter aos Estados Unidos. O processo de colonização vem com a Alca. Vão nos subjugar, vão tirar os interesses do nosso País, a nossa soberania.” E ninguém mais fala disso, até porque, atualmente, se há alguém que tem direito a dar alguma lição para os protagonistas do mercado, que regem tudo, “Estado mínimo”, “vamos integrar, globalizar” –, está aí: os responsáveis eram exatamente os protagonistas da famosa Alca, que nós não só conseguimos tirar do cenário como também demonstrar, de forma inequívoca, que era absolutamente impossível o Brasil se subordinar àquela lógica.

Estamos agora enfrentando uma crise internacional gravíssima com muito mais soberania e condições, com a diversificação das nossas pautas e nossa balança comercial, as exportações, o fortalecimento do mercado interno e numa condição que, se a gente dissesse há seis ou sete anos que não haveria Alca e que quem a estava propondo estaria hoje nessa situação – os Estados Unidos –, todos nos chamariam de loucos.

Portanto, quando vi várias daquelas placas – “não à Alca”, “não à Alca” –, tive o mesmo sentimento do “Fora FMI!”, ou seja, saiu daqui, não veio mais fazer fiscalização, que vá fiscalização onde deve, que é nos Estados Unidos; e aqueles que nos queriam colocar uma coleira e nos amarrar e nos atrelar aos interesses econômicos dos grandes impérios demonstram sempre, no final das contas, que não servem nem ao seu País nem aos interesses da humanidade.

Eu apenas trago essa história da placa, porque ela realmente me chamou muita atenção e acabei fazendo, ao passar as placas pela estrada, um retrocesso, um verdadeiro *vídeo tape* do que foram as nossas lutas e de como está hoje o mundo, como está hoje o Brasil, numa situação totalmente diferenciada.

Então, era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente. Agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim por ter me cedido o espaço para eu poder fazer meu pronunciamento.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Ideli.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Gerson Camata.

Em seguida, pela inscrição, por permuta com o Senador Paulo Paim – o que é meio complicado, porque já houve uma permuta com o Senador Marco Maciel –, o Senador Cristovam Buarque, logo após a comunicação inadiável do Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria registrar a visita que o Presidente da República fez ao Espírito Santo na última sexta-feira, que representou, efetivamente, três importantes eventos para o Brasil e não só para o Espírito Santo.

No primeiro deles, o Presidente da República lançou, no bairro do Complexo de São Pedro, em Vitória, o Pronasci. É um movimento, uma ação do Governo Federal, pela primeira vez, contra a violência. Porque o problema da violência no Brasil era assim: o Secretário de Segurança empurrava para o Prefeito, o Prefeito para o Governador e assim por diante. Agora, o Governo Federal resolveu atuar na área da violência,

fazendo um programa de alto alcance social, acolhendo os jovens, construindo equipamentos na área da convivência comunitária nas regiões mais pobres e instituindo as Mães da Paz – senhoras que recebem R\$180,00 por mês para olharem a comunidade, vigiarem a comunidade, aconselharem os jovens e, quando virem um jovem se desviar, chamarem o pai e a mãe para conversar e, como última instância, chamarem a ação policial, policiais treinados na convivência com aquela população.

Trata-se da primeira intervenção que eu vejo do Governo Federal, na história da..., na minha história, pelo menos durante esse tempo em que fui Deputado Federal, Senador, Governador e Vereador na área da segurança. O programa-piloto já entra com R\$49 milhões. Trata-se, então, de uma ação efetiva, não é uma conversa fiada, não é uma pregação. E o Presidente da República ressaltou muito ali – e é necessário que nós todos políticos comecemos a fazer isto – a importância da família na contenção da violência a que assistimos hoje, na banalização da vida.

Ele até tirou um pouco do discurso que o Governador Paulo Hartung costuma fazer, dizendo que o professor é muito bom, mas não adianta o pai colocar um filho no mundo e mandá-lo para a escola achando que o Governo vai tomar conta do filho ou criá-lo. O professor é bom para ensinar geografia, ensinar português, ensinar matemática, ensinar para a vida, mas quem impõe limites, quem educa para servir, para conviver, para respeitar é o pai e a mãe. Eles são indispensáveis no processo de educação das crianças e dos homens, dos seres humanos.

Dali, fomos para Cacimbas, no Município de Linhares – o Senador Casagrande estava junto com a gente –, onde o Presidente inaugurou a terceira etapa da usina de processamento de gás de Cacimbas. Sr<sup>a</sup> Presidente, para a senhora ter uma idéia da importância que ela tem, metade do gás de cozinha produzido no Brasil é produzido em Cacimbas. Metade, 50%. Veja V. Ex<sup>a</sup>! Tem uma parte que é importada. E, quando entrar a quarta etapa, praticamente vão uns 70%, porque depois tem o Polo de Anchieta do Sul, que vai talvez produzir já gás de cozinha, GLP, para exportação.

Mais outro fato importante: 20 milhões de metros cúbicos, dois terços do que a Bolívia nos manda diariamente, de gás natural são enviados para Vitória e para o Rio de Janeiro, produzidos nessa usina de processamento de gás natural situada lá no Espírito Santo. É talvez o maior parque de gás da América do Sul, tirando talvez o da Bolívia, mas é um parque de gás. Sendo que o da Bolívia não produz GLP, produz apenas o GNV.

Outro evento muito importante ocorrido em meu Estado é que o Presidente da República também inaugurou de uma vez só quatro escolas técnicas no Espírito Santo. Inaugurou, conversando, pelo telão, com os Prefeitos Borotto, lá em São Mateus, Wilson Japonês, lá em Nova Venécia, Devens, lá em Aracruz, e o Prefeito Guerino Zanon, lá em Linhares.

Para se ter uma idéia do que isso representa para o Espírito Santo, em 1909, o Presidente da República de então inaugurou a primeira escola técnica do Estado. Em 1909! De lá para cá, foram construídas mais duas escolas técnicas. Em cem anos! O Presidente Lula, de uma vez só, inaugurou quatro, e há sete em construção. Quer dizer que, em quatro anos, o Presidente Lula está fazendo no Espírito Santo onze escolas técnicas, quando em cem anos só construímos três. Acho que é um dado muito importante para a educação.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, Senador.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Ocorreu um fato muito interessante. Quando o Presidente da República estava inaugurando a terceira etapa da usina de Cacimbas, onde se processa o gás natural e se separa e faz o gás de cozinha, o Ministro Fernando Haddad, da Educação, estava presente. E essa escola de São Mateus já está funcionando e tem um curso de preparo de jovens para a indústria do petróleo. E, aí, o Ministro resolveu perguntar: “Quantos de vocês [estavam os operários ali] são alunos da escola técnica?” Mais da metade. Já tinham saído da escola técnica e já estavam trabalhando na maior usina de gás do território brasileiro.

De modo que foram fatos muito importantes para o Espírito Santo: a instalação do Pronasci; a inauguração de quatro escolas técnicas de uma vez só e o início de construção de sete escolas técnicas; e a inauguração do maior parque de processamento de gás natural e de gás de cozinha do Brasil.

Quero agradecer ao Presidente Lula a visita que fez, o empenho tanto da Petrobras e do Ministério da Educação quanto do Ministério da Ação Social e do Ministro Tarso Genro, que andei até criticando aí por causa do italiano Battisti. Discordo dele nesse ponto, mas concordo com ele na ação que ele exerce em favor do Pronasci.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente. Obrigado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque como inscrito, a Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que o Senado Federal

está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí.

Nos termos do Regimento, nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex<sup>as</sup> indicarem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lida a seguinte:

Ofício nº 49/2009-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar como titular a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, é para registrar o voto de pesar, que inclusive já encaminhei à Mesa, à família do Padre Sérgio Maykot, que faleceu dia 6 de março passado, aos 60 anos, vítima de infarto. O Padre Sérgio Maykot era Doutor em Escrituras Sagradas pela Universidade Gregoriana em Roma, professor do Instituto de Teologia do Estado de Santa Catarina e foi porta-voz do XV Congresso Eucarístico Nacional, que foi realizado em Florianópolis.

Então, queríamos estender a toda a família do Padre Sérgio e a toda comunidade católica catarinense essa perda irreparável, que deixou a todos nós profundamente entristecidos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sr<sup>a</sup> Senadora, será lido expediente neste sentido de imediato pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 178, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família do Padre Sérgio Maykot, que faleceu dia 6 de março passado, aos 60 anos, vítima de infarto. Doutor em Escrituras Sagradas na Universidade Gregoriana, em Roma, era filho de tradicional família ligada ao comércio de Florianópolis. Professor do Itesc, foi porta-voz do 15º Congresso Eucarístico Nacional, realizado também em Florianópolis.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado pela Senadora Ideli Salvatti, e o requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 179, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação no período de 15 a 18 de março de 2009, na XVI **Sessão do Parlamento do MERCOSUL**, que se realizará na cidade de Montevideu, no Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39 comunico que estarei ausente do País no período de 14 a 19 de março de 2009.

Sala das Sessões 10 de março de 2009. – Senador **Sérgio Zambiasi**

#### REQUERIMENTO Nº 180, de 2009

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 13 a 18 de março do ano em curso, para fins de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo para atender a missão.

Sala das Sessões 10 de março de 2009. – Senador **Romeu Tuma**.

**REQUERIMENTO Nº 181, DE 2009.**

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial das Águas, a realizar-se em Istambul-Turquia, entre os dias 16 a 22 de março do corrente, REQUEIRO, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa naquele período.

Em cumprimento do que prescreve o art. 39 do mesmo Diploma, comunico que do dia 13 ao dia 22 de março estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senadora **Marisa Serrano**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 182, DE 2009**

*Requer VOTO DE APLAUSO ao poeta SÉRGIO VAZ, pela iniciativa de criação, na periferia de São Paulo, de centro cultural popular, em moldes cooperativos, para promoção da poesia.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao poeta SÉRGIO VAZ, pela iniciativa de criação, na periferia de São Paulo, de centro cultural popular, em moldes cooperativos, para promoção da poesia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

### **JUSTIFICATIVA**

SÉRGIO VAZ, figura simples, é poeta e, nos últimos sete anos, movimenta a Cooperifa, entidade por ele criada na periferia paulistana, arredores de Taboão da Serra. Trata-se de vitoriosa iniciativa, que reúne periodicamente moradores da vizinhança para ouvir e declamar poesia. A Cooperifa é atualmente fenômeno cultural que tem levado ao subúrbio intelectuais e classe média.

Trata-se, pois, de mais uma iniciativa de grande valor para a literatura brasileira, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009

**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**

## **REQUERIMENTO Nº 183, DE 2009**

*REQUER Voto de Pesar pelo falecimento de ORLANDO DIAS, irmão dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, ocorrido no Estado do Paraná.*

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE PESAR pela morte do Senhor ORLANDO DIAS, ocorrida este mês, no Estado do Paraná.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família, por intermédio dos Senadores Álvaro e Osmar Dias.

### **JUSTIFICATIVA**

Sensibiliza-me e também a esta casa o falecimento do Sr. Orlando Dias. Irmão-mais velho de Álvaro e Osmar Dias, nossos Colegas neste Senado, Orlando, que morava no Paraná, foi quem orientou o início da trajetória política dos dois.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009

**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 184, DE 2009**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, para que envie, no estrito prazo constitucional, as seguintes informações a respeito do cadastramento das Organizações Não-Governamentais que atuem na região amazônica:

- 1) Quais as ONGs que atuavam na amazônia;
- 2) Quais as que se cadastraram;
- 3) Os dados do cadastro das que se cadastraram.

### **Justificação**

A questão a respeito da atuação das Organizações Não-Governamentais na região amazônica é extremamente controversa. Recentemente, ocorreu o cadastramento das organizações que atuavam naquela região. Dentro desse contexto, cabendo a esta Casa o poder constitucional indelegável de fiscalizar, o presente requerimento é essencial para termos o verdadeiro cenário da atuação de estrangeiros dentro naquela região.

Sala das Sessões, em 10 de Março de 2009.

Senador RAIMUNDO COLOMBO

*(À mesa para decisão.)*

## **REQUERIMENTO Nº 185, DE 2009**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, para que envie, no estrito prazo constitucional, informações a respeito de possíveis demissões de funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO cedidos a Receita Federal do Brasil.

### **Justificação**

Temos recebido uma série de mensagens solicitando nossa interferência para tentar evitar um possível processo de demissão em massa de servidores do SERPRO cedidos à Receita Federal.

Tendo em vista o impacto social que tal medida poderia acarretar, solicitamos as informações ao Senhor Ministro da Fazenda a respeito do assunto, bem como os fundamentos legais em que tal medida está embasada.

Sala das Sessões, em 10 de Março de 2009

Senador RAIMUNDO COLOMBO

*(À Mesa para decisão.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 186, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do cientista **Armando de Mattos Filho**, do Rio de Janeiro, apresentando condolências à família.

### JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Rio de Janeiro está de luto com a perda do Dr. Armando de Mattos Filho, botânico e cientista de renome internacional, homem público que honrou o povo do meu estado nas funções que ocupou.

Dr. Armando de Mattos Filho dirigiu o Jardim Botânico durante muitos anos, inovando na criação de novas técnicas de pesquisas. Publicou vários trabalhos científicos, tais como: Contribuição ao conhecimento das floras do nordeste de Minas Gerais e da Bahia mediterrânea e Estrutura das madeiras brasileiras de angiospermas dicotiledôneas.

O pesquisador Armando de Mattos Filho foi o responsável por executar a nova organização da coleção científica de madeiras do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criando os arquivos e registrando as amostras de madeira. A grande maioria das fichas do arquivo atual foi confeccionada de seu próprio punho.

Sua morte representa uma perda irreparável para o Estado do Rio de Janeiro, que sempre teve em Armando de Mattos Filho um modelo de biografia pessoal e profissional.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse cientista destacado, que deixa a todos nós o legado da fraternidade, da amizade e da humildade.

À esposa Linda Mattos, aos seus filhos e aos demais familiares a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões, em 10 de Março de 2009.

**Senador PAULO DUQUE**



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## REQUERIMENTO Nº 187, DE 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o aliciamento de indígenas brasileiros por parte de traficantes internacionais de drogas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o aliciamento de indígenas brasileiros por parte de traficantes internacionais de drogas:

1. A Fundação Nacional do Índio-FUNAI tem conhecimento de que traficantes internacionais de drogas estariam aliciando indígenas brasileiros para que esses levem drogas para os grandes centros consumidores?
2. A Fundação Nacional do Índio-FUNAI tem levantamentos sobre o consumo de drogas pelos indígenas?
3. Que providências estão sendo tomadas para evitar essa situação?

### JUSTIFICATIVA

O jornal Diário do Amazonas, em sua edição de 16 de fevereiro do corrente, publicou matéria intitulada “Tráfico alicia índios, afirma ONG”, mostrando que traficantes internacionais que atuam nas áreas de fronteira do Brasil com a Bolívia, Peru e Colômbia estão pressionando para que indígenas brasileiros que vivem nas aldeias dessas regiões trabalhem como ‘mulas’ para levar drogas aos grandes centros consumidores.

Segundo a matéria, os traficantes estrangeiros atuam em várias frentes, desde a região conhecida como Cabeça do Cachorro, em Roraima, até a fronteira do Brasil com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul.

Assim, o requerimento que ora apresento tem por objetivo esclarecer junto à FUNAI que providências estão sendo tomadas no sentido de coibir a ação desses traficantes e que tipo de assistência está sendo prestada para os indígenas dessas aldeias.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
Líder do PSDB

## REQUERIMENTO Nº 188, DE 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre os contratos firmados entre esse Ministério e a empresa Dialog Comunicação e Eventos.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre os contratos firmados entre esse Ministério e a empresa Dialog Comunicação e Eventos.:

1. Quantos contratos e/ou convênios foram firmados com a empresa Dialog Comunicação e Eventos desde 2003 até a presente data?
2. Qual o total de recursos repassados à referida empresa durante o período acima citado?
3. Relacionar, para cada um dos contratos e/ou convênios firmados com a empresa Dialog Comunicação e Eventos, a modalidade de licitação adotada.
4. Relacionar, para cada um dos contratos e/ou convênios firmados com a empresa Dialog Comunicação e Eventos, seus objetivos e o valor repassado para a empresa.

### JUSTIFICATIVA

O jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de 20 de fevereiro do corrente, publicou nota intitulada "Sorte grande" mostrando que a empresa Dialog Comunicação e Eventos "faturou" R\$ 33 milhões em convênios com o governo Lula, embora tenha apenas 5 anos de existência.

A matéria mostra, ainda, que a Dialog, apesar de se declarar uma agência de publicidade, em sua descrição de atividades abrange toda sorte de eventos.

Enfim, o presente requerimento busca informações que pretendem dar transparência à relação entre a empresa e o Ministério das Cidades.

Sala das Sessões, em 10 de Março de 2009.

**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 189, DE 2009**

**Requeiro Voto de Estímulo para a ginasta Jade Barbosa, integrante da equipe brasileira de ginástica artística presente na última olimpíada, em Pequim, pelo esforço que faz para superar lesão no punho.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Estímulo para a ginasta Jade Barbosa, integrante da equipe brasileira de ginástica artística presente na última Olimpíada, em Pequim, pelo esforço que faz para superar lesão no punho.

Requeiro que este Voto de estímulo seja levado ao conhecimento da ginasta e de seus familiares.

#### **Justificação**

Apesar da lesão no punho direito ser rara e de não se conhecer, ainda, uma forma eficaz de tratamento, a ginasta Jade Barbosa ainda treina no Flamengo, mas sem usar as mãos. A sua lesão vem sendo apresentada e estudada em diversos congressos e clínicas nacionais e internacionais de medicina e, certamente, o tratamento necessário será encontrado. Ela conta com nossa solidariedade. Durante as Olimpíadas de Pequim, Jade mostrou-se uma excepcional ginasta. Por isso, é merecedora de nossa solidariedade e deste Voto de Estímulo que ora proponho.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 190, DE 2009**

**Requeiro Voto de Aplauso para o judoca Luciano Correa, pela medalha de prata conquistada na etapa de Budapeste da Copa do Mundo de Judô.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO para o judoca LUCIANO CORREA, pela medalha de prata conquistada na etapa de Budapeste da Copa do Mundo de Judô.

Requeiro que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e sua família, bem como à Confederação Brasileira de Judô.

#### **Justificação**

O judoca brasileiro Luciano Correa ficou com o segundo lugar na categoria até 100 quilos da etapa da Copa do Mundo em Budapeste, na Hungria.

Luciano, atual campeão mundial, perdeu a decisão para o cubano Oreidis Despaigne no golden score, após empate no tempo normal de luta. A medalha de prata foi a primeira da equipe principal do Brasil em 2009.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 191, DE 2009**

**Requeiro Voto de Aplauso para o atleta Jadel Gregório, pela vitória na prova do salto triplo do Meeting de atletismo de Karlsruhe, na Alemanha, no último dia 15 de fevereiro.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto De Aplauso para o atleta Jadel Gregório, pela vitória na prova do salto triplo do Meeting de atletismo de Karlsruhe, na Alemanha, no último dia 15 de fevereiro.

Requeiro, ademais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

#### **Justificação**

O brasileiro Jadel Gregório começou o ano de 2009 ganhando medalha de ouro. No último dia 15 de fevereiro, Jadel conseguiu a melhor marca do ano no salto triplo, garantindo a primeira colocação no Meeting de Karlsruhe, que aconteceu na Alemanha. Jadel atingiu a marca de 17,11m, superando o cubano Arnie David Girat, que cravou 17,07m. A terceira colocação ficou com outro cubano, Aléxis Copello, que chegou a 17,03m.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 192, DE 2009**

**Requeiro Voto de Aplauso para o tenista Thomaz Bellucci, pela conquista do vice-campeonato no Brasil Open, realizado na Costa do Sauipe, Bahia, no último mês de fevereiro.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o tenista Thomaz Bellucci, pela conquista do vice-campeonato no Brasil Open, realizado na Costa do Sauipe, Bahia, no último mês de fevereiro.

Requeiro que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e sua família.

#### **Justificação**

Em um jogo duro contra o espanhol Tommy Robredo, ex-número 5 da ATP, Thomaz Bellucci, o melhor tenista brasileiro da atualidade, vendeu caro sua derrota.

Com a pontuação pelo vice-campeonato, Bellucci alcançou a melhor colocação de sua carreira no ranking da ATP, subindo várias posições. Além de obter seu melhor resultado, o brasileiro agora faz parte do grupo de Gustavo Kuerten (campeão das edições de 2002 e 2004) e Fernando Meligeni (finalista em 2001), os outros dois brasileiros a atingirem a final do Aberto do Brasil.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 193, DE 2009**

**Requeiro Voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, que comemorou, no último dia 28 de fevereiro, 42 anos de existência.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, que comemorou, no último dia 28 de fevereiro, 42 anos de existência.

Requeiro, mais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado à Direção da SUFRAMA.

#### **Justificação**

A SUFRAMA tem o importante papel de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região e com-

pleta essas mais de quatro décadas na administração de um modelo de desenvolvimento consolidado, fundamental para os Estados da Amazônia Ocidental.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 194, DE 2009**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Cláudio Favieri, ocorrido no último dia 20 de fevereiro deste ano.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 20 de fevereiro, do jornalista Cláudio Favieri.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

#### **Justificação**

O jornalista Cláudio Favieri trabalhou em jornais alternativos e na Folha de S. Paulo, ganhando vários prêmios, entre eles o Vladimir Herzog, de Direitos Humanos.

O Voto de Pesar que ora proponho se justifica pela importância de Cláudio Favieri para o jornalismo combativo das décadas de 70 e 80.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 195, DE 2009**

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação no período de 15 a 18 de março deste, por ocasião da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevideú, Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno de Senado Federal, que estarei ausente do País, no respectivo período, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2009.

**Senador Inácio Arruda**

## **REQUERIMENTO Nº 196, DE 2009**

Requeremos nos termos do artigo 199 do Senado Federal, segundo previsão do artigo 154, inciso III, e § 5º, do mesmo diploma legal, a realização de Sessão Especial, no dia 04/06/2009, às 10:00 horas, em comemoração/homenagem aos 30 (trinta) anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP – foi fundado em 15 de fevereiro de 1979, e tinha como objetivo principal a organização das lideranças dos estabelecimentos do ensino superior naquela unidade federativa, cujos esforços individuais estavam dispersos, de modo que havia a necessidade de unificação dos planos, estratégias e metas comuns.

Hoje em dia, comprovou-se que aquela iniciativa pioneira foi acertada, pois o SEMESP congrega os esforços de 251 mantenedoras, representando 470 estabelecimentos de ensino superior - entre centros de educação tecnológica, centros universitários, faculdades e universidades.

Aquele Sindicato tem uma trajetória de absoluto sucesso e muito contribuiu para que o Estado de São Paulo se tornasse o maior centro de educação superior particular da América Latina.

O SEMESP foi instituído pelo então Ministro do Trabalho, **ARNALDO DA COSTA PRIETO**, no dia 15 de fevereiro de 1979, por intermédio da entrega da Carta Sindical aos representantes daquela instituição.

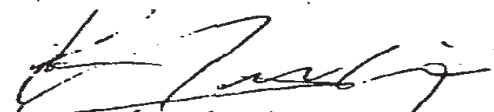
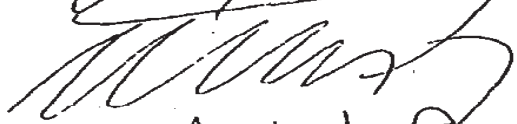
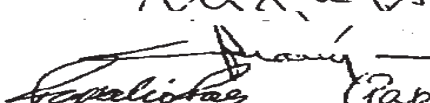



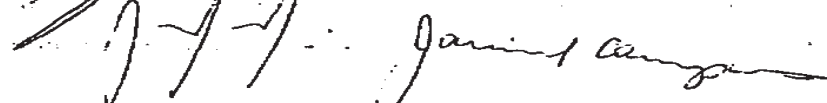
Graças à persistência de seus fundadores, onde destacamos os esforços do Dr. **Philomeno Joaquim da Costa** (Reitor do Mackenzie), do Prof. **Luiz Paulo Schiavon**, (Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC) - atual Universidade de Santo Amaro (UNISA)), bem como a colaboração fundamental do Dr. **Argemiro Barros de Araújo**, aquele importantíssimo Sindicato paulista é uma realidade.

Atualmente, o SEMESP é presidido pelo eminente Prof. **Hermes Ferreira Figueiredo**, que vem conduzindo a instituição com bastante competência.

A referida Sessão Especial é o nosso reconhecimento singelo da importância daquela entidade não apenas para o Estado de São Paulo, mas, também para o Brasil, razões pelas quais solicitamos aos eminentes Senadores da República a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

  
Senador **ROMEU TUMA**

 (Sérgio Zanuckian)  
 (Fernando L. L. Lima)  
Ariane D. Cassarini  
 (Epiméi Moraes)  
 (Papaleo Paes)  
 (Augusto Botelho)  
 (Wellington Salgado)  
 (Jamir Camargo)



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 197, DE 2009**

Com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do país entre os dias 15 a 17 de março, para participar, como integrante da representação brasileira, da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, Uruguai.

Requeiro, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno, seja devidamente autorizada a minha ausência dos trabalhos desta Casa, nesse período, pelo motivo acima exposto.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

**Senador PEDRO SIMON**

## **REQUERIMENTO Nº 198, DE 2009**

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no evento alusivo ao primeiro aniversário de falecimento de Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, a realizar-se em Roma, na Itália, no período de 14 a 18 de março de 2009, comunico, nos termos do art. 39, inciso I, e requeiro, nos termos do art. 40 do RISF, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 13 a 19 de março corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

**JOSÉ NERY**  
*Senador da República*  
*Líder do PSOL*

## **REQUERIMENTO Nº 199, DE 2009**

Nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO para solicitar a realização de auditoria na licitação 2/2008 do Ministério do Esporte, processo 58000.003159/2008-21, a fim de verificar os seguintes itens:

- necessidade da despesa, em vista do interesse público e dos princípios da moralidade e eficiência;
- possibilidade de favorecimento à licitante IW Consultoria Política e Comunicações SS Ltda;
- esclarecimento sobre a ligação dessa empresa com a Sra., Iris Walquíria, que supostamente teria atuado como consultora de imagem do ministro Orlando Silva Junior na famosa e polêmica crise da tapioca.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em fevereiro de 2009, a imprensa divulgou que o Ministério do Esporte estaria contratando empresa de comunicação social especializada em planejamento estratégico de comunicação, com o propósito de prestar um tipo de serviço de objeto vago, impreciso e de duvidosa necessidade, além de se tratar de atividade não usual, cujo preço comporta ampla subjetividade.

Nessa licitação, portanto, estão reunidos os ingredientes que costumam estar presentes em contratações viciadas, que desperdiçam dinheiro público, não raro com o propósito de beneficiar protegidos e ou partidários.

No caso em questão, a sigla da empresa contém as iniciais de uma Sra. que supostamente teria atuado como consultora de imagem do Ministro, por ocasião do chamado "escândalo da tapioca". O conjunto desses fatos merece ser apurado com a finalidade de verificar se houve mácula ao princípio da moralidade.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

Senador RAIMUNDO COLOMBO

## **REQUERIMENTO Nº 200, DE 2009**

Nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria no Fundo da Marinha Mercante.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Governo Federal tem anunciado uma série de investimentos sem que haja qualquer transparência sobre a utilização dos recursos. Uma das áreas mais nebulosas na utilização dos recursos trata-se do Fundo de Marinha Mercante. Muitos dos eventos relacionados ao referido Fundo estiveram relacionados a verdadeiros comícios, por exemplo, quando foram anunciados R\$ 10 bilhões do Fundo da Marinha Mercante para garantir o financiamento da indústria naval brasileira.

O citado Fundo existe há 50 anos e já está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com previsão de investimento de R\$ 10,6 bilhões em projetos da indústria naval até 2010.

Dentro desse contexto, torna-se essencial que se tenha uma auditoria do Tribunal de Contas da União no referido fundo a fim de se garantir que os recursos estejam sendo usados corretamente.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

Senador RAIMUNDO COLOMBO

## **REQUERIMENTO Nº 201, DE 2009**

Requeiro, nos termos do Art. 13, combinado ao Art. 39-I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença autorizada para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 23 a 27/03/2009, a fim de representar a CPI "PEDOFILIA" no The Government Leaders Fórum, em Washington – EUA.

Sala das Sessões, 10 de março de 2009.

Senador MAGNO MALTA

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste último sábado, Sr<sup>a</sup> Presidente, fiz uma visita ao Ciago, Centro de Integração de Adolescentes Granja das Oliveiras, aqui no Distrito Federal. É um centro de recuperação de jovens adolescentes, Senadores Paulo Paim, Jarbas Vasconcellos e Collor de Mello, que cuida de jovens infratores, 144 jovens, e vem sendo um trabalho do Governo do Distrito Federal de extrema qualidade, de um cuidado excepcional, de um acompanhamento cuidadoso.

Mas eu tive duas surpresas além da surpresa positiva que foi a qualidade que a gente viu. As outras duas surpresas vieram quando eu perguntei ao diretor: “Quem são os heróis desses jovens?”. Ele me disse: “Fernandinho Beira-Mar”. Eu disse: “Não, estou falando sério”. Ele disse: “E eu também”.

A segunda foi quando perguntei o que acontecia com esses jovens quando saíam da instituição, Senador Augusto. Eles disseram: “Em dois anos, estão mortos ou outra vez na banditagem, salvo raras exceções”. Eu disse: “Mas eles não saem bem daqui?”. Ele disse: “Saem muito bem daqui, inclusive com ofício”. “E o que acontece?” “Chegam em casa, encontram os pais desempregados, provavelmente alcoólatras, não conseguem emprego apesar do ofício, as amizades todas são ligadas à falta de perspectiva ou mesmo ao crime, não têm futuro”. Ele disse que não passam de 4% os que, de fato, são recuperados permanentemente, ou seja, a culpa nem está na instituição, a culpa está no mundo, em nosso País.

Aí eu me lembrei das vítimas que o Brasil tem hoje. Lembrei-me dessa menina de nove anos do meu Estado, Pernambuco, que sofreu as violências que sofreu por parte do pai adotivo. Essa menina é uma vítima gritante – digamos com a palavra certa – de uma realidade degenerada que caracteriza a sociedade brasileira.

Mas não só ela foi vítima: a irmã também foi vítima das mesmas violências, apenas não ficou grávida, não precisou fazer um aborto, mas vai conviver com traumas psicológicos que, se não são iguais, são quase iguais aos dessa menina.

Mas vamos continuar analisando quem são as vítimas.

A mãe é uma vítima, todos os parentes, amigos e vizinhos são vítimas dessa realidade.

Mas não paremos aí. O bispo, que a meu ver cometeu um equívoco do ponto de vista da visão hu-

manista, é uma vítima também, é uma vítima de uma legislação canônica que se choca com o sentimento humanista que nós temos.

E vamos falar com franqueza: o bandido, o canalha que fez isso, não deixa de ser também uma vítima dessa sociedade. Longe de mim desculpá-lo – comecei chamando-o de bandido –, mas ele não deixa de ser uma vítima de uma realidade que o condena: provavelmente sem qualquer perspectiva de vida, rodeado de um processo de degeneração que a gente vive, terminou cometendo aquele absurdo crime com a sua filha adotiva.

A gente não para aí: os médicos terminaram sendo vítimas. Fizeram o certo a meu ver, digo com toda convicção, mas, como católicos, foram vítimas por sofrerem aquilo que, alguns anos atrás ou algumas décadas atrás, era o pior que podia acontecer a uma pessoa: a excomunhão.

Nós somos um país de vítimas. Todos os dias há assaltos nas ruas, nas esquinas deste País, todos os dias há sequestros neste País.

A primeira vítima, obviamente, é o sequestrado, é o assaltado, é o assassinado. São as vítimas mais importantes, com as quais a gente deve ter a maior de todas as solidariedades. Mas falemos com franqueza, mesmo correndo o risco da má interpretação: uma grande parte dos que sequestram neste País, dos que matam neste País, dos jovens deste País que cometem esses crimes, não deixa de ser vítima também de um processo, de um sistema, de uma degeneração que a gente vive numa sociedade que perdeu os laços de solidariedade, que perdeu a capacidade de incluir a todos, uma sociedade que tem vítimas de um lado e de outro.

Quando qualquer um de nós é assaltado numa esquina, a primeira idéia que vem é a de que nós somos vítimas – e somos –, mas vá olhar a história de cada um dos assaltantes: você vai ver que, lá atrás, são vítimas também. São vítimas de quatro séculos de escravidão; são vítimas de um país que se industrializou sem fazer a reforma agrária e, por causa disso, expulsou a população rural para as cidades, onde não haveria emprego para todos. São vítimas.

Este é um país de vítimas, Senadora Serys. Nós somos vítimas de uma realidade, e todos nós somos culpados por essa realidade existir. Somos vítimas e algozes, sequestradores e vítimas, sequestrados e culpados.

Vivemos uma realidade que não nos permite mais diferenciar com nitidez – falemos com toda franqueza – quem é e quem não é verdadeiramente culpado. Esta é uma sociedade em que ninguém pode dizer: “Eu não sou culpado do que acontece ao meu redor”.

Aquelas crianças que recebem um bom serviço do Governo do Distrito Federal, mas que vão sair dali e voltar ao crime ou morrer em poucos meses, são al-

gozes – alguns cometeram crimes de assassinato –, mas são vítimas também porque foram levados a isso, e serão vítimas de novo porque serão outra vez obrigados a fazer esses gestos ou serem mortos antes.

Nós somos um país de vítimas. Nós somos um país vítima; um país vítima de uma corrupção, como o Senador Jarbas denunciou aqui, espalhada, generalizada, que faz parte da paisagem como ele disse.

Nós somos vítimas de um Produto Interno Bruto que, segundo os dados de hoje, caiu 3,5% em relação ao ano passado. Mas nós somos vítimas e somos culpados também por não tomarmos as medidas corretas no momento certo. Nós somos vítimas e somos algozes.

E a realidade por trás disso qual é? É que nós não fomos capazes de transformar um país em uma nação, um país que recebemos dos índios que aqui estavam, dos africanos que para cá vieram, dos portugueses que o colonizaram, não fomos capazes de transformar esse país em uma nação de todos. Continuamos divididos quase como antes. Não são mais portugueses, negros e índios, mas são, ainda assim, brancos, negros e índios; pobres e ricos; moradores de cidades e moradores do campo; moradores de condomínios ou de favelas.

Estamos separados, como se fôssemos um país dividido por cortinas, onde quem está de um lado não se sente solidário a quem está do outro; quem está de um lado ruim é vítima dos que estão do lado bom, e esses do lado bom são vítimas daquele que está do lado ruim quando essa pessoa atravessa essa fronteira imaginária e o ameaça. É disso que somos vítimas.

Agora decidiram fazer de vítimas o MST, os sem-terra, esquecendo que não ter terra é uma situação de vítima – com se não fosse uma violência, em um país de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, uma pessoa não ter direito a um pedacinho de terra onde trabalhar. Ao mesmo tempo, não há dúvida, há, sim, pessoas neste País vítimas de ações de sem-terra. São vítimas os que têm suas terras invadidas, mas esquecemos que são vítimas também aqueles que invadiram essa terra.

Precisamos chegar e dizer: “Vamos parar de ser um país vítima”. Nem disse um país de vítimas, disse que deveríamos parar de ser um país vítima quebrando as causas que nos tornam, de um lado ou de outro, agentes dessa situação de vítima, dessa situação de calamidade que atravessamos.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, eu fui fazer uma visita aos meninos chamados de menores. No Brasil existem meninos e existem menores; este é um país onde, para você dizer criança – eu já listei –, há pelos menos 27 diferentes palavras. Em qualquer lugar do mundo, criança é criança, mas aqui não. Aqui, dependendo da situação onde ela está, pode ser menino de rua, menino na rua,

prostituta infantil, moleque, uma quantidade grande de expressões, cada uma com uma sutileza, cada uma com uma diferença, com uma especificidade. Criança no Brasil não é criança, é uma das diferentes formas que permite você definir quem é criança. Essas talvez sejam as maiores vítimas. Mas ao mesmo tempo em que as crianças são as vítimas, termino dizendo que a maior de todas as vítimas, por causa de fazermos vítimas as crianças, é o futuro do nosso País. O futuro do nosso País é vítima por fazermos com que as vítimas sejam as crianças; como essa menina de Pernambuco, como os meninos que eu vi na granja e como tantos outros que foram meninos e hoje cometem os crimes.

Este Senado deveria se debruçar um pouco, talvez criar o dia das vítimas, o dia do Brasil vítima, e tentarmos transformar um País em uma Nação de todos não no *slogan* político, não no *slogan* publicitário de um governo, mas na realidade social. Fazer do Brasil, de fato, um País de todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa requerimento de voto de pesar pelo falecimento do irmão mais velho do Senador Alvaro Dias e do Senador Osmar Dias.

Do mesmo modo, o registro da íntegra da entrevista de Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus, concedida ao jornal *Repórter*, do meu Estado, apresentando a campanha Fraternidade e Segurança Pública. Destaca que a Amazônia sofre de várias formas de violência, e que é preciso que as pessoas mudem o seu modo de agir para que a sociedade seja ela própria melhor do que é hoje.

Peço que a íntegra desta matéria seja inserida nos Anais da Casa e formulo votos de pleno restabelecimento para a Sr<sup>a</sup> Joaquina Marinho, diretora do jornal *Repórter*, que luta pela sua saúde, em uma situação delicada, de maneira muito corajosa, com muito otimismo. Eu faço aqui os meus votos de que ela volte a exercer o seu jornalismo combativo e justo o quanto antes.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# “CORRUPÇÃO É VIOLÊNCIA”

*Dom Luís Soares Vieira apresenta campanha da fraternidade e diz que Amazônia sofre de várias formas de violência*

O arcebispo de Manaus, Dom Luís Soares Vieira, apresentou a campanha da fraternidade deste ano que vai tratar de segurança pública, tema considerado pela Igreja Católica como atualíssimo. “Muitas pessoas pensam que a violência é um problema de polícia, mas na realidade é um problema da sociedade”,

afirma Dom Luís, explicando que a igreja quer, com a campanha, fazer com que as pessoas reflitam sobre o assunto, porque a violência está espalhada por todos os estratos sociais e começa dentro de casa, contra crianças e mulheres, e permanece dentro de cada indivíduo.

Para o arcebispo, antes de mudar a sociedade é preciso que as pessoas mu-

dem também seu modo de agir, para que a violência pública, como os assassinatos, que assustam pela quantidade, mas que se banalizam também.

O religioso informa que no Brasil, em 2008, foram registrados mais de quarenta mil assassinatos que, se somados às mortes no trânsito, superam o número de mortos na guerra do Iraque. “Isso é uma

guerra não declarada”, sustenta Dom Luís, defendendo ainda uma nova concepção para o sistema prisional porque, segundo ele, os cárceres são depósitos de presos e não atendem às funções para as quais foram criados, que seria a reeducação dos detidos.

O religioso diz que de dentro das cadeias estão partindo muitas ordens

de violência contra a sociedade e que na Amazônia os crimes contra o meio ambiente e contra as pessoas que moram na região estão se avolumando e causando indignação em todo o mundo. Após a missa para anunciar o tema da campanha da fraternidade, o arcebispo Dom Luís concedeu a seguinte entrevista para o Repórter:

**Por que a campanha da fraternidade deste ano vai tratar de violência? O tema foi escolhido pela presidência da CNBB, para a campanha da fraternidade deste ano foi a segurança pública, porque recebeu o apoio de todas as entidades da igreja católica, principalmente pela Pastoral Carcerária e pela Pastoral da Criança. A Pastoral Carcerária porque os presídios hoje devem ser reapeados, e a Pastoral da Criança em razão da violência contra a criança que está ocorrendo principalmente dentro de casa. As duas entidades propuseram e logo o tema foi aceito porque é realmente muito atual.**

**Outros tipos de violência contra o cidadão, no caso a corrupção, também serão discutidos durante a campanha da fraternidade? Sem dúvida. A corrupção é um tipo de violência contra a sociedade, mas não só ela como também a pretensão de alguns políticos e autoridades públicas, de todas as esferas de poder, de terem vencimentos exorbitantes. Diante de uma crise que estamos enfrentando, de desemprego e de um salário mínimo pequeno, os políticos aumentam seus salários de uma maneira escandalosa.**

**Tudo isso é violência.**

**A igreja identifica outros tipos de violência? Claro que existem outros tipos de violência que acontecem em nossa sociedade, como por exemplo, a violência contra a natureza, porque vivemos numa região que está sendo violentada. Veja bem, quantas pessoas estão morrendo por aí? Quantos ribeirinhos estão sendo expulsos por pessoas que vêm de outras regiões do país? Fora os crimes ecológicos, que são uma violência contra a natureza e que não fazem sentido.**

**A igreja possui mecanismo para afetar o resultado da luta contra a violência após a campanha? O trabalho contra a violência é muito lento. Ele passa pela educação. Nós precisamos educar os jovens e as crianças para a paz. Enquanto as escolas ensinarem que um aluno deve ser melhor que o outro e que os meios não importam, nós vamos continuar criando indivíduos violentos. Nós temos de mostrar que a paz se constrói com a paz. Isso de dizer que a violência será revivida pela polícia é balela, porque podemos colocar um policial para cada pessoa e, mesmo assim, a violência**

**vai continuar se não mudarmos as pessoas internamente, as famílias, principalmente, porque enquanto o ser humano for violento dentro de si, ele vai continuar gerando violência.**

**O que a igreja está fazendo para evitar que seus membros sofram violência, como é o caso de alguns bispos do Estado do Pará que recebem ameaças? Felizmente, a situação no Estado do Amazonas quanto a esse ponto, é bem mais tranquila. No Pará, infelizmente, já há uma tradição de violência que nos faz lembrar de vários assassinatos que aconteceram, e continuam acontecendo, pela disputa de terra e outras coisas. Os bispos paraenses estão denunciando casos de crime ecológico e contra as populações, que moram nas terras há mais de cem anos, mas mesmo assim estão sendo expulsos por pessoas que vêm de fora, se apropriam da terra, matam os habitantes da Amazônia e depois destroem a natureza. Esse caso foi denunciado e o bispo que o fez foi ameaçado de morte. Mas tem o caso do tráfico de droga, que talvez seja hoje o maior motivo de violência na sociedade.**

**Qual a posição da igreja em relação ao tráfico de droga? O**

**tráfico de droga está espalhado no mundo inteiro e nossa região tem grande participação na disseminação disso. A igreja não quer o tráfico, ninguém quer o tráfico. Quando os bispos paraenses denunciaram o tráfico por lá, eles foram ameaçados de morte. A igreja se coloca contra a violência e vê o tráfico como principal motivador da violência.**

**Na região amazônica também há muitas denúncias de prostituição infantil. Como a igreja trata esse tema? Isso é grave. Tem pessoas que estão explorando sexualmente crianças. Nós sabemos que isso existe em Manaus, aqui perto da catedral da cidade. Isso é um tipo de violência inaceitável. A violência é violenta e nós temos de enfrentá-la com armas eficazes que ajudem a resolver a situação. A força pública deve ser usada, mas devemos usar também as armas de paz. Ai entra a prevenção contra a violência que é a condição de as famílias educarem bem as crianças, para que elas possam viver bem suas infâncias sem ser vítimas de nenhum tipo de violência, como estão sendo.**

**Quando os presos condenados no interior são transferidos para cumprir pena na capital, suas famílias são obrigadas a vir morar aqui também, causando enorme problema social. O que a igreja pensa disso? Isso é fato lamentável, mas a nossa Pastoral Carcerária está acompanhando várias famílias nessa situação, porém nada a té**

**agora foi feito para solucionar o problema. Essas famílias acompanham seus entes queridos que, mesmo presos, continuam sendo membros da família e depois se perdem em Manaus. Casos de prostituição decorrem de situações difíceis como essas. Esperamos que com as discussões promovidas durante a campanha, possamos conseguir propostas bem práticas para não ficarmos somente na conversa. Mas para isso é preciso todo o envolvimento da sociedade.**



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Seus requerimentos serão encaminhados na forma do Regimento.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é da obrigação de qualquer homem público, de qualquer pessoa pública responsável neste País, discutir a grave crise econômica que aí está.

Se os números se mantiverem no que estão (e eu espero que não seja assim), o Brasil terá não os 4% ufanistas, positivos, previstos pelo Ministro Guido Mantega, mas lamentável 1,9% negativo, o que seria catastrófico para um País que precisa de pelo menos 4% de crescimento positivo para gerar empregos, sem mexer no estoque anterior de desempregados, só para receber quem está aportando no mercado de trabalho.

Eu faço aqui, então, um diagnóstico muito claro. Três razões nos levam a esta crise, uma delas alheia à vontade do Governo brasileiro: o fato de países compradores dos produtos que o Brasil fabrica estarem em retração, como é o caso da China, e outros em recessão, como é o caso dos Estados Unidos. O mundo está comprando menos; o Brasil, então, obviamente, está vendendo mais. Todavia, há duas razões outras de crise, Senador Jarbas, que são culpa, sim, do Governo brasileiro. O investimento desabou; e desabou por culpa dos gastos correntes demasiados, desmesurados que o Governo pratica. O consumo das famílias igualmente despencou. E nós temos que olhar isso com muita atenção porque o Governo diz: eu faço políticas anticíclicas. Não é verdade. O Governo gastou demais na hora da bonança. Fez o papel da cigarra, não fez o papel da formiga. E agora muita gente poderá ficar sem teto no País, exatamente como na fábula.

Eu faço uma proposta muito clara ao Presidente da República. É hora de um comitê de crise, de um gabinete de crise que envolva as lideranças responsáveis deste País sem olhar a que partido pertencem elas. O Presidente, primeiro, teria de admitir o caráter drástico da crise; admitir com todas as letras. É uma crise que não vai ser resolvida no próximo semestre. Ela vai durar os quase dois anos que faltam ao Presidente Lula e entrará pelos primeiros dois anos, Senador Tião Viana, do próximo presidente. Não na mesma intensidade, se Deus quiser, mas não é nada que vá resolver, Senador Geraldo, aquela palha.

Então, é preciso admitir a crise, em primeiro lugar, sob pena de não se encontrar nenhum remédio capaz de enfrentar uma doença que a gente não admite que exista. E a doença existe. É muito grave. Estão todos

surpresos, sobretudo os mais otimistas. Mas aqui desta tribuna nós, há meses, argumentávamos, debatíamos, expúnhamos que a crise seria drástica, seria gravíssima. E ouvimos aqueles ufanismos de “marolinha” e “não atravessa o Atlântico. O Brasil agora está mais forte”. Está mais forte, sim, não por causa do PAC, que não funciona, a não ser como uma belíssima peça de propaganda e *marketing* político, mas – e isso é que ainda dá força ao Brasil – graças a dois instrumentos excepcionalmente benignos legados pelo Governo anterior a este: a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Proer. O Proer transformou o sistema bancário brasileiro no mais saudável do mundo. Isso é algo que mereceria uma autocrítica, aliás já feita pelo Ministro Palocci e pelo economista Marcos Lisboa, quando ele era a figura mais importante na formulação das políticas microeconômicas deste País.

Portanto, devemos enfrentar a crise, percebendo que ela é muito grave. Se tiver que custar a popularidade do Presidente, que ele tenha a grandeza de entregar sua popularidade em holocausto, que entregue a sua popularidade. Esse é o papel do estadista. Ao defender a popularidade à custa de prolongar a agonia do povo brasileiro, não sei se cumprirá o objetivo de garantir popularidade e sei que será extremamente prejudicial à própria saúde da economia e, portanto, à vida do povo brasileiro e, conseqüentemente, à própria popularidade do Presidente a longo prazo. Não é hora de pensar nisso. É hora de pensar grande. Portanto, as nossas previsões infelizmente estavam certas.

Eu peço a V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto. Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Infelizmente o realismo estava correto e os ufanistas estavam equivocados. A crise é extremamente grave; ela atingiu o País em cheio, centenas de milhares de desempregados já estão com suas vidas em suspenso, assim como o emprego informal volta a ocupar papel de destaque na economia deste País, o que significa menos recurso para a Previdência, o que significa precariedade das empresas em que se trabalha, o que significa mais empresas de “fundo de quintal”. É uma advertência que faço.

Eu espero que o Presidente não receba isso como uma torcida contra. Não é hora dessa menor maturidade, é hora de mais maturidade, é hora de perceber que eu não tenho a menor vontade de vencer uma eleição às custas de emprego de quem quer que seja neste País. Portanto, cobro do Presidente da República, do nosso Presidente, do meu Presidente, do Presidente que foi eleito contra o meu voto mas foi eleito por uma maioria esmagadora dos brasileiros, cobro do Presidente: “Presidente, lidere a Nação, assumo a crise e ajude a Nação a enfrentar esta crise, em primeiro lu-

gar, diagnosticando-a com correção e apontando os remédios corretos”.

Se o diálogo se der nesse nível, o meu Partido, o PSDB, e neste momento pela Liderança eu assumo esta posição, o PSDB estará às ordens para o diálogo que signifique nós minorarmos o sofrimento de um povo que não merece sofrer mais do que secularmente já vinha sofrendo, como o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidenta, era o que tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio, obrigada a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, peço a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, inclusive, o documento já se encontra sobre a mesa.

Após a palavra do Senador Fernando Collor, como orador inscrito, concederemos a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta dos trabalhos e da Mesa do Senado Federal, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde que cunhada a expressão em seu sentido atual por Werner Sombart, em 1902, e, em seguida, por Marx Weber, em 1904, o chamado capitalismo moderno tem manifestado crises que se repetem em períodos com e intervalos progressivamente mais curtos. São as conhecidas crises cíclicas, geradas notadamente pela instabilidade do sistema monetário internacional e pelo aumento da concorrência entre grandes competidores, com consequências como as crises no balanço de pagamentos, o desemprego e a inflação.

No entanto, o capitalismo é o regime de economia caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e o mais compatível com a liberdade de iniciativa do indivíduo. Apesar dos benefícios do lucro e da riqueza que gera, a essência e a lógica do sistema capitalista sujeitam sua dinâmica a variados graus de volubilidade e inconstância.

A crise econômica que vivemos, fruto de uma crise financeira internacional, remonta à bolha da In-

ternet de 2001, ou seja, o fenômeno de supervalorização das ações das empresas de alta tecnologia, que resultou, inclusive, na criação de uma nova bolsa de valores, especificamente para o ramo, a Nasdaq. Contudo, o início da crise de fato se deu há cerca de um ano e meio, ainda em 2007, e o estouro mais visível em setembro último, por ocasião da falência – que, no próximo domingo, completa seis meses – do tradicional banco de investimento americano Lehman Brothers, com mais de um século e meio de atuação, seguida pela falência técnica do American International Group, a maior empresa seguradora dos Estados Unidos. Para que tenhamos idéia da gravidade do momento, até a tradicional Universidade de Harvard, onde se formou o atual presidente americano, perdeu US\$8 bilhões de seu fundo de reserva e está convidando cerca de 1,6 mil funcionários para aderirem a um plano de demissão voluntária.

Em que pese diversos analistas e muitas autoridades classificarem a atual crise como mais um ciclo desse processo de contrações que eles chamam sistêmicas e periódicas da economia, não podemos deixar de diferenciá-la das demais. Não por uma única causa mas pela suficiente constatação de que se trata, na realidade, da primeira crise globalizada, de ordem mundial, a qual nenhuma nação do planeta, ainda que em graus variados, está imune quanto às suas consequências, às suas agruras e aos seus percalços.

Não foi por outro motivo que Niall Ferguson, autoridade em história econômica e autor de *A Lógica do Dinheiro*, alertou que “estamos sob uma economia de guerra, mas sem uma guerra propriamente dita”. Para ele, não se trata de uma grande depressão na escala da dos anos 30, nem tampouco uma grande recessão. Por isso, ele chama o atual estágio – concordo que a expressão não seja das mais felizes – de a grande repressão. E tal é a sua convicção que atesta de forma cabal: “Houve um tempo em que monetarismo e keynesianismo eram considerados mutuamente excludentes. Tão severa é esta crise que governos do mundo estão tentando aplicar ambas as teorias ao mesmo tempo.” Vale esclarecer o monetarismo entendido como a corrente adepta ao controle da estabilidade da moeda no combate aos desequilíbrios econômicos, em oposição a John Maynard Keynes, que defendia o papel regulatório e uma maior intervenção do Estado na economia.

Contudo, até aquela assertiva já foi superada. A dinâmica do processo é de tal ordem aguda que hoje a tendência, inclusive por parte dos monetaristas, é admitir tão-somente a tese keynesiana. Tanto que, para o economista Stiglitz, todas as forças vão na direção de uma retração econômica muito forte, muito

séria, a ponto de achar que os Estados Unidos terão de gastar US\$2 trilhões até perceberem que, sem outra alternativa, o governo será obrigado a intervir de modo significativo. Fato é que, no momento, pelas mais recentes intervenções, esse número já chega à casa dos US\$3 trilhões.

Das mesmas preocupações compartilha Paul Krugman, especialmente em relação aos formuladores de políticas que podem estar agindo muito lentamente para lidar com a crise financeira global. Segundo o economista, “o ritmo sob o qual as coisas estão piorando é tão rápido que é difícil ver como as medidas podem chegar”. Ele também não descarta a possibilidade de que a economia se veja presa a uma prolongada armadilha deflacionária. E afirma que a deflação, “uma vez iniciada, tende a se autoalimentar”. O próprio Presidente Barack Obama classifica crises desse naipe como um “desastre contínuo”.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não nos iludamos: a crise é de enormes proporções e está longe de acabar. Ela começa ruim e, paulatinamente, agrava-se com o tempo. Começou no sistema financeiro, mas já atinge o lado real da economia. E, como num círculo vicioso, o processo retorna de forma talvez ainda mais crítica ao próprio sistema financeiro.

Os primeiros sinais já se revelam lóbregos nos países diretamente afetados. Os mais recentes índices e levantamentos dos últimos meses não deixam dúvidas quanto ao claudicante cenário internacional de hoje: demissões e aumento do desemprego, diminuição da produção, queda das exportações, retração do crédito e aumento da inadimplência. São os efeitos desastrosos da economia febril na sociedade que produz, consome e já não consegue poupar, muito menos investir.

Por outro lado, e em que pesem essas primeiras consequências na economia mundial, não podemos deixar de reconhecer, no caso brasileiro, números recentemente divulgados, como o crescimento de 5,1% do PIB em 2008 – a despeito de uma queda de 3,6% no quarto trimestre do ano passado –, também a relativa estabilidade, após um aumento expressivo e preocupante, nos índices de desemprego, a recuperação do superávit na balança comercial, a manutenção da meta inflacionária em 4,5%, a retomada da diminuição do chamado “risco-país” no setor de investimento, a progressiva diminuição da taxa básica de juros e a redução da dívida líquida do setor público.

Contudo, é imperioso redobarmos a atenção. Alguns preveem que a recessão vai durar dois anos. Para a maioria dos executivos, vai durar três anos. No final das contas, ninguém pode afirmar, com um grau de certeza minimamente confiável, a duração da presente crise que atormenta o planeta.

Assim sendo, não é hora de nos rendermos ao debate ideológico que muitos tentam reavivar com discussões sobre o rumo da crise financeira. Seria temerário afirmar que precisamos reformular ou, até mesmo, refundar o capitalismo, o que, nas palavras de Delfim Netto, “é produto de uma profunda falta de foco histórico”. O que precisamos, acredito, é recobrar a confiança. Como ele mesmo assinala, “a confiança é o cimento da própria sociedade”.

No Brasil, o canal de contaminação não foi, como em crises anteriores, o sistema financeiro. Na verdade, a rápida desaceleração e a entrada em recessão de mercados como os Estados Unidos, Europa, Japão e outros importantes centros, inclusive América Latina, impactaram a economia brasileira pela redução brusca das exportações. Tanto que, somente no último trimestre de 2008, o País perdeu mais de 8 bilhões de dólares. Em 2009, segundo o próprio Ministério do Desenvolvimento, a queda pode chegar a 40 bilhões de dólares. Apenas em dezembro, a produção industrial recuou mais de 12% em relação ao mês anterior. Corremos o risco de, a cada semana, termos uma nova projeção de crescimento anual, porém sempre menor que a anterior.

Mas o Brasil hoje, Sr. Presidente, encontra-se em melhores condições do que na época da eclosão de outras crises, como a da Rússia, do México e da Argentina. E o Governo Lula, além de manter a vitoriosa política econômica das duas últimas décadas, aprofundou suas bases com o aumento do superávit primário e a composição das reservas cambiais.

Portanto, tenho plena convicção de que um novo Brasil pode emergir da crise mundial. O País já detém a maturidade e os alicerces profundos para superar qualquer turbulência e fazer a diferença nesse sombrio cenário que o mundo inteiro enfrenta. No entanto, precisamos agir com firmeza, rapidez e planejamento. Trata-se do momento definido pelo economista Luiz Gonzaga Belluzo como “de adaptação das mentalidades à nova era”. Como ele mesmo observa, “cabe ao Governo mudar o sinal: é preciso ser prático e adotar as políticas que são tomadas no mundo inteiro”.

O Brasil tem adotado uma política monetária até coerente, exceção feita à extrema timidez nos recentes cortes da taxa de juros. Os Estados Unidos já reduziram sua taxa praticamente ao nível zero, enquanto o Japão a fixou em meio por cento. Em janeiro último, o Banco Central da Inglaterra reduziu a taxa básica de juros para 1,5% ao ano, número nunca atingido desde a fundação da instituição, em 1694, ou seja, há mais de 300 anos. Em fevereiro, nova redução, desta feita atingindo 1%. O patamar alcançado é tão significativo que, para aquilatá-lo, basta dizer que, em outubro de

2008, esta mesma taxa, na Inglaterra, estava a 5% ao ano. E é assim que têm agido praticamente todas as nações mais diretamente envolvidas na crise.

Outra ação fundamental e inadiável do Governo tem que ser a redução do gasto de custeio – uma unanimidade entre todos nós – e o aumento do gasto de investimento. O corte de despesas públicas é a rota para alcançarmos reajustes de preços em nível desenvolvido. E o aumento de investimento, o norte para atingirmos os índices sócio-econômicos compatíveis com as demandas de uma sociedade moderna.

Mas, volto a frisar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: a crise é uma excelente oportunidade para o Brasil avançar, especialmente se investir na infraestrutura do País. Isso pode ocorrer mediante um remodelamento e um reforço ao PAC, notadamente em seu planejamento, de modo a superarmos de forma efetiva uma longínqua série de gargalos no setor de infraestrutura, o que capacitará o País na reversão do ciclo quando a economia voltar a crescer.

Para isso, é necessária a adoção de uma firme organização administrativa de base técnica e suportada no tripé Diagnóstico, Decisão e Gestão. Além disso, contar com o engajamento da sociedade civil num projeto nacional no qual se priorizem os gastos de combate à crise, com enfoque na infraestrutura econômica.

Nesse aspecto, há de se ressaltar e reconhecer que a sociedade civil, depois de um longo e penoso processo de amadurecimento frente às sinistroses por que já passamos e por que já passou na economia, está mais consciente do bem da estabilidade. Estabilidade esta que se tornou, para ela, um fator inegociável, a ponto de se dispor a sacrifícios.

Para tanto, é importante não perder de vista que as mudanças na política macroeconômica devem ser acompanhadas pela continuidade das reformas denominadas microeconômicas. Intervenções para desatar os nós da economia são urgentes, notadamente o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar o ambiente de negócios mais atraente aos investimentos produtivos, bem como para assegurar a geração de empregos. Além disso, medidas de cunho imediato podem e devem ser tomadas pelo Governo para amortecer o impacto da crise. Mas, como alerta Arminio Fraga, “a autorregulação só não resolve. É indispensável o olho do governo com o poder de tomar decisões.”

Na área fiscal, proponho uma revisão rigorosa e criteriosa nos gastos de custeio, visando a uma expressiva redução das despesas.

Creio também ser imperativa uma avaliação detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do Governo Central e das estatais federais, com vistas

a não apenas identificar aqueles projetos efetivamente prioritários, mas também aqueles que tenham impacto maior sobre os níveis de emprego e renda.

Essa avaliação é também fundamental para que as ações do Poder Público centrem-se nos programas e projetos que, de fato, possam ser executados dentro de um horizonte temporal compatível com o enfrentamento da atual crise. Convém, ainda, uma articulação entre União, Estados e Municípios para se definir e executar um conjunto de ações com efeito direto e imediato sobre a geração de renda e emprego, como, por exemplo, na infraestrutura urbana, especialmente, transporte, saneamento básico, estrutura viária e controle ambiental.

No setor de política monetária e creditícia, sugiro uma redução agressiva da taxa Selic, de preferência para o nível de um dígito, Sr<sup>a</sup> Presidenta. Proponho também a redução dos compulsórios bancários mediante a alteração das normas do Banco Central que regem a matéria, objetivando garantir que a liquidez assim criada seja direcionada para empresas e famílias que desejem tomar crédito, evitando que o sistema bancário recicle meramente esses recursos para auferir lucros socialmente indevidos com essas operações. Outra proposta é a utilização dos bancos públicos federais para concessão de empréstimos e financiamentos com o objetivo de amparar o investimento no País. Por fim, a criação de uma linha especial no Banco Central que viabilize recursos para que o sistema financeiro nacional reforce operações indiretas ou mistas com o BNDES.

No campo institucional, recomendo a imediata recuperação dos órgãos públicos de planejamento do Governo Central que, ao longo dos últimos anos, perderam essa capacidade. Além do próprio Ministério do Planejamento, que hoje se restringe à administração orçamentária, há casos como o do Ipea e do BNDES.

Na política externa, torna-se essencial reforçar o Mercosul com os demais mercados e blocos econômicos, além de estimular a multilateralidade. É preciso também não ceder à tentação do protecionismo, bem como fazer uma última tentativa quanto à rodada de Doha. Por fim, que o Brasil defenda nos fóruns internacionais o reforço do FMI, do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais que, neste momento, precisam desempenhar um papel diametralmente oposto àquele desenvolvido nas crises dos anos 80. Ou seja, devem atuar agora como financiadores ou mesmo indutores do investimento nos países membros. Mas, para tanto, esses órgãos precisam urgentemente mudar suas políticas operacionais de concessão de crédito.

Preocupa-me também, Sr<sup>a</sup> Presidente – agra decendo, desde já, a paciência generosa de V. Ex<sup>a</sup>,



Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores –, as consequências da crise no meio ambiente, em especial nas políticas de mitigação das mudanças climáticas, que demandam sempre alternativas para a permanente redução do efeito estufa e a substituição de fontes fósseis de energia por fontes de baixo ou zero carbono. Além disso, a contração de crédito em todo o mundo tende a reduzir o financiamento de investimentos em fontes de energias alternativas.

Por isso, deveríamos seguir a nova política americana. Em seu recente programa de governo, o Presidente Barack Obama deixou claro que pretende aumentar o investimento público em novas tecnologias e opções de energias economicamente mais limpas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, concedo-lhe mais dois minutos, porque são muitos os inscritos que estão cobrando.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (PTB – AL) – Estou concluindo. Muito obrigado.

Trata-se, na realidade, de uma postura amplamente diferenciada em relação às gestões anteriores dos Estados Unidos no tocante à política ambiental.

Para concluir, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se o contexto econômico é negativo, com maior objeção à liberalização comercial, menor demanda agregada na economia mundial e restrita oferta de liquidez a mercados emergentes, devemos tentar reverter o cenário para, com políticas adequadas e desoneração de setores estratégicos, emergirmos, por contraste, como uma ótima opção de investimentos.

Portanto, não podemos nos conformar com a latência e, de forma desidiosa, nos cingir apenas em combater os efeitos da crise como se o Brasil vivesse tão somente num Estado de algidez da economia. Como numa catarse, é preciso ir além. Transpor a crise é mero dever, enquanto transformar e fazer avançar o País torna-se, isto sim, nossa meta principal.

Era o que tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidenta, agradecendo mais uma vez a generosidade e paciência de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Senador Collor de Mello.

Passamos a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Jarbas Vasconcelos. E logo após, pela inscrição, falará o Senador Paulo Paim.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, desde que foi publicada a minha entrevista à *Veja*, tomei a decisão de tornar públicos e transparentes quaisquer desdobramentos dela decorrentes. De jogar luz onde o jogo é de sombras e de

escuridão. Foi assim que fiz ao falar da tribuna sobre o meu afastamento da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, determinado pela Liderança do PMDB. Esse mesmo procedimento adotei na quinta-feira da semana passada, dia 5 do corrente mês, quando recebi a informação de que estava sendo vítima de uma arapongagem em Pernambuco.

Na segunda-feira anterior, dia 2 de março, informação nesse sentido foi publicada pelo jornalista Magno Martins na coluna *Folha Política* do jornal **Folha de Pernambuco**. Diversos outros órgãos de imprensa informaram que adversários iriam divulgar meus supostos “podres”. Jornalistas aqui de Brasília foram “inundados” de insinuações e denúncias baixas e agressivas contra a minha pessoa. Uma prática, Sr<sup>a</sup> Presidenta, que expressa o tamanho da mediocridade a que estamos submetidos.

O relato feito por *Veja* nesta semana corresponde aos fatos: um especialista pernambucano em “inteligência” procurou-me para informar que tinha sido contatado para uma investigação. Essa investigação teria como responsável uma empresa internacional, famosa por seu envolvimento em litígios corporativos. No entanto, quando soube que eu era o alvo do “contrato”, ele preferiu não aceitar a missão.

Diante do acontecido, resolvi dar conhecimento dos fatos ao repórter Otávio Cabral, que acompanha o caso desde o início. Concedi a entrevista com um único objetivo: proteger-me do jogo rasteiro de meus obscuros adversários.

Da mesma forma que procedi com relação ao jornalista, não vou revelar neste momento os nomes das pessoas que me alertaram sobre a investigação, para preservar sua segurança e a privacidade. Só o farei quando for absolutamente necessário.

Não tenho razões para acreditar que o investigador que me procurou tenha inventado toda a história. Ainda na sexta-feira, o meu gabinete aqui em Brasília foi procurado pelo Sr. Eduardo Gomide, diretor da Kroll no Brasil, que negou qualquer envolvimento no caso e disse que não investiga políticos.

Infelizmente, Sr<sup>a</sup> Presidente, o cidadão brasileiro hoje não tem a mínima segurança de que não está tendo a sua vida bisbilhotada de forma ilegal. O Brasil se transformou no paraíso da arapongagem criminosa e sem controle. Basta ler a reportagem de capa da última edição da *Veja*, que revela detalhes da “arapongagem” realizada ilegalmente no esteio da Operação Satiagraha.

Diante desse quadro, minha intenção era a de fazer esta comunicação à Casa para exigir da Presidência as providências necessárias, junto à Polícia Federal, para que tudo fosse devidamente esclarecido.

Foi com surpresa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, ao chegar a Brasília, constatei a agilidade do Presidente Sarney em provocar não só a Polícia Federal (o que fez pessoalmente em seu gabinete) como também o Ministério Público e a Corregedoria do Senado que, com rapidez digna de registro nos Anais da Casa, instaurou sindicância e comunicou o fato ao meu gabinete antes mesmo da leitura do ofício em Plenário.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Jarbas?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Eu pediria só para ler, com a sua compreensão, nobre e amigo e Líder Arthur Virgílio.

Tudo isso mereceria meu sincero elogio, não fosse por dois reparos que merecem ser feitos, o primeiro deles, Sr. Presidente, Senador José Sarney: O seu ofício dirigido ao Dr. Antônio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República e ao Ministro da Justiça Tarso Genro não retrata a verdade dos fatos.

V. Ex<sup>a</sup> procura, não sei com que objetivo, distorcer a matéria da *Veja* e, por consequência, minhas declarações, ao afirmar que denunciei uma investigação contratada por integrantes do PMDB.

Não fiz em momento algum esta declaração. Não citei o partido, sua direção, ou qualquer dos seus integrantes, apesar de haver sido ameaçado publicamente por vários deles. Só acusaria alguém se possuísse provas e custo acreditar que tal iniciativa pudesse ter origem no Senado Federal.

O segundo reparo, Sr<sup>a</sup> Presidente, que tenho a fazer às providências adotadas por S. Ex<sup>a</sup>, diz respeito à iniciativa e à agilidade adotadas neste caso em detrimento de tantos outros que ocorreram nos últimos anos.

Espero que não só este Senador, mas todos os demais tenham o privilégio de contar em seu favor com o interesse da Presidência do Senado em usar todos os instrumentos ao seu alcance para reestabelecer a verdade dos fatos quando integrantes desta Casa e seus familiares mais próximos forem vítimas de escuta clandestina ou de vazamento de investigações da Polícia Federal ou do Ministério Público. Esse é o caso de fatos ocorridos durante o desgastante episódio envolvendo o então Presidente Renan Calheiros, no segundo semestre de 2007. O primeiro deles foi registrado pela *Veja*, na edição de nº 2029, de 10 de outubro de 2007. A Revista trouxe extensa reportagem detalhando operação de espionagem contra os Senadores Marconi Perillo e Demóstenes Torres. Esse “trabalho” teria sido realizado pelo assessor da Presidência Francisco Escórcio. Na edição de nº 2032, a *Veja*

trouxe novamente outra reportagem registrando uma nova ofensiva contra Senadores que eram favoráveis ao afastamento do Senador Renan da Presidência desta Casa, documento apócrifo distribuído nos gabinetes do Senado que denegria a imagem do saudoso colega Jefferson Péres. Infelizmente a prática continuou, não parou aí. Em 5 de dezembro de 2007, na edição de nº 2037, a revista *Veja* publica a reportagem, com detalhes, sobre a contratação de detetives particulares para bisbilhotar a vida do nobre Senador Marconi Perillo. O mais grave, Sr<sup>a</sup> Presidente, a arapongagem foi contratada pelo próprio Senado Federal.

O que todos esses casos têm em comum? Ninguém foi punido.

Não houve uma solução, e para todos os envolvidos o crime compensou. Sr. Presidente, peço à Mesa que anexe a este meu pronunciamento as cópias dessas reportagens, publicadas pela *Veja*, edições de nºs 2.029, de 10 de outubro de 2007, 2.032, de 31 de outubro de 2007, e 2.037, de 5 de dezembro de 2007. Solicito também à Presidência informações sobre todos esses episódios, pois o Senado Federal só terá legitimidade para questionar ações que ocorrem fora desta Casa quando apresentar à opinião pública, com absoluta transparência, um desfecho para esses casos insolúveis que acabei de relatar.

Como afirmei no meu discurso, Sr<sup>a</sup> Presidente, nada temo. Estou pronto a debater qualquer fato relacionado a minha vida pública. Só lamento que alguns de meus pares não tenham a coragem e a dignidade de fazer o mesmo.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr<sup>a</sup> Presidente, a senhora me permite ouvir o Líder Arthur Virgílio?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é permitido neste momento, mas concederemos dois minutos ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente. V. Ex<sup>a</sup> respondeu à pergunta que eu ia fazer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jarbas. Eu ia perguntar se o Presidente Sarney havia conversado com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Não me procurou em hora nenhuma.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Então é, de fato, estranho. Muito obrigado.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*



## **O jogo sujo de Renan Calheiros**

### **O senador manda espionar a vida de adversários do PSDB e do DEM**

Para salvar seu mandato, o senador Renan Calheiros já usou a tática de constranger e ameaçar colegas do Parlamento com a divulgação de informações supostamente comprometedoras. Fez isso com dois respeitáveis senadores, Pedro Simon e Jefferson Peres, transformando-os em alvos de boatos sórdidos. Repetiu a fórmula com os petistas Tião Viana e Ideli Salvatti, aliados fiéis que pensaram em se rebelar contra a permanência dele no cargo e acabaram acuados por denúncias de irregularidades. Às vésperas de enfrentar três outros processos no Conselho de Ética, Renan Calheiros é flagrado em outro movimento clandestino e espúrio: a espionagem de senadores. VEJA apurou que Calheiros montou um grupo de arapongas e advogados para bisbilhotar a vida de seus adversários. Na mira estão dois dos principais oponentes do presidente do Congresso: o tucano Marconi Perillo e o democrata Demostenes Torres. Ambos tiveram a vida privada devassada nos últimos três meses. A ousadia chegou ao ponto de, há duas semanas, os arapongas planejarem instalar câmeras de vídeo em um hangar de táxi aéreo no Aeroporto de Goiânia para filmar os embarques e os desembarques dos parlamentares. O objetivo era tentar flagrar os senadores em alguma atividade ilegal para depois chantageá-los em troca de apoio. O plano só não foi em frente porque o dono do hangar não concordou em participar da operação.

O grupo de espionagem é comandado pelo ex-senador Francisco Escórcio, amigo, correligionário e assessor direto de Renan Calheiros. No dia 24 passado, o assessor se reuniu em Goiânia com os advogados Heli Dourado e Wilson Azevedo. Discutiram uma estratégia para criar uma situação que compromettesse os senadores Perillo e Demostenes. "Vamos ter de estourá-los", sentenciou Escórcio. Um dos advogados disse que a melhor maneira de *constranger os senadores opositoristas era colher imagens deles embarcando em jatos particulares pertencentes a empresários da região*. Um dos presentes lembrou que os vôos eram feitos a partir do hangar da empresa Voar, cujo proprietário é o ex-deputado Pedro Abrão, um ex-peemedebista. Na mesma noite, Abrão foi convidado a ir a um escritório no centro de Goiânia. Lá, na presença dos advogados, ouviu a proposta diretamente de Francisco Escórcio: "Nós precisamos de sua ajuda para resolver um problema para Renan", disse Escórcio. Os dois já se conheciam do Congresso Nacional. "Queremos instalar câmeras de vídeo para gravar Perillo e Demostenes usando seus aviões." E completou: "Quero ver a cara deles depois disso, se eles (os senadores) vão continuar nos incomodando". Abrão ouviu a proposta e ficou de estudar. Depois, preocupado, narrou o estranho encontro a um amigo.

Ex-governador de Goiás, Perillo está em seu primeiro mandato. Na reta final do processo que investigava o envolvimento de Calheiros com o lobista de empreiteira, foi Perillo que apresentou a tese vencedora de que o voto no Conselho de Ética deveria ser aberto. Já Demostenes Torres, ex-promotor público, é hoje um dos mais destacados parlamentares da oposição. Não é a primeira vez que ele, titular do Conselho de Ética, é vítima de arapongas. Em junho passado, logo depois das primeiras denúncias contra Calheiros, Demostenes foi um dos primeiros a defender com veemência a instalação do processo por quebra de decoro. Os arapongas de Renan passaram a investigá-

lo desde então. Sem cerimônia, estiveram na cidade de Rio Verde, no interior de Goiás, onde moram pessoas próximas a Demostenes. Lá, procuraram amigos e amigas que já fizeram parte da intimidade do senador. Uma dessas pessoas chegou a receber uma oferta para gravar um depoimento. Os arapongas se apresentavam como advogados, tinham sotaque carregado e, ao que parece, estavam muito interessados em fazer futrica. Não escondiam que o objetivo era intimidar o senador.

Na semana passada, Demostenes Torres e Marconi Perillo foram procurados por amigos em comum e avisados da trama dos arapongas de Renan. Os senadores se reuniram na segunda-feira no gabinete do presidente do Tribunal de Contas de Goiás, onde chegaram a discutir a possibilidade de procurar a polícia para tentar flagrar os arapongas em ação. "Essa história é muito grave e, se confirmada, vai ser alvo de uma nova representação do meu partido contra o senador Renan Calheiros", disse o tucano Marconi Perillo. "Se alguém quiser saber os meus itinerários, basta me perguntar. Tenho todos os comprovantes de vôos e os respectivos pagamentos." Demostenes Torres disse que vai solicitar uma reunião extraordinária das lideranças do DEM para decidir quais as providências que serão tomadas contra Calheiros. "É intolerável sob qualquer critério que o presidente utilize a estrutura funcional do Congresso para cometer crimes", afirma Demóstenes.

Francisco Escórcio foi contratado em novembro do ano passado pelo senador Calheiros como assessor técnico da Presidência. Antes, trabalhou com o ex-ministro José Dirceu no cargo de assessor especial da Casa Civil. Despacha em uma sala a poucos metros de Renan e ganha um salário de 9.301 reais. O que ele faz? "Faço o que Renan me mandar fazer", disse a VEJA. Escórcio, o

advogado Heli Dourado e seu sócio Wilson Azevedo foram ouvidos simultaneamente sobre o plano para bisbilhotar os senadores. Escórcio afirmou que esteve em Goiânia no dia 24 "para pegar umas fotos", que se reuniu com o advogado Heli Dourado e "outras pessoas" num escritório e que, por acaso, o empresário Pedro Abrão "apareceu por lá e eu até disse que ele estava bem magrinho". Heli Dourado confirma que esteve reunido com Escórcio "para discutir um processo judicial de interesse da família Sarney" e garante que "Pedro Abrão não participou da conversa". Wilson Azevedo, seu sócio, diz que "esteve com Escórcio há uns dez dias num encontro informal" e que não vê Pedro Abrão "há uns seis anos". Pedro Abrão, por sua vez, confirma que os senadores usam seu hangar, que conhece os personagens citados, mas que não participou de nenhuma reunião. O empresário, que já pesou mais de 120 quilos, fez uma cirurgia de redução de estômago e está bem magrinho, como disse Escórcio. Renan Calheiros não quis falar.

## **Baixaria na reta final**

### **Dossiê tenta constranger relator do processo contra Renan Calheiros**

O senador Jefferson Péres está sendo submetido a todo tipo de constrangimento desde que aceitou relatar o processo que investiga a participação de Renan Calheiros numa sociedade secreta que comprou veículos de comunicação em Alagoas. Espalharam boatos sobre sua vida pessoal, inventaram histórias sobre seu comportamento e difundiram casos que, se verdadeiros, colocariam sua credibilidade e isenção em xeque. O nível de sordidez e maldade contra Jefferson Péres atingiu o ápice na semana passada. Senadores receberam um dossiê com acusações pesadas contra o colega amazonense. O material – um envelope pardo contendo um DVD e uma folha de papel – chegou pelo correio ao gabinete de alguns parlamentares. VEJA teve acesso a esse material. O vídeo, de cinco minutos de duração, questiona a imagem de correção do senador e sugere que Péres estaria envolvido numa fraude financeira contra uma siderúrgica na década de 70 – caso que já havia sido alvo de insistentes boatos espalhados por assessores de Renan Calheiros desde o início das investigações. O restante do conteúdo do dossiê é tão grosseiro que não merece citação.

A tentativa de intimidar Jefferson Péres chegou ao absurdo de o senador – investigador – se ver obrigado a passar os últimos dias empenhado em produzir documentos para comprovar a própria inocência, como se ele fosse o investigado. Péres requisitou certidões à Agência Brasileira de Inteligência

(Abin) e à direção do Senado. A Abin lhe enviou um ofício informando que não há nem nunca houve apuração, documento ou fotografia que possam comprometer sua integridade moral. O Senado atestou que ele nunca pediu passagens aéreas para quem quer que seja e que também não emprega parentes em seu gabinete. Assessores do senador Renan Calheiros, pouco antes do julgamento do primeiro pedido de cassação, insinuavam que Jefferson Péres empregava a esposa e usava sua cota de passagens para trazer amigos a Brasília. A mulher do senador, Marlídice, realmente ajuda Péres, mas não recebe salário. Não passava, portanto, de mais uma aleivosia contra o senador. No caso da siderúrgica, ele diz que foi investigado apenas por ser um dos diretores da empresa e nem sequer foi indiciado. "Essas baixarias não vão mudar uma linha do meu relatório", adverte o parlamentar. "Não tenho nada para esconder e, por isso, ninguém vai conseguir me constranger."

O dossiê em vídeo é a agressão mais explícita que apareceu até hoje contra um senador não aliado a Renan Calheiros. Desde a revelação de que o então presidente do Congresso usava um lobista de empreiteira para pagar suas despesas pessoais, estabeleceu-se no Senado um vale-tudo para tentar preservar o mandato de Renan. O senador, que está licenciado da presidência, usou e abusou da estrutura do Congresso para levantar informações que pudessem comprometer os adversários, e não se furtou a usá-las. Foi assim, por exemplo, que o presidente em exercício do Senado, o petista Tião Viana, se viu obrigado a demitir uma assessora-fantasma que era contratada por seu gabinete, mas que na verdade trabalhava na sede do PT. O nível da baixaria foi descendo na mesma medida em que subiam as possibilidades de Renan perder o mandato. O caso mais rumoroso até então era a descoberta do plano para espionar os senadores Demostenes Torres, do DEM, e Marconi Perillo, do PSDB, executado, sem sucesso, por Francisco Escórcio, assessor de Renan Calheiros na presidência, demitido logo depois do escândalo. O vídeo contra o senador Jefferson Péres inaugura uma nova e abjeta etapa desse jogo sujo. Agora, as chantagens, ameaças e constrangimentos são armas utilizadas às claras, inclusive sem a preocupação de ocultar os autores.

O senador Jefferson Péres tem sob sua responsabilidade o caso que contém, tecnicamente, o maior número de evidências de quebra de decoro contra Renan Calheiros. Há documentos, recibos e testemunhas mostrando que o presidente licenciado comprou na clandestinidade, usando laranjas, um grupo de comunicação. Parte dele, inclusive, hoje se encontra em nome de seu filho, Renanzinho (veja o quadro ao lado). Surgiu até uma nova testemunha da participação do senador no negócio. O antigo contador da empresa, José Amilton Barbosa, revelou que Renan realmente participava da administração do grupo (veja entrevista na pág. 59). O caso pode levar o senador Calheiros a perder o mandato – e é por isso que seus aliados decidiram partir para o tudo ou nada. No dossiê contra o senador Péres há impressões digitais da tropa de elite de Renan Calheiros. O vídeo, por exemplo, foi produzido em 2004, durante as eleições municipais em Manaus, por uma equipe de televisão chefiada pelo empresário Egberto Batista. Para quem não se lembra, Egberto é um especialista em forjar denúncias contra adversários. É de sua autoria um dos episódios mais infames de que se tem notícia na política brasileira. Na campanha presidencial de 1989, Batista produziu uma entrevista com Mirian Cordeiro, mãe de uma filha do então candidato Lula. Era uma fraude.

Egberto Batista é irmão do também empresário Gilberto Miranda, que interrompeu sua lua-de-mel para ir a Brasília, em setembro, tentar convencer senadores a votar a favor de Renan Calheiros no processo que pedia sua cassação no caso do lobista. Os argumentos heterodoxos de Gilberto Miranda ajudaram a absolver o senador. Agora, é o videodenúncia que pretende intimidar Jefferson Péres. Aliás, não é a primeira vez que o caso da siderúrgica amazonense é usado para tentar constrangê-lo. Em 2001, o senador já era membro do Conselho de Ética e, como agora, analisava denúncia contra o então presidente do Congresso, Jader Barbalho. Como se sabe, Jader renunciou ao mandato para não ser cassado. Antes disso, porém, enviou a Manaus uma equipe de televisão para registrar o suposto envolvimento de Péres com a falência da siderúrgica e, com isso, tentar intimidá-lo. O hoje deputado Jader Barbalho, amigo de Gilberto Miranda – o irmão de Egberto –, é uma espécie de conselheiro-mor de Renan Calheiros. "Não duvido que essa baixaria seja coisa do Renan e de seus asseclas", diz o senador Jefferson Péres. Talvez seja mera coincidência.



## **Espionagem oficial**

*Polícia do Senado é acusada de contratar detetives particulares para investigar a vida de senador adversário do então presidente Renan Calheiros*

O senador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás, foi alertado sobre a trama há um mês. Sua vida estava sendo devassada por um grupo de detetives particulares. Ex-governador do estado, o senador tomou duas providências. Primeiro, ele pediu à polícia de Goiás que investigasse. Depois comunicou o caso ao corregedor do Senado, Romeu Tuma. Discreto, Perillo atribuiu a história a razões provincianas. Estava enganado. Os policiais goianos descobriram um autor bem mais notório e razões bem diferentes para o triste episódio. Dois escritórios de detetives – um em Brasília e outro em Goiânia – haviam sido contratados para bisbilhotar a vida do senador. Estavam orientados a identificar desde supostos negócios fraudulentos realizados entre o parlamentar e empresários até a existência de contas bancárias dele no exterior. Seguindo o rastro dos arapongas, os investigadores goianos descobriram algo ainda mais escandaloso: a espionagem foi contratada pelo próprio Senado Federal. Segundo relato dos agentes, a Polícia do Senado acionou um conhecido escritório de espionagem política de Brasília – a Central Única Federal dos Detetives do Brasil – para levantar as informações financeiras de Marconi Perillo. Os telefones do senador foram grampeados e violaram seu sigilo bancário e fiscal. A invasão de privacidade está sendo investigada, em sigilo, pela Polícia Federal.

"É o fim do mundo alguém usar a estrutura do Senado para investigar ilegalmente os senadores", disse o senador Perillo. É o segundo caso envolvendo o senador tucano com espionagem nos últimos dois meses. No primeiro, também revelado por VEJA há oito semanas, o então assessor da presidência do Senado, Francisco Escórcio, foi pilhado planejando instalar câmeras de vídeo no hangar do Aeroporto de Goiânia. Ele pretendia filmar os senadores Demóstenes Torres e Marconi Perillo embarcando em jatos supostamente cedidos por empresários para depois usar as imagens como arma de chantagem. Os senadores são defensores da cassação do mandato do presidente licenciado do Congresso, Renan Calheiros. Escórcio era auxiliar direto de Renan. Foi demitido para salvar as aparências. O caso de agora começou exatamente no mesmo período, e os policiais suspeitam que ambos façam parte da mesma operação. Em outubro passado, Marconi Perillo recebeu um telefonema do governador de Goiás, Alcides Rodrigues. O governador disse que tinha informações concretas de que o senador era alvo de uma investigação ilegal. Um policial aposentado contou ter sido contatado por um escritório de detetives profissionais. Eles lhe ofereceram dinheiro para ajudar na apuração e na montagem de um dossiê contra Perillo.

O senador Perillo procurou o secretário de Segurança do Estado, Ernesto Roffler, e o diretor da Polícia Civil, delegado Marcos Martins. Pediu a ambos que investigassem o caso com discrição. A polícia desvendou parte da trama. Seguindo a cadeia de contatos dos arapongas, descobriu que o policial aposentado foi procurado pela detetive Luzia Aparecida Tanganelli. Sem saber que estava sendo investigada, ela, por sua vez, revelou que estava prestando serviços a uma agência de Brasília. Os policiais descobriram em Brasília que o contratante final era a Polícia do Senado. O resultado da investigação, realizada pelo serviço reservado da polícia de Goiás, foi repassado ao senador Marconi Perillo na semana passada. VEJA teve acesso às principais conclusões da polícia goiana:

- Foi um agente da Polícia do Senado, não identificado, quem procurou o escritório de detetives de Brasília. Os arapongas usariam os serviços de ex-policiais federais.
- Os detetives brasilienses contrataram o escritório Agatha & Holmes, em Goiânia, que tem como representante Luzia Tanganelli, conhecida pelo apelido de "Cleópatra" e por usar informações colhidas ilegalmente para chantagear.
- A missão dos arapongas goianos era descobrir se Marconi Perillo tinha participação societária oculta nas empresas Perdigão e Schincariol, ambas instaladas em Goiás durante seu governo.
- Quebraram o sigilo fiscal e bancário do senador para tentar investigar a existência de uma suposta conta milionária em um banco dos Estados Unidos.
- O plano também previa a interceptação dos telefones do senador. Os policiais listaram os nomes, os endereços e os telefones dos principais personagens envolvidos na trama.

Resta um mistério não esclarecido pelos investigadores goianos. Afinal, qual seria o interesse da Polícia do Senado na vida pessoal de Marconi Perillo? O senador tem uma suspeita: "Eu tive uma atuação destacada no caso Renan Calheiros, no Conselho de Ética, na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário. Não tenho provas concretas, mas não descarto que essa coisa abominável possa ter sido causada pela minha atuação em defesa da cassação de Renan Calheiros". O senador Marconi Perillo, de fato, teve uma participação capital no Conselho de Ética. Foi sua a manobra que implodiu um plano dos aliados de Renan Calheiros para arquivar no nascedouro o processo que investigou as relações do senador com um lobista de empreiteira. Também foi Perillo o autor do requerimento que estabeleceu o voto aberto no Conselho de Ética, decisão que irritou Renan Calheiros e seus aliados.

Na quinta-feira passada, VEJA esteve nos dois escritórios apontados pela polícia goiana como responsáveis pela espionagem. Em Brasília, o detetive Edilmar Lima, o dono da Central Única dos Detetives, teve uma reação curiosa ao ser perguntado se havia sido contratado pelo Senado para bisbilhotar a vida de Marconi Perillo: "Como essa história vazou? Esse caso é sigiloso, é perigoso". Isso é uma confirmação? "Se fiz ou não esse serviço, não posso falar. Todo contrato que eu assino tem uma cláusula de sigilo muito rigorosa. Se assumir que isso é verdade ou mentira, vou estar queimando meu nome e posso ser processado pelo cliente", respondeu o araponga. Em mais de uma hora de entrevista em seu escritório, o detetive explicou como trabalha, relatou casos de seus treze anos de carreira, mas, indagado várias vezes, em nenhum momento negou o envolvimento com a espionagem contra o senador tucano. Muito pelo contrário. "Se trabalhei nesse caso, não fiz nada ilegal. É lícito investigar, a lei está ao meu lado, posso investigar até o presidente da República. O que é crime é o uso indevido do resultado da investigação", explicou. Edilmar afirma também que conhece muita gente no Congresso e que executou, e ainda executa, trabalhos para deputados e senadores. Foi assim no caso Perillo? "Onde há fumaça há fogo. Você é esperto, entendeu muito bem o que eu falei", disse ele.



Edilmar disse que cobra entre 100 000 e 120 000 reais para fazer levantamentos sobre políticos importantes. O detetive não revela se conhece ou foi procurado por alguém ligado à Polícia do Senado. Ele, porém, confirma que conhece Luzia Tanganelli. Tem, inclusive, o telefone da detetive na agenda de seu celular. "Ela é uma dos mais de 300 colaboradores que temos em todo o Brasil", diz. Luzia vive num prédio de classe média em Goiânia, onde também funciona seu escritório. Ela negou qualquer participação no episódio e, o mais curioso, disse que nem sequer conhece o detetive Edilmar Lima. "Não conheço e nunca ouvi falar dessa pessoa", garante. Num primeiro momento, ela diz que sobrevive da pensão alimentícia repassada pelo ex-marido. Depois, admite que faz alguns trabalhos esporádicos para localizar pessoas e endereços na condição de representante de uma firma de São José do Rio Preto, no interior paulista. VEJA apurou que foi o ex-marido de Luzia, Abdul Sebba, um ex-delegado, ex-deputado estadual e aliado político de Perillo, quem fez chegar ao governador de Goiás as primeiras informações sobre a espionagem. Procurado, Sebba disse que não tinha nada a declarar.

O diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo, negou qualquer envolvimento do órgão. Segundo ele, a polícia legislativa nunca contratou empresas para realizar qualquer tipo de investigação. Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma, confirmou que pediu à Polícia Federal para abrir inquérito, logo que tomou conhecimento do caso. O corregedor só soube do envolvimento da polícia legislativa na semana passada e disse que vai convidar o senador Marconi Perillo a prestar depoimento já nesta terça-feira – dia em que o plenário do Senado vai julgar Renan Calheiros por quebra do decoro parlamentar. O senador é acusado de usar laranjas e dinheiro ilícito para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, conforme VEJA revelou há quatro meses. Entalado em uma fossa de irregularidades, ainda assim ele está confiante na absolvição. Conta hoje com a simpatia e a cumplicidade de boa parte dos colegas – apesar de mais um escândalo a rondar sua biografia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar, ante o Plenário do Senado Federal, o lançamento da Agenda Legislativa 2009 do Setor Cooperativista Brasileiro.

Em evento programado para esta quarta-feira, dia 11 de março, esse lançamento é uma iniciativa conjunta da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – e da Frente Parlamentar do Cooperativismo – Frencoop –, essa última composta por mais de duas centenas de Parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional. É com muita honra que também faço parte dessa Frente Parlamentar.

A Agenda, que alcança este ano a sua terceira edição, relaciona as proposições legislativas de interesse dos diversos ramos de atividade das cooperativas brasileiras que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ela representa ainda as conquistas legislativas alcançadas pelo setor em 2008, bem como os desafios e as perspectivas de avanço legislativo, projetadas para a atividade cooperativa no presente exercício.

A publicação, que tende a tornar-se uma referência de luta para o movimento cooperativo nacional, também se destina apoiar o assim chamado Programa Brasil, outra iniciativa conjunta OCB/Frencoop, desta vez objetivando a implantação ou a consolidação de Frentes Parlamentares similares à Federal, nas Assembleias Legislativas em nível estadual, nas Câmaras de Vereadores em âmbito municipal.

Eu mesmo estive presente, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no lançamento ou na implantação da Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Estado de Rondônia, com a presença do Presidente Nacional, Deputado Zonta, do Estado de Santa Catarina.

Durante o lançamento da agenda, no próximo dia 11, como já falei, nessa quarta-feira, estão também previstas a eleição e a posse da nova diretoria da Frencoop, hoje presidida pelo Deputado Federal Odacir Zonta, de Santa Catarina, em cuja figura, neste momento, enalteço e homenageio os Parlamentares da Frente.

Louvo, por fim, o valioso conjunto das instituições cooperativas brasileiras, numa homenagem que dirijo, representando todos os dirigentes cooperativistas, à figura do Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras.

Mas eu não poderia, Sr<sup>a</sup> Presidente, deixar de citar os representantes do meu Estado, o Estado de Rondônia, o Sr. Jonas Tavares representando o Sicoob, da Central Norte de Cooperativas; e também de Gilberto Borgio, representando o Sistema Credisis, no Estado de Rondônia. Também agradeço a presença do Sr. Alcides, da Cooperativa de Crédito do Município de Ariquemes, representando também a Cooperativa do Município de Ariquemes, em Rondônia.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao tratar do tema cooperativista, contudo, é impossível não fazer uma reflexão sobre a importância desse setor para o Brasil, em virtude dos óbvios e benignos resultados de sua atividade para a economia brasileira, assim como para o conjunto de nossa sociedade, multiplicando os recursos de investimento, reduzindo os custos produtivos e gerando emprego e renda para o nosso povo, principalmente neste momento tão difícil que a economia global vive. E já começamos, aqui no Brasil, a sentir os reflexos dessa crise mundial.

Este momento de crise financeira mundial, sobretudo, exige mais uma importante e inadiável constatação, especificamente centrada na atividade do crédito cooperativo.

Estamos vendo, Sr<sup>a</sup> Presidente, as dificuldades com que os governos e as diversas economias nacionais – não importa se mais ou menos desenvolvidas – têm enfrentado o desafio de reanimar a oferta de crédito.

A situação no Brasil, embora ligeiramente melhor, principalmente em face da atuação do Governo e das instituições financeiras do setor público, ainda enfrenta um inimigo voraz e renitente: o preço do dinheiro, representado, no caso, pela taxa de juro cobrada pelos bancos ao setor produtivo.

Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> já foi Vice-Presidente da República por duas vezes. Eu acho que está na hora de o nosso querido Vice-Presidente da República, José Alencar, voltar a cobrar publicamente, como já fez muitas vezes, a baixa nas taxas de juros, sob pena de nós não termos sucesso no crescimento do nosso PIB, da nossa economia nacional. É necessário que se faça com urgência uma escalada não de alta, mas de baixa agora nas taxas de juros.

Em vista desse quadro e em vista dos mais recentes desdobramentos da crise, o crédito cooperativo ganha dimensão e relevo ainda maiores como alternativa para romper o bloqueio do crédito.

É imperativo, portanto, apoiar a atuação desse setor com todos os instrumentos a nossa disposição, relembrando que o crédito cooperativo, hoje, representa um nível de participação no mercado nacional

de empréstimos, estimado em míseros 2%, número que requer urgente revisão.

Chamo, por isso, a atenção dos colegas Senadores, das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para o recebimento no Senado, após bem sucedida tramitação na Câmara Federal, do substitutivo oferecido por aquela Casa, ao Projeto de lei do Senado nº 293, de 1999, com características de lei complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, meu colega de PMDB, e representante do Estado do Espírito Santo.

Concedo, com muito prazer, o aparte à nobre Senadora Marisa Serrano, do Estado do Mato Grosso do Sul.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano (PSDB – MS)** – Muito obrigada, Sr. Senador, é justamente da importância do seu pronunciamento. Eu sou uma apaixonada pelo cooperativismo, pelo sociativismo. O meu Estado trabalha muito nessa linha, embora tenha tido problemas últimos com o gerenciamento de algumas cooperativas. Amanhã de manhã, haverá um café justamente da Frente Parlamentar do cooperativismo. Tenho trabalhado nisso porque acredito que, através da associação, dos cooperativismos, um País grande como o nosso, gigante como o nosso, pode realmente fomentar a que inúmeros produtores possam se unir. E quando eu falo produtores, não é só produtor agrícola, produtor rural, mas eu estou colocando todos os ramos que podem se associar. A Unimed, por exemplo, é uma grande cooperativa, conhecida em todo o País; há a cooperativa educacional, cooperativa de saúde, de trabalho, de lazer; há inúmeros tipos de cooperativas. Elas são fundamentais. Eu gostaria muito, Sr. Senador, de dizer que isso deve começar nas nossas escolas, começar com as nossas crianças. Existe um programa da OCB chamado Cooperjovem, que é justamente para ensinar as crianças, discutir com as crianças como se associar para fazer com que o empreendimento possa dar lucro para todos, e todos saírem ganhando com a sua associação. Portanto, quero solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup>, parabenizando-o pela fala e dizendo que tudo aquilo que a gente puder fazer para apoiar o associativismo e, principalmente, o cooperativismo no País é um dever de todos nós.

**O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO)** – Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>. Peço à Mesa que incorpore o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento. O associativismo e o cooperativismo cabem em qualquer setor de atividade do nosso País.

O projeto, Sr. Presidente, pretende justamente encerrar o capítulo da regulamentação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, norma cuja falta talvez seja o maior obstáculo hoje colocado ao crescimento e à consolidação do setor.

Sr<sup>a</sup> Presidente, vou encerrar em breve. Se V. Ex<sup>a</sup> puder me dar mais um minuto...

Solicito, portanto, a atenção e a boa vontade de todos os meus Pares para a matéria, visando a aumentar a celeridade de sua tramitação no Senado Federal.

Eu falei ontem, Sr<sup>a</sup> Presidente, com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, pedindo a urgência desse projeto. Esse projeto foi pautado no final do ano. Não foi possível votá-lo por falta de tempo na última sessão, porque havia mais de 50 projetos que deveriam ser votados, e não foi possível entrar em votação naquele dia. Mas ficou para que, nas primeiras sessões do Ano Legislativo de 2009, ele entrasse em pauta. A informação que eu tenho é que ele está pronto para entrar em pauta; dificilmente entrará hoje ou amanhã em função de duas medidas provisórias que estão trancando a pauta. Mas, como já havia um acordo de Lideranças e com a Mesa do Senado, eu faço aqui um apelo, mais uma vez, à Mesa do Senado Federal, se os Líderes concordarem, se não hoje, mas amanhã, que é o dia em que se comemora o cooperativismo – e a Frente estará reunida com todo o cooperativismo nacional –, para discutirmos esta questão: que nós pudéssemos votar amanhã, num acordo de Lideranças, após votarmos as medidas provisórias, esse projeto tão importante para o País.

Creio que o tema seja em função da crise financeira e de seu enorme potencial de impacto econômico e social. Merece todo o empenho que esta Casa lhe possa dispensar.

Sr<sup>a</sup> Presidente, era o que eu tinha a dizer neste momento, agradecendo a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> por me conceder mais um minuto. Encerro exatamente no final desse minuto concedido.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, a Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – A Presidência recebeu o **Aviso nº 14, de 2009** (nº 194/2009, na origem), de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o relatório de suas atividades referentes ao 4º trimestre de 2008.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – A Presidência recebeu o **Aviso nº 15, de 2009** (nº 54/2009, na origem), de 27 de fevereiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das opera-

ções de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de janeiro de 2009, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Senhor Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, estamos alternando...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é porque ele não entrou em breve comunicação, mas como orador inscrito. Estou chegando agora. Tinha me dito que era Liderança, porque o Senador Jarbas falou como breve comunicação. Então, na minha consciência, seria o Senador Antonio Carlos Júnior. Mas já anuncio, para o Acre, para Brasília e para o Brasil, que o próximo a usar da palavra, para uma comunicação inadiável, por tempo indeterminado, será o Senador Tião Viana.

V. Ex<sup>a</sup> também está aqui como Líder da Minoria, mas V. Ex<sup>a</sup> representa a grandeza do povo da Bahia e do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> também, como vou fazer com o próximo, tem o tempo que achar conveniente, Senador Antonio Carlos Júnior.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, enquanto a CPI dos Grampos Telefônicos, na Câmara dos Deputados, preparava-se para concluir seus trabalhos e votar, nesta quarta-feira próxima, o seu relatório final, a imprensa trazia, nesse fim de semana, novos detalhes sobre a máquina ilegal de espionagem que, sob a alcunha de Operação Satiagraha, se instalara nos porões do Departamento de Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência, nas barbas do Poder Executivo.

Sr. Presidente, antes de comentar o que vem sendo apurado, gostaria de ler para este Plenário o fax que encaminhei ao Ministro da Justiça, ainda em julho do ano passado:

Sr. Ministro,

Desde o último sábado, 12 de julho, aguardo um desmentido da Polícia Federal, órgão formalmente subordinado a V. Ex<sup>a</sup>, em relação à notícia veiculada pelo jornal O Es-

tado de S. Paulo, dando conta de que aquele Departamento montara um “organograma” no qual constaria o meu nome como um dos integrantes de uma suposta rede de influências que teria sido formada em torno do senhor Daniel Dantas. Naturalmente, vez que a afirmação é mentirosa, absolutamente improcedente, na mesma matéria, o jornal informa não constar, em parte alguma do tal relatório, qualquer dado que fundamente a inclusão do meu nome à referida rede.

Como cidadão brasileiro, como Senador da República, exijo explicações para a descabida ilação e consequente inclusão do meu nome em tão lamentável episódio, além da imediata retratação pelo gesto leviano, antirrepublicano e cada vez mais frequente de dar vazamento público a esse tipo de irresponsabilidade.

É inaceitável que, neste País, ainda perdurem procedimentos desse jaez, absolutamente antidemocráticos, em que ações legítimas desse respeitado Departamento de Polícia Federal são conspurcadas por interesses mesquinhos, inconfessáveis, político-partidários e de pequena grandeza.

Ainda na expectativa de uma manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, informo que pretendo encaminhar as medidas judiciais que a gravidade do caso exige.

Essa foi uma correspondência do dia 14 de julho do ano passado.

Pois bem, Srs. Senadores, ontem, segunda-feira, solicitei à minha assessoria que verificasse com o Ministério da Justiça que providências teriam sido tomadas. Fomos informados pela assessoria parlamentar do Ministro que o fax, recebido em 14 de julho de 2008, havia sido, três dias depois, encaminhado para o Departamento de Polícia Federal. E isso era tudo. Melhor dizendo, nada.

Nada, absolutamente nada, aconteceu desde então, além do evidente desprezo por uma demanda vinda de um Senador da República num claro, fragoroso desrespeito à Constituição Federal, que deveria ter no Ministro da Justiça – exatamente nele – um dos seus principais guardiões.

Pior: passados oito meses, o que se vê é que as tais ilações, muito mais do que ações irresponsáveis de um maníaco perigoso, parecem ser partes, engrenagens de uma máquina muito maior, subterrânea, construída à custa do Poder Público, sabe-se lá com que propósitos.



O silêncio do Ministro Tarso Genro, Sr. Presidente, é ensurdecador, ensurdecador e significativo... O que faz S. Ex<sup>a</sup>, afinal, naquele palácio?

Quando o MST invade propriedades e mata, a reação de S. Ex<sup>a</sup> é classificar de “arrojada” a ação assassina desses celerados mantidos pelo Poder Público.

Uma ação arrojada? Tenha a paciência, Ministro! Foi assassinato!

O que dirá agora o Ministro Genro quando ficamos sabendo que setores da Polícia Federal e da Abin invadiram a vida pessoal de cidadãos, de magistrados, de autoridades públicas, Senadores, Governadores, ex-Presidente, Ministros, presidente de Poder e até mesmo de parentes do Presidente da República? Dirá S. Ex<sup>a</sup> que foi uma traquinagem saída de um mentecapto?

O jornalista Ricardo Noblat, em seu *blog*, explicita a pergunta que resta, latente e irrespondida, desde que estourou mais esse escândalo:

Que país é este onde um delegado da Polícia Federal pode espionar ilegalmente durante mais de um ano a vida pública e até amorosa de ministros, senadores, jornalistas, um governador de Estado e um ex-presidente da República? Quem controlava a controlador? Ninguém?

Srs. Senadores, o que não faltam são perguntas que exigem respostas do Poder Público – do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que nós integramos.

Especificamente em relação a essa operação clandestina, qual foi o seu verdadeiro objetivo?

Que autoridades estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas com ela?

Que outros cidadãos, dentro e fora do governo, tiveram suas vidas devassadas sem motivo, ao arripio da lei?

A que se prestam operações deste tipo, em que, arrostando a lei, pouco se investiga, quase nada se apura ou se pune, mas se detratam biografias, invadem privacidades, e se ameaça ou intimida?

Precisamos saber, Presidente, com que mecanismos formais, republicanos, o Estado conta para controlar seus órgãos policiais e de segurança, em especial o Departamento de Polícia Federal e a Abin.

Se controles não há, que os criemos.

A Polícia Federal, senhores, não é deste governo, assim como não foi do anterior e nem será do próximo. Tampouco, e principalmente, não poderia estar vinculada, subordinada a ideologias ou partidos políticos. A Polícia Federal, Senadores, é um órgão do Estado brasileiro.

Insisto: o que faz Tarso Genro no Ministério da Justiça?

Nos últimos meses, S. Ex<sup>a</sup> tem se notabilizado por misturar suas convicções ideológicas com suas obrigações de Ministro de Estado.

Aconteceu assim nos episódios dos refugiados do regime cubano, das quadrilhas que se travestem de movimentos sociais e do criminoso italiano foragido de seu país, após ter sido julgado e condenado pela Justiça.

Estou, de fato, indignado com esta situação. Estou irredimido com a forma com que o Ministério da Justiça tem se comportado nesse episódio. E sei que não sou o único a se sentir assim.

Pelo que a imprensa tem apurado e divulgado, muitos outros cidadãos, incluindo servidores graduadíssimos do Palácio do Planalto, foram vítimas desta quadrilha, e também devem estar querendo ouvir explicações de S. Ex<sup>a</sup> – que, aliás, hoje já começa a recuar um pouco na sua posição. Hoje, ele já começa a dizer que Protógenes pode ter cometido graves irregularidades – agora, muito tarde, Sr. Ministro.

De toda forma, vez que apenas silêncio obtive em relação ao pedido de explicações ao Ministro, quero informar ao Plenário que irei à Justiça – a verdadeira Justiça – requisitar esses tais documentos que citariam meu nome para, a partir daí, buscar a reparação devida.

Por fim, Sr. Presidente, pergunto: por quanto tempo mais este assunto se arrastará; quantas pessoas ainda se descobrirão tendo sido espionadas, até que este delegado seja afastado de toda e qualquer atividade no Departamento de Polícia Federal e, enfim, exonerado, demitido a bem do Serviço Público?

Era que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra...

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senadora Marisa Serrano, do PSDB, do Mato Grosso do Sul.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apresentei, nesta tarde, à Mesa um requerimento de informações, solicitando ao Ministro do Planejamento dados sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv.

Sr. Presidente, no próprio Portal de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, existe um histórico, que diz o seguinte:

“(...) determina que a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execu-



ção e a prestação de contas dos convênios deverão ser registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, o qual será aberto para acesso ao público, via rede mundial de computadores – Internet, por meio de página específica, denominada Portal dos Convênios. A Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Objetivando o efetivo atendimento da legislação vigente, faz-se necessário que todas as ações de celebração, execução e prestação de contas sejam realizadas por meio do Portal dos Convênios.”

Ora, Sr. Presidente, se o Siconv foi organizado para que se tivesse acesso, e todos os convênios e contratos estivessem colocados ali para que as pessoas, os municípios, as entidades que tenham esse tipo de atendimento com o Governo Federal possam disponibilizar toda a sua solicitação, como é que nós, nesta Casa, vamos ficar sem acesso ao Siconv? Hoje, os nossos gabinetes, os Parlamentares não têm acesso ao Siconv. E, se nós, aqui, temos a função de controle e fiscalização das contas públicas, é inadmissível que não possamos ter acesso a esse portal de convênios.

Portanto, Sr. Presidente, é nessa ótica que fiz o requerimento, pedindo ao Presidente que, realmente, todos nós possamos ter acesso àquilo que é ferramenta para o nosso trabalho e que, constitucionalmente, é função nossa. E temos aqui uma Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para fiscalizar e controlar os gastos públicos.

Esse é o teor do meu requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida, embora o requerimento ainda não tenha chegado. E estamos tentando agilizar todo o Expediente que chega à Secretaria.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem após, porque temos que ter uma deferência...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pois não. Não prestei atenção, desculpe-me, Sr. Presidente. O Senador Tião Viana está na tribuna. Eu, aguardo, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Este Senado e a República têm que ter uma deferência

toda especial ao Senador Tião Viana, que está inscrito para uma comunicação inadiável.

Senador Tião Viana, para V. Ex<sup>a</sup> o tempo é ilimitado, o respeito é ilimitado. Eu apenas me permitiria dizer: Deus escreve certo por linhas tortas. Você pode não ter chegado a esta Presidência por destinação, e eu estava do outro lado, mas torço para que o Presidente Luiz Inácio faça uma reflexão e coloque o nome de V. Ex<sup>a</sup> nas prévias do Partido. E V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, poderá ser o próximo Presidente da República deste País.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa – agradeço a V. Ex<sup>a</sup> –, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de, nos dias anteriores, ocupar a tribuna para tratar de um assunto que diz respeito basicamente ao Estado do Acre, mas que repercutiu nacionalmente.

Nós do Acre temos como tradição histórica a conduta de muita autoestima pela nossa vida em comunidade, pelo nosso Estado, pela nossa maneira de ser e de viver na organização política e nas relações pessoais e sociais. E a Rede Globo, através do programa *Fantástico*, veiculou uma matéria, fazendo fortes referências, com uma impressão muito negativa, sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), envolvendo três cidades brasileiras, sendo uma delas exatamente a cidade do Jordão, lá no nosso querido Estado do Acre.

O Jordão é uma cidade pela qual temos muito carinho, um carinho muito especial, porque tem um povo humilde, muito fraterno, e uma presença indígena muito forte, compondo 30% da população daquele Município, que, de fato, viveu grandes dificuldades – e ainda vive algumas – quanto aos seus indicadores sócio-econômicos. Mas houve equívoco apresentado pela matéria jornalística, que merece um esclarecimento e uma resposta para que possamos continuar demonstrando o carinho e a dedicação que temos com os desafios de incluir, em termos de qualidade de vida, da maneira melhor possível, o Estado do Acre perante o cenário nacional.

Vejam. O que focou mais o repórter do programa *Fantástico* foi o IDH, um indicador composto que aponta basicamente para um nível de expectativa de vida, escolaridade e renda.

O próprio jornal *Le Monde*, há poucos dias, no dia 2 de março de 2009, fala o seguinte, lá em Paris, Sr. Presidente: “No Brasil, o Estado do Acre mede o bem-estar sustentável”, falando que outros indicadores terão que ser apresentados como instrumento de análise do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental das populações no Brasil, especialmente da população

da Amazônia. Especialmente o Ipea e o Pnud adotam regras de interpretação do IDH como uma regra ortodoxa, dura, que o Ministério do Desenvolvimento Social adota e que serve como um instrumento para o mundo, mas não particulariza as realidades, como, por exemplo, a da região amazônica.

O que me pareceu mais grave na matéria jornalística – atitude que eu aponto como merecedora de crítica – foi o uso do instrumento de indicador de qualidade de vida daquela população do Município do Jordão a partir do indicador do IDH do ano 2000. Quer dizer, se uma geração de políticos assumiu aquele Estado para enfrentar os desafios das desigualdades a partir de 1999 – está, portanto, há dez anos nessa caminhada de luta pela inclusão social, pelo desenvolvimento socioeconômico –, o indicador apresentado pelo programa Fantástico foi o do ano 2000, um ano apenas, menos de um ano completo a partir da posse do Governo que temos a honra de defender, que vem de Jorge Viana e agora, com muita honra também, o Governador Binho Marques.

Veja, Sr. Presidente, a falta de boa apresentação da matéria. Toda hora ela confundia com duas cidades do Nordeste, uma de Alagoas e outra de Pernambuco, como se fosse uma coisa só a crise de água em Pernambuco e a crise de água em Alagoas e as dificuldades de programas de planejamento familiar. Mas confundindo, muitas vezes, com uma imagem, o que seria mostrar, de fato, o Município do Jordão e sua evolução histórica nesses dois anos.

Aquela época, Sr. Presidente, o Acre estava em 21º lugar na classificação dos Estados brasileiros em termos de desenvolvimento socioeconômico. Em 2005, apenas cinco anos após essa geração ter assumido, nós já caímos para 17º Estado em termos de indicadores no Brasil, melhorando a qualidade de vida de sua população e melhorando seus indicadores socioeconômicos, seguindo basicamente o Espírito Santo, segundo Estado que também avançou nessas metas. Então, já estamos falando em 2005, com esses avanços.

Aí, o jornalista se prende a um foco único: o litro da gasolina para o transporte da população em termos de veiculação hídrica naquela região, falando que o litro de gasolina custava R\$7,00 no Jordão, naquela época do ano, e que não tinha chuchu, um produto alimentar que não tinha também naquela região.

Ora, quando nós olhamos como é a chegada de um litro de gasolina, de que refinaria sai, ou sai da Venezuela ou sai de uma refinaria em São Paulo, para atravessar o Brasil inteiro, mais de três mil quilômetros, para pegar avião para chegar ao Jordão... Quando as águas estão suspensas, a Força Aérea Brasileira tantas vezes nos socorre para transportar, inclusive para as

usinas térmicas poderem atender aquela comunidade. Isso não foi considerado.

Aí, quando fazemos um quadro comparativo com o que o repórter quis mostrar ao Brasil, mostrando que custa R\$7,00 o litro da gasolina, aí vamos para a banana, que no Jordão é dada à vontade, Sr. Presidente, quando ela nasce; vamos para a manga; vamos para o quilo do peixe – o quilo do peixe, na piracema, é dado de graça ou custa R\$1,00, chega a custar até R\$1,00, peixe bom para se comer na região da cabeceira dos rios, sem poluição, sem nada.

Inglaterra: um quilo da banana, £2,00, ou seja, estamos falando de quase R\$7,00, Sr. Presidente, em termos de transformação para o real; uma manga, custando também R\$7,00 na Inglaterra; um quilo de peixe custando em torno de R\$50,00 na Inglaterra. Isso não vale, essa comparação.

Comparar. Vamos para Alemanha, um quilo de banana na Alemanha 2,00 euros, estamos falando de R\$6,00; o nosso é dado de graça, R\$1,00, quando se vai para um Município daqueles onde se faz carinhosamente, fraternalmente a doação; um quilo de peixe, na Alemanha, custando 16,00 euros, estamos falando aí, Sr. Presidente, de R\$48,00. No Jordão, na época das piracemas, que é cabeceira de rio, a doação de uma população, de uma família para outra é muito comum. Na França, um quilo de banana custa 5,00 euros, R\$15,00.

Então, não vale a comparação de um litro de gasolina quando ele não considera também aquilo que se divide fraternalmente naquela região.

Quando essa geração política assumiu o Governo lá, nós tínhamos duas a três horas de energia por dia para a população. Nós não tínhamos o telefone público. Nós não tínhamos o ensino médio. Hoje nós temos o ensino médio assegurado a todos. Nós temos o investimento consolidado no ensino fundamental. Nós temos universidade federal assegurada em convênio com o Governo do Estado para aquela população de seis mil habitantes. Nós temos o Hospital da Família para a população. E, quando nós vamos para os indicadores de saúde, a que em nenhum momento o repórter quis se voltar, em relação à mortalidade infantil, em Rio Branco, o quadro comparativo era de 22,9 por mil nascidos até um ano de idade, em 2008, e caiu para 16,8. No Acre inteiro, era 23,6 e caiu para 17,9. Então, o indicador composto que ele usou não vale para mostrar a responsabilidade política quando se trata dos desafios e da possibilidade de acesso daquela comunidade. Nós estamos falando de uma mudança, em cinco anos, do 21º Estado do País ao 17º, sem contar esses últimos cinco anos, cujo resultado de resposta e credibilidade

política nos permitiu índices ainda muito mais favoráveis. Então, foi uma matéria injusta.

Quando um jornal como o **Le Monde**, da França, destaca que, no Estado do Acre, é medido o bem-estar sustentável da população, nós estamos falando em preservação, em quem mora em cabeceira de rio que não tem poluição. Nós estamos falando que não dá para querer transportar o chuchu para um irmão de uma comunidade como os caxinauás, que vivem lá no alto do rio Jordão, sem ser a própria população do Jordão, que não tem hábito desse tipo de realidade. Então, o que faltou foi um pouco de demonstração de coração aberto. Não chegar com uma “matéria” para querer fazer uma crítica, como se houvesse uma relação estanque entre uma política de Governo e os desafios.

Concordamos que as dificuldades são reais e fortes naquela região, que o IDH era exatamente aquele no ano 2000, mas nós estamos em 2009. É preciso ter uma relação de sensibilidade e de demonstração.

Nós soubemos até, segundo o honrado e digno Prefeito, Hilário Melo, que dirige aquele Município, que queriam achar alguém para mostrar uma realidade sofrida de uma casa. Encontraram um ambulante e disseram: “Vamos até a sua casa”. Desceram o rio por três horas. Chegaram lá e viram que era uma casa humilde, mas pintadinha, arrumadinha, e ela não entrou na matéria. Quer dizer, como se nós tivéssemos de mostrar apenas o lado negativo.

Então, no Jordão, Sr. Presidente, tem um povo honrado, digno, trabalhador, que confia nas políticas públicas, que trabalha por inclusão social, que se integra em termos de aumento dos recursos que o Estado tenta promover. Só o ICMS aumentou em mais de 500% o repasse para aquele Município nos últimos dez anos; mais do que triplicamos os repasses constitucionais nas conquistas que foram estabelecidas e o Governo investiu fortemente. Não tinha um hospital; tem o Hospital da Família. O índice de cobertura vacinal que nós temos, como um outro indicador que poderia ter sido considerado: Hepatite B, 96%; vacina tríplice mais BCG, 103%; a tetra mais a BCG 103% e a tríplice 106%.

Então, esses indicadores poderiam ter sido considerados. Como eu falei, mortalidade infantil, cobertura vacinal; uma cidade que não tinha médico, hoje tem médico, tem odontólogo, tem o Hospital da Família, tem serviços de proteção à dignidade mínima das pessoas.

O aeroporto era uma pista, era um campo onde o gado comia e o avião tinha de descer. Hoje tem uma pista com imprimação, com uma basezinha que a gente luta para melhorar, para ter o reconhecimento e a homologação da Anac. Então, quem vai ao Jordão de verdade, com o coração aberto, com um sentimento

de respeito à humildade e à dignidade daquele povo faz uma matéria mais justa e mais sincera sobre os desafios da inclusão social.

Fiz questão de tratar desse assunto também porque encontrei, esses dias, um batedor de carteira querendo fazer ironia sobre o meu Estado, e ao meu Estado não cabe ironia de nenhuma pessoa que não conheça a sua realidade e os seus desafios. Somos pequenos, simples, humildes, mas mostramos toda a dignidade na responsabilidade da vida pública.

Se for permitido ainda, Senador Romeu Tuma, quero encerrar a minha fala em defesa do honrado, querido e humilde povo do Jordão, sem divergir do jornalista quanto à realidade do indicador do ano 2000, que ele apresentou, e me identificar ainda com ele no sentido de que os desafios são enormes para melhorarmos a vida daquela população, mas que muito foi feito pelo Governo Jorge Viana, pelo Governo Binho Marques, pelo Prefeito Melo e por aquela população bonita e amiga. Temos a honra de dizer que, em breve, orgulharemos este País, pelos desafios que temos assumido na política com a população do Jordão.

Senador Romeu Tuma, com muita honra.

**O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP)** – Senador Tião Viana, peço licença para falar com V. Ex<sup>a</sup> porque conheço um pouquinho da evolução do Acre desde que era território. Acompanhei a sua evolução e não posso deixar, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, de prestar minha homenagem ao Dr. Jorge Viana, ilustre Governador que soube conduzir esses objetivos que V. Ex<sup>a</sup> descreveu, não só do Município de Jordão, mas de todo o Estado do Acre. Tenho sempre uma saudade imensa de comer um carneiro com V. Ex<sup>a</sup> lá, porque aquela é uma cidade apaixonante. É gostosa. Sempre alegre. Um povo trabalhador, eficiente. Lembro quando a Polícia Federal, que lá estava designada, tinha orgulho de trabalhar no Acre. Nós temos o Caio, que trabalha comigo, casado com uma nascida no Acre, que sempre está lá efusivamente falando do seu Estado. Mas tenho lido ultimamente sobre esse problema do IDH, sei que fizeram um relatório. V. Ex<sup>a</sup> fala de 2000. É claro que o Brasil mudou muito em vários Municípios, não só no Jordão, porque alguns Prefeitos souberam se dedicar para atender à população mais sofrida da periferia brasileira. E agora nasceu um novo conceito de levantamento do IDH. A própria Globo apresentou domingo, no Fantástico, o princípio de consultar a população: “Qual é o Estado que o senhor deseja para melhorar o IDH?” Então vamos ter uma realidade diferenciada dessa que o jornalista procura adivinhar – não senti a densidade da evolução conforme descrição de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que esses dados que V. Ex<sup>a</sup> traz têm de ser mandados para jornais na Inglaterra, na China,

na Alemanha, para onde queiram tomar conhecimento da situação de Estados brasileiros que nasceram como territórios e hoje são grandes Estados ajudando a economia nacional. Parabéns.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, que é solidário ao meu Estado e àquela população tão amiga e tão fraterna.

Sr. Presidente, encerro pedindo que seja inserida nos Anais do Senado Federal esta matéria do jornal fran-

cês **Le Monde**, destacada com o seguinte título: *No Brasil, o Estado do Acre mede o "bem-estar sustentável"*.

Era o que tinha a dizer numa justa consideração de respeito à história daquele povo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso  
i e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Eduardo F. Marques de Oliveira**

**De:** Cleide Prudencio [cleide.prudencio@ac.gov.br]  
**Enviado em:** terça-feira, 3 de março de 2009 14:53  
**Para:** Eduardo F. Marques de Oliveira  
**Assunto:** Matéria sobre o Acre no Jornal LE MONDE

Duda,  
Segue um artigo para ser repassado para o Senador.

Cleide

**Jornal francês Le Monde destaca: No Brasil, o Estado do Acre  
mede o "bem-estar sustentável"**

02-Mar-2009

**Matéria destaca que o Estado deixou de calcular o índice econômico dos grandes centros urbanos para medir a qualidade de vida de quem mora na floresta**

*No Brasil, o Estado do Acre mede o "bem-estar sustentável"*

(Laurence Caramel, BELÉM)

Fazendo uma simples leitura das estatísticas, não parece ser bom viver no Estado do Acre, no Brasil, pequeno território da Amazônia. Ele mostra resultados fracos em matéria de desenvolvimento humano, levando em consideração o indicador da ONU, calculado desde 1990, e que avalia, além da riqueza material (PIB per capita), o acesso da população aos serviços de saúde e educação.

No entanto, os habitantes dessa região florestal não são mais desprivilegiados do que os excluídos das favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Pelo contrário. Mas o essencial de suas atividades foge da contabilidade nacional que, da megalópole à aldeia amazonense, utiliza os mesmos critérios para avaliar o bem-estar de uma sociedade.

"Imagine que a floresta constitui o supermercado onde fazemos nossas compras essenciais, mas isso não aparece em nenhum lugar, pois há poucas trocas monetárias. Resumindo, é fácil concluir que nós somos subnutridos", explica Carlos Duarte, secretário de Estado do Acre na floresta. É tão simplista acreditar que os cidadãos do Acre não têm cuidados médicos, uma vez que o acesso às infraestruturas modernas de saúde é menos fácil que nas grandes cidades; ou que têm situação precária de moradia, raramente dispondo de um "habitat adequado" que, segundo as estatísticas nacionais, deve ser construído em pedra ou em tijolo, comportar dois cômodos e ser cercado de uma calçada pavimentada. Na verdade, os cuidados são muitas vezes garantidos por uma medicina tradicional que extrai seus remédios das plantas, e os caboclos vivem em casas de madeira construídas sobre palafitas, mais bem adaptadas ao clima do que cubos de concreto.

No início do século 20, graças ao boom da borracha, o Acre era uma região rica, a ponto de fornecer quase um terço do PIB brasileiro. A concorrência asiática pôs um fim a essa epopeia há muito tempo. No entanto, as lideranças da região continuam a pensar que sua floresta merece ser preservada e que ela traz mais benefícios quando está "em pé" do que quando entregue à exploração industrial, ou transformada em pasto ou campos de soja.



Essa ideia, hoje defendida pelo governador Binho Marques, do Partido dos Trabalhadores, retoma o velho combate dos seringueiros. Faltava uma demonstração. O Acre se voltou, então, para os economistas, para que eles elaborassem um novo indicador de riqueza: o indicador de "bem-estar sustentável".

"Nós elaboramos um indicador de desenvolvimento humano, integrando a ele uma dimensão ambiental", explica o coordenador do projeto André Abreu, da fundação France Libertés. Foram levadas em conta a qualidade dos solos, reservas de água, preservação da biodiversidade, emissões de CO2 etc., ao lado de critérios mais tradicionais: renda, saúde, educação, moradia. Esse trabalho, realizado pelo economista Jean Gadrey e uma equipe de pesquisadores da universidade de Lille, acaba de ser concluído. Resta fazer com que ele seja validado pela população: "Vamos consultar diferentes grupos sociais para ter certeza de que nosso indicador reflete sua concepção de bem-estar", diz Abreu.

Paralelamente, o governo procurou valorizar mais a produção ligada à floresta para melhorar a renda da população. "Há alguns anos um hectare valia US\$20, quando a mesma superfície plantada com soja poderia render US\$ 600. A esse preço, era muito difícil lutar contra o desmatamento", constata Duarte.

"Hoje, graças aos setores comerciais consolidados em torno do látex, das frutas, das plantas e essências para cosméticos ou farmacologia, um hectare pode render ao pequeno produtor, que vive do extrativismo, quase US\$ 300 por ano. E essa renda é perene, pois a exploração respeita a renovação dos recursos", garante o ex-engenheiro florestal.

Em uma Amazônia cada vez mais corroída pelo avanço das grandes explorações agrícolas, a floresta deve sua sobrevivência à população que a habita. "Abrir nossa região ao agronegócio resultaria em graves conflitos sociais", reconhece Duarte. Os fracassos de outras regiões brasileiras acabaram convencendo que seria preciso persistir nesse caminho. O Estado da Bahia se lançou às plantações de eucaliptos para alimentar a indústria da polpa de celulose. Quinze anos mais tarde, os solos estão arruinados, os lençóis freáticos, esgotados, e a maior parte das empresas se foi. A ilusão da riqueza teve curta duração. As autoridades aprenderam a lição. Agora elas refletem sobre outra medida de riqueza.

*Tradução: Lana Lim*



*Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelos esclarecimentos feitos. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, que tinha solicitado a palavra anteriormente. Em seguida, pela ordem, falará V. Ex<sup>a</sup> como Líder da Minoria.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quem semeia ilegalidades como arma política colhe instituições desmoralizadas.

O delegado Protógenes é um exemplo tragicômico dessa lei de ferro do retrocesso democrático. Mas é só mais um exemplo. Não é o primeiro, nem infelizmente será o último que teremos de assistir neste ocaso do Governo Lula.

Uma lambança como a que o delegado protagonizou não se improvisa. Ela foi meticulosamente preparada. Começou quando o esquema do poder lulista-petista e companhia limitada incentivou grupos de dentro da Polícia Federal a agirem como arapongas contra seus desafetos políticos e adversários no mundo dos negócios especiais em que mergulharam de cabeça.

Deu no que deu: os dublês de policial e araponga pegaram o freio nos dentes e saíram de qualquer controle. Usaram a estrutura do Estado para espionar, chantagear, ameaçar com meias-verdades e mentiras inteiras urdidas nos porões do regime. Sim, os porões do regime lulista-petista. É com dor no coração que eu volto a usar essa expressão dos tempos da ditadura.

A semeadura do mal vem de longe. Vem do tempo em que o PT fazia oposição implacável a “tudo o que aí está” – essa era a frase. Triste ironia da história: hoje a melhor desculpa que conseguem dar é que o PT é igualzinho a “tudo o que aí está”.

Bem antes de chegar ao poder, o PT se acostumou a usar militantes e simpatizantes nos três Poderes para espionar, chantagear e difamar seus adversários. Que o digam alguns Senadores que hoje são fiéis aliados do governo lulista-petista. Os petistas tinham, na imaginação deles, todas as desculpas para violar a lei e os direitos dos outros. Eles eram os puros, os paladinos da moralidade e da justiça social. Era sua

missão histórica fazer de tudo para combater oligarquias corruptas e capitalistas gananciosos.

Finalmente chegaram ao poder para mudar “tudo o que aí está”. E o que aconteceu? As oligarquias vão bem, muito obrigado. Os capitalistas financeiros vão melhor ainda, regamente remunerados pelos juros astronômicos da dívida pública. Ganharam novos sócios, é verdade: a nova classe de marajás dos fundos de pensão e diretorias das empresas estatais. Mas eles se entendem na língua universal da ganância.

Já os arapongas infiltrados na máquina do Governo seguiram o destino de todo o esquema subterrâneo de poder. A criatura saiu do controle e ameaça seus criadores. Se fosse só isso, seria apenas irônico. Mas a criatura também morde as canelas das instituições. As canelas e o pescoço, se puder – e isso é trágico para a democracia.

O velho general Golbery do Couto e Silva passou por isso. “Criei um monstro”, ele disse a respeito de sua criatura, o SNI. Pelo menos teve a decência de admitir o erro. Os membros da Abin e da Polícia Federal flagrados juntos com o delegado Protógenes são partes recicladas desse mesmo monstro.

“Ah – dirão os lulistas-petistas –, mas a causa é outra”. Será mesmo? Que outros motivos é possível enxergar nessa história além do apetite desenfreado pelo poder e pelas oportunidades de negócio que o poder abre para os inescrupulosos?

O esquema de poder que alimenta e usa as criaturas do submundo é o mesmo que pariu Waldomiro Diniz, o mensalão, a quebra do sigilo bancário do caseiro Francelino, o dossiê dos aloprados, o dossiê da Casa Civil, da ministra Dilma Rousseff. É o mesmo esquema que se engalfinha em brigas de foice pelos recursos bilionários dos fundos de pensão. É a projeção de um partido e de um governo para quem a conquista e manutenção do poder são tudo. E a lei? Ora, a lei!

O desprezo pela lei se revela na condescendência pelos grandes escândalos e no detalhe das atitudes de quem deveria ser exemplo e garantidor do respeito à lei.

E o Ministro da Justiça? Ele acaba de transformar o Brasil em notícia no mundo ao conceder asilo político a um assassino condenado em seu país por vários homicídios. Por quê? Com que desculpa agiu assim o Dr. Tarso Genro? Por que se arrogou em corte revisora da Justiça de um país amigo? Por que não se trata de um Estado de direito democrático? Se fosse assim, o Governo brasileiro deveria, em primeiro lugar, romper o acordo de extradição que mantém com a Itália. Porque contava com mais elementos de convicção do que a justiça italiana? Não contava. Mesmo se imaginasse contar, esse é um papel que não lhe cabe.

O que houve é que as afinidades ideológicas inconfessáveis importam mais do que a lei para o Ministro. As mesmas afinidades, diga-se de passagem, que levaram o Governo brasileiro a despachar às pressas para Cuba, num avião cedido pelo companheiro Chávez, atletas cujo único crime foi querer viver em liberdade.

O que os atos não revelam se trai por lapsos de linguagem. Há dias o MST executou quatro pessoas em Pernambuco, com requintes de crueldade. Quatro brasileiros, todos de sobrenome Silva, como Luiz Inácio da Silva, levaram tiros nas pernas, na cabeça e no rosto. Comentário do Dr. Tarso Genro: isso foi um momento de “arrojo” dos movimento sociais.

Mais uma para o dicionário da desfaçatez do Governo do Presidente Lula. Assassinato a sangue frio? Nada disso, senhores, foi só uma ação arrojada.

Nenhuma surpresa da parte de um Governo que chamou de “recursos não contabilizados de campanha” o dinheiro sujo usado para comprar parlamentares. Também nesse caso, a desgraça não se improvisa. O quádruplo homicídio, a chacina, diriam, se acontecesse no meu Recife, no Rio de Janeiro ou São Paulo, é o ponto culminante de um longo processo de transigência com a ilegalidade. Só transigência? Muito mais do que isso. Patrocínio é a palavra certa para a relação do Governo Lula com os crimes em série do MST. O que esperar de um Ministro da Justiça que tem essa noção da Justiça?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, só um segundinho.

E do Presidente Lula, o que esperar? Ora, o Presidente, sabidamente, não sabe nada do que se passa na sala ao lado do Palácio do Planalto. Não é só no campo que o Brasil colhe os frutos podres desse clima de “liberou geral”. Enquanto as autoridades e as instituições federais que deveriam liderar a luta contra o crime chafurdam no pântano da ilegalidade, uma guerra civil não declarada matou no ano passado 50 mil brasileiros nas cidades brasileiras. Qual é a resposta do Governo Lula para esse descalabro? Em sete anos, ele podia ter feito muito; em pouco mais do que isso, 12 anos, o Estado de São Paulo baixou o índice de homicídios em 70%.

E o Governo Lula, o que fez pela segurança pública? Nada além de discursos e *reality shows* policiais com nomes imaginosos. Nada eficaz contra o tráfico de armas, por exemplo, que multiplica a letalidade da ação das quadrilhas. Acaso, o combate a esse tipo de crime não é responsabilidade precípua do Governo Federal?

A triste verdade é que, ao dar as costas para o Estado de direito, o esquema de poder lulista-petista joga

às feras, entrega à lei do mais forte justamente os mais pobres, os mais fracos, de quem o Presidente Lula se apresenta como pai amoroso. Não se sabe como nem por que métodos. E haja coragem da Oposição, da sociedade e de quem não renunciou às suas responsabilidades institucionais para resistir a essa degradingolada.

Em meio a essa bagunça institucional, a ação das mais altas autoridades do Governo se resume a palanque, propaganda, piadinhas e pesquisas. Enquanto isso, centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros perdem o emprego. O empregado de hoje tem medo de ser o desempregado de amanhã.

Procurem nos jornais as provas da grande mistificação. Há menos de dois meses, Lula e seus Ministros previam um crescimento de 4% em 2009. Qual é a realidade? O Produto Interno Bruto tem uma queda histórica de 3,6% no último trimestre de 2008. A produção industrial brasileira, em um ano, tem queda recorde de 17,2%. A média diária das exportações, somando janeiro e fevereiro de 2009, mostra queda de 22% frente ao mesmo período de 2008. As importações também desabaram 21,6%, em decorrência da crise e do avanço da cotação do dólar. O saldo comercial diário caiu 26%.

O Banco Central libera R\$100 milhões em compulsórios para os bancos privados, mas o crédito não reaparece. E o Governo não mostra quem foi financiado.

E Lula não vê nada, não sabe de nada. Vende um País blindado para a crise que não existe. Faz propaganda enganosa de um mirabolante e inexequível programa de construção de um milhão de moradias para ganhar manchetes e distrair a plateia. É um plano que não se sustenta fora do *marketing*, que não tem a mais remota viabilidade física e financeira; um plano que o Lula anunciou, mas seus Ministros não sabem dizer nem quanto custa nem quanto tempo demorará para ser executado.

Sua candidata a presidente da República, em vez de gerenciar a crise em que mergulhamos, corre o País fazendo campanha e se promovendo. Chega ao cúmulo de prometer que o Governo distribuirá casas de graça para os pobres. Depois, obriga-se ao vexame de desmentir sua própria promessa.

A destrutiva política de juros que o Banco Central está prestes a arbitrar de novo tem sido uma das manifestações da novilíngua que o Governo Lula passou a falar. Chama-se o erro crasso de prudência.

A única coisa que cresce no País, hoje, é a “bolsa-enganação”.

incompetência é chamada de ortodoxia;  
uma invencionice é chamada de PAC;  
assassinato é chamado de arrojo;

ilegalidade é chamada de tolerância;

a morte de 50 mil pessoas é chamada de paz social.

O PSDB tem sido bastante prudente nas críticas ao Governo porque, reitero, sabe que é difícil governar e porque não quer ser para o PT o que o PT foi para o PSDB: fonte de críticas irresponsáveis e de oposição sistemática. Mas que prudência não se confunda com omissão! Com a responsabilidade de apontar os des-caminhos deste Governo, o PSDB não faltará jamais.

Essa é a nossa convicção. Essa é a nossa decisão. E os próximos meses, os próximos tempos demonstrarão o quanto a verdade caminha para um lado e esse Governo caminha para outro lado, completamente divergente.

Rigorosamente, estamos diante de uma fraude e é preciso combatê-la, enfrentar seguramente promessas que não se confirmam, falácias que não são rigorosamente prudentes deste Governo que não tem responsabilidade pelo que faz e uma política que não começou ainda de um planejamento secreto que ninguém conhece.

Ouçó o Líder Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup> sabe inclusive das boas relações pessoais que mantenho com o Ministro Tarso Genro. Isso não me impede de reconhecer a absoluta razão que V. Ex<sup>a</sup> tem ao fazer tantas queixas e denúncias. Estamos vivendo uma ordem de coisas – aqui, tenho o *Informe JB*, do dia 2 de dezembro de 2008, assinado pelo jornalista Leandro Mazzini com uma nota, a principal, que encabeça essa coluna, intitulada *Protógenes mandou recado para Lula*. Esse homem que hoje a revista *Veja* desnudou se achava com a autoridade de mandar recados para o Presidente de República, depois de ter espionado – e só soubemos disso agora – a Ministra Dilma, o ex-Presidente Fernando Henrique, o Governador José Serra e o Presidente da República por meio do seu secretário particular. V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão. O Ministro Tarso Genro tem jogado com dois pesos e duas medidas. Ele diz que foi uma ação arrojada a que redundou em quatro mortes, aquela ação criminosa, delituosa e marginal do MST. Isso não é bom de se ouvir da boca de um Ministro da Justiça. Quando ele enfrenta a corrupção, merece meu aplauso. E ele tem feito isso também. Mas é fundamental que se perceba que foi feito um desafio a um país democrático como a Itália no episódio de Cesare Battisti. A Itália é um país democrático, tem uma ordem de coisas que funciona por um azeitado entendimento entre os três Poderes. Não temos que discutir a decisão de um judiciário livre e soberano como o da Itália. Não é o judiciário do Fidel Castro nem é sequer

o judiciário que hoje está submisso ao Sr. Hugo Chávez, ali na Venezuela. É o judiciário de uma república democrática, madura, como é a república italiana. Nós vimos que houve tratamento diferente no episódio dos dois boxeadores cubanos – uma coisa que está, no mínimo, obscura. Isso, a meu ver, deveria levar o Ministro a uma reflexão grave. Mas o fato é que nós temos hoje um sistema de arapongagem no País que não coloca a salvo nem o gabinete do Presidente da República. No começo parece que gostavam disso, do aparelhamento, de jogar contra adversários, enfim... Hoje, figuras desse caráter – aliás, sempre achei que caráter nenhum tinha o Sr. Protógenes –, figuras desse caráter – nenhum, a meu ver – estão aí a ameaçar a privacidade de cidadãos e cidadãs de bem no Brasil. Eu não confundo uma figura dessas com a Polícia Federal. Eu não confundo; não confundo com uma entidade que vai em cima de corrupção, que cumpre um papel arriscado na luta contra o tráfico de drogas, de armas, de peles inclusive no meu Estado. Eu não confundo. Eu digo mais: que a entidade é correta, é uma organização policial do melhor nível e que não merece ser misturada com essa gente tanto quanto o Exército brasileiro não merece ser misturado, na sua integridade, com os torturadores que lhe enodoaram a tradição. Portanto, a advertência que V. Ex<sup>a</sup> faz vale para todo mundo. Vale para o Ministro Tarso Genro – amanhã o arapongado pode ser ele –, vale para quem vier a presidir o País, vale para o Presidente Lula hoje. Quem não zela pela democracia termina sendo vítima do autoritarismo e a pior coisa é termos porões em qualquer regime. A pior coisa é termos porões. Hoje, no Brasil, a revista *Veja* desnudou isso muito claramente: nós temos porões no Brasil, porões dos quais um Protógenes desse pode ser um exemplar. Eu temo, infelizmente, que não seja o único exemplar. Temo que não seja um animal em extinção. Temo que haja mais Protógenes hoje em dia no Brasil, atuando, do que ursos polares no mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Quero agradecer o aparte do Líder Arthur Virgílio e dizer que não me move nesse instante nada de pessoal contra qualquer Ministro, nem o Ministro da Justiça. Não é esse o problema.

Num certo momento, até acreditei que o Ministro tem um certo empenho democrático, mas não acredito mais. O que está vigendo aí é um quadro de perseguição, de desordem, de falta de comando ou de comando mal orientado. O que não dá é continuar do jeito que está.

Eu não quero ser cidadão brasileiro, Senador, político para não denunciar essa desordem, essa insegurança geral. Onde é que está o Presidente da República?

Por que ele não bate na mesa? Por que não chama a si as decisões que têm que ser tomadas? Por que não faz respeitar as leis contra qualquer um, inclusive contra nós, se for o caso. Mas essa desordem, araponga para lá, araponga para cá, personalidades sendo expostas todos os dias, com fitas gravadas, fitas vagabundas gravadas para cima e para baixo, prejulgamentos.

Não gosto de acusações assim. Aliás, nunca foi da minha natureza promover acusações pessoais se não forem fundadas em prova, e ainda assim não é da minha cultura fazê-lo. Mas, como sou brasileiro, tenho certeza que esse quadro tem que ter uma rejeição. Ninguém está protegido disso, muito menos a democracia.

Falamos hoje sobre redução das taxas de crescimento econômico e já bastante óbvia desaceleração a caminho de recessão. Nada contra o Governo, apoiaremos todas as medidas do Governo sinceras e um planejamento para resolver o problema do impasse.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Infelizmente, não há caminho. Mas, em recessão. Infelizmente não tenho nenhuma dúvida do que está dizendo.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Essa questão será confirmada já, já.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Sérgio Guerra?

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Com certeza, Senador, depois de ouvir os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Suplicy, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão, porque o Senador Sérgio Guerra está falando pela ordem, de maneira que, nessa situação, ele não pode dar apartes. Eu, então, acho que dei... Depois da Ordem do Dia V. Ex<sup>as</sup> poderão usar da palavra, oferecendo as restrições que tiverem que fazer.

Continua V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Mas, enfim.

Não temos aqui ação contrária, radical contra ninguém. Não é essa a nossa cabeça. Há uma crise aí. O Governo não a reconhece, faz de conta que ela não existe. Por que não fez como fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante da crise do apagão, que verdadeiramente afetou o País naquele momento? Assumiu o problema da crise, disse que ela existiu. Nomeou um gabinete para cuidar dela. Enfrentou-a. Teve desgaste com isso. Mas ele assumiu sua responsabilidade.

Aqui no Brasil não se diz nada! Anuncia-se um milhão de casas hoje; na semana que vem, mais um milhão de casas; depois, é o pré-sal não sei onde. Um conjunto de fantasias que não leva a nada.

Medidas, planejamento para enfrentar isso aí. E a situação está se impondo contra a nossa vontade, de agravamento das questões no sentido mais amplo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – ...o nome mais dramático da crise é o emprego, o desemprego. Isso não dá para continuar! Não é sincero, falta governo, falta autoridade!

Essa ministra pode querer ser candidata duzentas vezes. Mas vai cuidar da crise, ou do PAC, que não acelera nada! Está desacelerada a economia! Deveria ser Programa de Desaceleração Econômica, e não Programa de Aceleração Econômica, até porque não se dá, é fantasia.

Bem, se o Presidente me permitir, eu gostaria de ouvir o Líder José Agripino, por um instante.

*Durante o discurso do Sr. Sérgio Guerra, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está falando pela ordem. Em seguida, o Senador José Agripino está inscrito para usar da palavra pela Liderança.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu solicitaria de V. Ex<sup>a</sup> um pequeno tempo para um esclarecimento que devo fazer à Casa, em função de nota publicada na imprensa hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Na hora oportuna, V. Ex<sup>a</sup> pedirá a palavra à Mesa.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória  
nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts.*



5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

O Relator não está presente, ainda não distribuiu o relatório ao Plenário, de maneira que a matéria será adiada até a próxima sessão.

São os seguintes os itens transferidos:

**1**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 31, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória  
nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

**2**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 1, DE 2009**

*(Proveniente da Medida Provisória  
nº 447, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).*

Relator revisor: Senador

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-2-09)

Prazo final prorrogado: 26-4-09

**3**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 270, DE 2008**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

**4**

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

**5**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.



**6****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

**7****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**8****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

**9****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

**10****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

**11****SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

**12****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

**13****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

**14****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

**15****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

**16****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

**17****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

**18****EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei

nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

**19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

**28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que ins-

titui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

**29****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

**30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

**31****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 142, DE 2005**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.



**32****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o  
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)  
(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

**33****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o  
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)  
(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

**34****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 169, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras

providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**35****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

**36****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**37****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de



dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**38****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 32, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

**39****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 33, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

**40****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 34, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dis-

põe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

**41****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 35, DE 2008**

*(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

**42****REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

**43****REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente).

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)  
– Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não estava presente no plenário, porque me cabe, pelo Regimento, presidir a Ordem do Dia, quando o Senador Jarbas Vasconcelos, meu ilustre colega desta Casa, usou da palavra e teve oportunidade de dizer que as medidas que eu tomei mereceriam sincero elogio, não fossem dois

reparos que merecem ser feitos. O primeiro deles: “o Sr. Presidente José Sarney, em seu ofício dirigido ao Sr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República, e ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, não retrata a verdade dos fatos”.

Quero comunicar ao Plenário que tomei essas medidas na defesa dos Srs. Senadores e da Casa, e o meu ofício ao Dr. Antonio Fernando, em nenhum momento, afirma que o nosso colega Jarbas Vasconcelos teria dito que a origem... Eu digo o seguinte – lerei o ofício:

A revista *Veja* [é o único fato que cito] publica, em sua edição de 11 de março, que faço juntar à presente, matéria na qual divulga a existência de crimes que atingem a Instituição do Senado na pessoa do Exmº Sr. Senador Jarbas Vasconcelos, que denuncia ser vítima [ele ser vítima – diz a *Veja*] de escuta telefônica e de vigilância de seus passos e dos seus familiares, por parte de empresa privada estrangeira de investigação, contratada por integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Essas expressões que transcrevo e que digo para apurar são da revista *Veja*, que está em minha mão. Ela diz:

Integrantes do seu partido [não é ele quem diz; quem diz é a revista *Veja*], o PMDB, teriam contratado uma famosa empresa americana de investigação privada para grampear seus telefones, vasculhar sua biografia e vigiar os passos dele e de seus familiares.

Assim, Srs. Senadores, em nenhum momento, eu aludi que o Senador Jarbas Vasconcelos tivesse feito essas acusações. O único fato é essa divulgação da revista *Veja* e, como estamos vendo, mando apurar o que ela divulga – e é esse o objetivo da apuração –, no interesse dos Srs. Senadores. Muitos Senadores têm me procurado pedindo garantia de vida e aludindo fatos também dessa natureza.

Eu mesmo já pedi ao Presidente desta Casa, algumas vezes, garantias a meu respeito, garantia de vida, de ameaças à minha casa, ao meu escritório no Maranhão, no sentido de tocarem fogo neles, ou de grampearem o telefone, assim como outras coisas. V. Ex<sup>as</sup> sabem que a própria revista diz que um outro delegado tem um arquivo secreto a respeito das pessoas.

Não há, de maneira alguma, qualquer afirmação aludindo ao Senador Jarbas Vasconcelos. Então, o meu ofício está perfeitamente dentro da norma jurídica. Estou pedindo para que apurem as divulgações da revista

*Veja* e não dizendo que o Senador Jarbas Vasconcelos fez afirmações contra quem quer que seja.

Assim, quero colocar a Casa a par disso, pedindo ao Senador Jarbas Vasconcelos que leia o meu ofício e a revista *Veja* e compreenda o cuidado que teve a minha assessoria – eu mesmo fiz uma revisão depois da feitura do ofício –, para que realmente as coisas sejam encaminhadas corretamente.

O meu desejo é que realmente se respeite o Senado e os Srs. Senadores, dando garantias a V. Ex<sup>as</sup>. É o que estou fazendo. É o cumprimento do meu dever. V. Ex<sup>as</sup> me elegeram para isso.

Então, quero dizer ao Senador Jarbas Vasconcelos que, de maneira alguma, tive açodamento, ou melhor, se tive, foi o bom açodamento, para que imediatamente se apurem essas coisas, a fim de que os Senadores não fiquem à mercê dessas situações – não quero mencionar nomes de Senadores –, ou seja, das denúncias que tenho recebido de alguns. Em todas elas, tenho procurado tomar essas providências.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava presente ao discurso proferido, a título de comunicação inadiável, pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Fiz até um aparte a S. Ex<sup>a</sup>.

Depois, conversei com ele, que me relatou, em primeiro lugar, que concorda com as medidas adotadas por V. Ex<sup>a</sup>. Segundo, estranhou aquilo que ele faria e que eu faria também, se o Presidente fosse ele ou se o Presidente fosse eu. Eu teria ligado para o Senador atingido, para perguntar a ele detalhes, para perguntar que medidas ele gostaria que eu tomasse, além daquelas do meu elenco de sugestão. Isso foi o que causou uma certa espécie ao Senador Jarbas.

Mas, no mais, entendo que V. Ex<sup>a</sup> agiu na linha correta, com exceção dessa quebra de comunicação. E V. Ex<sup>a</sup> ainda agora me disse – disse a mim, não; disse a todos os seus colegas – que foi procurado diversas vezes por Senadores e já procurou o Presidente da Casa, na primeira hipótese, oferecendo proteção e, na segunda, pedindo proteção. Mais do que natural isso.

Dessa vez, houve uma quebra de comunicação. V. Ex<sup>a</sup> não falou pessoalmente com o Senador Jarbas Vasconcelos. V. Ex<sup>a</sup> não teve o entendimento com ele, do tipo: “Colega Jarbas Vasconcelos, o que está precisando? O que houve? Como é que foi isso? Dá um

pulo aqui, que quero falar contigo”. Tenho a impressão de que isso seria mais um entendimento do Senado.

Então, houve uma quebra de comunicação, que talvez merecesse uma ligeira autocrítica de V. Ex<sup>a</sup>, a par do elogio que V. Ex<sup>a</sup> merecesse receber, pelas medidas corretas que tomou. Mas a quebra de comunicação parece-me que teria havido, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa, se não tive esse cuidado. O meu cuidado foi de fazer, imediatamente, o ofício e mandar ao gabinete do Senador Jarbas Vasconcelos, para que, quando ele chegasse aqui, à Casa, já tivesse conhecimento de que eu tinha tomado as providências.

Então, foi essa a minha maneira de fazer. Se não perguntei antes, se cometi essa indelicadeza de não consultar antes, peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, porque não foi feito por nenhum motivo, senão o desejo de que, o mais rapidamente possível, essas coisas desaparecessem desta Casa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu prefiro ser censurado por esse açodamento e pela falta de delicadeza, porque tenho procurado sempre, ao longo da minha vida...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, não se trata disso. Eu não censuraria V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu mesmo dirigi ao Senador Garibaldi um ofício – está aqui, faz um mês –, denunciando o que ocorreu comigo, o que ocorre no Maranhão, quase as mesmas coisas. Eu, então, pedi a ele e também não falei com ele antes. Eu lhe mandei o ofício, pedindo justamente essas providências.

Então, tomarei o conselho de V. Ex<sup>a</sup> e, antes de tomar as providências, vou perguntar aos nossos colegas o que acham deva ser feito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado pelos esclarecimentos.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Presidente Sarney.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, eu queria só fazer uma colocação e ser justo neste momento com V. Ex<sup>a</sup>.

Há poucos dias, V. Ex<sup>a</sup> tomou conhecimento de um fato em relação a minha pessoa, uma notificação do Ministério Público que dava conta de um plano para

que pessoas viessem a me assassinar e, imediatamente, procurou tomar todas as medidas cabíveis.

Quero aqui ser justo com V. Ex<sup>a</sup> neste momento e dizer que, naquela ocasião, fez tudo que podia ser feito para a minha proteção. Por isso, tenho certeza absoluta de que as decisões que V. Ex<sup>a</sup> tomou em relação ao caso Jarbas Vasconcelos foram todas feitas com boas intenções.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. O testemunho de V. Ex<sup>a</sup> é valioso.

Quero justamente dizer à Casa que, na Presidência, tomarei, inexoravelmente, com a maior energia, todas as providências que forem necessárias para a proteção e respeito aos Srs. Senadores.

Portanto, queria, uma vez mais, só pedir ao Senador Jarbas Vasconcelos que lesse o ofício e verificasse que falo apenas na revista *Veja* e nas denúncias por ela apresentadas.

Muito obrigado.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, o Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um esclarecimento.

Sr. Presidente, José Sarney, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a nossa passagem por esta tribuna é para esclarecer matéria publicada hoje, na **Folha de S. Paulo**, que diz respeito ao Senado Federal: “Senado paga R\$6 milhões em horas extras no recesso”. E, ao mesmo tempo, ela se refere a uma autorização que foi dada por este Senador, quando 1º Secretário desta Casa.

Tive o cuidado de consultar a Secretaria de Recursos Humanos, a Secretaria-Geral desta Casa, de buscar todos os dados, para ver exatamente qual a responsabilidade deste Senador em relação a essa matéria. Da forma colocada, este Senador seria o único responsável, o pagador desses recursos aos funcionários do Senado Federal. Procurei, de forma sucinta, resumir esta nota à imprensa brasileira, com todo respeito, para que fosse feito o devido esclarecimento. Resumi esta nota nos seguintes termos:

Nota à Imprensa.

Os termos do ofício que assinei – objeto de reportagem da *Folha de S. Paulo*, edição do dia 10.03.2009 – são estritamente legais. Obedecem a critério administrativo, vigente há anos, por ser o mês de janeiro de recesso parlamentar.

Conforme está no ofício, a autorização não menciona valores, nem nomina os be-

beneficiários dos pagamentos de horas extras. Apenas reconhece o direito dos servidores que **efetivamente** trabalharam – **única e exclusivamente esses** – de receber a remuneração extra.

O critério de quem estaria apto a receber pelo serviço extraordinário prestado é de responsabilidade exclusiva dos gabinetes parlamentares e órgãos da estrutura administrativa. Estes elaboram uma lista com os nomes dos respectivos funcionários e a remetem, por meio eletrônico, diretamente à Diretoria de Recursos Humanos, sem a interferência da Primeira Secretária.

No mencionado ofício, em cumprimento a seu dever funcional, a Primeira Secretária apenas reconheceu a existência do direito, previsto no ordenamento jurídico do país, não lhe cabendo fiscalizar eventuais irregularidades e equívocos na elaboração das listas dos servidores credenciados àquela remuneração extra, preparadas pelos gabinetes parlamentares e órgãos da estrutura administrativa.

Informo que todos os gabinetes parlamentares, sem exceção, pagaram, a seu critério, horas extras a seus funcionários.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que a nota é explicativa e deixa bem claro que a relação de funcionários do Senado Federal que receberam horas extras no mês de janeiro foi encaminhada ao Recursos Humanos sem passar pelo gabinete do 1º Secretário. E ainda informo que, evidentemente, recomendando a cada um dos Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras que, se por acaso houver alguma irregularidade, consultem os seus chefes de gabinete, porque a relação independe do 1º Secretário. Ela é de exclusividade dos chefes de gabinete dos parlamentares, de cada um dos Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, além da parte administrativa correspondente aos órgãos.

Ouço o Senador Papaléo Paes.

**O Sr. Papaléo Paes** (PSDB – AP) – Senador Efraim Morais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, quero ser solidário a V. Ex<sup>a</sup> porque, eu que já tive experiência, como muitos aqui, do serviço público, sabe o que significa hora extra. Quando fui Secretário de Saúde o que chegava para mim? Eu era ordenador de despesas. Chegava uma lista de hora extra, e eu autorizava. Como eu ia fiscalizar cada servidor meu através de seu chefe? A única coisa que eu poderia fazer era dizer: “Ninguém vai ganhar mais hora extra”. Aí, sim, ninguém ganha, eu não ia mais autorizar. Imagine uma estrutura deste tamanho, em que as horas extras chegam no autorizador de despesas todas elas

fracionadas pelos chefes de gabinete e outros serviços. Então, se no meu gabinete eu determino ou aceito hora extra, eu sou o responsável pelo meu gabinete, e assim por diante. Lamentavelmente, Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup>, infelizmente, foi relatado como o grande – sei lá o que queriam lhe imprimir – responsável. O responsável pela autorização da despesa é o que assina, mas não é responsável por aquele trabalho que fizeram, seja lá se foi por um mês, dois meses, seja o quanto tempo for. A lei limita o número de hora extra e V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com qualquer tipo de irregularidade ou vontade ilegal, seja lá o que for. E é lamentável que isso tenha acontecido, prova cabal de que essas matérias que envolvem, por exemplo, o serviço público deveriam passar por um revisor que entendesse um pouco sobre Administração Pública. Por isso, quero ser solidário a V. Ex<sup>a</sup> e dizer que V. Ex<sup>a</sup> cumpriu com o seu dever, com a sua administração na 1ª Secretária, e o próximo vai cumprir também: se ele tiver de assinar, ele vai assinar também, a não ser que haja uma decisão de não dar hora extra para ninguém e a Casa ficar parada em muitas situações, visto que esta Casa funciona praticamente 16 horas, 18 horas por dia. Deve haver sempre a posição de que, assim como as matérias técnicas... Por exemplo, eu vou fazer uma crítica na área da Medicina: peça para alguém que entenda de Medicina dar uma revisão ali para colocar os seus pontos nos devidos lugares, assim como matérias técnicas devem ser revistas por pessoas que entendam um pouquinho das leis, CLT e do serviço público. Então, minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> e minha solidariedade a Casa e aos servidores que foram determinados e que fizeram hora extra. Que esses servidores também cumpram sempre com as suas obrigações que a Casa exige. Muito obrigado.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Efraim, estou ouvindo atentamente V. Ex<sup>a</sup> – que expõe os fatos e a interpretação que tem desse ocorrido – e julgo muito importante a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> porque a melhor atitude nessas horas é a proteção da verdade, e V. Ex<sup>a</sup> relata os fatos parece-me como eles ocorreram. V. Ex<sup>a</sup> ontem relatou-me que há 15 anos pelo menos tem conhecimento da ocorrência desse tipo de situação. A pior atitude nessa hora é o ato de vilania de um ficar querendo livrar a pele para acusar o outro colega, para infernizar a imagem e a dignidade do colega. Não. Acho que haverá respeito pelo Senado à medida que, se houve tal fato e ele não corresponde à hora extra cumprida, se tomar uma atitude de correção, e acho que esse é o sentido da fala de V. Ex<sup>a</sup>.



Portanto, concordo plenamente. No meu caso, tinha um chefe de gabinete na 1ª Vice-Presidência e outro no gabinete de apoio, porque exercia a condição de Vice-Presidente. Qual foi a providência? Procurei esclarecimento do chefe de gabinete, um, da Vice-Presidente, disse: “Não encaminhei, porque não houve a correspondente atitude de trabalho de hora extra no mês de janeiro; portanto, não foi pago”. O outro disse: “Acho que houve o ato de cumprimento, sim; devo ter enviado”. Confirmou que enviou e pedi que ele adotasse todas as providências legais. A proteção da verdade gera respeito e a mentira e a vilania de um ficar acusando o outro geram indignidade de imagem do Senado. Acho que V. Exª faz um bem quando presta um esclarecimento sincero à Casa.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, agradeço inclusive a tolerância de V. Exª e agradeço ao Senador Papaléo e a V. Exª, Senador Tião.

Quero inclusive registrar aqui a forma como o jornal coloca a matéria, quando se refere ao nosso ofício e deixa bem claro. Diz que: “Tendo em vista os trabalhos realizados, visando à abertura do ano legislativo, com a eleição da nova Mesa, autorizo excepcionalmente o registro de horas extras aos servidores que efetivamente trabalharam no mês de janeiro”. Então, o jornal coloca bem, deixa clara a matéria. O nosso dever, de todos nós, é vir exatamente esclarecer. Não há responsabilidade de nenhum Senador. Não são os Srs. Senadores que enviam a lista de pessoas que trabalharam e fizeram horas extras. É responsabilidade exclusivamente do gabinete parlamentar, consequentemente do gestor da despesa que é o chefe de gabinete.

Portanto, Sr. Presidente, eu deixo bem esclarecida essa questão de que, se tivermos que fazer alguma correção, façamos. Agora, o Senador Tião coloca bem: não devemos aqui jogar culpa um sobre o outro. O que se precisa aqui é deixar bem claro que o fato verdadeiro é esse:

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Nobre Senador...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – ...não é responsabilidade nem da 1ª Secretaria nem de nenhum dos Srs. Senadores. Agora, tive o cuidado de constatar que todos os gabinetes enviaram ao Recursos Humanos, porque essa listagem não passa pela 1ª Secretaria, ela vai direto para o Recursos Humanos. O 1ª Secretário não toma nem conhecimento da relação de funcionários. E é de responsabilidade, repito, dos Srs. Senadores e Senadoras e chefes de divisão do Senado Federal.

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tolerância de V. Exª em função da matéria que diz respeito ao

Senado Federal, para que possamos deixar, de uma vez por todas, esta matéria esclarecida.

Senador Almeida Lima.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Efraim Moraes, eu quero dizer a V. Exª que, no meu gabinete, a responsabilidade é minha, não é de chefe de gabinete nem de subchefe nem de servidor nenhum, e todos que receberam hora extra, no meu gabinete, a responsabilidade é minha, no mês de janeiro e porque efetivamente trabalharam. A Casa estava em recesso, eu não estava em recesso, nem o meu escritório em Sergipe, Aracajú, estive em recesso. Portanto, trabalharam, e a responsabilidade pelo meu gabinete quem responde sou eu.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Agradeço a V. Exª, mas reitero a condição de que a relação que V. Exª autorizou ao seu chefe de gabinete de enviar para o Recursos Humanos não foi dado conhecimento à 1ª Secretaria. Consequentemente, a 1ª Secretaria desconhecia qualquer relação, inclusive a do gabinete de V. Exª.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Concordo plenamente com V. Exª, até porque o procedimento foi o de praxe, via Internet, diretamente para o órgão da Casa e não para a 1ª Secretaria, como, aliás, faço todos os meses. Lá recebem hora extra quando de fato trabalham em hora extra, e a responsabilidade é minha diretamente.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Agradeço a V. Exª e aqui não vai nenhuma desconfiança da minha parte sobre nenhum chefe de gabinete de nenhum dos Srs. Parlamentares. O que eu quero deixar claro é que sobre essa matéria, no fundo da sua leitura, pensariam alguns menos informados que caberia ao Senador Efraim Moraes toda essa listagem, até porque, como eu digo na própria nota, em nenhum momento mencionei valores, nem nomei beneficiários. Consequentemente, não tenho responsabilidade pelos nomes, pelos números e pelos valores encaminhados ao Recursos Humanos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, sobre a matéria, agradecendo a tolerância de V. Exª e a compreensão dos nossos Pares.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Como Líder, tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Exª pela rápida e eficaz posição



que V. Ex<sup>a</sup> tomou com relação à denúncia do Senador Jarbas Vasconcelos de que estava sendo investigado pela empresa Kroll.

V. Ex<sup>a</sup> fez, Presidente José Sarney, exatamente o que deveria fazer. Se o Senador Jarbas Vasconcelos vem ao plenário do Senado Federal e diz, como disse hoje, que não teria dito aquilo que a revista *Veja* publicou que ele teria dito, melhor! V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, fez o seu papel, cumpriu a sua parte, encaminhou da forma como deveria encaminhar.

Com relação, Sr. Presidente, aos fatos aqui colocados pelo Senador Jarbas Vasconcelos sobre aquela investigação de Goiânia, aquilo é uma coisa que, sobejamente, o Senado Federal conhece; aquilo foi uma brincadeira de mau gosto.

Aliás, Presidente José Sarney, nunca é demais lembrar que foi por causa dessa invenção de Goiânia que fui obrigado a tirar licença da Presidência do Senado Federal. Já houve uma investigação; esse fato foi negado por todas as pessoas ouvidas, pelo Governador do Estado, pelos Senadores que seriam vítimas ou não dessa investigação, dessa arapongagem; isso já foi uma coisa sobejamente discutida. Não tem nada a ver, absolutamente, um fato com o outro. Um fato já foi investigado. A investigação já foi concluída. Não houve nada, absolutamente nada. E o outro precisa ser investigado.

Aliás, com relação à primeira entrevista que o Senador Jarbas Vasconcelos deu à revista *Veja*, ele também veio aqui e fez questão de dizer que não tinha nenhuma denúncia pontualmente contra ninguém, que não era um problema pessoal, que não ia apegar. É muito importante, Sr. Presidente, que o Senador Jarbas cumpra o que prometeu, que ele atue exatamente nos limites que estabeleceu para que viesse a atuar da tribuna do Senado Federal. Se não, no momento em que o Brasil precisa encontrar caminhos para resolver a crise econômica, nós vamos voltar para discutir esses problemas que são problemas menores, são problemas políticos. Essa agenda política não ajuda o Brasil. Nós temos que cuidar do nosso País.

Este Parlamento já cumpriu um papel fundamental. Se hoje o Brasil tem condições de responder a esta crise, tem um mercado interno fortalecido, é porque esta Casa do Congresso Nacional tomou lá atrás as providências que deveria tomar.

Essa questão do Bolsa Família, que foi criticada fartamente, essa questão do salário mínimo, foi o Senado Federal, Sr. Presidente – nunca é demais também lembrar –, que designou uma comissão que propôs essa fórmula de recuperação do poder de compra do salário mínimo, que foi adotada pelas centrais sindicais

e que foi adotada também pelo Presidente Lula, pelo Presidente da República.

Então, é importante que essas coisas não fiquem escondidas e que tenhamos um debate do tamanho da exigência da democracia, deste Parlamento, deste Senado Federal.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu pretendia apartear o Senador Sérgio Guerra, manifestando minha opinião sobre a importante colocação que ele faz, relativa aos excessos no que tange ao Estado de direito brasileiro. Eu dizia ao Senador Sérgio Guerra, quando ele descia da tribuna, que iria fazer uma comunicação após o entendimento que fiz com S. Ex<sup>a</sup>.

Entendo que o Ministério da Justiça, Senador Expedito, o Ministério da Justiça, ele próprio, está conostando agressões ao Estado de direito; está concordando, está participando ou abençoando, como é o caso das mortes ocorridas, praticadas em conflitos entre o MST e funcionários de uma empresa agrícola no Estado de Pernambuco recentemente. O Ministro da Justiça foi complacente, até em confronto com a própria opinião do Presidente da República, que condenou.

O caso Battisti: o criminoso comum, que praticou crimes comuns lá atrás e se bandeou para movimentos políticos como que para se esconder dos crimes comuns que praticou no passado e veio para o Brasil, tenho a impressão de que não vai escapar de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que determinará a sua extradição; extradição que é negada pelo atual Governo, tendo à frente o Ministro da Justiça – à frente o Ministro da Justiça, claramente!

O terceiro ponto: o delegado Protógenes, o Estado policalesco, coisas incríveis!

Isso tudo significam agressões ao Estado de Direito que nos preocupam a todos nós, brasileiros, que queremos viver num País de democracia madura. E o Senador Sérgio Guerra fez, em muita boa hora, muito bom alerta.

Senador Sérgio Guerra, eu queria comunicar à Casa aquilo que nós combinamos. Claro que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Arthur Virgílio pactuam do mesmo pensamento que eu e o Deputado Rodrigo Maia, pelo meu Partido: nós precisamos ir ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para tratar desses assuntos, em nome do Poder Legislativo do Brasil.

O Poder Judiciário e o Poder Legislativo têm que manifestar uma opinião sobre essas agressões ao Estado de direito. Não é que queiramos ou não queiramos.

É nossa obrigação cuidar do Estado de direito; eliminar a perspectiva de Estado policaiesco; evitar conflito do Brasil com a União Européia, com a nação italiana, por conta de um criminoso comum que se bandeou para cá. Nós temos a obrigação de proteger a propriedade privada e a ordem pública, evitando os conflitos entre MST e proprietários.

Se o Governo não toma conta desses assuntos, nós vamos pedir o apoio do Poder Judiciário, para que, em nome do Brasil se conduzam soluções; em nome do interesse do cidadão brasileiro, se conduzam soluções. Quero manifestar absoluta identidade de pensamento com o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e anunciar que já estamos entendidos no sentido de irmos os dois Partidos – e convidaremos outros que queiram – ao Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, para que possamos levar essa preocupação e possamos dividir com S. Ex<sup>a</sup> a responsabilidade de uma tomada de providência em conjunto.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – Senador José Agripino, apenas para contribuir com a sua palavra que tem a qualidade e a firmeza de sempre e a objetividade também de sempre. Eu tenho certeza de que... Eu dei uma volta por este plenário e conversei com Senadores de vários Partidos. Há um entendimento geral de que esse quadro do Ministério da Justiça vai muito mal. Não posso dizer que é de todo o mundo, mas é de muita gente. Eu não acho que é uma questão própria da Oposição, é das instituições. As instituições não estão sendo consideradas na ação geral do Ministro que, muitas vezes, é parcial, imprevidente e que, na verdade, não ajuda neste momento difícil da vida brasileira – crise, desemprego, eleições que vêm por aí. A gente precisa de muita coisa, mas de um Ministro que ajude o País a ter confiança e tranquilidade. Não tem nada a ver com o Ministério da Justiça incentivar que a Polícia Federal vá atrás de ladrão, faça cumprir a lei. Não tem nada a ver.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Evidente.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – Mas ter a ver com os fatos que V. Ex<sup>a</sup> relatou aí e outros de que também eu falei e sobre os quais muita gente fala aqui. Acho que não pode continuar e que devemos enfrentar isso, pois é uma democracia e não pode ser assim. Eu tenho muito respeito pelos gaúchos, acho que eles têm muita coragem, muitos deles são grandes homens públicos, mas o Ministro podia honrar melhor as suas tradições democráticas de gaúcho e brasileiro.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Senador Sérgio Guerra, eu reafirmo aquilo que já anunciei. Vamos, democrática e sensatamente, buscar encaminhamento para a coexistência com o Estado Democrático

de Direito, respeito à lei, respeito às instituições. Isso se o Governo brasileiro não está determinado a fazer, vamos cuidar de fazer. Nós, partidos políticos – o de V. Ex<sup>a</sup>, PSDB, e o meu, Democratas – vamos cuidar de fazer.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero hoje fazer uma constatação e quero fazer uma denúncia, movida por uma preocupação que tenho, prefeito que fui, consciente das responsabilidades que um prefeito tem. Anunciou-se hoje o que eu mais temia, uma catástrofe em matéria de queda do PIB: 3,6 pontos percentuais, referentes ao último trimestre de 2008. Foi muito. Foi muito, mas já se percebia que ia acontecer coisa semelhante. Algumas providências vêm sendo tomadas pelo Governo, algumas acertadas, outras passíveis de crítica, e nesta tribuna eu tenho aplaudido as que estão corretas e tenho criticado aquelas que, na minha opinião, são incorretas. Mas há algumas que, mais do que incorretas, são perniciosas.

Sr. Presidente, a marolinha a que se referia o Presidente da República, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, já produziu, em outubro, novembro e dezembro, uma perda de 3, 6 pontos percentuais do PIB. Lamentavelmente, o que se percebe é que, em janeiro e em fevereiro, a atividade econômica vem em escala descendente.

O Governo, no último trimestre, percebendo a queda da economia, tomou algumas providências que, à primeira vista, pareceram corretas e merecedoras de aplauso. Diminuição de carga tributária. Senador Jefferson Praia, nesta tribuna, quantos discursos eu já fiz? Quantas atitudes tomei? Quantos comandos emití para os meus companheiros de Partido para lutar contra o aumento de carga tributária? Quantas vezes? Eu, desta tribuna, algum tempo atrás, manifestei a minha opinião favorável à diminuição da carga tributária, mas fazendo um alerta. A providência que se tomou baixando o IPI de automóveis de até mil cilindradas para zero e de mil a dois mil para a metade, significou um tiro atirado com a pólvora alheia. Não se tirou imposto das contribuições, que pertencem 100% à arrecadação federal. Diminuiu-se a carga tributária para provocar o aumento de consumo, estabelecendo uma bolha de consumo – e não vai passar, lamentavelmente, de uma bolha, e o futuro vai mostrar –, e se atirou contra Estados e Municípios.

Senador Jefferson Praia, o prefeito de Maués, do seu Estado, o prefeito de Caicó ou de Santana do Matos, do meu Estado, já estão padecendo das dificuldades decorrentes do tiro dado com a pólvora alheia pelo Governo para melhorar as condições de consumo da indústria de automóveis e da classe média a quem se “favoreceu” com uma nova postura em

matéria de alíquotas de Imposto de Renda. Produzindo um desafio às finanças pessoais? Sim. Permitindo a perspectiva de compra para pessoas do automóvel entre duas mil cilindradas e mil cilindradas? Sim. Mas às custas de quê?

Senador Jefferson Praia e Senador Mário Couto, o prefeito de Altamira, do seu Estado, toma conta da educação, da saúde, do transporte escolar. Toma conta do bem-estar daqueles que moram em Altamira. Fui prefeito, a Senadora Rosalba, atrás de V. Ex<sup>a</sup>, foi prefeita de Mossoró, a minha cidade. É no Município onde começa tudo. É no Município onde se toma conta da vida da família.

Vou dar alguns dados, que são terríveis, para mostrar o que está por vir. O Governo tomou providências, nesse trimestre em houve a queda dos 3.6% do PIB, para melhorar a condição de consumo de automóveis e melhorar a condição da classe média com a melhoria nas alíquotas do Imposto de Renda, e deu um tiro certo nas finanças municipais.

O que eu temo é que os Municípios, com o correr do tempo, entrem, agora, sim, de verdade, em processo de falência irreversível, porque quando perde a receita, perde o controle da situação. Perde a condição de oferecer aquilo que é a sua obrigação: a educação e a saúde aos seus munícipes. E a Nação não é feita de ministros. A Nação é feita de cidadãos que moram nos Municípios governados por prefeitos. E é lá onde se deve começar a tomar conta do povo – nos Municípios. Não se pode querer que se tome conta do povo nos Municípios sem se dar um mínimo de condições para que os prefeitos sobrevivam.

Senador Wellington Salgado, eu vou dar a V. Ex<sup>as</sup> os dados que o prefeito de Santana do Matos me passou hoje em matéria de receita e despesa do que ocorreu neste começo de ano com o seu pequeno Município de Santana do Matos, na região centro-norte do meu Estado do Rio Grande do Norte. Vejam bem, o IPI e o Imposto de Renda compõem o Fundo de Participação, que, para os Municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, significa a maior fonte de receita. A maior de todas as receitas é o Fundo de Participação dos Municípios; maior do que ICMS, do que ISS, do que IPTU, do que tudo, é o Fundo de Participação. É de lá que se extrai mais da metade de toda a arrecadação do Município. É deste Fundo de Participação que se extrai o produto para pagar a folha de pessoal, os professores, os médicos, comprar medicamentos, pagar ambulância. É de lá. O que houve com a receita de Santana do Matos não é nada diferente do que aconteceu nos Municípios do seu Estado, de sua Itabira, por exemplo, de sua Conselheiro Lafaiete, por exemplo, de sua Uberaba, por exemplo.

A receita caiu de R\$699,386 mil, em 2008, para R\$616,815. Houve uma perda de receita, portanto, de R\$83 mil. Numa receita de 700 mil, perdeu-se 83 mil. Perdeu-se mais de 12% da receita. Doze por cento para quem vive pela bola sete, no fio de navalha, é tudo. Significa entrar num colapso. Ele não pode perder R\$1,00. Perdeu 12% por conta de quê? É evidente que perdeu os 12% por conta do tiro que deram com a pólvora deles, tirando o IPI, o Imposto de Renda e tirando deles a condição de cuidar da educação, da saúde, do bem estar da população.

Pelo lado da despesa, o que aconteceu? Veja a perversidade do quadro que estamos vivendo, aumentamos o salário mínimo para R\$450,00. Maravilha, uma beleza, uma ótima manifestação de distribuição de renda desde que haja renda. Muito bem. Eu votei e votaria. Só tem um detalhe: é que, com aumento do salário mínimo, os municípios pequeninhos do Brasil, aqueles que têm 80% de sua folha remunerada pelo salário mínimo, como é o caso de Santana do Matos, tiveram a folha acrescida de R\$258.953,00 para R\$300.592,00 só por conta do salário mínimo e de uma política federal acertada. Mas era preciso que se guardasse para despesa que aumentou uma receita que se tinha que preservar e não atirar com a pólvora alheia.

O município, portanto, Senador, de Santana do Matos aumentou em R\$42 mil a despesa só com folha de pessoal, por conta não de contratação nenhuma, por conta exclusivamente do aumento do salário mínimo.

O segundo ponto, o Fundeb. Votamos aqui uma beleza de propositura. O aumento do salário mínimo dos professores para R\$950. Votei, feliz da vida, com o compromisso de que a União complementaria se aquilo que repassasse não fosse suficiente para completar o salário dos professores. Não completa coisa nenhuma, e quem está tendo que repassar são os prefeitos municipais, que não têm para quem apelar. Ou vem da receita própria, do Fundo de Participação, ou não tem de onde vir.

O que aconteceu com Santana do Matos? O Fundeb, em fevereiro de 2008, consumia R\$32.928, mas, em fevereiro de 2009, está consumindo R\$53.191. Para garantir o quê? O salário mínimo de R\$950. Aplauso para essa iniciativa, mas não aplauso tomando dos Municípios a condição de pagar. Não se pode obrigar um Município sem dar a ele condições. Mais do que não se deu; tirou-se dos Municípios, atirando-se com a pólvora alheia para combater a crise.

O último ponto: o INSS. Em Santana do Matos, que consumia R\$94.470, em 2008, agora está consumindo R\$126.654, no mesmo mês de 2009. Estamos falando em R\$32 mil a mais. Por que o INSS? Por

conta do aumento do salário mínimo. Então, tivemos diminuição da receita e violento aumento na despesa dos Municípios.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. Cícero Lucena** (Bloco/PR – PA) – Senador José Agripino?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador ACM Júnior e, em seguida, o Senador Cícero Lucena.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> está colocando um assunto da maior importância, porque o Governo Federal está fazendo uma reforma tributária às avessas, ou seja, está reduzindo a capacidade de receita dos Municípios, mesmo passando encargos para eles. Quer dizer, o aumento do salário mínimo é um encargo; é justo, mas é um encargo, que, sem a receita correspondente, vai estrangular financeiramente o Município. Então, estamos vendo uma reforma tributária às avessas e uma complicação da situação fiscal dos Municípios. É um assunto da maior importância que V. Ex<sup>a</sup> traz. E só complementando, o Governo que falava em 4% de crescimento este ano; agora, a projeção do mercado, colocada ontem pelo Banco Central, é de 1,2%. É outro ponto para o qual devemos chamar a atenção do Governo, para que ele acabe com a sua euforia, porque a crise é séria e não podemos estar brincando com esse assunto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador ACM Júnior, a crise é séria, e o pior é que os remédios que este Governo está adotando para combater a crise – que é seriíssima, não é marolinha coisa nenhuma – estão provocando uma crise que está aparecendo, está mostrando a sua cara: é a crise de governabilidade para os Municípios pequenos. Quem vai pagar o pato dessas atitudes pouco pensadas, como a diminuição do Fundo de Participação, em decorrência da não-cobrança de IPI e de Imposto de Renda para propiciar compras a mais, que possibilitassem a popularidade do Governo e a exibição de números que não aconteceram, são os Municípios pequenos, onde mora o cidadão mais modesto, o grande cliente do Bolsa-Família, que é governado por um prefeito que não está tendo para onde correr, que está com um aumento da despesa e diminuição da receita e não tem para quem correr, para quem recorrer.

É preciso que o Congresso brasileiro levante essa crise, que é monumental, do tamanho da crise que estamos enfrentando, para que possamos salvar a educação e a saúde, principalmente dos pequenos rincões do Brasil.

Ouço, com muito prazer, o Senador Cícero Lucena.

**O Sr. Cícero Lucena** (PSDB – PB) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção do País para assunto de alta relevância. Veja esses pequenos dados para que se possa realmente dimensionar a grandeza desse problema dos Municípios: cerca de 4.512 Municípios brasileiros têm até 30 mil habitantes. Pela experiência, pelos índices, pelos números, esses Municípios praticamente dependem, quase na sua totalidade, da receita do Fundo de Participação. V. Ex<sup>a</sup> chamou a atenção para a realidade da preocupação em garantir o emprego na indústria automobilística, de atender a necessidade da classe média para renovar os seus veículos e disse, de forma clara, que, para isso, houve renúncia do IPI que compõe a cesta dos impostos que fazem parte da divisão para o Fundo de Participação dos Municípios bem como dos Estados. Tenho os dados, Senador José Agripino, demonstrando que, no mês de janeiro, a perda do Fundo de Participação dos Municípios foi de R\$153 milhões. Em fevereiro, agravou-se: foi de R\$510,119 milhões a perda das prefeituras no Fundo de Participação, ou seja, a soma nos dois meses foi de R\$653 milhões. E podemos nos perguntar: por que existem bilhões para socorrer a indústria automobilística? Por que disponibilizamos, por meio de medida provisória, bilhões para socorrer o sistema financeiro aqui no nosso Brasil? A preocupação é legítima nos casos anteriores, bem como a preocupação com a indústria da construção civil para gerar emprego, para melhor distribuir a renda. E os Municípios? E os administradores municipais – alguns herdaram, outros assumiram e outros continuaram a sua administração após a reeleição –, para quem só houve aumento de despesa e redução de receita? Nós estamos falando de um déficit para esses Municípios, sem descontar a inflação, de mais de R\$600 milhões, ou seja, algo em torno de 7% da queda da receita desses Municípios, nesses dois meses; e em alguns desses Municípios – repito – isso representa a totalidade da receita dos mesmos, acrescido de despesa legítima que é o aumento do salário mínimo. Todos nós temos sentido uma preocupação muito grande, agora mais ainda, Senador Agripino. V. Ex<sup>a</sup> citou uma cidade do Rio Grande do Norte. Eu, há poucos instantes, recebi o Prefeito da cidade de Pitimbu, no litoral paraibano, no limite com o nosso Estado vizinho, Pernambuco, e os dados do Fundo de Participação desse Município mostram a cruel realidade a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência: de R\$266 mil, o crédito do Fundo de Participação, ele teve, só de INSS retido, R\$70 mil, ou seja, 27% dessa receita. Onde estão as fotografias feitas no encontro dos prefeitos do Presidente Lula com a Chefe da Casa Civil dizendo que iria aliviar o caixa das prefeituras na renegociação do INSS, porque até hoje na Paraíba



ainda não chegou essa renegociação? É tanto que o Prefeito de Pitimbu teve 27% da receita do Município retida. Com os outros descontos, dos R\$260 mil o Prefeito só teve líquido R\$90 mil. Como esse cidadão vai pagar a folha? Como vai suplementar o recurso necessário para a saúde? Como vai pagar a diferença de salário da educação que ainda não é o nível necessário, suficiente e digno para os nossos professores ou para os prestadores de serviços na área de saúde ou em outros setores? Daí a grande preocupação que temos não de discutir a eleição de 2010 e, sim, discutir a crise que vivemos, esse problema seriíssimo que hoje não é mais apenas do setor privado, mas chega aos pequenos Municípios do nosso Brasil. Permita-me ainda, Senador José Agripino. Tentei apartear também o Senador Sérgio Guerra, mas não foi possível. Quero dizer do meu estarrecimento ao constatar a leniência com que o Presidente da República e o Ministro da Justiça convivem com o estado de coisas, com a implantação dessa gestão em relação à quebra do direito legítimo do cidadão, que é a questão do sigilo. O pior é que o Presidente da República acaba de contemplar e apaniguar alguns dos infratores. Por exemplo, o Dr. Paulo Lacerda, foi ele quem apadrinhou, ele quem defendeu, ele quem quis que o Delegado Protógenes continuasse no cargo. Inclusive, agora acaba de ser nomeado como Adido da Polícia Federal na embaixada de Portugal. Foi premiado depois de ter passado nesta Casa em Comissões de Defesa, em CPIs e ter faltado com a verdade em relação ao apoio que tinha dado ao Delegado Protógenes. Mais de cinquenta agentes da Abin foram colocados à disposição desse resultado que hoje todo o Brasil e todo cidadão que defende o Estado de direito está repudiando e cobrando do Ministro da Justiça e do Presidente da República não mais a condição de dizer que não sabia, mas, sim, agir como cabe a quem deve satisfação ao povo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Senador Cícero Lucena, V. Ex<sup>a</sup> aduz à minha manifestação o depoimento de um Município de sua Paraíba. Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que os dados que eu citei do Município de Santana do Matos não são diferentes dos dados dos Municípios cujos Prefeitos estavam comigo de manhã quando eu conversava com o Prefeito de Santana. Estavam comigo o Prefeito de Jardim do Seridó, de São João do Sabugi, de São José do Seridó, de Jucurutu. E os dados são os mesmos, a preocupação é a mesma, a perspectiva de causa é a mesma. Não vamos nos iludir.

O combate à crise está sendo feito com um remédio que está sendo letal para as Prefeituras Municipais, que têm a obrigação de cuidar do cidadão. Vamos ser

claros. Antes que seja tarde, é preciso que se encontre saída, porque os Prefeitos, que participaram de uma marcha agora e que saíram daqui felizes da vida com a perspectiva de renegociação, estão enfrentando uma realidade que é fel puro: a impossibilidade de administrar a pressão do dia-a-dia. O Prefeito acorda, de manhã, Senador Flexa Ribeiro – V. Ex<sup>a</sup> sabe –, com a família pobre batendo na porta da casa dele, pois só tem a ele, Prefeito, para recorrer. E estamos falando aqui, buscando uma saída para atendê-lo, que não tem para quem recorrer e que está enfrentando um problema seriíssimo.

Não estamos exagerando, não estamos colocando lente de aumento em problema algum. O problema é do tamanho daquilo que estamos colocando. É o Prefeito que tem de pagar a ambulância, o transporte escolar, o fardamento da criança pobre, além do salário do médico, da enfermeira, do dentista, do professor. E está faltando dinheiro é para isso, para o dia-a-dia, porque usurparam, porque deram um tiro com a pólvora dele. Por que não tiraram dinheiro das contribuições – da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de imposto A ou de contribuição B – e foram em cima daquilo que beneficia ou atende os Municípios?

Alguém tem de falar para o Município, e quem tem de falar, Senador Mão Santa, somos nós, que representamos a Federação. Estamos na perspectiva da entrada de uma crise terrível. A crise dos seis pontos percentuais de queda do Produto Interno Bruto (PIB) é café pequeno diante da falência dos Municípios, que é um fato que está para acontecer.

Ouçó, com prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, de forma competente, vem à tribuna tratar de assuntos que preocupam os brasileiros. V. Ex<sup>a</sup> traz hoje a preocupação quanto à insolvência da grande maioria dos Municípios do nosso País e dos Estados também, eu diria. Trata-se da incapacidade desses Municípios não só de terem condições de fazer uma gestão voltada ao benefício da população, mas também de receberem transferências voluntárias da União e dos Estados, pela total insolvência em que se encontram. No meu Estado, o Pará, que tem 143 Municípios, mais de cem deles estão inadimplentes, ou seja, estão com problemas de todo o tipo, como o previdenciário, e estão obrigados, como V. Ex<sup>a</sup> disse, a substituírem o Governo Federal ou o Governo do Estado em ações voltadas à sociedade. É no Município que vivemos, é lá que as pessoas têm de ser atendidas. V. Ex<sup>a</sup> está falando de algo importante que venho abordando aqui ao longo do tempo, Senador Agripino: é necessário abriremos a discussão



da revisão do pacto federativo. Eu próprio encaminhei um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para que se instalasse uma Subcomissão daquela Comissão para discutir o pacto federativo, para ver se há uma melhor distribuição da carga tributária nacional. Hoje, sabemos que mais de 60% ficam com a União, que algo em torno de 16% fica com o Estado e que 24% ficam com os Municípios. Assistindo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, vi que está aqui conosco o Prefeito Hélio Leite, Prefeito reeleito da cidade de Castanhal, quarto Município do nosso Estado, que fica a sessenta quilômetros da capital Belém. Ele me chamou há pouco – tive a oportunidade de abraçá-lo e quero registrar sua presença – e me disse, Senador, que V. Ex<sup>a</sup> tocava num ponto da maior da gravidade. Ele próprio me disse: “Senador, o Fundo de Participação do meu Município, um mês atrás, no dia 10 de fevereiro, representava R\$1,8 milhão; o do dia 10 de março, que recebi ontem, R\$1,1 milhão. Ou seja, houve uma queda de R\$1,8 milhão para R\$1,1 milhão, e meus compromissos eram os mesmos que eu tinha em fevereiro, acrescidos do aumento do salário mínimo”. Então, é essa a realidade por que passam os Municípios do Brasil. Quero também registrar a presença do ex-Prefeito de Moju, nosso amigo Parola, que também já foi Prefeito por dois mandatos em Moju e que conhece todas essas dificuldades. O Prefeito Hélio, o ex-Prefeito Parola e outros Prefeitos estão vindo aqui esta semana, atendendo ao chamamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), exatamente para discutir a questão da nova possibilidade de fazer um ajuste no prazo de pagamento da dívida previdenciária, agora, para 240 meses. Mas isso não vai resolver o problema. Não vai resolver o problema, porque eles vão renegociar a dívida e vão ficar inadimplentes em seguida. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Senador Flexa, o Município de Castanhal tinha um Fundo de Participação, no ano passado, de R\$1,4 milhão, que caiu para R\$1,1 milhão. Com certeza absoluta – e o Prefeito é testemunha –, parte dessa queda é devida à crise, mas um bom pedaço dessa queda é devido à crise gerada por Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que retirou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR) da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por determinação pessoal dele, da equipe econômica dele, e é ele que vai ter de encontrar caminho para resolver o problema dos Municípios, das Castanhais do Brasil.

Não se está falando de exorbitância de gastos, está se falando dos gastos do dia-a-dia. É claro que todos vão pagar com a crise, mas não é justo que se

penalizem os Municípios, onde vivem os cidadãos, com uma cota maior de sacrifício no combate à crise. E temos de pensar juntos uma saída para esse problema antes que seja tarde, antes que seja tarde. É sério o problema de que estamos tratando, é seriíssimo.

Ouçó, com prazer, uma ex-Prefeita, a Senadora Rosalba.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini (DEM – RN)** – Senador José Agripino, hoje, eu, como V. Ex<sup>a</sup>, recebi, no meu gabinete, diversos Prefeitos do nosso Estado. Agora, no plenário, está presente o Prefeito de Jucurutu, Júnior Queiroz, Prefeito experiente, Prefeito eleito pela terceira vez, como fui Prefeita por três vezes. Ele me fez um relato semelhante ao que o Prefeito de Santana do Matos fez ao senhor. E o fez na presença do Prefeito de Encanto – uma cidade pequena de apenas seis mil habitantes –, que está, pela primeira vez, assumindo a Prefeitura, já em situação angustiante. O Prefeito disse que, quando recebeu a cota do FPM, viu que não dava para pagar praticamente nada das necessidades básicas do Município com energia, com combustível, com água, com repasse obrigatório para a educação e para a saúde. Ele disse: “Peguei meu Fiatzinho, Senadora, e vim bater aqui para ouvir de vocês o que vai acontecer, o que nós podemos ter”. O Prefeito Júnior fez um relato do que recebeu, do que foi pago e do que, agora, ficou. Ficou negativo. Digo isso sem contar com o pagamento de pessoal e com uma série de outras despesas. Ele disse que temos, sim, de refletir. Todos nós sabemos, todo brasileiro de bom senso sabe que, para este País ser forte, só há um caminho: Municípios fortes. Nós já lutávamos, já levantávamos nossa voz contra a injustiça da distribuição dos recursos federais. O cálculo para a parcela do FPM já é injusto, porque não entram as contribuições e uma série de arrecadações, o que, no decorrer desses últimos anos, vem reduzindo o percentual, os valores para o FPM. É como diz o velho ditado: “Além de queda, coice”. A pirâmide já era injusta, e aonde deveriam chegar mais recursos, que seria o Município, é aonde menos eles chegam: aos Municípios chegam apenas 18%; aos Estados, menos de 25%; e o restante fica com o Governo Federal. E, num momento de crise como essa, numa situação de dificuldade, o Governo fez exatamente o que o senhor disse, atirou com a pólvora alheia, fez favor com o boné dos outros. Em vez de fazer a redução de outros impostos que não interferissem na receita dos Municípios, o Governo retirou exatamente do IPI, mudando isenção de IPI, para estimular a indústria. É preciso encontrar mecanismos de estimular a economia sem prejudicar os Municípios, porque, na hora em que se prejudicam os Municípios, a crise cresce. Num Município em dificuldade, num

Município que está entrando em falência, como muitos estão entrando agora, começa a haver redução de emprego, começa a haver inúmeras dificuldades. Sinto o que os Prefeitos estão passando, sei da angústia por que eles estão passando. Já fui Prefeita por três vezes, já tive momentos de noites indormidas, fazendo cálculos para saber como enfrentar os problemas no outro dia. E não era um momento de crise como essa, cujos reflexos estão sendo maiores a cada dia. Mas o Município não pode ser penalizado como está sendo. E temos, sim, de encontrar esse caminho, temos de cobrar do Governo Federal uma solução, uma compensação. Não adianta fazer como fez no mês passado, gastando milhões e reunindo os Prefeitos, querendo só aplausos. Não! Chegou a hora de trazer soluções, para que as Prefeituras possam atravessar este momento difícil, possam continuar dando aquilo que é direito do cidadão, que é dever das Prefeituras e que é vontade de cada Prefeito fazer na sua cidade, que é proporcionar à população uma boa saúde e uma boa educação, gerando condições para que o Município se desenvolva e, realmente, trazendo condições de vida digna para seus munícipes. Então, era isso que eu queria dizer, fazendo aqui mais um adendo com relação à questão da medida provisória, porque, infelizmente, com relação à repactuação do INSS, estamos enfrentando também, Senadores, esse mesmo problema: os Prefeitos vão ao INSS, e lá eles dizem que estão na Receita; chegam à Receita, e lá dizem que na Receita não sabem ainda de nada. É esse jogo para lá e para cá. O Município de Nova Cruz necessita fazer a repactuação de sua dívida, necessita fazer um parcelamento, para ter condições de receber recursos para o transporte escolar, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), para a merenda, para uma série de questões. O Governo, quando dá com uma mão, tira com dez, prejudicando os Municípios. Isso é inadmissível, e não podemos ficar calados, não podemos nos acomodar, temos de ir à luta, temos de levantar nossa voz e convocar todos, todo o Senado, todo o Congresso, para defender o Município, que é de onde viemos. Fomos eleitos com o voto dos nossos irmãos dos Municípios. Precisamos defender os Municípios por menores que eles sejam, de todos os níveis, das capitais às cidades menores. Viemos com seu voto, com sua aprovação, para aqui defender nosso Estado e nosso Brasil.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> foi, como diz, Prefeitinho; fui Prefeito também. V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito acho que na época em que fui Prefeito. Na nossa época, nem Lei de Responsabilidade Fiscal existia. Esse é um instrumento recente, criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso

– tive oportunidade, como Senador e Presidente de uma Comissão, de contribuir para que essa lei fosse apreciada, votada e aprovada. Ela contingenciou a vida administrativa dos entes federados, dos Estados e dos Municípios. Não é permitida qualquer liberalidade nem a Estado nem a Município, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal contingencia tudo: quanto se pode tomar emprestado, quanto se pode gastar, quanto não se pode gastar. Os Municípios estão contingenciados, mas eles não podem ser garroteados.

A prática da atitude legítima e séria é o normal dos Municípios hoje. Ninguém que nos está ouvindo imagine que as liberalidades ocorram às pamparras nos Municípios! Não existe isso. O que existe, sim, em Município, é muita carência, muita necessidade, muita penúria. E acrescentar, no combate à crise, mais penúria aos Municípios?

Eu me refiro principalmente aos Municípios pequeninhos. Não se trata da sua Teresina nem da minha Natal, que passam dificuldades, como passam o Rio de Janeiro e São Paulo, embora esse menos. Trata-se dos Municípios pequenos, que são a maioria, onde mora a maioria da população pobre deste País, principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, que estão pagando o pato da atitude tomada. É por eles que estamos falando.

Fico muito feliz pelo fato de estar falando e de já ter sido aparteado por Parlamentares de diversas regiões, de diversos Estados, com a mesma linguagem. Não estou aqui exagerando nada nem falando em cataclismo nenhum. Estou falando uma verdade dura, para a qual tenho de alertar, para que se encontre uma solução antes que haja uma mega crise dentro de outra mega crise, que é a crise das administrações municipais.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Wellington Salgado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Vou ser bem rápido, Senador José Agripino. Na verdade, eu vinha acompanhando todo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Muitas vezes, por questões partidárias, eu e V. Ex<sup>a</sup> temos posições contrárias no plenário, mas minha admiração por V. Ex<sup>a</sup> nada tem a ver com questões partidárias. V. Ex<sup>a</sup> já foi Prefeito, foi por duas vezes Governador, e eu nunca soube que houvesse algum processo contra V. Ex<sup>a</sup>, por qualquer razão.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Nenhum! São trinta anos de vida pública.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Então, eu soube disso na época em que eu começava. Eu queria ver o final de todo esse raciocínio lógico que V. Ex<sup>a</sup> apresentou. Minas tem 853 Municípios, e qualquer Prefeito de uma cidade sabe: aumentou o

salário mínimo, a arrecadação caiu, o INPS aumentou em razão do salário mínimo, o repasse diminuiu. Aí estou aguardando V. Ex<sup>a</sup> chegar àquela posição final, ao raciocínio de qualquer Prefeito: ele cai na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por quê? Se a arrecadação cai e se a folha sobe, aquele percentual que ele não pode passar, comprometendo-o com a folha de pagamento, com pessoal, sobe. A arrecadação caiu, o percentual aumentou. Aí o Ministério Público já o chama para conversar. Não é isso? Eu queria saber como terminava a história que V. Ex<sup>a</sup> estava relatando. Eu estava aguardando qual poderia ser a saída para um Prefeito que sofre. Mas não podemos – e aí vou entrar com meu lado de apoio ao Governo e de admiração ao Presidente Lula – culpar também nosso País pelo que está acontecendo. Essa é uma crise que veio de fora para dentro. A verdade é essa. É uma crise americana que nos pegou. E nos pegou mesmo! Minas, realmente, está sofrendo muito, pois a arrecadação está caindo, e é um Estado que trabalha com *commodities*, que exporta e que nunca foi beneficiado pelos impostos com exportação. Enrolaram Minas com a Lei Kandir. O Governador Aécio, para vir aqui, tem de vir com o pires, e parece que estão fazendo um favor para ele em repassar dinheiro. E esse não foi o acordo lá atrás, não. Então, como é que termina essa história? Isso é o que eu queria saber, para informar ao prefeito pequenininho lá de Minas, que deve estar assistindo à nossa televisão.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Wellington. V. Ex<sup>a</sup> tratou, com muita propriedade, do fato de que vai terminar com o processo, porque assim como...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu o comparo ao Ronaldinho; a gente tem de poupá-lo. V. Ex<sup>a</sup> já vai entrar no segundo tempo, são 46 minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é uma estrela.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Prometo a V. Ex<sup>a</sup> que vou fazer, agora, a última intervenção, a última.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex<sup>a</sup> já fez uns mil gols e mais de mil obras lá por

aquele Rio Grande do Norte. Então, meu apreço por V. Ex<sup>a</sup> é total.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Senador Wellington, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das coisas mais importantes que se produziu no plano legislativo, de parceria com o Executivo, para a administração pública do Brasil, para a probidade, para os controles.

Está para acontecer o que V. Ex<sup>a</sup> está alertando. Estamos falando, aqui, em queda de arrecadação e em aumento de despesas por coisas que independem dos Prefeitos. Os Prefeitos não votam o aumento do salário mínimo, que redundaria em aumento da folha e em aumento de cobrança do INSS. Os Prefeitos não votam, em absoluto, aquilo que estamos falando aqui, que são IPI e Imposto de Renda mexidos, que redundam em perda de receita para eles. Eles são entes passivos que estão assistindo a fatos danosos à sua atividade política acontecerem.

Estou falando de perdas, de coisas que não estavam previstas, de uma crise que veio de fora para dentro, é verdade, mas que não pode ser combatida com coisas que mexem com a célula *mater* do País, que é a entidade municipal. Não se pode combater a crise criando um monstro, que é a falência municipal. Não se pode combater a crise eliminando a possibilidade de o Prefeito fazer aquilo que é minimamente a sua obrigação. Não estamos falando, aqui, da construção de um chafariz ou de um viaduto para Município nenhum. Estamos falando da necessidade financeira do Prefeito de recompor suas finanças para garantir educação, saúde, creches, atenção à criança, o dia-a-dia da prefeitura.

O que fazer? Aquilo que tem de ser feito. Estou me batendo há meses, nesta tribuna: ou se mexe com a taxa de juros e se mexe com a qualidade do gasto público, ou não se vai atingir o cerne da questão. Ficam mexendo em cobrança de tributos, dando tiro com pólvora alheia e criando outra crise, a crise dos Municípios, quando, na verdade, sem criar crise alguma, o que é preciso é baixar urgentemente, fortemente, a taxa de juros, para que diminua o serviço da dívida. São bilhões que a União deixará de pagar se cair 1% ou se caírem 2% da taxa de juros, melhorando a qualidade do gasto público, para que haja excedentes para fazer investimento e para que, com investimento, possa ser melhorado o custo Brasil e o nível de emprego neste País.

Esse é o alerta que trago, antes que seja tarde. As prefeituras estão com o sinal vermelho aceso, e é preciso que alguém pense nelas. Esse alguém tem de ser aquele que idealizou, há pouco, a Marcha dos Pre-

feitos. Os Prefeitos não podem ser iludidos, não podem ser enganados. E nossa voz não vai calar!

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, porém, eu gostaria de fazer uma saudação, aqui, a um grande líder do Piauí: é o Deputado Federal Mainha. Ele é do Democratas. É jovem, faz parte dessa geração jovem do Democratas, como Rodrigo Maia, e tem perspectiva invejável. Eu estou até preocupado, porque ele está sentado ali, na minha cadeira, e se ele for candidato a Senador da República, ele ganha de mim. Ele tem perspectivas invejáveis na política do Piauí e do Brasil.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Mário Couto. Em seguida, o nosso Senador de Mato Grosso.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho nesta tarde – e estou esperando desde as 15 horas – fazer este comunicado à Nação e ao meu querido Estado do Pará.

Inicialmente, quero saudar o ex-Prefeito de Bragança, o ex-Prefeito de Moju, Parola, Celso e o Prefeito da próspera cidade de Castanhal.

Sr. Presidente, se não bastasse a violência no meu Estado, onde, no mês de fevereiro, registramos 87 mortes por assassinato – mais de 150 pessoas caíram, nesses dois últimos meses, mortas por assassinato na Grande Belém, só na Grande Belém, Presidente –, se não bastasse o estado precário da nossa saúde, se não bastasse o estado precário da nossa educação, agora, o Pará sofre com a corrupção.

Por isso, meus nobres Senadores, venho hoje, além de registrar que a Senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura do Brasil, entrou hoje com um pedido de intervenção no Estado do Pará, fazer aqui, Presidente, o meu papel de Senador, representante daquele querido Estado. Estou enviando ao Ministério Público Estadual e Federal um pedido de apuração de um fato que toda a imprensa – a imprensa nacional e a imprensa estadual – divulgou. Infelizmente, Presidente, mais um escândalo no Estado do Pará. Agora, é o “escândalo dos kits”, e eu, então, assumo,

aqui, o meu compromisso com o povo do meu Estado de ir fundo nessa questão, como quero aqui, também, Presidente, parabenizar a Assembleia Legislativa do meu Estado por ter tomado as providências cabíveis.

Pedi ao Exmº Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza:

Excelentíssimo Senhor:

Confiantes na competência e constante vigilância dessa Procuradoria Geral de Justiça na função de defensora do interesse público, dirigimo-nos a V. Exª, impulsionados pelas constantes notícias veiculadas pela imprensa nacional e local, apontando fortes indícios de que a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, praticou ato de improbidade administrativa [comprovada], quedando de morte o “Princípio da Impessoalidade” disposto no art. 37 da Constituição Federal, pela não observância de exigências legais atinentes aos processos licitatórios, ao contratar, por preços superfaturados...

Enquanto um *kit*, em qualquer livraria, exatamente o mesmo *kit*, custa R\$4,70, a Governadora pagou quase R\$9,00 por cada *kit*.

...um milhão de kits escolares [além do preço superfaturado] com a logomarca do governo, fotos da Governadora e da Secretária de Educação e mensagens elogiosas ao seu governo.

Diante disso, vimos encarecer as providências cabíveis e urgentes desse Ministério Público no sentido da averiguação dos fatos.

Na expectativa de contarmos com a sua costumeira acolhida, antecipamos nossos agradecimentos e renovamos-lhe protestos de estima e consideração.

Presidente, é lamentável a situação por que passa o meu Estado. O Estado do Pará é o sexto maior exportador do Brasil.

Toda tarde, este Senador usa aquela tribuna para mostrar o que sofre o povo do Pará diante da incompetência, Presidente – repito, da incompetência –, da Governadora Ana Júlia Carepa, que enganou todos os paraenses, dizendo, em palanque, que iria fazer um governo para os paraenses, e não é fato comprovado. Os paraenses tombam nas ruas, assassinados, pisoteados, massacrados, pela falta de segurança no meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.



**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Para fazer um breve comunicado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Que se inspire na capacidade sintética de Jesus Cristo!

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Mato Grosso perdeu, nesse final de semana, uma de suas figuras mais carismáticas e inspiradoras. Faleceu, aos 83 anos, em Cuiabá, o líder empresarial Jamil Nadaf, por dezoito anos Presidente da Federação do Comércio do Estado.

Esse negociante, nascido na Síria, chegou ao País em maio de 1948 e amou sua nova pátria como poucos. O Brasil deu a ele o respeito e a dignidade que motivaram sua longa viagem até as Américas. Em Mato Grosso, Jamil encontrou seu oásis de prosperidade, criando tradição no comércio local e liderança entre seus colegas.

Sua vida foi dedicada ao empreendedorismo e à atividade econômica. Como Presidente tanto da Federação do Comércio quanto da Associação Comercial de Cuiabá ajudou no desenvolvimento desse setor. E, ao longo dos anos, tornou-se um verdadeiro símbolo de excelência no seu ramo e da capacidade de aglutinação dos comerciantes mato-grossenses em torno das boas obras.

Jamil Nadaf deixa esposa e três filhos. Mas, sobretudo, deixa um legado de decência e um rastro de honradez por onde andou. Cuiabano de coração, ele representará a face mais brilhante dos homens que fazem do apego ao trabalho uma lição de vida para as novas gerações.

Sr. Presidente, gostaria de dedicar meus pêsames e minha solidariedade à família desse ilustre mato-grossense por adoção, estendendo meus cumprimentos a toda a atividade comercial de meu Estado, certo de que a trajetória de Jamil Nadaf será um novo emblema para o empresariado de nossa região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa ao Senador Jayme Campos, dando os pêsames à família do grande empresário cuiabano.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, aproveitando o mesmo assunto, também render minhas homenagens a Jamil Nadaf, com quem convivi na direção da Confederação Nacional do Comércio, época em que fomos vice-presidentes da instituição juntos. Homem de uma inteligência e uma formação extremamente apuradas, deixa, efetivamente, entre todos nós, que constituímos a direção da Confederação Nacional do Comércio, um pesar enorme. Mas reconforta-nos saber que temos na figura de seu filho, Pedro Nadaf, a sequência de suas ações na direção da Federação do Comércio de Mato Grosso, bem como na direção do Sesc, do Senac e do Sebrae naquele Estado.

Quero também me associar ao Senador Jayme Campos no voto de pesar aos seus familiares, em especial ao Pedro Nadaf, à sua irmã e à sua mãe, dizendo que, lamentavelmente, a morte foi tão rápida que não tivemos a oportunidade de render essa homenagem pessoalmente. Associo-me, portanto, ao voto de pesar do meu colega Jayme Campos, dizendo que lamento profundamente essa perda, perda não apenas para Mato Grosso, mas para o País.

Em nome da Confederação Nacional do Comércio, da representação do Distrito Federal e em meu nome pessoal, nossos pêsames à família, e, em especial, ao Pedro Nadaf.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que me traz a este microfone é exatamente um motivo piauiense. Registro, com muita alegria, as presenças, na Tribuna de Honra, do Prefeito de Campo Maior, Joãozinho Félix, do Vice-Prefeito de Teresina, Elmano Férrer, do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Valério Carvalho, e do Vereador, de Campo Maior, Antônio Manoel Gayoso Castelo Branco, que é Presidente do Sindicato Rural daquela cidade. Registro suas presenças aqui em Brasília para participarem, amanhã, de sessão solene, convocada pelo Senador João Vicente Claudino, em homenagem aos 186 da Batalha do Jenipapo.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que mande perpetuar o registro dessas presenças nos Anais da Casa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para acrescentar a personalidade do Dr. Sérgio Rêgo, que foi importante Delegado Civil



no Maranhão, serve hoje no Piauí, e tem perspectivas invejáveis na política de Barras.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sérgio Rêgo?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – É.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Também a registro. Eu não o havia visto. O Senador César Borges impede-me de, daqui, divisar a figura do Delelado Sérgio Rêgo. Eu o incluo em meu registro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, o Senador Mário Couto, há pouco, também pela ordem, registrou a ação da Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Senadora Kátia Abreu, que, acompanhada do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), esteve, hoje à tarde, às 13 horas, no Tribunal de Justiça, com o Presidente Desembargador Rômulo Nunes, numa audiência em que participaram a Desembargadora Eliana Abufaiad, Corregedora das Comarcas da Região Metropolitana de Belém; a Desembargadora Maria Rita Xavier, Corregedora das Comarcas do Interior; e os Desembargadores Milton Nobre e João Maroja. A Senadora Kátia Abreu foi lá para protocolar o pedido de intervenção federal no Estado do Pará pelo não-cumprimento dos mandados de reintegração de posse, expedidos pelo Judiciário. São mais de cem mandados de reintegração de posse que, lamentavelmente, são desconsiderados pela Governadora do Estado do Pará. Por isso, a Presidente da CNA, junto com o Presidente da Faepa, teve de ir ao Pará, para, então, protocolar esse pedido de intervenção.

Lamentavelmente, meu Estado tem sido notícia na mídia nacional sempre pelos malfeitos da gestão atual, seja pelo não-cumprimento das reintegrações de posse nos mandados judiciais, seja, como já se salientou aqui – e a *Folha de S. Paulo* já fez uma matéria em nível nacional –, pela compra irregular de mais de um milhão de kits a serem distribuídos como propaganda deste Governo, sem licitação, o que o Ministério Público Federal já está investigando. Lamentavelmente, isso foi veiculado ontem pelo Jornal Nacional, que mostrou a situação difícil por que passam os habitantes do meu Estado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, peço permissão – reintegração de posse é direito líquido, está tudo bonito –, para reintegrarmos o tempo ao Senador Papaléo Paes, que, pacientemente, está esperando.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup>, ao colocar o som no meu microfone, poderei concluir.

Agradeço ao Senador Papaléo, que aguarda minha conclusão, mas que já aguardou os Senadores Heráclito e Mário Couto e outros que pediram a palavra pela ordem, e V. Ex<sup>a</sup> aquiesceu. O Senador Papaléo entende e compreende e está aguardando a conclusão do meu pronunciamento, o que farei agora.

V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Papaléo Paes, como médicos, estiveram comigo, no ano passado, no lamentável incidente da morte de trezentos recém-nascidos na Santa Casa. V. Ex<sup>a</sup>, como paraense que é também – nasceu no Estado do Pará, mas exerce sua atividade política no Estado vizinho, o Amapá –, Senador Papaléo, sabe que é lamentável isso. V. Ex<sup>a</sup>, talvez, não conheça...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Só mais um minuto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, talvez, não conheça a Região Amazônica e não saiba que a Ilha de Marajó fica entre Belém e Macapá. Então, a relação dos marajoaras também se dá muito com Macapá, porque a contracosta da Ilha de Marajó é atendida pelo Amapá. É diferente, porque se trata da maior ilha fluvial do mundo.

Então, como eu dizia, uma senhora de 45 anos, Maria Matos, mãe de quatro filhos, morreu durante a viagem enquanto lutava para chegar à capital e buscar tratamento para um derrame cerebral. Ela não suportou a viagem e as péssimas condições da travessia de barco e morreu a bordo da embarcação, Senador Mão Santa, vindo da Ilha de Marajó para Belém.

É preciso que o Brasil inteiro tome conhecimento da falta de consciência desse Governo do Estado do Pará. Há um hospital regional em construção na Ilha de Marajó, na cidade de Breves. Esse hospital foi entregue pelo Governador Simão Jatene, na gestão passada, a este Governo com 80% das obras concluídas. Isso se deu há dois anos, dois meses e onze dias. Oitenta por cento das obras estavam concluídas, e havia dinheiro em caixa e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para concluir as obras e equipar o hospital. Passados dois anos, dois meses e onze dias, o hospital, Senador Papaléo Paes, até hoje, por ineficiência deste Governo do PT, não entrou em funcionamento, nem vai entrar tão cedo!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, eu me lembro de Cristo. Cada vez, estou mais com Cristo, que fez o melhor discurso, o Pai-Nosso, com cinquenta e seis palavras, em um minuto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

O hospital não vai entrar em funcionamento, Senador Mão Santa, tão cedo, porque não há vontade política. Parece que a Governadora não tem compromisso e atenção com os paraenses.

Queria fazer esse registro lamentável, é mais uma notícia da mídia nacional. Amanhã, vou fazer, Senador Papaléo Paes, um pronunciamento, relatando que não há só esse caso, não. O Hospital de Oncologia Infantil, iniciado pelo Governador Simão Jatene, também está há dois anos, dois meses e onze dias parado, e os recursos estão lá, alocados pelo financiamento do BNDES.

Essa é a situação lamentável de desgoverno do Pará, na mão do Partido dos Trabalhadores!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos.

João Pedro, inscreva o Senador Flexa Ribeiro como primeiro orador, com quarenta minutos, para falar amanhã.

Concedemos a palavra ao Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador César Borges, da Bahia.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prometo a V. Ex<sup>a</sup> que, realmente, é pela ordem. Então, pela ordem, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse nominar os oradores que falarão posteriormente ao nobre Senador Papaléo Paes.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos alternando. Eu já peguei a sequência. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Agora, falará um orador inscrito, que aguarda pacientemente. Houve aquele pela ordem, mas estão mudando o Regimento. Acho que não há ordem e progresso. Está pela desordem. Todo mundo levanta. Mas estamos alternando as lideranças. O primeiro será o Senador César Borges e o segundo, Aloizio Mercadante. Está aqui no papel.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma questão. Nós tivemos até agora, em duas horas de plenário, um único orador inscrito oficialmente. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> um pouco mais de rigor no tempo para que todos possam falar, para que a gente possa garantir a ordem de inscrição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, nós submetemos à Assembléia uma decisão do Presidente: dez minutos é o suficiente para cada orador. (pausa.)

Pronto!

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer: eu falarei logo em seguida ao Senador Papaléo?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim; falará, alternando.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Dez minutos – e dez é o tempo e a nota.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero contestar, Sr. Presidente, exatamente porque o tempo, após a Ordem do Dia, é de vinte minutos. Sei que V. Ex<sup>a</sup> me dará o tempo necessário para eu fazer este discurso exatamente porque eu esperava após a Ordem do Dia para poder complementá-lo.

Agora estão aqui presentes membros da comissão que está fazendo alguns ajustes no nosso Regimento Interno: Senador Inácio Arruda, Senador César Borges, Senador Antonio Carlos Valadares...

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – O Presidente, Senador Marco Maciel.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Sim; o eminente Senador Marco Maciel, Presidente; o Relator, Gerson Camata, e eu.

Mas a questão da Casa não é o que está escrito, mas cumprir o que está escrito. Entende, Sr. Presidente? Então, nós temos que cumprir o que está escrito. Somos 81 Senadores e acabamos fazendo injustiça com muitos. Muitos usam demais a palavra por muito tempo; outros, de menos.

Então, eu queria só que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse – e tenho certeza absoluta de que não vou alcançar os vinte minutos – o tempo necessário para eu falar sobre um assunto extremamente importante.

Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> vai conceder, porque tem a sabedoria para sentar-se como Presidente das nossas sessões, pelo que quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>.

Eu acredito que com 13 minutos eu termino. Não; com 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Quinze, está bem. Porque saiu de 13, o número do PT, para o PMDB...

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Eu queria homenagear o Senador Aloizio Mercadante, mas como S. Ex<sup>a</sup> já é sempre homenageado por todos, eu

homenageio o PMDB – 15. Essa é uma concessão do PSDB por V. Ex<sup>a</sup> estar assumindo a Presidência.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero prestar uma justa homenagem a todos os políticos piauienses que foram referidos aqui pelo Senador Heráclito Fortes, pelo Senador João Claudino e pelo Senador Mão Santa, que preside a sessão. Quero cumprimentá-los e dizer que os senhores é que fazem este Brasil: os Srs. Prefeitos, os senhores que assumem as Secretarias de Estado, os Srs. Vereadores. Quero cumprimentá-los e desejar-lhes as boas-vindas a esta Casa. E que as questões relacionadas ao Senado sejam resolvidas, porque há três Senadores aqui que são realmente tão fortes, tão fortes, que os três fazem parte da Mesa, que é composta de 11 membros. Então, o Piauí está muito forte aqui dentro. Parabéns!

Na semana passada, o Senador Arthur Virgílio fez um belo pronunciamento sobre a conjuntura econômica atual e deixou bastante evidentes as dificuldades que a economia brasileira poderia enfrentar em função da crise mundial. Mas aquilo que até a última semana era previsão ou especulação acabou por se confirmar hoje, e de forma lamentável. Lamentável porque não é isso que queremos para o Brasil. Não é esse o legado que minha geração quer deixar para os nossos filhos e netos e para toda uma geração de jovens que conduzirão os caminhos deste País.

A queda no crescimento da economia brasileira foi muito maior do que o esperado no quarto trimestre de 2008, período em que a crise ficou mais evidenciada no Brasil, onde o PIB caiu 3,6% ante o terceiro trimestre do mesmo ano.

As estimativas oficiais, excessivamente otimistas, eram da ordem de uma queda entre 1,6% e 3,5%, o que não se verificou na prática. É a maior queda trimestral do PIB apurada pelo IBGE desde o início da série histórica de 1996.

E não foi por falta de aviso. Desde o ano passado a bancada do PSDB vem alertando quase que diariamente nesta tribuna o desleixo do Governo para o problema da crise e a forma irresponsável como é conduzida a política fiscal. Fizemos esse alerta durante o processo de votação de várias proposições que passaram por este plenário. A voz do PSDB não foi suficientemente convincente para sensibilizar as lideranças governistas para retirar de pauta um conjunto de proposições, mais precisamente as famigeradas medidas provisórias, que elevavam de forma sistemática os gastos com custeio da máquina, o que contrariaria de forma frontal a condução de uma política fiscal responsável. E vão criar outro Ministério, Sr. Presidente.

O mais grave dessas medidas aqui aprovadas é que elas embutem uma vertente de gastos que po-

dem comprometer futuras administrações, porque as despesas foram escalonadas para serem contempladas em administrações e orçamentos posteriores ao do atual Governo.

O Senador Arthur Virgílio fez esse alerta em discurso na última semana, com a apresentação de números sobre a conjuntura econômica que nos conduziam a imaginar que o quadro não era dos melhores, conforme ficamos sabendo hoje.

A queda do superávit primário para 2,14% no primeiro mês deste ano talvez constitua o melhor exemplo de como as finanças públicas estão desreguladas, numa demonstração clara dos alertas feitos no passado, com números consistentes, argumentando que a brusca redução do superávit primário é combinação perfeita de uma queda acentuada de arrecadação com aumento de gastos com custeio, em termos reais.

Tanto a redução das receitas quanto o aumento das despesas são, em boa parte, consequência da crise atual, muito mais grave do que esperava o Governo Federal, que optou por uma política anticrise de investimentos, cuja necessidade não se pode negar, mas sem pensar em cortar outros gastos, como seria de se esperar.

A força com que a crise atingiu a economia brasileira provocou uma queda brusca da receita pública, e com o aumento já decidido de despesas obrigatórias, como folha de pagamento e benefícios previdenciários, economistas do setor privado começaram a prever que, pela primeira vez desde a adoção da política fiscal mais rigorosa, a meta de superávit primário poderá não ser alcançada.

A queda na arrecadação de alguns impostos verificada no início deste ano tem como principal exemplo o Imposto sobre Produto Importado – IPI, que caiu 21,6%.

Aí estão os Srs. Prefeitos a padecerem com isso.

Por outro lado, os gastos aumentaram significativamente no mês de janeiro, em 15,9%, com destaque para as despesas com pessoal (23,1%) e custeio – vejam o absurdo – (26%).

O aumento de pessoal, que em 2008 foi de 12,5%, seguirá a mesma trajetória neste ano, devido aos reajustes e aumentos reais dos salários concedidos a diversas categorias de servidores públicos federais. E, quero registrar, de forma discriminatória, porque os servidores de Estados que foram ex-territórios, recentemente passados a Estado, estão com seus salários estagnados. É o caso do meu Estado, o Amapá.

E, para complicar ainda mais o quadro fiscal, o aumento dos gastos previdenciários ainda não foi

sentido com o aumento do salário mínimo, ocorrido no início do mês passado.

As incertezas que rondam a economia brasileira são preocupantes. O certo é que o “descasamento” entre arrecadação e gasto público terá impacto negativo nas metas fiscais deste ano.

Mas voltando, Sr. Presidente, aos números divulgados hoje, não posso deixar de mencionar que o tombo na economia foi puxado pelo desempenho da indústria, que desabou 7,4% no terceiro trimestre do ano passado, a maior desde 1996. Para a agropecuária e o setor de serviços, a queda foi menor, da ordem de 0,5% e 0,4%, respectivamente.

Vale destacar também outro lado negativo que pesou na aferição do PIB, que é o investimento em produção, ou Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF. O total, que vinha crescendo fortemente, despencou 9,8% na mesma comparação. Essa taxa, senhores, é constituída, principalmente, por máquinas e equipamentos e pela construção civil.

O consumo das famílias registrou a primeira queda desde o segundo semestre de 2003, o que significa que nem o Bolsa-Família foi suficiente para manter a massa de consumo que se verificou nos últimos meses.

O Bolsa-Família – é bom deixar bem claro – é a maior propaganda do Governo, mas ele nunca diz que é um valor insignificante e humilhante para aquele que recebe. É realmente uma coisinha deste tamaninho. O Governo faz uma propaganda tremenda, e as pessoas que não recebem o Bolsa-Família, que só ouvem falar, pensam que é um dinheirão que o nosso pobre desamparado recebe. Mas é, como se diz, uma merquinha, uma coisa bem pequena, insignificante, mas que para o pobre é muito importante.

A queda da demanda interna é mostrada também pelo desempenho do comércio exterior. As exportações de bens e serviços registraram queda de 2,9% no quarto trimestre de 2008, ante o terceiro trimestre do mesmo ano, enquanto as importações registraram recuo de 8,2%, evidenciando um desaquecimento da economia, que será sentido também no primeiro trimestre deste ano.

Com esses números, fechamos o PIB de 2008 com expansão acumulada em 2008 em 5,1%, dentro do intervalo previsto, que ia de 4,9% a 5,5%.

A taxa de investimento em 2008 ficou em 19%, muito aquém das nossas necessidades, porque ficou muito próximo da média nacional, o que deixa evidente que o PAC – que ninguém sabe o que é – não está significando maior volume de recursos para investimentos produtivos.

PAC é uma sigla: P-A-C, que ninguém, na prática, sabe o que é, mas politicamente se vê a todo momento nas rádios, nos jornais, enganando o povo e preparando uma campanha em que se fala em PAC o tempo todo e até se apresenta a mãe do PAC.

Mas logo após a divulgação dos números que configuraram uma forte tensão no cenário econômico, a reação do Palácio do Planalto, pela voz da Ministra Dilma Rousseff, em hipótese alguma pode ser encarada positivamente.

Disse ela:

Nós estávamos esperando que o quarto trimestre de 2008 fosse de fato um choque, resultado de um choque de crédito muito grande para o Brasil e de uma proliferação de expectativas negativas, algumas até injustificadas.

Sr. Presidente, a Ministra foi além, ao indicar que o desastroso resultado não deverá impedir que “o primeiro trimestre de 2009 será um pouco melhor”.

Ela também manteve o mesmo tom do Governo, que, a nosso ver, peca pelo excessivo otimismo, dando a entender que o cenário revelado pela acentuada queda do PIB brasileiro seria passageiro, e diz: “E estamos projetando para o segundo semestre uma melhora de crescimento”.

*Tomara que assim seja, mas os números de hoje ainda não autorizam avançar no otimismo.*

Os Srs. e as Sras. Senadoras foram testemunhas da postura da Oposição neste plenário. Em numerosas oportunidades, fizemos ressalvas construtivas ao Governo, alertando-o para o crescimento desmesurado dos gastos públicos.

É o que diz hoje, em editorial, o insuspeito jornal *O Estado de S. Paulo*.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pois não, Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Senador Papaléo, parece que as peças se invertem no cenário político brasileiro. Vejo V. Ex<sup>a</sup> fazer esse pronunciamento, e, embora sendo um Senador de oposição combativo e atuante, está procurando saídas para ajudar o Governo a superar a crise, e o faz como Senador e como brasileiro. Estamos vivendo um momento, Senador Inácio Arruda, em que quanto menos expusermos nossas empresas e nossos patrimônios, mais defendemos nosso parque industrial. Hoje, causou-me estranheza um requerimento proposto pelo Senador Suplicy, que, infelizmente, não está em plenário, mas escuta pela TV Senado...

*(Interrupção do som.)*



**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – (...) em que propõe uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir os dirigentes da Embraer sobre as medidas tomadas, na crise, para enxugamento de pessoal. É evidente que compreendo: o Senador Suplicy é um defensor do Sindicato, eu respeito. Mas, se ele tiver um pouquinho de senso de brasilidade, irá, com certeza, rever essa posição. E quero até chamar para o fato a atenção do Senador Mercadante, que está aqui no plenário. Não consigo encontrá-lo, mas ele está aqui. O que ocorre? Enquanto vamos expor empresas nossas, Senador Mercadante, os concorrentes canadenses, que protegem as suas empresas no parlamento, vão bater palmas. Acho que essa questão tem até de ser discutida – e pode ser discutida –, mas jamais numa audiência pública; não é o cenário adequado. Daí por que faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do Governo, e ao Senador Suplicy, para que reflitam sobre convocações dessa natureza. A Embraer está acima das questões políticas. A Embraer é um patrimônio; é uma das jóias da nossa coroa. E, num momento como este, tem de haver um esforço, para protegê-la. Evidentemente, quero crer que as demissões feitas não foram do bom grado dos dirigentes da Embraer, até porque a diminuição de funcionários reduz a sua produção, e a redução da produção é um sinal de pelo menos diminuição de lucros. Daí por que faço esse apelo e peço que haja uma reflexão...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – (...) sobre a conveniência dessa audiência pública. Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Eu agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Realmente, não podemos expor empresas como a Embraer ao ridículo de participar de uma audiência pública que não vai dar, única e exclusivamente, em nada; essa é mais uma demonstração que a Casa pode dar de falta de conhecimento da administração de uma empresa como a Embraer.

Então, se se quiser fazer política com esse tipo de assunto, pode-se fazer daqui, discursando, mas

não expondo os dirigentes dessa grande empresa a essa situação.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senador Papaléo...

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Concluirei e logo concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, em sua análise, o jornal *O Estado de S. Paulo* observa:

Lula e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reiteraram várias vezes, desde o começo do ano, a aposta no crescimento econômico próximo a 4% em 2009. No segundo semestre do ano passado a previsão oficial ainda era de 4,5%.

No entanto, ainda lembra o jornal: “O orçamento aprovado no Congresso, no fim de 2008, saiu com uma estimativa de crescimento de 3,5%, menos otimista que a do Palácio do Planalto, mas ainda considerada excessiva por muitos analistas...”

Para quem acompanha com responsabilidade os rumos da economia brasileira, será conveniente uma reflexão sobre este outro trecho do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*: “[...] Se a previsão divulgada – a acentuada queda do PIB – estiver correta, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá neste ano [Senador César Borges] apenas 1,2%. Há quatro semanas, projetava-se a expansão de 1,7%”.

E mais, para servir de alerta ao Governo: “[...] E Isso não é tudo. Os economistas de bancos e consultorias agora estimam para a produção industrial uma contração de 0,04% (mediana das projeções)”.

E quero aqui, Sr. Presidente, em nome do PSDB, do povo brasileiro e dos políticos sérios, que analisam a questão política e econômica deste País com responsabilidade, dizer que o meu pronunciamento é, sim, de alerta ao Governo e principalmente à população brasileira, que está sendo, como diz o povo, enrolada na informação que deveria ir corretamente até ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*





## Fundado em 1875

Julio Mesquita (1881-1927)  
 João de Almeida Filho (1927-1969)  
 Francisco Mesquita (1927-1969)  
 Luiz Vitor de Carvalho (1969-1970)  
 José Vitor de Carvalho (1969-1996)  
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
 Luiz Vitor de Carvalho (1969-1996)  
 Nelson Figueira (1975-1984)  
 Nelson Figueira (1975-1984)  
 Paulo Barreto (1927-1983)

## Conselho de Administração

**Presidente**  
 Aurélio de Almeida Prado Cidade

**Membros**  
 Fernando Lara Mesquita  
 Francisco Mesquita Neto  
 Júlio César Mesquita  
 Patrícia Maria Mesquita  
 Roberto C. Mesquita

## Opinião

**Editor de Opinião** Ruy Mesquita  
**Editor Responsável** Antonio Carlos Pereira

## Informação

**Editor de Informação** Ricardo Gandour  
**Editor-Chefe e Responsável** Roberto Gazi

## Administração e Negócios

**Director Superintendente** Célio Virgínio dos Santos Filho  
**Director de Mercado** Jomair Odmar Almeida Filho  
**Director de Operações** Rubens Prata Jr.

## NOTAS &amp; INFORMAÇÕES

## O orçamento em perigo

A crise econômica chegou ao Tesouro Nacional, derrubando a arrecadação de impostos e contribuições, mas o governo ainda não sabe como ajustar suas contas à nova realidade. Em janeiro e fevereiro, a receita ficou 12,2% abaixo do valor previsto no orçamento, segundo informações exclusivas divulgadas ontem no Estado. A perda resultou não só do corte do imposto sobre os automóveis, destinado a animar os consumidores a ir às compras, mas também da redução da atividade na indústria e no comércio. A produção industrial de janeiro foi 17,2% menor que a de um ano antes e só ultrapassou a de dezembro porque no fim do ano as fábricas de veículos estavam praticamente paradas. Técnicos federais estimam para o ano uma perda acumulada de receita de R\$ 40 bilhões, se a economia reagir no segundo semestre. Na pior hipótese, o governo poderá recorrer R\$ 64 bilhões a menos que o programado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reiteraram várias vezes, desde o começo do ano, a aposta num crescimento econômico próximo de 4% em 2009. No segundo semestre do ano

passado a projeção oficial ainda era de 4,5%. O orçamento aprovado no Congresso, no fim de 2008, saiu com uma estimativa de crescimento de 3,5%, menos otimista que a do Planoalto, mas ainda considerada excessiva por muitos analistas. Desde a sanção da lei orçamentária pelo presidente Lula os cálculos produzidos no mercado financeiro e nas consultorias econômicas foram revisados várias vezes, sempre para menos. Essas previsões são coletadas semanalmente pelo Banco Central (BC), por meio da pesquisa Focus. Se a previsão divulgada ontem estiver correta, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá neste ano apenas 1,2%. Há quatro semanas projetava-se uma expansão de 1,7%. E isso não é tudo. Os economistas de bancos e consultorias agora estimam para a produção industrial uma contração de 0,04% (mediana das projeções).

Em outras palavras, a principal fonte de dinamismo da economia brasileira terá um péssimo desempenho, segundo os cálculos correntes no mercado. Mesmo que o resultado final seja melhor que o previsto, 2009 será sem dúvida

da um ano excepcionalmente difícil e o governo não se preparou para isso.

O presidente e o ministro da Fazenda reafirmam quase todo dia a disposição de investir em obras para animar a economia. Também repetem a promessa de manter os gastos sociais. Mas não explicam como poderão fazê-lo num período de arrecadação muito magra.

Mas o problema não decorre só da incerteza quanto à receita fiscal de 2009. O governo terá muita dificuldade para remanejar o orçamento. Se tivesse condições de fazê-lo, poderia reforçar as despesas mais produtivas e com maior potencial de criação de empregos. Seu espaço de ação é no entanto muito limitado, porque o presidente da República repetiu, em 2008, as bem conhecidas imprudências de sua administração. Eleitou os gastos com o funcionalismo e comprometeu-se com mais um grande aumento do salário mínimo, desta vez de 12%. O novo mínimo de R\$ 465 imporá ao governo federal gastos adicionais de R\$ 8,5 bilhões neste ano, principalmente pelo impacto nas contas da Previdência.

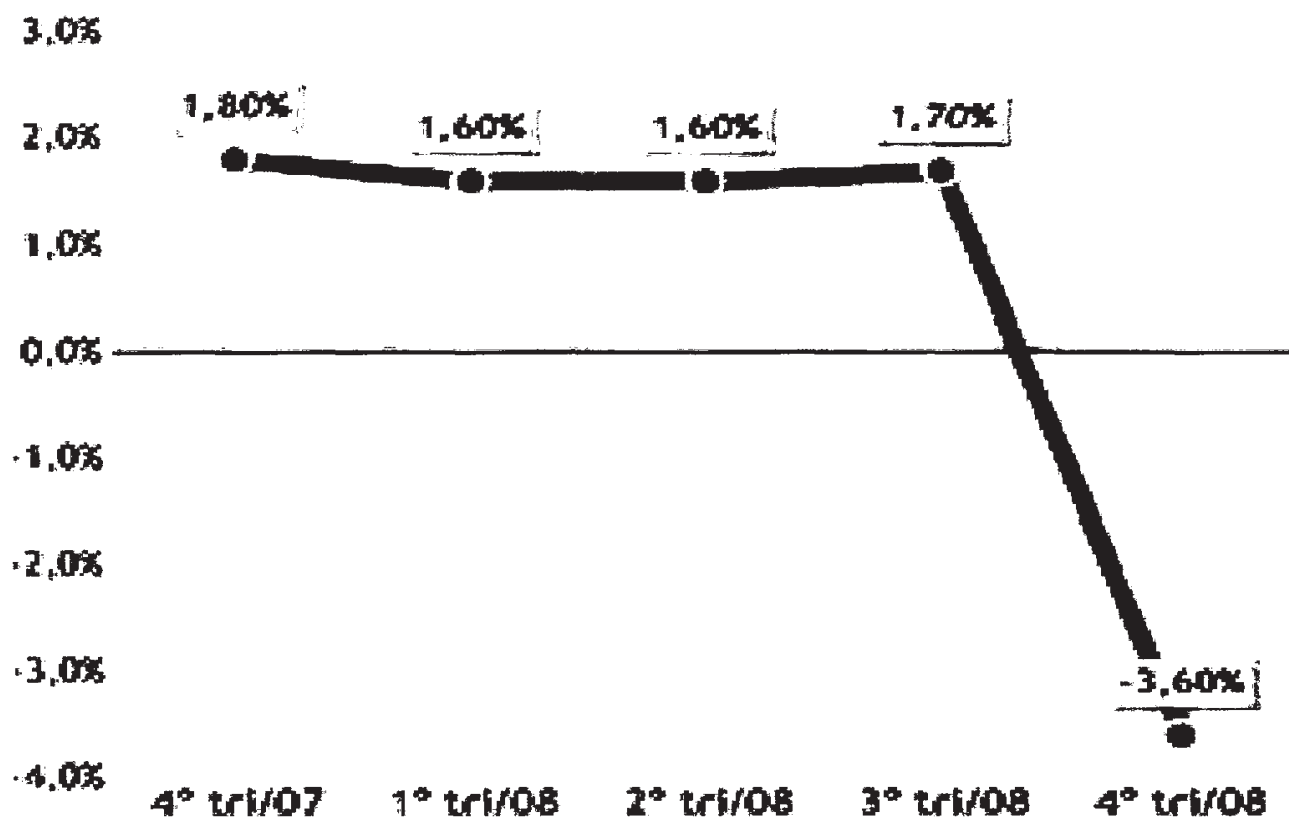


A receita do primeiro bimestre ficou cerca de R\$ 11 bilhões abaixo do estimado para o período. Se a economia brasileira for tão mal quanto indicam as projeções da pesquisa Focus, o governo terá muita dificuldade para obter o superávit primário programado para o pagamento de juros. De fato, terá de reduzir muito esse resultado para evitar uma grave paralisa de suas atividades. Sua alternativa seria fazer um enorme esforço em busca de eficiência, adiando contratações, evitando a reposição de pessoal e remanejando o máximo possível de despesas. Isso exigiria uma competência administrativa e uma disposição política nunca demonstradas pelo governo do PT.

Com a crise, aumentam as pressões para uma rápida redução de juros. Isso permitiria, argumenta-se, uma grande economia nos gastos com a dívida pública. Mas a função básica da política monetária é evitar a inflação. Se a condição dos preços for considerada segura, o Comitê de Política Monetária poderá cortar os juros mais velozmente, para facilitar a reativação dos negócios e deter o desemprego. Mas não é seu papel socorrer o Tesouro Nacional comprometido pela imprudência de um Executivo gastador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

## Desempenho do PIB trimestral



Arte/estadão.com.br

◀ 1 2 3 ▶

Tombo no final de 2008 é pior do que se esperava

*As discussões proferidas*  
*Tapaleto*

Sen: Tapaleto

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos, após pronunciamento do Senador Papaléo Paes, que mostrou suas preocupações com a economia do nosso País e advertiu o Governo, convidamos para usar da palavra, de acordo com a documentação que chega à nossa Mesa, como Líder do PR, o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje tivemos aqui pronunciamentos todos dentro de uma mesma linha – se não dentro de uma mesma linha, todos muito parecidos com relação à preocupação que assola a Nação brasileira: a grave crise internacional, que não é nossa, que veio de fora e de cuja realidade não há como apartar o País.

Então, é uma crise profunda. Pode até ser um dever de ofício ser otimista e desejar que a crise não se aprofunde e que seja resolvida o mais rapidamente possível; acho que todos nós devemos fazer esse esforço de otimismo. Entretanto, a prudência manda que as medidas sejam tomadas, porque os analistas internacionais e nacionais prevêem um quadro muito ruim para a economia internacional e, lamentavelmente, também para a economia nacional.

No dia de hoje, o assunto dominante na imprensa foi exatamente o anúncio, pelo IBGE, da queda do Produto Interno Bruto brasileiro no último trimestre do ano passado, 2008. E por aí começo, Sr. Presidente. A minha preocupação é exatamente com os efeitos dessa crise financeira, que lamentavelmente já grassam em todo o País.

Essa redução do PIB de 3,6% no quarto e último trimestre de 2008, quando comparada com o desempenho do terceiro trimestre do mesmo ano, foi o pior da série histórica do IBGE, iniciada em 1996.

Esse número foi inclusive objeto de declaração do Senhor Presidente da República, que mencionou que essa queda foi um sinal vermelho acendido. De fato, a redução foi acima das expectativas do mercado, que falava em queda de 2%, e já obrigou o Governo, por meio do Ministro da Fazenda, que deu entrevista hoje à tarde, a rever o crescimento do PIB em 2009 para 2%. Quiçá seja de 2%, porque já há quem diga que o crescimento pode ser de 1,2%, e os mais pessimistas falam até em recessão sem crescimento.

É claro que esse desaquecimento atinge o País fortemente; atinge, de forma incisiva e inquietante, a economia e o emprego em todo País; atinge os municípios brasileiros e não poderia também deixar de atingir os Estados brasileiros. E o que trago hoje aqui, nesta tarde, é a preocupação com o meu querido Estado da Bahia, a quarta maior população do País, 13

milhões de habitantes, que precisam de investimentos, de emprego, de renda. E, lamentavelmente, o que se verifica hoje é que, no Estado da Bahia, há uma significativa queda da produção industrial, que, segundo a Confederação Nacional da Indústria, deverá fechar 2009 no vermelho.

Como um dos representantes do meu Estado nesta Casa, não posso me furtar de evidenciar e de fazer repercutir a evolução dos indicadores econômicos mais recentes do meu Estado, que, se por um lado reflete a queda da atividade econômica que atinge a economia mundial e que não deixa naturalmente a Bahia incólume, por outro mostra expectativas que não me parecem nada promissoras diante da falta de ação do próprio Governo do Estado em adotar medidas, à semelhança de outros Estados brasileiros, que possam minorar efetivamente os efeitos sociais dessa crise financeira internacional, que atinge o nosso País e também o meu Estado, a Bahia.

Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de destacar a enorme queda de arrecadação do ICMS pelo terceiro mês consecutivo.

Segundo apuração do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, IAF Sindical, o ICMS da Bahia tem caído nominalmente, ou seja, não se está conseguindo nem repetir os valores arrecadados em 2008. Somente no mês de fevereiro, o IAF Sindical estima uma redução de R\$90 milhões, e, se corrigida pela inflação, essa queda alcança R\$158 milhões.

Segundo o mesmo estudo, a perda de arrecadação acumulada entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, em termos nominais, já alcançou R\$164 milhões, o que levou o especialista que coordenou esse trabalho a afirmar que este “é o período mais crítico da história do ICMS na Bahia desde sua criação com a Constituição de 1988, e na própria história do antigo ICM”, que era a denominação desse Imposto antes da Constituição de 1988.

Sem dúvida, Sr. Presidente, isso reflete a queda da atividade econômica e a redução na disponibilidade de crédito. A Bahia, como um dos Estados mais industrializados do País, tem sofrido com mais intensidade os efeitos dessa retração econômica. E nunca é demais dizer aqui que esse efeito não atinge apenas o Estado e as finanças do Estado, mas vem atingindo também a capacidade de investimento do Estado e o repasse aos municípios, que estão perdendo duplamente. Perdem porque o Fundo de Participação tem diminuído, por conta das reduções do IPI para manter o nível de emprego e a economia ainda funcionando – em nível, por exemplo, do Parque Industrial Automobilístico, que é uma medida correta, mas que é uma perda efetiva para os municípios -, e também porque,

reduzido o ICMS, reduz-se a participação dos municípios em 25% desse imposto, que é muito importante para muitos municípios.

No último trimestre de 2008, a produção industrial da Bahia caiu 5,5%, cotejado com o mesmo período de 2007, impulsionado, sobretudo, pelas quedas nos segmentos de veículos automotores (43%) e produtos químicos (22%). Somente em dezembro, o decréscimo na produção industrial foi 14%.

Um exemplo representativo dessa crise é a queda de 50% no volume de vendas, desde setembro de 2008, da única produtora da América Latina, localizada em Camaçari, de pigmento de dióxido de titânio, matéria-prima utilizada na produção de tintas, plásticos, cosméticos e diversos outros produtos usados principalmente pela indústria automobilística e pela construção civil.

O indicador de movimentação econômica em Salvador, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, caiu 3% em novembro e 5% em dezembro. Isso na cidade de Salvador.

Em razão do choque do crédito, a taxa de inadimplência na Bahia, representada pela devolução dos cheques sem fundos, cresceu 17% em janeiro se comparado com o mesmo mês do ano passado.

Sr. Presidente, lamentavelmente, a deterioração dos indicadores não para por aí. Uma das faces mais cruéis e graves da crise é o aumento do desemprego.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Peça a V. Ex<sup>a</sup> só um instante, para que nós possamos prorrogar a sessão por mais sessenta minutos. V. Ex<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – E eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que me dê mais uns cinco minutos para eu concluir o meu pronunciamento, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas eu falava sobre a parte mais dura desta crise, mais cruel: o desemprego. A taxa de desemprego em Salvador e região metropolitana ficou em 11,2% em janeiro deste ano, o que representa um aumento de 1,2 ponto percentual em relação a dezembro.

Salvador e região metropolitana apresentaram as maiores taxas de desocupação no mês passado entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. A capital baiana foi a única a registrar desemprego em dois dígitos, contra 9,4% em São Paulo, 8,6% em Recife e assim por diante.

No entanto, o que é mais grave nesse quadro é o crescimento do chamado desemprego oculto, ou seja, aquelas pessoas que, por desalento, desistem de procurar emprego. De outubro do ano passado até janeiro último, o percentual de desempregados na região metropolitana de Salvador, aqueles que desistiram de buscar um espaço no mercado de trabalho, cresceu 87%. Ao todo são 45 mil baianos que estão nessa situação de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Com aumento do desemprego, a renda real do trabalhador baiano ficou em torno de mil reais em janeiro, o que representa uma queda de 6% na comparação com dezembro. O rendimento apurado no mercado baiano ainda ficou abaixo da média das seis metrópoles componentes da Pesquisa Mensal do Emprego, que registrou uma média de R\$1,3 mil.

A ausência de perspectivas sobre as oportunidades de emprego e as expectativas pessimistas sobre a conjuntura econômica acabam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desestimulando as pessoas a buscarem trabalho, desestimulando os empresários a investirem e desestimulando até os consumidores a gastarem. Sr. Presidente, é um círculo vicioso que, lamentavelmente, vai paralisando ou diminuindo, de forma acentuada, o ritmo da economia.

Nesse cenário de estagnação econômica, é fundamental a intervenção dos governos na tentativa de reverter esse quadro. Temos de realçar que o Governo Federal tem reagido com diversas medidas, tanto do ponto de vista do crédito como da redução das alíquotas de impostos. Houve, por exemplo, redução do IPI para os automóveis – senão seria um desastre completo no nível da indústria automotiva, que, sem sombra de dúvidas, é o carro-chefe industrial e que arrasta uma série de outros serviços demandadores de emprego e de mão-de-obra –, houve alívio no Imposto de Renda e até a possibilidade de aumento nas parcelas do seguro-desemprego e também liberação de saques nas contas do FGTS. Também foi anunciado recentemente um pacote para a construção civil, que nós desejamos ardentemente que dê certo, porque, na construção civil, emprega-se a mão-de-obra de trabalhadores brasileiros menos qualificados e que precisam ter suas oportunidades de emprego. Não pode haver uma queda brusca na construção civil, que será, sem sombra de dúvida, desastrosa para o emprego no Brasil.

Por outro lado, até o momento, o que nós queremos é que se somem aqui às ações do Governo Federal ações também do Governo Estadual. Nós assistimos a diversos Estados brasileiros lançarem programas de



investimento, de redução de tributos, de parcelamento de dívidas, de parcelamento de pagamento de tributos, como o ICMS. Mas acho que o Governo da Bahia tem que entrar mais fortemente nessa luta, pois ele tem agido de forma tímida para aliviar os efeitos da crise sobre a população baiana. Pelo que eu sei, Sr. Presidente, para fazer justiça, vi o Governador anunciar o parcelamento do pagamento do ICMS, mas concentrado apenas no setor metalúrgico. Precisa alcançar outros setores, não só da indústria, mas também do comércio. É necessária uma ampla prorrogação de pagamento de impostos,...

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> pediu cinco minutos, que foram concedidos. Vou dar dois minutos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado pela sua generosidade, Sr. Presidente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – ...a desoneração do ICMS, anistia de multas de débitos tributários, e é preciso focar principalmente em investimentos públicos e no corte de gastos e custeios. São providências que vários Estados – Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco – já estão tomando, e, no caso da Bahia, infelizmente, não se observa um movimento maior, semelhante, em termos de magnitude de recursos e abrangência dos setores alcançados.

Nesse momento de crise, em que é fundamental se preservarem os empregos e a renda da população, exige-se mais firmeza e uma atitude mais afirmativa das autoridades, sejam federais, sejam estaduais – e aqui eu estou falando especificamente para a Bahia. As autoridades estaduais precisam conduzir uma política de intervenção pública contundente, facilitando os empreendimentos e facilitando a criação de empregos. Uma política que aumente os investimentos públicos, que desonere os setores estratégicos da economia e que recupere a confiança dos trabalhadores e dos empresários no futuro da economia.

O momento, Sr. Presidente, é de ação, e não de hesitação, senão os efeitos da crise serão muito danosos à nossa população.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Para fazer uma breve e urgente comunicação, convidamos a utilizar da palavra o Senador Dornelles. Em seguida, falará o Senador Mão Santa e, depois, V. Ex<sup>a</sup>.

A palavra está concedida a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Tribunal Regional Federal da 2ª Região pela eleição ocorrida no dia 5 de março, em que se elegeu o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral para o biênio 2009/2011. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região honra o Poder Judiciário do País, e os Desembargadores eleitos Paulo Espírito Santo, Vera Lúcia Lima e Sérgio Schwaitzer, pela sua competência e qualificação, merecem o respeito do mundo jurídico do País. Estou certo de que a gestão dos Desembargadores eleitos constituirá um marco na história do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Pessoalmente – e estou certo de representar o sentimento do Senado Federal –, desejo aos Desembargadores eleitos muito sucesso no cargo que vão ocupar e na administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Dornelles falou pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Senador pediu, devido à urgência, a palavra pela ordem. Foi concedida a palavra para uma breve comunicação. O próximo orador é o Senador Mão Santa; em seguida, V. Ex<sup>a</sup> falará, como Líder.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – S. Ex<sup>a</sup> está inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está inscrito. Está aqui. V. Ex<sup>a</sup> pode vir até a Mesa. O Senador Mão Santa tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Mas, se S. Ex<sup>a</sup> está com tanta pressa, posso ceder.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Como V. Ex<sup>a</sup> está com pressa, e o Senador cedeu a sua vez, V. Ex<sup>a</sup> pode falar como Líder, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Estou inscrito como Líder há duas horas, e, nessas duas horas, só falou um orador inscrito e, agora, um Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, V. Ex<sup>a</sup>, por gentileza, use da tribuna e use o tempo que V. Ex<sup>a</sup> tem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, metade do tempo que foi concedido ao Líder da Oposição estaria muito bom para o debate. Ouvi aqui



a intervenção do Líder da Oposição, falando como Líder, por uma hora e meia, discutindo a crise, mas, de qualquer forma, vou buscar ser mais objetivo, apesar da complexidade do tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Mas, quando V. Ex<sup>a</sup> necessitar de tempo, a Mesa também fará a concessão devida.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Está ótimo! Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos atravessando a mais grave crise econômica e financeira – eu diria – desde 1929. Comecei a estudar Economia na Universidade de São Paulo (USP) em 1973 e, nesses 37 anos, seguramente, não assisti a nada próximo do que a crise que atingiu as principais economias do planeta ao longo desse último período.

A rigor, essa crise se inicia em fevereiro de 2007. Em fevereiro de 2007, a crise no setor imobiliário já estava presente. O Banco HSBC já anunciava um prejuízo de US\$10 bilhões. Os indicadores de desaceleração da economia começavam a se manifestar. Os economistas mais atentos já advertiam para bolha imobiliária e para a bolha no mercado de capitais. Essa crise foi se aprofundando sem resposta adequada especialmente do Governo americano, sobretudo com o fundamentalismo de mercado, com a ausência de mecanismos de prudência, de regulação e de controle do Sistema Financeiro e com uma política monetária totalmente permissiva por parte do Banco Central americano.

Aqui, faço uma advertência: se o Senado americano tivesse sido historicamente mais exigente com o FED, com o Banco Central, com a gestão de Alan Greenspan, teríamos outro cenário internacional. Essa tese de os burocratas do mercado financeiro e do Banco Central terem um pretenso saber que não permite o debate democrático seguramente não é um bom caminho para a história econômica. E o que estamos vivendo já é uma das lições importantes.

Havia a ideia de que o mercado se autorregulava, de que não eram mais necessários os mecanismos de prudência de Basileia, de que a alavancagem dos bancos não precisava ter limite por que eles tinham capacidade de autorregulação com novos instrumentos, como os derivativos. Ora, só de derivativos são quase 800% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Oito vezes mais do que o planeta produz é o volume de papéis que essa indústria financeira jogou no mercado, muitas vezes sustentado pelas agências de risco, que davam garantia total ao credor. Mas, evidentemente, não havia lastro nenhum na base produtiva, na economia real, na vida concreta de quem produz um pé de sapato, um parafuso ou um quilo de milho. A dinâmica, a financeirização da economia foi ganhando proporções

que fogem à capacidade dos Estados nacionais de administrarem, por meio dos instrumentos tradicionais da política econômica, a crise que aí está.

Olhem alguns indicadores. Os Estados Unidos já demitiram 4,5 milhões de pessoas – são 4,5 milhões de trabalhadores desempregados, 600 mil a cada mês. O índice de desemprego vem crescendo mês a mês. A economia americana produzia um milhão de veículos; está produzindo 500 mil. A queda foi de 50% no prazo entre setembro e agora. Exatamente em 15 de setembro, quando o Banco Central americano permite a quebra do Lehman Brothers, com uma moratória de US\$630 bilhões, gera-se um pânico, instala-se a crise de confiança, e a crise muda de patamar: vira uma crise financeira global, vira uma crise econômica global e atinge o Brasil. O Brasil, que estava preservado até agosto, o Brasil, que não se envolveu com *subprime*, o Brasil, que tinha mecanismos de prudência bancária mais rigorosos, o Brasil, que não estava exposto a essa instabilidade financeira, a essa irracionalidade econômica, como boa parte da economia mundial, é atingido a partir de 15 de setembro.

A recessão se instala na economia americana, não só no desemprego, na queda de produção, mas, sobretudo, na insolvência dos grandes bancos. O Citibank, o maior banco do mundo, valia US\$250 bilhões em agosto do ano passado; na sexta-feira passada, valia US\$4 bilhões, num cenário em que o governo americano já comprou 40% das ações do banco. O segundo investidor, o segundo controlador tem 7%. E é um banco extremamente pulverizado. O Citibank já foi nacionalizado. Na realidade, já está sob o controle do governo americano, apesar de não ser assumido nessa condição. Isso demonstra a gravidade da crise.

Uma empresa como a General Motors (GM), que, durante 90 anos, foi a maior empresa de automóveis do mundo, já declarou a possibilidade da falência. Os auditores já apontaram a inviabilidade da empresa nas condições do volume de débito e da capacidade dela de gerar caixa para superar essas condições.

Portanto, é uma crise de grandes proporções. Só nos Estados Unidos, o PIB já caiu 6,2%; e, no Japão, 5%. O índice da Ásia começa a se aproximar desse patamar. Praticamente todos os países do leste europeu já estão batendo às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que não tem recursos disponíveis para abrigar o volume de países que precisarão de socorro financeiro. A União Européia, na semana passada, pediu para dobrar o aporte de recursos ao FMI de US\$250 bilhões para US\$500 bilhões, e, hoje, o Fundo já pede mais US\$500 bilhões. Por quê? Porque esses países do leste europeu estavam profundamente endividados, não tinham reservas cambiais em caixa e,

portanto, não têm resposta no momento da crise especialmente por que são economias prioritariamente voltadas para exportações. O comércio mundial caiu 45% ao longo desse período.

Essa crise tem a dimensão da crise de 1929. Em 1929, o Presidente Hoover, não entendeu a natureza da crise americana, a natureza da crise internacional. E as primeiras medidas econômicas patrocinadas pelo governo americano foram especialmente o protecionismo. Quadruplicaram as barreiras de importação da economia americana. A resposta dos outros países do mundo foi exatamente aprofundar o protecionismo. Se há uma coisa que temos de aprender na vida pública é que, quando a gente cai no buraco como a economia mundial caiu agora, a primeira coisa é largar a pá, porque, se continuarmos cavando, vamos aprofundar a crise, como aconteceu em 1929.

Os sinais do protecionismo estão presentes no pacote de Obama, que é uma grande esperança de renovação política internacional, mas as medidas iniciais, apesar do tamanho do pacote, do esforço do governo, são absolutamente insuficientes para enfrentar essa crise. Não pode haver protecionismo econômico.

A Argentina é um país que tem um superávit comercial com o Brasil de US\$4,3 bilhões, o segundo maior superávit comercial do Brasil hoje – o primeiro é o obtido com a Venezuela. Quando a Argentina começa a tomar medidas protecionistas com o Brasil, este não pode responder com retaliação imediata à Argentina. Por quê? Porque a pauta de exportações da Argentina é de 8%, os Estados Unidos representam 8% das exportações da Argentina. O Brasil representa 16%. O Brasil é duas vezes mais importante para a Argentina do que a economia americana. Se tomarmos medida de retaliação imediata, como pede a Fiesp, vamos agravar a crise argentina, vamos agravar a crise econômica do Brasil, vamos deixar de vender para a Argentina, que, seguramente, deixará de vender para o Brasil. Isso já está acontecendo. As nossas exportações caíram 20% nessa crise. A queda no comércio mundial foi de 45%. As nossas importações caíram 30%. Mas, para a Argentina, o que deixamos de vender e de comprar está próximo à queda no mercado mundial. Portanto, estamos aprofundando a crise em uma região em que nos interessa a estabilidade.

O Brasil precisa mudar de atitude, precisa pensar parceria, precisa pensar integração. A resposta à crise é mais integração. A resposta à crise é mais Mercosul. A resposta à crise eu vi hoje no encontro do Presidente Lula com o Presidente Tabaré Vázquez: R\$100 milhões de investimentos do Brasil no Uruguai através da Petrobrás; a construção de uma nova ponte de integração entre os dois países em termos de infraestrutura; dobrar

os recursos do Focem, que é esse fundo de compensação das assimetrias que existem no Mercosul, para diminuir a desigualdade entre o Brasil e os pequenos países, como Uruguai e Paraguai. Precisamos pensar linha de crédito em reais para que Argentina, Uruguai e Paraguai possam comprar os produtos brasileiros, porque são países que estão com grande dificuldade de financiamento e que não têm resposta econômica e os instrumentos que o Brasil tem.

Fico feliz de o Brasil estar inaugurando uma agência internacional do BNDES no Uruguai, de criarmos linhas de financiamento para poder aprofundar a integração econômica. A resposta à crise é mais integração, é mais parceria, é mais colaboração.

É evidente que nós precisamos ter instrumentos de defesa contra o comércio predatório, porque esse excedente de produtos da economia mundial viola regras do comércio que o Brasil não pode aceitar, não deve aceitar e tem amparo da Organização Mundial do Comércio para não aceitar.

Fico muito feliz quando vejo o Secretário-Geral da Organização Mundial do Comércio dizer: “O Brasil é um exemplo de atitude na crise”. Pascal Lamy diz: “O Brasil é a referência da atitude que nós esperamos da economia mundial”, porque o tempo nos dará razão, o protecionismo de 29 fez com que o comércio mundial, em quatro anos, fosse um terço do que era em 29. E não veio só o protecionismo em 29. Em 29, veio um nacionalismo exacerbado; veio a xenofobia daqueles que rejeitavam os estrangeiros, como começa a acontecer na Inglaterra, onde há manifestações dizendo “Emprego só para inglês”, “Fora os estrangeiros”; ou como no governo de Berlusconi... Impacta-me o silêncio nesta Casa daqueles que não enxergam parte dos problemas que nós temos! O governo Berlusconi acaba de aprovar uma lei em que os médicos italianos são obrigados a denunciar os imigrantes que não tenham a legalização. Que Medicina é essa? Que mundo eles esperam construir com essas atitudes?

Essas são as sombras de 29, porque a xenofobia e o nacionalismo foram o que inspiraram as lideranças que encontraram a saída da crise. Porque Hitler não existia em 29. Em 1934, ele teve 88% dos votos na Alemanha. Mussolini se consolidou como liderança na Itália. No Japão aconteceu a mesma coisa. E o revanchismo da Primeira Guerra Mundial e o impacto da Crise de 29 se desdobraram numa corrida armamentista, que foi a saída da Crise de 29. A corrida armamentista, a disputa de um lugar ao sol, o revanchismo, o sentimento nacionalista levaram à Segunda Guerra Mundial. A verdadeira resposta à crise foi a Segunda Guerra Mundial. Foram 20 milhões de pessoas assassinadas, foi a perseguição aos judeus! Essa foi a cul-

tura que se gerou em 29, e que temos de combater a cada dia, dizendo que precisamos de governabilidade global, de parceria, de integração, de soluções em que os países se juntem para enfrentar essa crise.

Portanto, faz muito bem o Presidente da República, o Presidente Lula, com o prestígio que o Brasil construiu hoje, de se sentar no sábado que vem com o Presidente Obama, que tem imensa responsabilidade, porque ali o sistema financeiro quebrou; ali dez mil pessoas estão entregando as casas todos os dias porque estão inadimplentes e não têm como pagar o financiamento que tinham; ali já há 4 milhões e meio de empregos... No caso da economia americana, estamos falando de 25% da economia mundial. Nós somos 2%. Quando vemos o que acontece no Japão, na União Européia e nos Estados Unidos, uma crise dessa proporção, temos que ter a convicção de que este país não só atrasou o impacto dessa crise, como amenizou o seu impacto. Ela é muito menor no País do que está acontecendo no coração do capitalismo industrial – Europa, Estados Unidos e Japão. Muito menor! Muito menor porque fomos prudentes; muito menor porque construímos fundamentos macroeconômicos sólidos; muito menor porque o Brasil tinha US\$230 bilhões de reservas. Eram US\$200 bilhões de reservas cambiais e US\$30 bilhões de *swap* reverso. E, na hora em que a crise cambial veio, e o real se desvalorizou, diferente das pequenas crises que vivemos em anos anteriores, como a do México, a da Rússia, a da Argentina e da Malásia, quando um vento batia aqui e o País desmoronava, o dólar disparava, a dívida pública crescia, o Banco Central saía aumentando brutalmente a taxa de juros, o Governo aumentava a carga tributária, cortava gastos, a recessão se aprofundava. Por quê? Porque nós estávamos vulneráveis nas contas externas e porque quem monitorava a política econômica era o FMI, o mesmo FMI que hoje está entrando na Polônia, na Romênia, na Eslovênia.

Todo o Leste Europeu está batendo às suas portas dia a dia porque eles estão vivendo o que a América Latina viveu no começo dos anos 80. Aqui, não. Nós não só temos liberdade para dirigir a nossa economia... Não precisamos do FMI, talvez possamos ajudá-lo a encontrar soluções novas porque ele tem que se reestruturar na forma de pensar e de agir. Aqui, diferente dos anos 80, o Brasil continua tendo US\$200 bilhões em caixa. O Governo acaba de pegar US\$36 bilhões das reservas para dar linha e segurança para os bancos internacionais rolarem a dívida de todas as empresas brasileiras que têm dívida em dólar a serem roladas este ano. Não há crédito no mercado internacional. Os grandes bancos internacionais não voltarão tão cedo ao mercado.

O Lloyds Bank, que foi estatizado esta semana pelo Governo Gordon Brown, na Inglaterra, é um banco que foi credor do Império brasileiro. O Lloyds Bank foi credor do Império brasileiro há duzentos anos e quebrou nessa crise, como quebrou o maior banco do mundo.

Aqui, não tem um único banco quebrado. O sistema financeiro brasileiro está sólido. E fico muito feliz. Depois de tantos anos tentando dizer que nós não tínhamos que privatizar o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES, o *The Economist* esta semana diz: “O Brasil tem uma inserção diferenciada porque tem um setor público financeiro forte e consolidado”. Trinta e sete por cento do sistema financeiro brasileiro é BNDES, Caixa e Banco do Brasil, e, com essa capacidade de financiamento, nós conseguimos prover parte do crédito que o setor privado, especialmente internacional, já não dá, e não poderá dar tão cedo. Cem bilhões de reais a mais de aporte de recursos no BNDES. Caixa e Banco do Brasil aumentaram em 13% o volume de crédito de setembro para cá, substituindo a banca internacional, substituindo os médios e pequenos bancos cuja equação não está resolvida.

O Governo, por intermédio do Banco do Brasil, comprou metade do Votorantin. O Banco Votorantin são R\$82 bilhões, um banco médio, e é o banco que financiava o mercado usado de automóveis. Ouvi aqui vários Senadores questionando: por que ajudar a indústria automotiva a sair da crise? Porque a indústria automotiva é a indústria da indústria, é a indústria que mais encomenda para trás. Atrás do automóvel tem siderurgia, mineração, máquinas, equipamentos, têxtil, vidro, eletroeletrônica, borracha. Então, ela puxa toda uma cadeia produtiva e é o setor que, para frente, também estabelece revendas, combustíveis, oficinas. Portanto, essa é uma indústria que, quando cai, arrasta o conjunto da indústria, como está acontecendo nos Estados Unidos. Aqui, não. Aqui, não.

Produzíamos, em fevereiro do ano passado, 216 mil automóveis; produzimos, no mês passado, 201 mil automóveis. Praticamente voltamos ao mesmo patamar, que não tinha no último trimestre. Por isso a queda do PIB no último trimestre foi muito forte, porque chegamos ao patamar de 100 mil veículos por mês. Já voltamos a 200. Nessa primeira semana de março, a venda de automóveis cresceu 16%. Se mantivermos essa batida, vamos voltar a produzir exatamente o que produzíamos antes da crise.

A indústria de caminhões começou a voltar, mas a de ônibus ainda não. Precisamos de um programa de financiamento de ônibus com as prefeituras para melhorar o transporte coletivo, para ajudar esse segmento



importante da indústria automotiva a manter emprego, a manter produção e alavancar o crescimento.

O Governo desonerou IPI e as pessoas falam que tem que voltar a subir. Só pode voltar a subir na hora em que a demanda se consolidar, que as vendas se sustentarem. Se acham que isso vai garantir o FPM e o FPE, não vai, porque sem produzir não tem arrecadação. E, se você tira o imposto do carro final, não quer dizer que todos os outros setores da economia que estão associados à indústria automotiva não estejam gerando impostos e não estejam melhorando a capacidade de arrecadação do FPE e do FPM.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o sistema financeiro brasileiro é sólido. Ainda que o crédito não tenha voltado totalmente, nas ACCs, no crédito externo, já voltou 95%.

As empresas brasileiras, as grandes, que perderam financiamento lá fora, porque não existe mais, tiveram que suprir a sua necessidade de crédito internamente, prejudicando médias e pequenas empresas. Nós precisamos de novas atitudes para irrigar o crédito para as médias e pequenas empresas e, sobretudo, para resolver o problema de bancos pequenos e médios, que não está resolvido.

Quero falar de outra vantagem comparativa do Brasil. Além das reservas cambiais e do sistema financeiro sólido – e a liquidez está voltando, não como era antes da crise, mas já voltou de forma significativa, muito melhor em março do que era no último trimestre do ano passado –, nós temos uma melhora nas contas públicas. A dívida pública caiu...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mercadante, V. Ex<sup>a</sup> estende e engrandece esta tribuna e, portanto, tem o direito de concluir dizendo quanto tempo necessita.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Acho que, com mais cinco minutos, concluimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Vou procurar não usar os dez minutos e buscar concluir.

A outra característica da resposta do Brasil, como é que o Brasil criou uma linha de defesa a essa crise, é que a dívida pública brasileira, pela primeira vez na História, quando há desvalorização do câmbio, não está indexada ao câmbio. Então, quando o real se desvalorizou, o Governo era credor de US\$230 bilhões. O que aconteceu com a dívida pública? Caiu 5,9% do PIB. A nossa dívida pública, que era de 52% do PIB em 2002, hoje é 36%. A dívida diminuiu e, com isso, abre algum

espaço para o Governo manter as políticas sociais, melhorar, especialmente para o setor mais frágil e mais vulnerável, a crise, e manter os investimentos, acelerar o PAC, lançar um programa habitacional.

Tenho dito isto desta tribuna desde o início desta crise, há um ano e meio que eu venho plantando no deserto: é preciso conter o gasto de custeio, o Senado não pode aprovar propostas demagógicas fiscais num cenário como esse. Nós temos que ter austeridade para podermos manter as políticas sociais e aumentar os investimentos nos setores mais estratégicos, que é o que vai compensar a queda do mercado externo. Como é que nós vamos manter o crescimento se o comércio mundial caiu 45%? Só há uma forma: substituindo o mercado externo pelo mercado interno onde for possível, principalmente na construção civil – estradas, infraestrutura, portos, aeroportos, PAC, habitação popular, saneamento básico –, como uma forma de nós gerarmos emprego. Não pressiona o balanço de pagamento, não depende do mercado internacional e puxa toda uma cadeia: cimento, siderurgia, madeira. Ir para frente. O sujeito ter uma casa própria dá estabilidade e segurança à família, especialmente num cenário de crise. Ele vai comprar uma geladeira, um fogão, uma cama; portanto, alavanca a economia em um setor que tem grande impacto social.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Governo proveu liquidez nos depósitos compulsórios; buscou restabelecer as condições de financiamentos externos, que estão totalmente fragilizados; desonerou alguns setores, como o Imposto de Renda Pessoa Física, num quadro de queda forte das receitas tributárias; por isso mesmo, austeridade no custeio é fundamental para não voltarmos a endividar o Brasil na crise, para mantermos o controle sobre a dívida pública. Não o desendividamento que fazíamos antes, porque isso não será possível, mas mantermos o equilíbrio das contas públicas. Por quê? Porque é preciso investir mais. Ao mesmo tempo, é possível, é necessário, é indispensável que a taxa básica de juros caia mais rapidamente.

Já disse, na última audiência, ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles... Por sinal, aprovei o projeto de que o Banco Central tem de prestar contas trimestralmente ao Senado. Hoje, aprovei o requerimento convidando Henrique Meirelles, o Ministro Presidente do Banco Central, a estar na Comissão novamente, espero que o mais breve possível. A política monetária, a queda dos juros no Brasil está atrasada. Os indicadores mostram isso. Porém, quando no resto do mundo a taxa de juros já está no chão, a nossa tem espaço para cair. E, a cada um ponto percentual de queda na taxa básica de juros, o Governo ganha R\$8 bilhões no Orçamento fiscal do ano, em juros da dívida

pública. Portanto, se reduzirmos 4%, 5% da taxa de juros do início da crise para lá, são R\$40 bilhões para substituir aquilo que vai faltar em termos de receita, porque a economia desacelerou fortemente.

Então, quero concluir dizendo que eu pondero à oposição – e lamento que não possamos fazer um debate mais aprofundado – que não se apresse no diagnóstico, não estimule esta retórica – não estou dizendo que alguém está fazendo isto, só estou ponderando que não é bom que se faça – do “quanto pior melhor”, e, sobretudo, que não subestime este País no enfrentamento dessa crise, não subestime, porque não só o Brasil chegou mais tarde como vai sair mais cedo.

Do meu ponto de vista, a crise americana é uma crise estrutural. As famílias devem uma vez e meia – endividamento – do que vão receber na renda disponível anual; quer dizer, cada um deve, em média, uma vez e meia do que vai receber no ano. O crédito total na economia americana é 195% do PIB, quer dizer, o crédito é duas vezes o PIB. Aqui é 40%, aqui não há esse endividamento nem das famílias, nem das empresas. Lá é essa dívida, esse endividamento que moveu o consumo americano com um déficit comercial de US\$4,7 trilhões durante cinco anos, que fez com que o resto do mundo pudesse crescer, especialmente a China; 40% do PIB chinês é exportação, e a economia americana é o grande consumidor. A economia americana se apropriava de 60% da poupança mundial. Isso, com essa indústria financeira sofisticada, alavancava o consumo, puxava o crescimento mundial.

Isso acabou. Esse tempo acabou. Os americanos se empobreceram. A renda das famílias americanas, o patrimônio está em bolsa de valores. Isso se desfez. Caiu em 50% o valor da bolsa. As pessoas não têm mais como manter o financiamento, porque não há mais o mecanismo de crédito que existia. Os americanos vão sair menores dessa crise do que eram. Ainda muito fortes, talvez ainda a maior economia do mundo, mas muito menores do que eram. E vão sair muito mais tarde. Hoje, o Warren Buffett fala em cinco anos para os Estados Unidos se recuperarem. Os americanos não são competitivos nem onde eles iniciaram a história da industrialização, como é o caso da indústria automotiva.

Não é o caso do Brasil. O Brasil, neste momento, tem uma perspectiva promissora no futuro, sem subestimar a crise, sem subestimar a profundidade dessa crise e os desafios que temos pela frente. Tem uma perspectiva promissora porque nós, primeiro, temos o pré-sal e, num prazo de cinco a seis anos, vamos nos transformar numa grande potência exportadora de energia de petróleo. Estamos aumentando os investimentos em energia renovável, como é o caso

das hidroelétricas e da biomassa – mais da metade do consumo de combustível da indústria automotiva já é de etanol. Somos, nos últimos cinco anos, o País que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e vamos ter uma safra de mais de 138 milhões de toneladas neste ano. O Brasil já é, do ponto de vista da agricultura, o grande sustentáculo das exportações agrícolas no mundo. Falta estoque no mundo, e essa crise atinge os setores exportadores, atinge os setores que dependem de crédito, mas não atinge o consumo básico de alimentos. Por isso, as exportações brasileiras caíram muito menos do que as do resto do mundo, e a renda agrícola já melhorou com a desvalorização do real, com a redução do preço do petróleo, que reduz o preço do custo do fertilizante e reduz o preço do transporte dos petroleiros, enfim, das mercadorias. Então, a renda agrícola está se sustentando no Brasil, e a seca na Argentina melhorou especialmente a nossa safra de grãos em termos de valor.

O Brasil tem uma política social que, nos últimos cinco, foi a maior distribuição de renda de toda história do IBGE. O Bolsa Família protege os mais pobres, as 11 milhões de famílias mais desfavorecidas. O salário mínimo continua crescendo muito acima da inflação: 12% neste ano, com uma inflação de 6%. Nós dobramos o poder de compra de 26 milhões de brasileiros, aumentando o mercado de consumo de massas, que é o que permite amortecer a crise internacional. Como eu disse, nós temos que substituir o mercado interno pelo mercado externo.

Vai haver desemprego? Vai haver desemprego. Está havendo desemprego, especialmente no setor exportador e no setor que depende de crédito. Tem que haver negociação entre trabalhador e empresário? Tem. Nós podemos desonerar alguns setores? Podemos. Mas o melhor caminho para enfrentar essa crise é restabelecer o sistema de crédito, é impulsar o PAC.

O PAC é ação propositiva do Estado na infraestrutura, na logística, na energia, em saneamento, em habitação, é o grande instrumento de resposta do Estado brasileiro à crise.

Essa crise precisa de parceria dos governos municipais e estaduais com o Governo Federal, da iniciativa privada com o setor público, de oposição e governo, uma parceria em defesa do Brasil, a confiança do Brasil.

Eu quero ser cobrado desta tribuna, e vou repetir o que disse: nós sairemos maiores do que entramos nessa crise, como Nação; jogaremos um papel cada vez mais relevante na política internacional; e vamos sair muito mais cedo do que as grandes potências econômicas, que entraram antes, estão muito piores



do que nós e terão muito mais dificuldade de sair do que o Brasil.

Portanto, para analisar a conjuntura, não fiquem me olhando só no retrovisor do semestre anterior, que já era muito ruim. Este semestre já é um pouco melhor. O próximo poderá ser melhor ainda. E, seguramente, o segundo semestre poderá ser melhor, se nós não tivermos fatos muito relevantes que deterioresem esse grave cenário internacional.

Por isso, eu acredito neste País. Acho que o Governo tem rumo, tem política, tem utilizado instrumentos – e pode acelerar alguns deles – e nós sairemos mais cedo do que as outras nações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges PMDB – AP) – Convido para usar da palavra o Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão de 10 de março, iniciada às 14 horas; Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros presentes no plenário do Senado da República e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, cedemos, gentilmente, ao Líder do Governo. Ele realmente cumpriu a sua missão. Mas nem tudo são flores, não. Atentai bem: nós vivemos numa barbárie. Mercadante está aí. Está ali o nosso Flávio Arns. Olha, eu tenho 66 anos de idade e nunca vi o País viver a barbárie que vive. E eu seria breve.

Ciro Gomes, da base aliada, Ministro, fez um pronunciamento. A imprensa nacional não está dando muito destaque a ele, porque o Governo foi muito competente em amordaçá-la.

Por isso estamos aqui, por isso, Magno Malta, cresce a audiência da TV Senado. Saíram só umas linhazinhas. Ciro Gomes – todo mundo conhece – disse que este Governo está um desastre. A saúde está aí como está. Sabe o que é que ele disse sobre a educação? A palavra dele, Flávio Arns, é dele, eu vou reproduzi-la: “merda”. O Ciro Gomes disse ali na Câmara, eu li no jornal.

Diz, Flávio Arns, que a sabedoria está no meio, não está... A virtude está no meio, não está nem assim como ele cantou, e eu não vou chegar à análise do Ciro Gomes. Mas o fato é que isso é uma barbárie. Eu nunca vi tanta violência neste País. Nós tivemos bons governos.

No início, quero dizer que os portugueses mandados para cá, aquelas sesmarias, eram degradados, em capitânias hereditárias, uns chegaram os outros não chegaram. Mas aí eles colocaram a unidade de comando, unidade de direção, os governadores-ge-

rais, Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá. Extraordinários.

Depois, o extraordinário D. João VI – não era o que dizem, não – passou só treze anos aqui. Abertura dos portos, a universidade, o mundo burocrático, trouxe toda máquina de Portugal. Deixou aqui o seu filho – D. Pedro I. D. Pedro II foi extraordinário.

Aí, entramos na República, cada um cumprindo a sua missão no determinado tempo. Magno Malta, vi o estadista Fernando Cardoso, despedindo-se, dizer numa entrevista: cada Presidente tem o seu momento histórico e não escolhe o momento de governar, Luiz Inácio. Cada um fez a sua parte. Quem pode esquecer a unidade garantida por Pedro II? Quem pode esquecer as leis trabalhistas de Getúlio Vargas, o desenvolvimento de Juscelino Kubitschek? Quem pode esquecer a tolerância e a paciência do Presidente Sarney na transição democrática? E o monstro que era a inflação que Itamar e Fernando Henrique Cardoso combateram? Mas Fernando Henrique Cardoso dizia ao Luiz Inácio: é a violência.

E a violência aumentou. Isso é uma barbárie. Não existe, ô Kátia Abreu. Não vou falar em Primeiro Mundo. Falta é... O Luiz Inácio sabe que existe. Não vou falar em Primeiro Mundo, Suíça. Vou falar: bem aí, na Argentina, bem aí, no Uruguai, ô Magno Malta, você pode sair quatro horas da manhã com sua esposa. Aqui, no Brasil, no Pará, no Piauí, a violência alastrou-se.

A saúde, muito boa. Avançada, a ciência médica – mas para quem tem dinheiro, para nós, Senadores, para quem tem um plano de saúde, quem tem dinheiro para pagar. Para o pobres, a saúde está tão grave, que a sensibilidade dessa encantadora Senadora, que é líder da agricultura do País, foi cuidar, lá, no meu Piauí, de diagnóstico precoce de câncer de colo de útero, tal a ausência de governo. Isso é verdade.

Ciro Gomes disse que a educação está uma “merda” – foi essa a palavra dele, vi nos jornais. Ali, do Governo. E Mercadante, Senador Arruda, fala em tantas riquezas, tantos bilhões... Luiz Inácio, pague aos velhinhos, aos aposentados. Se V. Ex<sup>a</sup> está tão forte, tem R\$200 bilhões, pague aos aposentados, aos velhinhos aposentados. Mercadante disse que tem R\$200 bilhões.

Ô Magno Malta, campanha mais bela do que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo não existe. Mas isso, Magno Malta, é para ensinar. Nós estamos aqui é para ensinar ao Luiz Inácio. Isso é porque se destruiu no País... Rui Barbosa está ali porque ele sintetizou, Antonio Carlos Valadares: “A pátria é a família amplificada”. Por isso é que ele está ali. O próprio Cristo está ali para o Luiz Inácio ver que Deus não botou o seu filho desgarrado, não. Botou numa família. A nossa família, Luiz Inácio,

está destruída, total. O Magno Malta tem visto, mas por quê? É, é para ensinar ao Luiz Inácio.

Barack Obama, Antonio Carlos Valadares, tem dois livros. Eu já li os dois. Um foi o da campanha, audacioso, e o outro em que ele conta a vida dele. Sabe o que ele disse, Magno Malta, muito oportuno para V. Ex<sup>a</sup> e para o Luiz Inácio meditar? Ele disse que seria um maconheiro, se não tivesse os avós. Ele foi educado pelos avós. O sistema e este Governo destruíram os nossos avós. Eles estão na pindaíba. Cortaram as aposentadorias. Cortaram não, Luiz Inácio, nós roubamos – nós, porque o Luiz Inácio não é Governo, ele seria Governo no *l'état c'est moi*.

O povo, insatisfeito, dividiu: ele é o Presidente, o Poder Executivo. Tem o Poder Judiciário... Governo somos nós. Então nós – esse Poder Judiciário aí, nós aqui, e o Luiz Inácio – roubamos dos velhinhos as aposentadorias. É um contrato! Ó Magno, é um contrato! Eles fizeram há 50 anos, há 40 anos, há 30 anos, trabalham dia e noite, sonhos, compromissos. O John Lennon disse, Magno Malta, que a vida, Kátia, é aquilo que acontece enquanto sonhamos, enquanto executamos um plano. Foram os velhinhos que sonharam, os velhinhos com as Adalgisinhas deles, com as esposas deles, viverem felizes. Pagaram! Ó Luiz Inácio, V. Ex<sup>a</sup> se aposentou muito cedo, não pagou, Luiz Inácio, não pode fugir da verdade. Senador é o pai da Pátria.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a Senadora Kátia gostaria de fazer seu pronunciamento num aparte.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vai já, Senadora Kátia.

Mas aí, os avós! O Obama diz: se não tivesse os avós – ele foi educado pelos avós –, ele seria um maconheiro. Os avós eram um instrumento fundamental da família. Kátia, quero lhe dizer que os meus filhos, eu não eduquei não, foi a mãe deles, porque eu trabalhava tanto, eu chegava de madrugada, Magno Malta, operando, quase sempre pobre, numa Santa Casa, duas horas, estavam dormindo. Hoje, como avô, eu estou muito mais acessível. Então, os avós do nosso Brasil estão frustrados porque eles assumiram um compromisso de ajudar na educação dos netos, de encaminhar, de pagar os estudos, uma moto, um tênis, a roupa, e não podem, porque o Governo os enganou, o Governo garfou, usurpou as aposentadorias que eles sonharam. Muitos estão suicidando, Kátia, porque não têm dinheiro para o medicamento. Eles sonharam, pagaram e compraram uma aposentadoria de 10 salários mínimos, mas estão recebendo cinco; ou de cinco salários mínimos, e estão recebendo dois. Essa é a realidade em que vivemos. Não foi aquilo pintado pelo Mercadante, não. A realidade é dura.

Kátia esteve no Piauí. Quero dar aqui um cumprimento que tive de um industrial do Piauí, Joaquim Costa, Vice-Presidente da Federação das Indústrias. Atentai bem, Magno Malta. Ele me encontrou. Ele já foi de Governo, líder. Arruda, aprenda. O Joaquim Costa disse o seguinte. Atentai, Luiz Inácio. “Senador, a vida está dura fora. Está muito dura aqui fora”. E eu: “Como é esse negócio de fora?”. Ele disse: “Está bom para quem está no Governo”. Então, é isso, Mercadante! Está bom para V. Ex<sup>a</sup>! Está bom para 80 mil aloprados que foram nomeados sem concurso! Está bom para quase 50 Ministros, e ainda vão aumentar esse número. Este País foi bem governado, tinha 14, 15 ou 16 Ministérios. Tem 40, e vão criar outro aloprado a mais. Então, está muito bom! Está melhor ainda para quem se filiou ao Partido dos Trabalhadores, mas para o povo, não! Para quem está fora, está difícil, está muito difícil.

Com a palavra esta brava mulher. Queremos agradecer, V. Ex<sup>a</sup> encantou o Piauí todo. Só faço um pedido: não transfira o seu título para o Piauí, porque senão acabam todos os nossos votos, todo mundo vai querer votar na senhora.

**A Sra. Kátia Abreu** (DEM – TO) – Obrigada, Senador Mão Santa. O senhor é um político imbatível no seu Estado. Esse perigo não existe, mesmo porque eu estou muito feliz no meu Tocantins. Senador Mão Santa, tivemos o privilégio – a CNA e o Senar nacional – de estar no Estado de V. Ex<sup>a</sup> para lançarmos um programa extraordinário no campo. Definimo-nos por dois Estados, o meu Tocantins e o seu Piauí, para implantarmos esse programa por um simples motivo: infelizmente, os nossos Estados são os dois Estados que têm maior incidência de câncer de colo de útero, comparados aos outros Estados do Brasil. Não pretendemos fazer papel de Governo, não somos Governo, tampouco pretendemos isso. Mas, como representantes do setor rural brasileiro, queremos demonstrar à sociedade, a todos os entes federados que é possível, sim, levar políticas públicas para o campo. Estamos vendo, ao longo dos últimos 10 anos, uma diminuição abrupta dos recursos aplicados no campo, por ineficiência, por incapacidade, por falta de capilaridade do Governo em chegar com essas políticas até o campo. E nós queremos, todo o setor rural brasileiro quer se colocar à disposição das Prefeituras, dos Governos de Estado e da própria União, no sentido de fazer essas políticas chegarem até onde precisa, aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Fizemos em Batalha, no Piauí, e em Augustinópolis, no Tocantins, um modelo extraordinário de aplicação de prevenção do câncer de colo de útero. Atendemos, em dois dias, no Tocantins e também no Piauí, 300 mulheres – em apenas dois dias, em cada Estado. E é através desses símbolos,

desses exemplos, que nós queremos demonstrar, com muita simplicidade, mas com senso e objetividade de ajuda, que é possível implementar tudo isso. Enquanto nós estamos fazendo isso, Senador Mão Santa, implementando políticas públicas, tentando dar exemplos ao Brasil de como fazer o homem do campo ter uma vida digna como ele merece, nós estamos vendo, como V. Ex<sup>a</sup> disse agora há pouco, a violência instalada neste País. Estamos vendo o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, agindo como um herói, tentando fazer o óbvio, tentando fazer o certo, tentando proteger a Constituição Federal, tentando proteger as leis, tentando manter o Estado de direito neste País. Eu acabo de chegar, Senador Mão Santa, e não posso comemorar como comemorei a ida ao Piauí. Chego do Pará neste momento, de Belém, para onde tive, infelizmente, de levar e protocolar, no Tribunal de Justiça daquele Estado, para o Presidente Desembargador Rômulo Nunes, mais ou menos às duas horas da tarde de hoje, junto com a Federação da Agricultura do Pará, com o presidente Carlos Xavier, um pedido de intervenção federal no Governo do Estado do Pará, por conta do descumprimento das reintegrações de posse determinadas pela Justiça. Presidente, são 111 reintegrações de posse sem cumprimento no Estado do Pará. Por isso a revista *Veja*, há quase um ano, se não me engano, fez uma grande reportagem sobre o Estado do Pará, infelizmente, colocando-o como um Estado sem lei. Trata-se de um Estado próspero, um Estado produtivo, um Estado riquíssimo em minérios está passando por uma situação tão vexatória como essa, descumprindo ordem judicial, por problema ideológico, por irresponsabilidade. O Pará hoje, Senador Mão Santa, é evitado pelos empresários do Brasil, porque não sentem segurança jurídica. Esse é um crime de lesa-pátria que a Governadora está cometendo contra o seu Estado. Mas o Ministro Gilmar Mendes está sendo firme e duro, junto com o Judiciário deste País, no sentido de fazer valer a lei e a Constituição. É muito triste quando nós vemos que algum brasileiro não está podendo usufruir o seu direito de defesa, do seu direito constitucional, porque hoje podem ser os produtores rurais, mas amanhã podem ser, também, os habitantes da cidade. O fato de os moradores de rua não terem casa – e nós temos de nos preocupar com eles – não lhes dá o direito de invadir casas e apartamentos nas cidades, assim como aquelas pessoas desempregadas, sofridas, sem esperança, também não podem ser massa de manobras de meia dúzia de líderes do MST, que têm outro componente, que não querem mais a terra para as pessoas, para os trabalhadores, mas têm um componente ideológico, político, contra as empresas, contra o capital, contra o sucesso

neste País. Por isso invadiram a Vale do Rio Doce, que não tem um palmo de terra, Senador Mão Santa. Por que agrediram a Vale do Rio Doce? Então, eu quero dizer aqui, com muita tristeza: protocolamos esse pedido de intervenção no Governo do Pará porque não tínhamos mais outro meio de continuar esperando o sofrimento de dezenas de produtores, tomadas as suas terras, sem ter o direito de retornar a elas. Então, Senador Mão Santa, eu agradeço muito a oportunidade deste aparte. Foi um prazer e uma alegria, fui muito bem recebida no seu Estado pelo Governador em exercício, por V. Ex<sup>a</sup>, pelo Senador Heráclito, pelo Senador João Vicente, por toda a classe política e por empresários que lá nos receberam, a CNA e o Senai nacional. Muito obrigada por tudo e obrigada por esta oportunidade.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nós agradecemos e fazemos novo convite para visitar o nosso Delta do Piauí. Aí, será o encontro de duas belezas: a beleza da Senadora com a beleza da natureza. Verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta.

Mas eu queria dizer: quis Deus estivesse aqui o nosso Deputado Átila Lira. Átila Lira, preste atenção. Brasileiras e brasileiros, Magno Malta, este Governo é ruim mesmo. Está aí o Átila. Deus quis. Átila Lira, eu posso confessar. Ô Arthur Virgílio. Arthur Virgílio, foi Deus quem o colocou aqui, V. Ex<sup>a</sup> que simboliza Fernando Henrique Cardoso na competência.

Eu fiz 40 mil casas populares quando Governador do Estado do Piauí.

Átila Lira...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Gilvam, seja generoso comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> esgotou o tempo. V. Ex<sup>a</sup> manifesta desejo de concluir o discurso?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Então, Senador Arthur Virgílio, casas populares. Ontem, eu trouxe os jornais aqui. O Governo do Partido dos Trabalhadores... Aí, vocês ouviram a Kátia falando da desgraça do Pará: o Governo é do Partido dos Trabalhadores.

No meu Piauí, o Governo do Estado está tomando as casas populares dos pobres. Lá em São Paulo, a história conta que eles mataram e que eles roubaram. No Piauí, eles ainda não mataram, mas roubam muito, mentem muito e, agora, estão tomando as casas dos

pobres. E são casas roubadas. Eu fiz 40 mil. Muitas delas, Átila, atentai bem, eram em mutirão. O Serviço Social dava o cimento, o tijolo, a telha, lógico. Agora, os aloprados estão tomando as casas dos que atrasaram por essas dificuldades econômicas, mas, Átila, era em mutirão! Todo mundo sabe que, numa construção, 40% é a mão-de-obra. Quede a Justiça? Quede a Defensoria? Quede o Ministério Público? Quem é que vai pagar o trabalho deles, que construíram, se foi mutirão?

Eu governava. As casas foram feitas no meu tempo. Então, eles estão roubando, como estão fazendo com os velhos aposentados, com esse fator de redução. Quede? Estão tomando casa e vêm num blá, blá de que vão fazer um milhão.

Ô Luiz Inácio!

Marisa, pelo amor de Deus, aconselhe o Luiz Inácio! Estão tomando as casas. Eu governei o Estado do Piauí por seis anos, dez meses e seis dias, fui prefeitinho, não tomei e não deixei ninguém tomar uma casa. Esse Governo aí, que tem bilhões, por que não renegocia?

Átila, eles venderam, esses aloprados, a carteira imobiliária da Cohab e estão agindo, os banqueiros, tomando casas. Mulheres chorando, famílias despejadas, é por isso que eu sou contra, que eu sou oposição.

E mais, para terminar – chegou o professor Átila, ele é o homem que mais realizou na educação, no Piauí –, está, aqui, um livro de 1920, mandado fazer por Epitácio Pessoa, ele que começou o porto do Piauí, de Luís Correia. O livro foi publicado em 1920; 1918, está aqui o engenheiro andando. Lá se chamava Amarração, Porto de Amarração.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, está na hora do pouso. V. Ex<sup>a</sup> dispõe, ainda, de dois minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Dois minutos. Pois vamos pousar. Em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso.

Ô, Luiz Inácio, quase 100 anos! Olha a miséria aqui. Olha o jornal. Olha, câmara, bota bem grande, como se fosse o Mercadante. Faça um *outdoor*. Jornal do Piauí, *Meionorte*: “Porto de Luís Correia fica sem verbas”, Átila. Sem verbas do PAC, e eu ouvi o Presidente prometer, o Governador do Estado e essa gente. Ele botou 139 milhões em quatro portos nordestinos. Nenhum tostão do PAC, da mãe do PAC. Só faz caca-rejar. Está aqui. Nada para o nosso povo.

Eu coloquei algumas emendas, e dizem que não saem, o Luiz Inácio diz que manda dinheiro, mas, lá no Piauí, os aloprados roubam muito, porque todo dia o Governador anuncia milhões em dinheiro. Anunciou aeroportos internacionais, não tem. Na Parnaíba, não

tem teco-teco, e, em São Raimundo Nonato, só jumentos na pista. Os trens, não tem. E o Porto de Luís Correia sem verba. Com isso, afastam também as ZPEs, que seriam uma logística.

Então, Luiz Inácio, a gratidão é a mãe das virtudes. Seja agradecido ao povo do Piauí, que sempre o prestigiou. Vamos concluir o Porto de Luís Correia!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela ordem?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu requeiro, Sr. Presidente, através do documento que encaminho à Mesa, voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, a Suframa, que comemorou, no último dia 28 de fevereiro, 42 anos de existência.

Por isso, peço que essa comunicação seja feita à Dr<sup>a</sup> Flávia Grosso, que é a Superintendente, e a toda a Direção da Suframa, órgão que tem o importante papel de promover o desenvolvimento socioeconômico da região, completando essas mais de quatro décadas na administração de um modelo que deu certo, com um produto, ano passado, de R\$32 bilhões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa encaminhará o voto de aplauso pelo aniversário da Suframa, solicitado por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, que, pacientemente, a aguardou.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PcdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para prestar contas daquelas missões que vamos assumindo ao longo dos mandatos de Senador da República, de Deputado Federal, de Deputado Estadual e de Vereador.

Estive, semana passada, em missão no meu Estado, em nome do Senado da República. Acompanhei o Ministro Mangabeira Unger, que visitou o Estado do Ceará, com uma equipe, entre eles o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, vários dirigentes da Sudene, importantes dirigentes da Sudene, vários representantes do Governo estadual do Ceará.

O Ministro resolveu que a sua visita não poderia ser apenas para ouvir as autoridades estaduais, que



a sua visita não deveria se limitar à capital do Estado, porque o objetivo desse seu trabalho, ao percorrer o Nordeste, ao percorrer o Norte do Brasil – o Ministro, basicamente, falta visitar o Estado do Maranhão, no Nordeste, com a sua comitiva; no Norte, tem percorrido quase todos os Estados; tem visitado Estados do Centro-Oeste –, é buscar compreender essas Regiões do Brasil, que, aqui e acolá, são postas como Regiões problemáticas para o Brasil. Isso porque o seu desenvolvimento ainda é limitado, porque são exportadoras de mão-de-obra, porque mandaram milhões para o Sul e para o Sudeste brasileiro para construir a riqueza, o progresso, o desenvolvimento dessas Regiões. Essas Regiões, normalmente, são vistas como regiões problema.

Mas foi muito importante a visita do Ministro e de sua equipe. Nós fomos a uma região que, até há pouco tempo, nós, cearenses, falávamos disso com orgulho, porque dizíamos que “o Ceará tem o maior rio seco do mundo”, que era o rio Jaguaribe. Motivo de versos, de prosas, de editoriais jornalísticos, de orgulho em defender que tínhamos o maior rio seco do mundo. Esse rio foi perenizado com o Açude de Orós e, em seguida, o Açude Castanhão. Os dois somam, respectivamente, oito bilhões de metros cúbicos de água. Aquela água, então, regulariza esses rios. As barragens controlam enchentes e, ao mesmo tempo, mantêm a vida na região de forma permanente, durante o ano inteiro.

E Mangabeira, com sua equipe, então, se dirige ao Vale do Jaguaribe, no médio e baixo Jaguaribe, onde acompanhou seu potencial produtivo – meu caro Gilvam, agradeço a deferência de V. Ex<sup>a</sup> no limite de tempo. Ali, na faixa de terra que liga o Ceará ao Rio Grande do Norte, chamada Chapada do Apodi – de um lado, o rio Jaguaribe; do outro, o rio Apodi, no Rio Grande do Norte –, aquele pedaço de terra precisava de água, de pouca água; não precisa de muita água, porque a terra é muito fértil; é um pedaço de solo muito fértil. Com pouquinha água, começamos a produzir, o ano inteiro, milho, feijão, figo, melão, abacaxi, melancia, frutas para exportar, frutas para o mercado interno, frutas para o Ceará, para o Nordeste, para o Brasil. Um potencial gigantesco de produção se apresentou naquela região, que tem vários perímetros irrigados de uma outra instituição centenária do Brasil, que é Dnocs, que estão ali em Morada Nova, Russas, Limoeiro do Norte.

E fomos, da Chapada do Apodi, onde descemos, até a sede do Município de Limoeiro do Norte. E é muito interessante essa visita, porque nós fomos a um Centec, que era o nome dessa instituição nas mãos do Estado, depois transformado em Cefet, porque ela foi federalizada, e, agora, Ifet – Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia, que prepara os homens do sertão, lá no meio do Ceará, nessa região, nesse vale. Em Limoeiro, o Ministro encontrou-se com estudantes, com profissionais, com os Prefeitos de Limoeiro, Tabuleiro, Russas, Itaíçaba, todos os Prefeitos da região, Vereadores, professores, produtores rurais das Associações de Produtores Rurais do Perímetro Irrigado do Apodi e do Baixo Jaguaribe, para dialogar com eles no sentido de ouvi-los. O Ministro não foi para fazer uma conferência, não foi para falar; foi para ouvir, sentir, pisar o solo interiorano, compreender as novas realidades do Nordeste, compreender o seu potencial para exclamar, ao final, que ali, no Nordeste brasileiro, estava a locomotiva atual do Brasil. O Nordeste pode ser a grande locomotiva em momentos de dificuldades, pois já é a Região que mais cresce no Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, considere a visita do Ministro Mangabeira Unger um feito de alto significado. Antes dele, só um nordestino fez tal caminhada com uma equipe de pessoas, desde gente do povo, povão, produtor rural até o intelectual. Só um havia feito caminhada com tal envergadura, sem ter o objetivo puramente eleitoral, da eleição à frente, que foi um dos gigantes do Brasil chamado Celso Furtado. Só este tinha feito aquela caminhada de auscultar, ouvir as capacidades locais, os arranjos locais de como produzir nessas regiões. E lá foi o Mangabeira ouvir atentamente as experiências, ouvir os camponeses, os trabalhadores rurais, os assentados dessa região. Depois ouviu o Governador do Estado. Toda a sua equipe e todo o secretariado se reuniu com Mangabeira para falar e também ouvir suas opiniões e impressões sobre a sua caminhada.

Descemos em Limoeiro, acompanhados do Deputado Ariosto Holanda – Deputado comprometido com a ciência, com a tecnologia, com a educação, com a formação profissional –, e fomos até essa instituição de ensino federal. Ocorre que esse modelo é especial: você forma desde o soldador, dentro de uma escola federal, que é uma universidade, você forma um soldador apenas com o Ensino Fundamental, ou até sem o Ensino Fundamental completo. Com dois, três anos de Ensino Fundamental, você tem condições de ensinar um cidadão ou uma cidadã do povo a se transformar em soldados qualificados, com conhecimento. É preciso ter um conhecimento mínimo para saber a dosagem de oxigênio, para fazer a melhor solda, etc., que material, que liga você está soldando naquele momento: é ferro com latão, é ferro com isso, é ferro com aquilo, que tipo de material você vai usar para fazer a liga naquele momento.

Então, Sr. Presidente, ali nós temos biólogos, veterinários, engenheiros, temos profissionais forma-



dos em mecatrônica. Ali naquela região, nós estamos produzindo peças que antes se construíam quase que na marra, naquelas oficinas, para socorrer os caminhoneiros que passam por aquela região. Hoje se produzem com tecnologia, com máquinas desenhadas na região, para produzir naquela região. Ali você produz uma miniusina para processamento de mamona, de oiticica, de girassol, das oleaginosas que nós temos na região. Mini, para atender ali ao pequeno produtor, com um custo bem baixo. Tudo produzido, montado, desenhado, construído ali, naquele pedaço de chão do Estado do Ceará.

Eu, Sr. Presidente, considere que era importante que nós fizéssemos esse registro, não deixássemos passar em branco que há uma nova missão. É uma missão de Estado, não é uma missão só de Governo, porque Governo é isso. Vai ter o tempo que ele vai passar, que vem um outro Governo, vem um outro governante. Mas a missão de Estado de encontrar o leito para constituir o Estado brasileiro, o Estado nacional, o nosso projeto, sem a interferência abusiva, sem o pitaco dos homens lá de fora, que gostam de dizer e dar aula para nós, principalmente, porque viveram situações, constituíram os seus Estados e acham que podem dar lição para o Estado brasileiro, para a Nação brasileira.

Então, Sr. Presidente, estamos assistindo a um movimento que aumenta, que eleva a consciência de um setor importante da intelectualidade, dos trabalhadores. Estamos tendo a oportunidade de constituir esse projeto nacional, um projeto brasileiro, do povo brasileiro, integrado na nossa região, integrado com a América do Sul, integrado com as nações latino-americanas, ligado ao mundo, mas o Brasil. O Brasil tem esse potencial em todos os terrenos, em todas as áreas. E o Nordeste pode dar uma grande contribuição.

Louvo essa iniciativa do Ministro Mangabeira Unger, com a sua equipe, com o Presidente do Ipea, que tem visitado os Estados brasileiros para poder compreender o Brasil profundo, o Brasil lá do interior, o Brasil do sertão, o Brasil das cidades que se desenvolvem, o Brasil de regiões como a região do Cariri, no Estado do Ceará, que se liga ao Piauí, que se liga à Paraíba, que se liga ao Estado de Pernambuco e que tem um potencial fabuloso. É uma região que pode ter – já foram feitas prospecções naquela região indicando isto – gás e petróleo. No Cariri paraibano, que tem a mesma formação geológica do Estado do Ceará, já localizaram petróleo. A Petrobras já conseguiu comprar um lote num leilão da Agência Nacional de Petróleo, e isso resultou em produção de petróleo naquela região, ajudando o Estado da Paraíba a se desenvolver.

São os mecanismos da estrutura de poder do Estado brasileiro ajudando as regiões. Acho que isso tem um grande significado. Eu gostaria de deixar o registro dessa missão Mangabeira pelo interior do Nordeste brasileiro, visitando o Brasil profundo, para poder produzir um texto que ajude a gente a compreender o que é o Brasil no seu conjunto, com as várias regiões.

Isso vai se ligando. Essa oportunidade vai se ligando ao projeto que, queiramos ou não – e não é o problema só do desejo –, lutamos para acontecer. Os mecanismos são variados. Há defeitos; precisa de correção. Mas esse projeto está andando. Mangabeira está percorrendo as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, especialmente, mas visitando o Brasil inteiro. Não por acaso, mas porque há o desejo, nessa nova realidade política do Brasil, dentro do Governo de Lula, de se fazer um projeto mais arrojado para a Nação brasileira, dando um diferencial, dando um a mais para o Brasil, para que a gente possa, numa situação como essa de crise, poder sair tranquilo, alvissareiro, mostrando ao mundo que há condições de uma nação se impor com os seus próprios esforços. É isso que estamos buscando alcançar.

Para isso, são necessários enfrentamentos. Não temos dúvida. O Governo teve que parar com aquela sangria neoliberal – o Governo de Lula. Olha, foram tempos difíceis para o Brasil. Aquele desmonte que se praticou no nosso País, aquela sede de vender tudo, de acabar com tudo. Chegou-se ao ponto de se impedir que as companhias de água e esgoto estatais pudessem contratar com a Caixa Econômica, com o BNDES, para poder fazer rede de água e esgoto. É brincadeira, mas aconteceu isso no Brasil. Só podia contratar quem privatizasse. Privatizou-se todo o setor de distribuição de energia; privatizou-se todo o setor de telecomunicações do Brasil. Até as comunicações das Forças Armadas foram privatizadas no Brasil. E ainda há gente que se vangloria desse período, quando o mundo inteiro diz que isso levou as nações a um desastre, desastre na América do Sul, desastre na América Latina e agora desastre no centro do sistema capitalista. Esse é o resultado da tal política neoliberal. E ainda tem gente por aí achando que aquilo foi a nossa salvação, como se nós não pudéssemos fazer as telecomunicações se desenvolverem, como se tivesse sido algum capital forâneo ou alguma instituição forânea que veio aqui ajudar o setor de telecomunicações a se desenvolver. Quem montou aquela estrutura? Quem montou a Embratel? Quem montou as teles? Quem depois resolveu dar saltos de qualidade nessas instituições? Foi o povo brasileiro, foi a tecnologia brasileira, foi a ciência brasileira, foi buscando conhecimento de fora e adaptando-o à nossa realidade. No setor de

energia, a mesma coisa. Em todos esses setores, foi o povo brasileiro. E, depois, fizemos um programa de privatização, liquidando tudo isso, desmontando tudo isso e entregando tudo isso, como se só fosse possível fazer se nós entregássemos para estrangeiros. Barbaridade! Eu acho que qualquer um de nós, no Senado Federal, ou qualquer brasileiro poderia adquirir essas empresas. Se eram financiadas pelo Estado brasileiro, se tudo era pago pelo Governo brasileiro, você não precisava nem ter dinheiro no bolso para comprar.

Então, sinceramente, imagino que estamos vivendo um momento mais auspicioso para o Brasil, que precisa de correções graves de rumo, porque mantivemos, por exemplo, a questão dos juros; são juros absolutamente inadequados ao Brasil. Em qualquer país do mundo, é inadequado; e, num país como o nosso, que quer se desenvolver, que quer crescer, que quer integrar mais as suas regiões, sinceramente, não é possível continuar com essa política de juros, não é possível continuar com a regra do câmbio sendo ditada exclusivamente pelo mercado, e não é possível manter superávits primários dessa ordem, porque isso é um abuso contra o nosso País num momento de crise que estamos vivendo.

Portanto, compreendo que estamos numa oportunidade rara de o povo brasileiro construir um projeto mais avançado, dar um passo adiante. Eu não imagino o Brasil dando um passo atrás. Não será vantagem, não será melhor para o Brasil. Muito pelo contrário, ao que nós assistimos lá atrás, não dá para querer retornar. Temos que sair deste ponto em que estamos, que é o ponto do Presidente Lula, para um passo mais avançado, para uma maioria política mais arrojada, com mais coragem, que não seja subalterna, que não queira apenas se entregar nas mãos alienígenas. Não. Temos de dar essa passada mais agigantada para o futuro. E isso se constrói aqui e agora, no nosso País.

Esse passo precisa da presença do Nordeste, precisa do interior nordestino, precisa mostrar essa capacidade que nós vimos ali, que nós conhecemos no Estado do Ceará, mas que era preciso que aquela equipe, formada por Mangabeira, por Márcio Pochmann, por gente da Sudene, por gente das outras instituições federais, pudesse olhar no olho do sertanejo, para o sertanejo dizer, como dizia o Patativa: “Nós temos capacidade. Cante lá que eu canto cá”. E aqui sabemos construir. Aqui sabemos ajudar o Brasil. É dar a oportunidade, abrir o caminho. Se abrir o caminho para esse grande interior do Nordeste, para esse Nordeste brasileiro, vamos ajudar o Brasil a crescer em uma velocidade maior, porque ela é necessária.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem do Nordeste, que é um homem que conhece o interior, que

conhece o sertão, que governou um dos Estados que tem passado e que viveu grandes dificuldades, que enfrentou essas adversidades, sabe que o Nordeste... E estou falando do Ceará, que tem mais dificuldades, considero, do que o Piauí de V. Ex<sup>a</sup>...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Ceará tem muito mais dificuldades do que o Piauí de V. Ex<sup>a</sup>, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe o que enfrentou, como é a barra de governar um dos Estados mais pobres da Federação, uma região mais pobre, com menos atenção, com menos cuidado.

Por isso, considero a visita de Mangabeira também um espaço, uma oportunidade para dialogarmos com um intelectual que enxergou a necessidade de botar os pés no chão, percorrendo o interior do Nordeste brasileiro. Eu saúdo a sua equipe e a sua delegação, que visitou o Nordeste brasileiro. Esteve no Piauí; esteve no interior do Piauí para poder entender o que é a nossa região, o seu potencial, a sua riqueza, a capacidade do nosso povo, a vontade de trabalhar, a disposição do nosso povo de trabalhar, a maior proximidade com outras regiões do Brasil e do mundo. Nosso potencial é enorme.

Eu me congratulo com a equipe de Mangabeira e sua visita ao Estado do Ceará e ao Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu que quero cumprimentar e saudar V. Ex<sup>a</sup>, que nos fez reviver, em seu pronunciamento, aquele nacionalismo de que o Brasil precisa. Foi o mesmo que rever Getúlio falando, João Goulart falando, Brizola falando ao ver o amor e o nacionalismo que V. Ex<sup>a</sup> está a despertar.

E agradeço a V. Ex<sup>a</sup> porque, recentemente, lancei um livro, na sede do PMDB, sobre a 52ª Legislatura, nossas palavras e ações, e lá estava presente o líder maior do seu Partido: João Cláudio Moreno.

No meu entender, os três melhores comunistas do Brasil são V. Ex<sup>a</sup>, Niemeyer e João Cláudio Moreno, do meu Piauí.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta por onze senadores e idêntico número de suplentes, com a finalidade de identificar dispositivos constitucionais cuja

regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como natureza para a solução das chamadas “omissões legislativas inconstitucionais”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Votação do requerimento, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 179, 180, 195 e 197, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 171, 181 e 198, de 2009**, lidos anteriormente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a todos para, amanhã, às 10 horas da manhã, uma sessão comemorativa da Batalha do Jenipapo.

A referida batalha aconteceu em 13 de março de 1823, quando os piauienses enfrentaram luta sangrenta e garantiram a unidade territorial do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta homenagem que o Congresso Nacional presta anualmente ao gênero feminino por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher e da entrega do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz presta-se a muitas reflexões sobre a condição feminina.

De minha parte, neste dia, ao tempo que estendo meus parabéns às congratuladas com o prêmio deste ano, desejo também dar alguma contribuição ao debate sobre o papel da mulher na sociedade atual.

De início, cabe ressaltar que não foram apenas as mulheres que obtiveram conquistas ao longo do tempo. Analisando a maioria das sociedades organizadas atuais, e comparando a realidade ali vivida há algumas poucas décadas com a situação presente, encontraremos marcantes contrastes que evidenciam

o grande progresso ocorrido nas relações humanas como um todo.

De fato, e para ser breve neste pormenor, bastam algumas questões para nos levar a refletir sobre esse inegável progresso. Que eram direitos políticos durante os tempos de ditadura que viveram inúmeros países há alguns anos? Que dizer do voto universal há pouco mais de meio século? Ou que falar sobre direitos individuais há algumas poucas décadas?

Assim, se é certo que a humanidade tem ainda muito a avançar, certo é, também, que passamos por um processo de amadurecimento inquestionável e irreversível ao longo do tempo e que vivemos hoje um momento sem paralelo na história humana.

Há, portanto, muito que comemorar!

As conquistas ligadas ao gênero feminino, por sua vez, não apenas andaram lado a lado com todo esse movimento de progresso social, mas, em inúmeras ocasiões, estiveram à sua frente e foram sua própria força motriz.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, num dia como o de hoje, oradores como eu corremos o risco de cair em lugar comum, visto que as conquistas já obtidas pelo gênero feminino são tão evidentes quanto as que ainda restam a serem alcançadas.

Portanto, se me aventurasse a falar da baixa representatividade das mulheres nas Casas legislativas do País, ou se me arriscasse a tecer comentários sobre a disparidade entre os salários de homens e de mulheres que exercem a mesma atividade profissional – uma disparidade que é absolutamente real – estaria incorrendo no risco de não apenas ser repetitivo em relação a outras falas, mas de fazer uma apresentação susceptível de comparação com meus companheiros e minhas companheiras de tribuna.

É por isso que, doravante, pretendo apenas pontuar uma questão relacionada às mulheres que, por sua sutileza, pode passar injustamente despercebida da maioria dos senhores e das senhoras.

E desde já enuncio qual seja: a importância de que, na luta pelo espaço antes reservado aos homens, as mulheres tenham sempre o cuidado de manterem sua feminilidade.

Uma pergunta que se imporia de imediato seria: para ser feminista é necessário deixar de ser feminina?

Nossa opinião e nosso desejo para cada mulher que nos ouve é que a resposta a essa pergunta seja um ressonante “não”.

Viva o feminismo! Especialmente no que se refere aos direitos iguais entre os gêneros, ao respeito pela condição feminina, à igualdade de oportunidades e responsabilidades para todos.

Mas viva, também, e viva, sobretudo, o feminismo com feminilidade! Vivam as mulheres que conseguiram encontrar seu lugar na sociedade sem se tornarem “machistas às avessas”, sem que, no caminho para a liberdade, tenham se esquecido de continuar a ser femininas!

E, neste momento, eu não poderia contar com melhor assistência na sustentação de meu ideal do que a presença das congratuladas com o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz deste ano, verdadeiros exemplos de mulheres que souberam travar suas lutas sem jamais perder de vista sua condição de mulher.

Caríssimas senhoras e caríssimos senhores, é saudável e feliz a sociedade que harmoniza o respeito a cada gênero sem anular suas diferenças. Diferenças que se completam, que se harmonizam quando há a devida consideração mútua. É essa a sociedade que temos buscado e que vamos continuar buscando. Uma sociedade que sabe solucionar seus conflitos por meio do diálogo e do bom senso, que leva à compreensão do outro e, conseqüentemente, à sua devida apreciação e respeito.

É por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que felicito as ganhadoras do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ao mesmo tempo em que faço votos de que continuemos esta caminhada em direção a uma maior igualdade de direitos e deveres para todos, sem distinção de gênero, cor, orientação política ou qualquer outra, na companhia de mulheres que, se guerreiras e combativas, sempre saibam preservar o que têm de melhor: sua feminilidade, dom inefável que Deus lhes concedeu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão, toda coordenada pelos extraordinários assessores do Senado, José Roberto, João Pedro e equipe de funcionários, a quem agradeço na pessoa do servidor padrão, Zezinho.

A Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

##### Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio*

*pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá  
(Sobrestando a pauta a partir de: 22-12-08)

Prazo final prorrogado: 16-4-09

### 2

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

##### Nº 1, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador Augusto Botelho

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-2-09)

Prazo final prorrogado: 26-4-09

### 3

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

##### Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.



4

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento:

(sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 5, DE 2005  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 38, DE 2004  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 50, DE 2006  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-



danía, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

**10****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

**11****SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

**12****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

**13****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

**14****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

**15****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

**16****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

**17****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

**18****EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

**19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro

de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

**27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

**28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

**29****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

**30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

**31****SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

**32****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

**33****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 306, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

**34****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**35****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com



a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

**36**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**37**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**38**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista

Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

**39**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

**40**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

**41**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos  
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.



42

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

43

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente).

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 05 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS NA SESSÃO DO DIA 03 DE MARÇO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, quero dar conhecimento a V. Ex<sup>a</sup> do teor da comunicação que ora apresento e encaminho à Mesa.

Comunicação.

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que declino das indicações feitas por parte da Liderança do PMDB para compor a Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, como membro titular, e para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, CDR, como membro suplente.

Ao chegar a esta Casa, iniciando o exercício de meu mandato procurei a Liderança do PMDB com uma única solicitação: Indicar-me para compor a Comissão de Constituição e Justiça como representante do Partido – O Líder Raup pode testemunhar o que afirmo.

Com todo o respeito aos demais colegiados desta Casa, a CCJ é, sem dúvida, o foro mais importante do Senado Federal, onde procurei representar com dignidade o povo de Pernambuco e o meu Partido. Foi um trabalho profícuo e gratificante onde pude apresentar várias proposições que tratam da reforma política, da interceptação telefônica e que alteram a Lei de Execução Penal. Fui designado a relatar mais de 50 proposições, entre as quais a reforma política, o Marco Regulatório do Gás e a Lei de Licitações.

Destaco ainda a relatoria do Projeto de Resolução nº 40/2007, que previa o afastamento preventivo dos membros da Mesa em caso de oferecimento de representação que sujeitasse o Senador à perda de mandato. Proferi parecer favorável à matéria, que foi aprovada pela Comissão e por este Plenário.

Ao defender este instituto que não permitia o uso do cargo para inviabilizar as investigações, angariei a insatisfação – para dizer o mínimo – do então Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Para minha surpresa, após essa relatoria, fui, em companhia do Senador Pedro Simon, sumariamente afastado daquele colegiado pelo Líder Raupp, que, após pressão de vários companheiros do Partido, da Oposição e da população em geral, que congestionou a caixa postal dos Senadores, resolveu reconduzir-nos a mim e a Pedro.

Não foi, portanto, com surpresa que no dia de hoje fui informado que o atual Líder afastou-me, mais uma vez, da Comissão de Constituição e Justiça sem sequer me comunicar oficialmente.

Tendo em vista essa atitude de retaliação mesquinha, comunico à Mesa que não aceito qualquer outra indicação dessa Liderança do PMDB para colegiados nesta Casa. Nem mesmo na ditadura tive meus direitos políticos cerceados, apesar de combatê-la diuturnamente. Agora, em pleno regime democrático, que tive a honra de ajudar a construir, sou impedido de exercer o meu mandato em sua plenitude, frustrando os milhares de pernambucanos que me confiaram a sua representação.

Esse é o primeiro preâmbulo, Sr. Presidente.

O segundo preâmbulo, antes do meu discurso, é que eu fui procurado pela revista *Veja* para uma entrevista às páginas amarelas da edição do dia 10 de fevereiro. Fui instado a falar sobre três assuntos: sobre PMDB, sobre o Senado e sobre o Governo Lula. Respondi a tudo que me foi perguntado: PMDB, Senado e Governo Lula. Voltei ao Senado no dia 16, uma segunda-feira, quando a imprensa procurou-me em meu Gabinete, não convoquei a imprensa, fui procurado no meu Gabinete, onde afirmei que não tirava uma vírgula do que a *Veja* havia publicado.

Hoje volto à tribuna, com uma grande expectativa e perspectiva, e quero acrescentar que não tenho uma vírgula a acrescentar ao que já foi colocado na entrevista da revista *Veja*. Não sou mesquinho, não sou pequeno. O que eu tinha de dizer sobre o Presidente da Casa já disse; o que eu tinha de dizer sobre o Líder do meu Partido já disse. Serei mesquinho e pequeno se acrescentar mais detalhes e mais adjetivos.

Permita V. Ex<sup>a</sup> que passe a ler o meu discurso.

Volto a esta tribuna duas semanas depois da entrevista que concedi à *Veja*, na qual analisei o quadro político do Brasil. Nesse período, vi, li e ouvi as mais diversas análises sobre as minhas palavras. Levantaram teorias conspiratórias, tentaram me desacreditar.

Neste exato momento em que falo para os senhores e senhoras, sei que estão vasculhando a minha vida, investigando as minhas prestações de contas à Justiça Eleitoral e à Receita Federal. Não tenho o que esconder, pois disputei em Pernambuco algumas das eleições mais acirradas da história do Estado.

Não temo esses investigadores, apesar de considerá-los credenciados para tal função, pois de crimes eles entendem. Essas iniciativas, que têm por objetivo me intimidar, não me surpreendem nem me assustam. Tenho 40 anos de vida pública. Fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito do Recife e Governador de Pernambuco, sempre com votações expressivas e com reconhecimento da maioria do povo de meu Estado. A esses arapongas digo apenas que enfrentei coisas piores quando, na década de 1970, denunciei torturas e violências praticadas pela ditadura militar.

Vocês não me amedrontam!

Estou nesta Casa há dois anos e um mês, e nada do que afirmei ao repórter Otávio Cabral, da revista *Veja*, difere muito do que eu disse a alguns dos senhores e das senhoras. Nesta mesma tribuna, já critiquei a degradação pública à qual está submetido o sistema político brasileiro, alertando para a desqualificação moral dos partidos políticos.

A verdade é sempre inconveniente para quem vive da mentira, da farsa e é beneficiário dessa realidade perversa. Eu constatei, Sr. Presidente, é preciso que se diga isso com clareza desta tribuna, eu constatei o óbvio. Apenas isso. Essa realidade exige ações corretivas – correção de rumos e de práticas.

Eu não vim aqui para citar nomes, reiterar acusações pessoais. Para isso existem a Polícia Federal, o Ministério Público, os tribunais, o Tribunal de Contas da União, que devem exercer – e vêm exercendo, alguns deles – com eficiência essa prática.

Nunca tive, não tenho e nem desejo ter vocação para ser paladino da ética. E mais: desconfio daqueles que querem sempre pairar acima dos demais. A verda-

de é que fui eleito Senador da República para exercer uma função política e não policial ou investigatória.

Mas quero aqui me colocar à disposição de todos aqueles que, dentro e fora do Congresso Nacional, defendem pensamento semelhante: aqueles que querem partir para a ação e dar um basta aos desvios no exercício da função pública. Alguns Parlamentares já me procuraram com esse objetivo, alguns deles inclusive presentes neste plenário. A eles assegurei o meu apoio e o meu engajamento.

O meu objetivo, Sr. Presidente – e para mim é uma honra tê-lo como Presidente nesta hora, o meu objetivo primordial foi atingido com a entrevista, ao fazer com que uma parte expressiva da sociedade brasileira prestasse mais atenção ao que ocorre em nosso País. Um quadro aterrador que até agora vinha sendo encoberto pelos bons resultados da economia.

A sociedade descobriu que vale a pena se indignar, mostrar que nem tudo está perdido, que compactuar com a corrupção não é pré-requisito para a carreira política. É extremamente necessário que algo seja feito, antes que essa degradação comprometa a nossa democracia, levando as novas gerações a um quadro de desalento para com o exercício da política.

Mais importante ainda é que essa mobilização não fique restrita à Câmara e ao Senado Federal, mas que reflita prioritariamente o desejo de toda a sociedade brasileira, desejo de quem hoje se expressa apenas por meio de cartas, de *e-mails* e de telefonemas. O exercício da política não comporta, Sr. Presidente, espectadores. Quem não faz política verá outros fazê-la em seu lugar, para o bem ou para o mal.

Sr. Presidente, cobraram-me nomes, uma lista de políticos que não honram o mandato popular conquistado. A meu ver, essa cobrança em si já é uma distorção do papel de um Parlamentar, que deve ser o de lutar pela ética e por políticas públicas que façam o País avançar.

Instituições como os tribunais de contas, o Ministério Público, a Polícia Federal e a própria imprensa têm dado uma contribuição inquestionável e valiosa nessa área.

Não sou afeito aos holofotes e à palavra fácil. Os jornalistas que cobrem os trabalhos do Senado Federal sabem do que estou falando. Mas uma coisa eu posso assegurar a V. Ex<sup>a</sup>: sempre tive posições claras, mesmo nos momentos mais obscuros da história do Brasil. Tenho ojeriza à passividade e à omissão.

Os recentes acontecimentos na Fundação Real Grandeza, o fundo de pensão dos funcionários de Furnas e da Eletronuclear, são uma prova clara, transparente e inequívoca do que explicitiei na minha entrevista.

Repito: não preciso citar nomes, pois eles vêm à tona, infelizmente, quase que diariamente.

A população, Sr. Presidente, que paga seus impostos não compreende o porquê da disputa ferrenha entre grupos partidários, sempre envolvendo empresas de orçamentos bilionários.

Quando ocorrem casos como o de Furnas, não dá para esquecer o que aconteceu e o que foi dito. É papel do Chefe do Executivo – no caso, o Presidente da República – instalar uma auditoria independente que coloque tudo em pratos limpos. Essa deveria ser a atitude a ser tomada, e não a de deixar a poeira baixar, esperando que a história seja esquecida, abafada por um novo escândalo.

Celina Vargas do Amaral Peixoto, socióloga reconhecida internacionalmente, neta do Presidente Getúlio Vargas, em carta publicada pela revista *Veja*, edição nº 2.101, manifesta-se tão horrorizada quanto eu com a degradação do quadro político nacional:

Os políticos lutavam por projetos. Brigavam dentro e fora dos partidos, por idéias e pelo poder legitimamente constituído ou não. Entendia-se que o homem público tinha uma missão a cumprir.

Ou resgatamos, Sr. Presidente, essa lógica para o exercício da política ou vamos continuar estampando capas de revistas e jornais da pior forma possível. Não pensem que me agradou dizer o que eu disse, mas estou absolutamente convicto de que tinha que fazê-lo.

Aproveito esta oportunidade para agradecer as milhares de correspondências que recebi do País inteiro em apoio a minha entrevista. Foram *e-mails*, cartas, telegramas, telefonemas. Expresso minha gratidão também pelas cartas enviadas aos jornais e à *Veja*, as quais tive oportunidade e ler nos últimos 15 dias.

Sr. Presidente, o exercício da política não pode ser transformado em um balcão de negócios. O que se vê hoje no nosso País é um sentimento de descrença, com a impunidade corroendo as bases da democracia.

O poder pelo poder leva ao quadro político degenerado que hoje vivemos no nosso País, no qual a esperteza é mais valorizada do que a inteligência e a correção ética.

A conclusão de tudo isso é óbvia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. O caminho para resolver as pendências da nossa democracia está em pauta há anos. Refiro-me à Reforma Política – não a esse arremedo de reforma que chegou recentemente ao Congresso Nacional, que, segundo afirmam, será “fatiada”. Também não me refiro à fidelidade partidária com “prazo de validade”, aprovada pela Câmara dos Deputados.

Uma reforma política séria deve, em minha opinião, incluir e aprovar pelo menos quatro pontos:

- 1 – financiamento público de campanha;
- 2 – fidelidade partidária;
- 3 – fim das coligações nas eleições proporcionais e
- 4 – Implantação da cláusula de desempenho.

O financiamento público de campanha é indispensável para evitar a interferência cada vez maior do poder econômico, que corrompe o processo eleitoral.

A proposta de reforma política debatida há algum tempo pela Câmara dos Deputados previa o financiamento público com um custo para a campanha eleitoral de R\$7,00 por eleitor. Hoje, isso representaria um custo de aproximadamente R\$914 milhões para uma eleição nacional, tomando como referência um eleitorado de 130 milhões de pessoas.

De acordo com números do Tribunal Superior Eleitoral, a campanha do ano passado custou cerca de R\$2,43 bilhões. A imprensa, por sua vez, calcula que a despesa real representou cerca de cinco vezes esse valor, chegando à cifra de R\$12,15 bilhões – mais de doze vezes o valor estabelecido no projeto da reforma política.

Não sou ingênuo de acreditar que o financiamento público sozinho vá resolver o problema da corrupção e do desvio de recursos públicos para campanhas eleitorais. Isoladamente, nenhuma dessas propostas que eu citei dará resultados amplos.

Por essa razão, questiono a chamada “reforma fatiada”.

A fidelidade partidária, Sr. Presidente, por sua vez, é um instrumento para impedir o degradante festival de adesões fisiológicas. Não condeno quem esteja insatisfeito em um lugar e queira ir para outro. Mas, no caso dos partidos políticos, isso deve ser a exceção e não a regra, como tem prevalecido há alguns anos.

De todas as medidas de uma reforma política séria e objetiva, talvez a única que obteria um resultado extraordinário isoladamente é a proibição das coligações nas eleições proporcionais. Essas coligações são uma deformidade e uma imoralidade existentes apenas no Brasil, onde se vota em José e se elege João.

Sr. Presidente, se o Congresso Nacional fala de reforma da Previdência, todos se interessam. Recebemos milhares de *e-mails*, milhares de ligações telefônicas. O mesmo se aplica às reformas trabalhista e tributária. Mas a reforma política é vista pela opinião pública como algo de interesse exclusivo dos políticos.

O cidadão talvez não compreenda que a reforma política é a “mãe” de todas as reformas, justamente por assegurar o aprimoramento das instituições responsáveis pelo encaminhamento de todas elas.

Outro espaço para a degradação do exercício da política reside no Orçamento Geral da União. Sua elaboração, aprovação e execução precisam passar por uma profunda e séria reformulação, que estabeleça obrigações severas para o Poder Executivo.

O Parlamento não pode continuar sendo um mero atravessador de verbas públicas, com emendas liberadas às vésperas das votações que interessam ao Governo.

As distorções começam na elaboração do Orçamento, permanecem na sua aprovação e atingem o auge na hora da liberação dos recursos e quando o dinheiro, que deveria ir para obras prioritárias nos municípios, escorre pelos esgotos da corrupção e dos desvios, muitas vezes com a participação dos ordenadores de despesas do Poder Executivo, indicados pelos partidos políticos.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para informar que apresentei um projeto de lei que proíbe que as diretorias financeiras de empresas estatais possam ser ocupadas por indicações partidárias. Minha proposta reservará esta posição com exclusividade para funcionários de carreira dessas empresas e autarquias.

Além disso, esses diretores terão que ter seus nomes aprovados pelo Senado Federal, seguindo o exemplo do que já ocorre hoje com os dirigentes das agências reguladoras.

A classe política – se tivesse bom senso – deveria ficar a quilômetros de distância de qualquer diretoria financeira.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, deixei para a parte final deste meu pronunciamento a questão da impunidade, que considero a consequência mais nefasta do quadro de degradação da política e dos nossos compromissos políticos, sociais e éticos.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> vai permitir apartes... Eu desde já, começaria pelo Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE)** – Senador Jarbas Vasconcelos eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a humildade, que V. Ex<sup>a</sup> fez o discurso que eu gostaria de ter feito. Acrescento alguns pontos ao que V. Ex<sup>a</sup> colocou com tanta propriedade e que fez chamar a atenção do País todo para o verdadeiro festival de corrupção que o está acometendo, de maneira que se tornou uma coisa banal e praticamente cotidiana na vida pública brasileira. Infelizmente, isso veio acontecer sob o beneplácito de todos os Poderes, praticamente, uma vez que, desde o período do mensalão, quando

em nenhum momento se desmentiu o que aconteceu, mas apenas se justificou dizendo: “Fizemos; mas quem não fez?” Ou seja, dando um sinal de que todo mundo fazendo, tudo era permitido. Então, chegamos à banalização dessa corrupção que vimos, inclusive – V. Ex<sup>a</sup> deu um exemplo muito feliz, e eu vou a outro – o Ministro da Saúde, Senador Jarbas Vasconcelos, dizer em um discurso que a Funasa, órgão subordinado a ele, estava corrupta e cheia de corrupção. E isso não foi desmentido. A diretoria da Funasa lá continuou, o Presidente da República não fez nada...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Ao contrário, pediram a cabeça do Ministro.

**O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE)** – Pediram a cabeça do Ministro e as coisas continuam na mesma. Ou o Ministro era um mentiroso e deveria ser afastado imediatamente, mentiroso e calunioso, ou estava dizendo a verdade. Em qualquer país civilizado, isso não teria acontecido. Logo após, vemos aqui essa questão da Real Grandeza, em que o próprio Ministro fala de um órgão indiretamente subordinado a ele, dizendo que existe ali um antro de bandidagem. E as coisas ficam como estão: ninguém investiga, ninguém se espanta e ninguém se escandaliza. Quando V. Ex<sup>a</sup> deu à revista *Veja* aquela entrevista publicada nas páginas amarelas, com a credibilidade que V. Ex<sup>a</sup> tem, acredito que tenha sido um verdadeiro grito de basta. Estamos falando neste País agora de valores. Nós não estamos falando de política econômica, nós não estamos falando de Bolsa-Família nem de política social, nós estamos falando de valores. Um país, uma nação só sobreexiste se tiver seus valores básicos respeitados, admirados pela sua população e principalmente pelos seus dirigentes. O reparo que faria aqui – não seria propriamente um reparo – seria um adendo ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>: de que precisamos, acima de tudo, de uma reforma moral neste País. Nós nos acostumamos à imoralidade, nós nos acostumamos à total falta de ética no dia-a-dia, na vida de todos nós, fazendo com que isso seja absolutamente banal e desimportante, e este País está se desintegrando moralmente, aos poucos, deixando as futuras gerações sem perspectivas. Nada se constrói sem a sólida base de valores morais a construir uma nação, a construir um povo. E isso está sendo destruído neste País. Ele vai muito mal. Dentro do que V. Ex<sup>a</sup> colocou também, eu daria mais ênfase a que duas reformas são “reformas-mães”: a reforma política e a reforma do Orçamento. O Orçamento, hoje, é o grande fator, um dos grandes ou o principal fator de corrupção do Executivo, do Legislativo e dos Executivos estaduais e municipais. Formou-se uma verdadeira cadeia de corrupção em que o Parlamentar, como V. Ex<sup>a</sup> disse, “se tornou um atravessador de



verbas públicas”. Não. Pior: tornou-se um corretor de verbas públicas, um corretor com direito, na maioria das vezes, em boa parte das vezes, à sua comissão de corretagem. Isso é absolutamente inadmissível em um país que se pretende um país civilizado e que pretende atingir níveis de desenvolvimento aceitáveis no mundo de hoje. Portanto, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou totalmente solidário ao que V. Ex<sup>a</sup> disse e, acima de tudo, parabenizá-lo por ter tido a coragem e a iniciativa de, agora, neste momento, fazer, com tanta precisão, o diagnóstico deste País.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Senador Tasso, não é a primeira vez que ouço V. Ex<sup>a</sup> colocar, com tanta clareza, com tanta objetividade essa questão da ética, da moral e da necessidade de postura correta das instituições. Subscribo todo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Ele é enriquecedor e reitera, mais uma vez, a sua preocupação, que não é de hoje, com relação à boa prática política dentro e fora do Congresso Nacional.

Ouçó, com prazer, o Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE)** – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> se referiu à reforma política na sua frase como “a mãe de todas as reformas”. Eu queria começar por aí, com muito cuidado, porque é preciso não perder a precisão para não resvalar para acusação sem prova ou para comentário que não produza resultados. No início desse período do Presidente Lula, era indispensável uma ampla reforma política. Essa chamada reforma não se deu. O que se deu foi o mensalão. E o mensalão se desenvolveu nesses últimos seis anos. Quais são as formas do mensalão que foram se sofisticando com o tempo? O coração desse processo de desestruturação do poder – e não falo apenas do poder do Congresso; falo do poder no sentido mais amplo –, o coração principal, no que se refere às relações do Legislativo com o Executivo, é o chamado Orçamento. O Orçamento virou muito mais do que uma simples intermediação de candidatos, de Parlamentares; virou um sistema de dominação do Congresso. Os jornais não acompanham nem conseguem acompanhar esse assunto. Eles ficam prisioneiros da observação sobre a liberação de emendas individuais. Por quê? Porque as emendas individuais têm cara, dono, autor. As dotações dos Ministros não têm; as verbas gerais dos Ministérios não têm; muitas das emendas de bancada também não, daquelas poucas que são efetivadas. O fato real é que esse sistema produziu desequilíbrios enormes do ponto de vista ético e da corrupção. Uma parcela muito grande dos Parlamentares passou a ter privilégios exorbitantes. Já ouvi falar de Parlamentares que liberam 100 milhões por ano, e não foi ninguém da Oposição que me disse

isso, nenhum companheiro do PSDB ou de qualquer partido da Oposição. Líderes que liberam 100, 50, 80, 120 milhões enquanto que os outros Parlamentares liberam 10, 8, 7, 6 milhões. Ninguém sabe, nem há como, proceder a fiscalização disso, porque essa é a decisão que tomam os Ministros lá em cima, as autoridades dos Ministros com ele. E esse sistema é usado para manter uma maioria parlamentar de maneira absolutamente clara, transparente, sem vergonha! Isso se banalizou. Muitas pessoas assumem isso até como se isso não fosse errado, assumem isso como fato normal. O pressuposto de um bom Orçamento é um bom planejamento. Tem de haver planejamento para que se possa orçar no ano e, na perspectiva plurianual, o que se deseja fazer no tempo para o País. Como não há planejamento nenhum, o PAC é apenas – alguém me disse uma frase ontem, e não estou me lembrando agora – uma sacola, um embrulho de projetos... Foi a frase do Senador Tasso. Não há planejamento, não há noção de prioridade, de estruturação econômica. Nada disso! Todo esse jogo está contaminado. Essa contaminação é do Legislativo, é do Executivo e é das empresas. Não tem ninguém ingênuo aí e não tem ninguém que não tenha um pedaço da responsabilidade desse amplo sistema de corrupção. Privilégios para todo lado, desequilíbrios para todo lado; o Orçamento transformado, rigorosamente, em tudo que não deve ser, num País que não tem planejamento, num País que não tem prioridade, num País que domina o Congresso pelo dinheiro público, através das verbas do Orçamento. O segundo padrão dessa grande rede de controle do Congresso e desestruturação da política é a utilização do Executivo, da Administração Direta e de empresas estatais para a nomeação, por indicação de grupos de Parlamentares, de gente que vai para essas indicações evidentemente para não cumprir funções republicanas. O que tem um partido qualquer a ver com o diretor financeiro de Furnas? Em que o programa desse partido está representado na ação do diretor financeiro de Furnas, ou na nomeação daquele diretor que vai furar poço na Petrobras, ou na nomeação de dezenas e dezenas de cargos de poder? Quando alguém ocupa um cargo desses hoje, sabe o que é que se diz? “Conquistamos um grande cargo. Ele tem um grande orçamento”. Para que é o grande orçamento? É para o País? É para quê? É para sanear o sistema político? É para limpar a vida pública? Nada disso. É para contaminar ainda mais a vida pública, para estabelecer uma rede de cumplicidade que vai da empresa ao Poder Legislativo, e passa, de maneira central, no Poder Executivo. Essa é uma operação do Poder Executivo. O Congresso é cúmplice dessa operação, mas o comando dessa operação está no Poder Executivo.



Nós pagamos a conta pública. O Presidente da República faz seus discursos com cara de paisagem, como se não tivesse nada a ver com isso. Ninguém é punido, e não acontece coisa alguma. A utilização do emprego público, das funções públicas com a nomeação de pessoas sem mérito generalizou-se, banalizou-se. Três Deputados indicam o diretor financeiro de uma instituição qualquer, para quê? Às vezes, eles nem conhecem o diretor que indicaram. Ele vai ali para cumprir uma tabela, e essa tabela não é republicana. Esse é um capítulo que se banalizou aí de maneira total. Entrou por dentro das instituições mais importantes do País, que ninguém antes teve coragem de fazê-las vulneráveis, porque eram estruturantes, fundamentais para o País, e que estão sendo degradadas agora. Um partido tem um pedaço. Um pedaço para quê? Qual é o tamanho que ele conquistou? Essa é a discussão. Será que isso é democracia? Será que o interesse público está prevalecendo, está submetido a uma regra, a algum tipo de controle, a algum tipo de orientação? O Tribunal de Contas, ao contrário do que nós desejamos, não pode ser eficiente. O sistema de fiscalização não funciona. As comissões de acompanhamento e fiscalização do Congresso estão mortas. A Comissão de Orçamento já devia ter deixado desaparecer há muito tempo. Não importa a forma ou o que está lá nesta semana, neste mês, ou no ano que vem: ela é o coração desse sistema, ela é o núcleo desse sistema, absolutamente delegado pelo Governo, pelo Poder Federal. Essa invasão assume outro campo: vai às agências reguladoras, objeto de indicação de Parlamentares, de utilização desse sistema por partidos ou grupos de interesses. Vai aos fundos de pensão; fundos de pensão que dão um belo exemplo de tudo que não poderia acontecer, como agora, no Fundo Real Grandeza, que devia ser objeto de uma intervenção imediata. Imediata porque há interesse público ali, ele não está respeitado por uma diretoria comprometidíssima, como é comprometida também a diretoria da própria instituição, toda viciada. Quero saber o que vai fazer, nesse ambiente, o brasileiro que quer melhorar o País. Com certeza, vai ouvir o seu discurso, porque você tem autoridade para fazê-lo. Hoje, eu ouvi um discurso ridículo de um Deputado pernambucano. Tanto mais eu o ouvi, mais eu me convenci de como a sua luta tem mérito, e a dele, não.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Obrigado.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Então, esse processo não pode continuar, tem que acabar. Essa cumplicidade vai nos levar, rigorosamente, ao fundo do poço. As práticas políticas estão se degenerando, e a convicção e a consciência do povo sobre nós é cada

dia pior. E está certo o povo, e estamos errados nós. É claro que há pessoas que não merecem críticas e pessoas que têm qualidade.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Sérgio Guerra, dada a relevância do pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos, especialmente pelo conteúdo dele, vou prorrogar, mais uma vez, o tempo para a conclusão do pronunciamento.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – É claro que nem todos estão envolvidos nisso. Tem gente séria nisso, tem gente direita nisso, em todos os Partidos. É claro que há político de qualidade em todo lugar, mas é evidente que esse é o sistema que está prevalecendo, e que vozes como a sua têm que se levantar. Ainda bem que se levantou a sua, no momento oportuno, com a firmeza e a clareza de sempre. E é importante que todos nós entendamos aqui que o nosso objetivo é construir uma democracia melhor, não afetar uma, duas ou três pessoas físicas ou políticas. Não é essa a nossa tarefa. Eu não gosto de comissões parlamentares de inquérito, de acusação a ninguém. Não é da minha natureza. Mas dizer que esse sistema serve, que pode continuar?! Não pode. Vai-nos levar a um grave impasse institucional. Então, Senador, quero lhe dizer que não faz mal que o senhor não tenha uma Comissão de Justiça, porque terá todas as comissões do Senado, pela sua presença, pelo seu valor, pelo respeito que os brasileiros têm no senhor.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Só uma pessoa com a sua competência e seu conhecimento pode dar um aparte sobre Orçamento, sobre ocupação de cargos públicos, porque V. Ex<sup>a</sup>, desde que aqui cheguei, tem tratado isso através de entrevistas, de apartes e de discursos nesta tribuna.

O meu desejo é ouvir todos, Sr. Presidente. Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, eu ouviria agora, pela ordem, o Senador Tião Viana e, logo em seguida, o Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Haverá tempo, Senador Jarbas Vasconcelos, porque eu proroguei, por mais 30 minutos, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Senador Tião Viana, com muita honra.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Jarbas Vasconcelos, serei muito objetivo no aparte que faço a V. Ex<sup>a</sup>, também muito honrado estou em apartear-lo. Temos uma convivência presencial, vamos dizer, de dois anos e pouco nesta Casa. Eu acompanhava V. Ex<sup>a</sup> como membro da resistência democrática brasi-

leira do chamado MDB autêntico – eu, no movimento estudantil, e V. Ex<sup>a</sup>, já na militância da vida pública e partidária. E eu entendo que V. Ex<sup>a</sup> dá um grito a favor de um sentimento de “acorda, vamos despertar para a confiança que devemos ter em nós mesmos e na nossa capacidade de fazer as coisas corretas neste País”. Não acho que seja um ataque ao Governo, não acho que seja um ataque ao seu partido, mas é uma indignação com a crise partidária que nós estamos vivendo e com a capilaridade de atitudes incorretas que estão se apropriando dos espaços de poder no nosso País. Entendi muito mais assim. V. Ex<sup>a</sup> não quantificou corrupção neste País. Disse V. Ex<sup>a</sup> que o problema existe, e existe em todas as esferas da vida institucional, e precisa ser veementemente combatido. Eu acho que esse é um ato de um grande brasileiro, de um grande homem público que V. Ex<sup>a</sup> toma. Eu acho que o caminho correto da política seria o reconhecimento das verdades expressas por V. Ex<sup>a</sup> e a busca de soluções, e não o rebate falso, como se fosse um ato virtuoso contestar V. Ex<sup>a</sup>. Problemas no Governo: tem? Tem. No Judiciário: tem; na instituição partido político, tem; na vida nacional, infelizmente, rompe-se com o idealismo daqueles que trouxeram a volta da democracia ao Brasil e que lutaram por uma sociedade e por uma vida institucional efetivamente corretas. Vivemos uma fase de crise. Olho para a política brasileira hoje, sou de uma geração mais nova que a de V. Ex<sup>a</sup>, e me pergunto, Senador Jarbas – já dividi isso com V. Ex<sup>a</sup>: o que tem sido feito pela política? Temos um Parlamento melhor ou pior que o Parlamento de 10, 16 anos atrás? Está pior; ele está enfraquecido em conteúdo, está enfraquecido em suas diretrizes; está enfraquecido em suas responsabilidades. É por isso que V. Ex<sup>a</sup> aponta a reforma política, a crise orçamentária, a crise do financiamento da vida institucional e as necessidades da população. Então, as virtudes da sua fala são muito maiores que as nossas pequenas divergências. Eu me reporto ao Presidente da República como um homem honrado, correto e que defende o Brasil, mas os problemas estão aí, V. Ex<sup>a</sup> os aponta com muita grandeza, e é preciso que tenhamos coragem de enfrentá-los. A dívida que fica deste momento da vida nacional é um Parlamento mais enfraquecido, a qualidade da política pior, e a contaminação da corrupção afetando mesmo a vida institucional do País. A resposta seria atitude; atitude individual e atitude coletiva. Vou compartimentar um pouco o debate que V. Ex<sup>a</sup> faz. A reforma política: nós não podíamos responsabilizar o Governo por ela; é responsabilidade individual e coletiva do Congresso Nacional. Os dirigentes do Congresso têm de fazer a reforma política com os Líderes partidários. Não podem transferir a responsabilidade, mas não sei se,

ano que vem, vamos dizer que ela já foi feita. Talvez V. Ex<sup>a</sup> esteja a lamentar. Talvez muitos de nós estejamos a lamentar. O Governo influencia, mas não pode tirar minha responsabilidade de votar, não pode tirar a da instituição partido político. V. Ex<sup>a</sup> presta um grande serviço, como um grande brasileiro que é, e fala para as gerações todas. Se tivermos responsabilidade, sinceridade e coragem, acolheremos o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> como uma grande contribuição à democracia que temos de edificar neste País.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Obrigado, Senador Tião Viana. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> enriquece nosso pronunciamento e nos honra por sua atitude de coerência e dignidade neste plenário.

Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO)** – Sena-

dor Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento que agrada à Nação e ao Senado – acredito eu. O que disse V. Ex<sup>a</sup> não tem absolutamente nada de errado: há uma degradação da vida política no Brasil. E o Senado faz parte dessa degradação. Mas a culpa é nossa mesmo. Temos como mudar a Constituição. O Presidente da República não tem. Quanto às medidas provisórias, será que tudo isso que foi discutido aqui, de um momento para outro, vai ser implementado? Teremos condição de votar? Nós mesmos trancamos a pauta das votações. É óbvio que precisamos de uma reforma política. Estamos em afronta total à sociedade. Quem quer ficha suja na política? Há mais de um ano, foi constituída uma comissão, da qual eu tive a honra de fazer parte, o Senador Pedro Simon, outros Senadores, V. Ex<sup>a</sup> também fez parte. Aprovamos lá uma mudança na Lei de Inelegibilidade, na Constituição Federal, para evitar o trânsito em julgado, porque nós sabemos muito bem que uma pessoa que é condenada em primeiro grau já teve inquérito na Polícia, já foi denunciada por um promotor, já enfrentou o devido processo legal com o seu advogado e foi condenada por um juiz. Quer dizer, ela pode continuar em liberdade, ela pode continuar usando os seus recursos, mas não pode estar na vida pública. Essa é uma situação absurdamente equivocada. No mundo inteiro, qual é a discussão principal que tem o Parlamento? O Orçamento. Uma vez cheguei a uma banquinha em Paris; estavam lá os velhinhos todos discutindo o que ia haver de reajuste para eles: 2,3%. “O Congresso está discutindo justamente isso”. Aqui nós discutimos o que, em termos de Orçamento? O Governo pode fazer o que bem entender! O nosso Orçamento é só indicativo, é uma formalidade, nada além disso! O Governo, se quiser, pode modificá-lo completamente durante o ano da execução, com todos os mecanismos à sua disposição. Então, somos um Parlamento assombrado

pela superioridade do Executivo e agora pela superioridade do Poder Judiciário. Como nós não legislamos, o Judiciário vem aí. Eu mesmo já fui à tribuna para reclamar que o Poder Judiciário usurpou função nossa de mexer com algema, de como é que isso deve ser feito. O Poder Judiciário já entrou em diversas outras situações. Aliás, o Presidente do Supremo virou uma referência política positiva, porque é um homem que tem coragem de falar.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Perfeito.

**O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO)** – Tem coragem de reclamar contra uma série de situações, e nós estamos perdendo o nosso espaço. Hoje dei uma entrevista, o repórter começou me perguntando o seguinte: “Os senhores estão há um mês parados. O senhor acha que essa paralisia do Senado fez falta ao País?” O que tenho a dizer é o seguinte: claro que faz falta, nós somos uma democracia. Fechar o Parlamento é muito pior do que qualquer outra coisa. Mas temos que tomar as providências necessárias para fazer com que esta Casa ande e, mais do que isso, fazer com que as gerações futuras votem em políticos melhores do que nós. Isso não é hipocrisia nem é crítica direta a quem quer que seja, mas temos que tomar essa atitude. E V. Ex<sup>a</sup> teve a coragem de abrir um debate positivo, um debate que não considero oportunista; muito pelo contrário. V. Ex<sup>a</sup> tem uma história consolidada de vida, uma história consolidada no mundo político e pode abrir, com certeza, esse debate. Temos aí inúmeros temas. V. Ex<sup>a</sup> ou alguém aqui mencionou – não sei se V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Tasso Jereissati, ou os dois – o tema fidelidade partidária. Abriram a janela de um mês. É uma fidelidade partidária, permitam-me a expressão, substituída.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Completamente.

**O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO)** – Como é que vamos tomar uma providência dessas, ou seja, estamos esculhambando ainda mais a vida pública. Então, gosto do que V. Ex<sup>a</sup> estava falando, respeito a sua posição e acho que nós temos como fazer. Se nós quisermos, não tem Presidente da República que tranque a nossa pauta. Quem tem capacidade de modificar a Constituição somos nós. Não tem Poder Judiciário que vá julgar e criar uma nova legislação por omissão do Congresso. Nós estamos nos omitindo. E tem aí, acredito, umas três centenas de projetos paralisados na Mesa há uns três anos. Não é por incompetência da Mesa, não. É porque, com a nossa legislação, a pauta fica trancada, não damos conta de votar. E tudo isto que estamos falando aqui vai ser uma inverdade se não tomarmos a coragem de enfrentar, no bom

sentido, o Executivo e começarmos a exercer nossas atribuições, que são dignas e altaneiras. E para que o povo, quando pararmos um mês, possa dizer amanhã: “Vocês fizeram falta”.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, Senador Demóstenes. Primeiro porque é uma autoridade nesses assuntos, nessas denúncias que tem reiterado aqui dentro da Casa. Suas palavras se juntam à palavra do Senador Tião Viana de que a reforma política depende de nós. O Governo pode, quando muito, atrapalhar. Se o Governo não quer a reforma política, ele atrapalha. Mas a iniciativa tem que ser do Congresso, tem que ser da Câmara, do Senado. É estranho chegar ao Congresso uma mensagem com reforma política, usurpando as funções do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Ouçó, pela ordem, só para poder ouvir todos, o Senador Marco Maciel, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Pedro Simon, que foram os que pediram primeiro a palavra.

Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.)** – Senador Jarbas Vasconcelos, desejo, de plano, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que profere e é um desdobramento de manifestação que V. Ex<sup>a</sup> fez à revista *Veja*. V. Ex<sup>a</sup>, de forma lúcida, situa a necessidade de repensarmos o País, ou seja, como revigorarmos as instituições republicanas, extremamente erodidas. O Senador Tasso Jereissati falou aqui de valores. Os valores republicanos estão extremamente erodidos comprometendo nossas instituições. Como não poderia deixar de acontecer, traz isso desdobramento no Congresso Nacional. A sociedade deseja, de forma consequente, melhorar a qualidade da política que se pratica no nosso País. Isso é possível, mas passa, obviamente, como foi mencionado à saciedade, pela execução das chamadas reformas políticas, que às vezes prefiro chamar de reformas institucionais, porque ultrapassam o universo dos partidos políticos, do processo eleitoral, para se alojarem em questões extremamente importantes como as relativas à Federação, cada vez mais diminuída, na medida em que há uma grande concentração de poderes da União em detrimento de Estados e Municípios. Enfim, de uma reforma que dê ao País realmente o que tanto aspira, isto é, melhorar os seus níveis de governabilidade. Esse é um debate útil ao País e ajuda que se forme uma pedagogia cívica sobre o que deva ser feito. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> já traçou muito bem, o itinerário dessas reformas de modo muito claro. Não há razão para que não encetemos essa luta, e vou além: acho que isso deve ser feito este ano, já que o próximo ano será de eleições gerais e, como dispõe o art. 16 da Constituição, se não estou equivocado, não



se pode votar alteração do processo político-eleitoral senão um ano antes das eleições. Então, ou fazemos essas reformas agora ou teremos perdido mais uma oportunidade e, certamente, adiado o aprimoramento institucional do País para mais quatro anos. Encerraria as minhas palavras dizendo que concordo com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> quando chama a atenção para fazermos essas reformas e, assim, contribuírmos para dar ao País uma sociedade desenvolvida e justa. É fundamental que façamos essas reformas que têm desdobramentos também em outras áreas, inclusive na tributária, na previdenciária e outras. Enfim, fazendo isso, iniciaremos uma nova fase do nosso País. Agora me ocorre uma frase de um líder republicano que foi, se não estou equivocado, Ministro da Fazenda de Campos Sales e, depois, se elegeu Senador da República. Certo dia, no Senado, ele, num desabafo, disse: “É necessário republicanizar a República”. Essa frase é de Joaquim Murinho, grande especialista em assuntos financeiros, foi Ministro da Fazenda, parece que de dois governos da chamada República Velha. Líder republicano, decepcionado com o desenvolvimento das práticas republicanas, disse esta frase, a meu ver, lapidar: “É necessário republicanizar a República.” Acho que, mais uma vez, Joaquim Murinho precisa ser lembrado para servir – quem sabe? –, de bússola a ajudar a iluminar nosso caminho. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade que me deu de apartear-lo e expender, também, minhas opiniões.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup>, que é uma autoridade, um *expert* nesse assunto de reforma política a que V. Ex<sup>a</sup> chama, adequadamente, de reformas institucionais. Sempre tem ocupado essa tribuna cobrando e apresentando propostas e iniciativas para que ela alcance seus objetivos.

Quero ouvir o Senador Cristovam Buarque. Entre os milhares de manifestações de apoio que recebi do Brasil inteiro, a dele foi uma das primeiras a chegar.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Jarbas, eu creio que dos que estão aqui talvez eu seja o que mais tem acompanhado o senhor nesses 40 anos – que o senhor disse no começo – de sua vida pública.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Eu sou um deles. Desde o começo, lá em Pernambuco, quando a gente lutava pela redemocratização...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– Nossa filiação ao MDB, na fundação do Partido, foi na mesma página.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Na mesma página, juntos na mesma luta.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– A filiação era feita em livros.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Era feita em livros.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– Nessa mesma página tem minha filiação, a de V. Ex<sup>a</sup>, a do ex-Deputado estadual Marcos Cunha e a do ex-Senador Roberto Freire.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – E eu creio que todos esses, os que estão vivos ainda, estão orgulhosos de sua posição hoje e, ao mesmo tempo tristes e preocupados, porque depois de 40 anos V. Ex<sup>a</sup> está sendo vítima de um ato arbitrário e ditatorial. Refiro-me à exclusão de V. Ex<sup>a</sup> de uma comissão tão importante como a Comissão de Constituição e Justiça. E ainda mais, que a Casa que existe para defender a democracia hoje passa a impressão, pelo menos, de que está sob uma administração que impõe uma ditadura. E eu digo com toda a responsabilidade de quem afirma isso, imaginando que quem diz o que V. Ex<sup>a</sup> disse e quem diz o que eu digo têm que ser punidos se estiver mentindo, dentro da linha do que disse o Senador Tasso Jereissati em relação ao Ministro da Saúde. Ou V. Ex<sup>a</sup> e eu e outros aqui devemos ser punidos por estarmos, de uma maneira não compatível com a verdade, falando mal da Casa ou outros têm que ser punidos porque são a causa dessa situação degradante que a Casa vive – e ela vive. O mais grave Senador Jarbas, é que o que V. Ex<sup>a</sup> disse, V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, é o óbvio. Isso é que é grave.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– É.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – O mais grave, é que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, não apenas existe corrupção, mas ela faz parte da paisagem. Isso é que é grave.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– A constatação do óbvio.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – O mais grave ainda é que o povo passa diante dessa paisagem, vê a paisagem, sente nojo da paisagem, e nós fazemos de conta que a paisagem não existe. E nós toleramos, aceitamos, viramos as costas, silenciemos, como vão tentar silenciar o seu discurso fazendo como se não tivesse acontecido; como vão tentar silenciar a sua entrevista como se ela não tivesse acontecido; como silenciaram o Ministro da Saúde, fazendo de conta que ele não tinha dito que a Funasa era um órgão de corrupção. Eu creio que o mais grave é a aceitação, que faz com que nos transformemos em uma Casa que tolera tudo isso, e a casa que tolera tudo isso tem

um nome: casa de tolerância com tudo isso. É para essa desmoralização que o Senhor tanto chamou a atenção. Hoje, fico triste em dizer que – e aqueles que convivem aqui com os jovens devem saber – não estamos representando exemplos para a juventude brasileira. Quantos jovens, hoje, dizem: “Quero, em minha vida, ser Senador”? E eu falo, sobretudo, daqueles que não se lembram da idéia de tirar proveito do fato de ser Senador. Não estamos sendo exemplos. A sua entrevista deu demonstração de que era preciso mudar. Com isso, V. Ex<sup>a</sup> se transformou em um exemplo. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo história, com aquela entrevista, com esse discurso e até mesmo com a sua cassação, com a sua exclusão da Comissão de Constituição e Justiça. Gostaria que algum partido o indicasse para uma comissão, Senador, em vez de V. Ex<sup>a</sup> se retirar de todas as Comissões. Outros partidos podem fazer isso. Fui indicado pelo PFL quando fui retirado de uma Comissão, em algum momento. Nada a ver como meu Partido, mas fui. V. Ex<sup>a</sup> pode ser indicado por outro partido. Teria, a meu ver, de continuar lá dando sua contribuição como brasileiro, acima dos partidos aos quais estamos filiados. Quero dizer que a sua demonstração de que os partidos estão hoje em situação degradada é verdade. Felizmente, embora os partidos tenham ficado todos iguais pelo lado negativo, ainda existe o lado de lá e o lado de cá, e eu estou do seu lado. Nós somos do mesmo lado, embora em siglas diferentes. Como alguém que é do seu lado, há quarenta anos, em partidos diferentes, quero lhe dizer que se tentam esquecer tudo o que V. Ex<sup>a</sup> disse, quero dizer que eu assino embaixo da sua entrevista, assino embaixo do seu discurso, mesmo discordando até, talvez, de alguns pontos da entrevista, porque não há por que ter concordância com tudo. Mesmo assim, em momentos em que alguém é perseguido por dizer a verdade, a coisa mais importante que a gente faz é assinar embaixo do que aquela pessoa disse. Eu assino embaixo do que o senhor está dizendo nesses dias, e espero que tudo isso seja apurado. E, se não for verdade, eu estou disposto, como subscritor do que o senhor disse, a ser punido. Agora, eu espero que, se for verdade, alguém seja punido. Para isso, esta Casa não pode esquecer esta tarde, não pode esquecer as suas denúncias. Temos que levar adiante, apurando tudo o que houve, seja alguma falsidade no que a gente diz, seja a realidade trágica do que a gente está afirmando. Eu fico contente de que, nesses 40 anos, estamos do mesmo lado e, nesse lado, eu assino embaixo do que o senhor disse e do que o senhor está falando hoje.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– O seu aparte, Senador Cristovam Buarque, além de nos tocar profundamente, já tinha sido publicado no

*Jornal do Commercio* do Recife com este mesmo título “Eu assino embaixo”, em que V. Ex<sup>a</sup> reitera todos esses conceitos que emite aqui com relação a minha fala e a outras falas dessa mesma dimensão, com esses mesmos objetivos. V. Ex<sup>a</sup>, graças a Deus, tem marcado a presença do nosso Estado aqui, representando o Distrito Federal, da melhor maneira possível.

Eu ouço o nobre amigo Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Nobre Senador, não há dúvida de que a Nação está assistindo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> com profunda emoção. Acredito que muitos devem estar surpresos. Seu pronunciamento não foi aquilo que imaginavam. Na verdade, alguns imaginavam que viessem nomes, biografias e histórias, mas V. Ex<sup>a</sup> deixou claro, na primeira entrevista, que o que tinha para dizer já tinha dito. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, hoje, é aquilo que eu disse na primeira vez em que fui entrevistado sobre a entrevista de V. Ex<sup>a</sup>: nós temos de analisar, em cima do pronunciamento do Senador Jarbas, o que vamos fazer. Ele está dando um grande início, um início muito importante. Não há, eu duvido, alguém que não reconheça que se deva fazer alguma coisa; não há, eu duvido, alguém que não reconheça que precisa ser feito. Mas tem de iniciar. E, com esse seu pronunciamento feliz, competente, oportuno, correto, V. Ex<sup>a</sup> está iniciando. Acho que podemos discordar ou não – e eu concordo com V. Ex<sup>a</sup> –, mas o importante é que o método que V. Ex<sup>a</sup> está propondo hoje nós temos de aceitar. Nós temos de aceitar! Na verdade, nós somos os grandes culpados. É claro que um Congresso que tem medidas provisórias, que nos desmoraliza, que nos humilha, um Congresso onde os Partidos se dobram ao poder e às vontades do Poder Executivo – hoje, ontem e sempre – é difícil, mas nós, individualmente, podemos nos somar e fazer o que V. Ex<sup>a</sup> está propondo. Eu tenho dito, Senador, que seria muito importante uma manifestação da sociedade. Quando caiu a emenda das Diretas Já, e quando parecia que tudo estava acabado, foram os jovens nas ruas que fizeram com que o Tancredo transformasse o Colégio Eleitoral, que era uma mentira, num instrumento para derrubar a ditadura. Foram os caras-pintadas nas ruas. O Congresso, pressionado pelo Exército, que cercou a Casa, não teve condições de aprovar a emenda, e não faria nada. O povo nas ruas deu legitimidade. Seu discurso de hoje é o início e ninguém aqui, mais do que eu, pode dizer: “Pode ter alguém no Congresso com condições idênticas a de V. Ex<sup>a</sup>. Ninguém igual e, principalmente, ninguém mais, pela sua história, pela sua biografia, pelo seu passado.” Eu tenho dito: oito anos Prefeito de Recife, considerado o melhor Prefeito do Brasil; oito anos Governador de Pernambuco, considerado o melhor Governador do



Brasil; a vida inteira dentro do MDB, ou fora da política, sempre com a correção, com a dignidade e com a seriedade. V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para fazer isso. E nós temos vontade, Senador, eu tenho certeza. Nós vivemos uma quadra muito triste. V. Ex<sup>a</sup> chamou atenção sobre a impunidade. Eu recebi uma carta do Presidente do Supremo, de certa forma cobrando de mim. Eu vou respondê-la e depois vou ler a carta dele e a minha resposta, porque eu abranjo o problema da impunidade. Acho que o problema não é – pelo amor de Deus! – o Supremo. Eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelo Supremo. Não é o Supremo, não somos nós, mas é o conjunto de todos, porque a verdade é que, no Brasil, ladrão de galinha – e só ladrão de galinha – vai para a cadeia. Com o resto não acontece nada. V. Ex<sup>a</sup> fala em fundo de pensão, fala em apresentar um projeto para que político não possa ser nomeado para cargos de situação financeira de empreiteira. Isso é hoje, é ontem, isso é assim. Aqui, nesta Casa, vimos um dos maiores escândalos. Um Ministro de Estado, saindo da tribuna onde está V. Ex<sup>a</sup>, respondendo a um debate, foi para o telefone e renunciou ao Ministério, quando ficou claro que os fundos de pensão do Banco do Brasil, que estavam fechados para aprovar o Sr. Antonio Ermínio de Moraes e o seu grupo para comprar a Vale do Rio Doce... Formou-se um grupo, que foi o que ganhou, e seis dias antes criaram um novo grupo, e o fundo de pensão, que estava comprometido com um lado, foi para o outro lado. Foi quando o Ministro disse: “Nós chegamos ao limite da irresponsabilidade”, e daqui da Casa pediu a renúncia. Isso vem de longe e continua igual. V. Ex<sup>a</sup> diz bem. E me perdoem os meus irmãos do PMDB lá da Câmara dos Deputados, mas criar uma CPI para investigar... Até porque sabemos que o momento atual que o Congresso está vivendo, o Congresso, que fez grandes CPIs, e era um momento histórico da sua existência no passado, hoje, não! A CPI das ONGs, a CPI...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Pedro Simon, vou prorrogar o tempo do Senador Jarbas Vasconcelos, pela terceira vez consecutiva, com prazer, para que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu raciocínio e para permitir também ao orador que se encontra na tribuna e aos demais apartes que participem deste debate tão importante.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – ...muito subjetivo. Os fundos de pensão, as diretorias financeiras, as reformas políticas, vamos partir do pronunciamento de hoje de V. Ex<sup>a</sup> e vamos adiante. Faço um apelo ao Líder do PMDB: vamos olhar para a frente. Se for preciso, Senador Renan, a minha vaga está disponível. Mas va-

mos retornar o Jarbas para a Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho que seria um gesto muito positivo porque, independentemente do que acontecer, essa seria uma grande realidade. Tenho certeza de que o Senador Renan vai aceitar, e V. Ex<sup>a</sup>, que é muito complicado, também vai aceitar. Muito obrigado.

**SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Senador Pedro Simon, muito bom o seu aparte, muito bom o seu pronunciamento, V. Ex<sup>a</sup>, que é um pioneiro no Senado Federal na luta contra a impunidade, contra a corrupção. Quando cheguei aqui, já acompanhava V. Ex<sup>a</sup>, não só como companheiro de Partido, mas pela amizade que nos une, e sempre tive uma profunda admiração pela sua conduta, pela sua ação, pelo combate diuturno, ontem, contra o regime autoritário; hoje, contra a impunidade e a corrupção. Eu fico muito feliz de incorporar esse discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

Ouç o Senador Jefferson Praia, que foi um dos primeiros a pedir, e ficou na minha frente aqui. Peço desculpas. Com muita honra, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, eu estava aqui, neste momento, fazendo uma reflexão sobre o que estamos tratando nesta tarde. Nós, na verdade, representamos 180 milhões de brasileiros. Este é o Senado. Estamos discutindo e refletindo sobre talvez o maior mal deste País, que é a questão que V. Ex<sup>a</sup> ressaltou na entrevista que deu à Veja sobre a corrupção no Brasil. Essa é a grande questão. E aí acredito que o grande salto que temos que dar, daqui para a frente, é definir como vamos sair. V. Ex<sup>a</sup> fez a sua parte, está dando início a um processo, como alguns dos oradores já colocaram. Como vamos fazer com que saíamos do discurso para as ações, para as ações práticas? V. Ex<sup>a</sup> já deu algum caminho também. Já falou, por exemplo, do nosso papel, que é fundamental, aqui no Senado. O Senado tem que fazer a sua parte. Nós temos que fazer a nossa parte. Nós não podemos apenas falar do que queremos – ou de algum coisa – como se não estivesse nas nossas mãos. Muita coisa está aqui nas nossas mãos. A reforma política – V. Ex<sup>a</sup> destacou, dentre outras questões nacionais – é algo sobre o que o povo espera que nós façamos alguma coisa. Portanto, eu aproveito esta oportunidade para fazermos uma reflexão neste início de noite.. Sobre quantos assuntos temos que refletir? Por exemplo, eu tenho me reportado, junto com outros ilustres Parlamentares aqui, sobre a Amazônia. Eu gostaria de, num momento como este, estarmos aqui discutindo também a Amazônia. Portanto, temos que fazer a nossa parte. O Senado começar a ver como age nas comissões, nas decisões que tem que tomar. E, daí para a frente, nós poderemos começar a cobrar dos outros Poderes, do Poder Executivo,

do Poder Judiciário, da sociedade como um todo, que cobra dos políticos – e com muita razão. Nós estamos aqui representando o povo dos nossos Estados. Eu aqui, junto com o Senador João Pedro e o Senador Arthur Virgílio Neto, represento o povo do Estado do Amazonas e gostaria de estar aqui falando o que eu estou dizendo neste momento a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais Pares. Acredito que 180 milhões, com raríssimas exceções, gostariam de estar aqui. Não caberiam neste espaço todo do Congresso Nacional, interno e externo, é claro, mas, espiritualmente, estão ligados a essa questão e tenho certeza de que nos acompanham. Portanto, temos pela frente um grande caminho. Essa é uma questão que não vamos resolver de imediato. Mas podemos trabalhar no sentido de diminuirmos a intensidade da corrupção do Brasil, pois não dá mais para levarmos avante da forma como as coisas estão se dando. V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem. Apenas disse o que está todo o mundo vendo. A imprensa vê. Os políticos vêem. O povo vê. Todo o mundo vê. Mas e aí? Faltam agora as ações. E eu me coloco à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para ser um daqueles que vai estar ao seu lado e ao lado de outros companheiros para que possamos fazer este trabalho em prol da nossa sociedade. Eu não sou aqui melhor do que ninguém. Coloco-me nesta posição. Apenas procuro ser uma das pessoas que veio aqui pelos destinos da vida. Represento aqui um grande Senador, o Senador Jefferson Péres, que, se estivesse aqui hoje – ele faz falta –, falaria melhor do que eu 10 mil vezes e estaria aqui expondo sua posição. E eu não poderia ficar sem falar em nome do nosso povo, do povo do Estado do Amazonas e do povo brasileiro. Portanto, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Vamos continuar debatendo cada vez mais. É dessa forma que o Brasil vai avançar. V. Ex<sup>a</sup> coloca posições importantíssimas e tenho certeza de que o Brasil vai avançar paulatinamente, porque isso é um processo e não se dá de uma hora para outra. Existe corrupção, a corrupção já está praticamente em todos os países. Ninguém vai acabar com a corrupção no mundo nem no Brasil, mas da forma como está... Para fazer com que as instituições funcionem, temos que começar pela nossa Casa, pelo nosso Senado da República. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)** – A corrupção e a impunidade, Sr. Senador, caminham juntas, e nada melhor nesta tarde do que o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. E V. Ex<sup>a</sup> chegou aqui para completar o mandato de um grande brasileiro, Jefferson Péres, e tem se comportado como ele, assíduo, responsável, sempre presente ao debate, sempre dando a sua contribuição. Nunca cheguei a este plenário para não encontrar V. Ex<sup>a</sup>

aqui, sempre atento e sempre responsável. De forma que o aparte de V. Ex<sup>a</sup> para mim é engrandecedor.

Quero, Sr. Presidente, avançar um pouco para ouvir mais duas ou três pessoas, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, e deixar registrado o meu agradecimento a sua tolerância e a sua benevolência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Terá V. Ex<sup>a</sup> o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)** – A impunidade estimula a corrupção, é um cancro que precisa ser extirpado.

Apesar das promessas reiteradas em cada discurso de posse, a cultura da impunidade não apenas permanece entre nós, mas se estabelece em bases sólidas em um terreno cada vez mais fértil.

Em outros países – e temos diversos exemplos recentes – uma mera suspeita é suficiente para que haja uma renúncia, a fim de que alguém rejeite uma colocação pública. E essa iniciativa não representa uma confissão de culpa, como alguns poderiam dizer. Significa apenas a sensatez de separar o espaço público das pendências privadas.

No Brasil dos dias atuais, a certeza da impunidade dá uma força tremenda a quem não agiu com lisura e correção. As pessoas se agarram aos cargos como mariscos no casco de um navio – não caem nem nas maiores tempestades.

Sr. Presidente, a corrupção é um fator de desagregação política e social. Ela conduz ao desgaste e enfraquece profundamente a legitimidade do poder constituído.

A partir dessa constatação, gostaria de apresentar mais duas propostas que julgo serem de grande importância, apesar de não serem originais, pois recorri a um documento amplamente difundido há alguns anos. Estas sugestões vou fazer na Frente Parlamentar Anticorrupção:

Primeira – A criação de uma agência anticorrupção, com participação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e de representantes da sociedade civil, para detalhar um Plano Nacional de Anticorrupção.

Segunda – A retomada do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que pretende acompanhar, junto aos Tribunais Regionais Eleitorais e ao Tribunal Superior Eleitoral, todos os processos relativos às denúncias de compra de votos e uso eleitoral da máquina administrativa.

Eu gostaria também de citar o trecho de um documento que tive oportunidade de ler recentemente:

A corrupção no Brasil tem raízes históricas, fundamentos estruturais e impregna a cul-

tura de setores importantes do espectro social, político e econômico. A prática de corruptos e corruptores na esfera do poder se dissemina pela sociedade, como exemplo negativo que vem de cima. O compromisso em erradicá-la não pode se limitar a uma prática de denúncias eventuais e, muito menos, servir a fins eleitorais ou políticos imediatos. Ela exige uma intervenção enérgica pelo fim da impunidade e requer ampla ação cultural educativa pela afirmação dos valores republicanos e democráticos da nossa vida política.

Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, essas duas propostas que acabei de apresentar e também o texto citado constam do documento “Combate à corrupção – compromisso com a ética”, parte do “Programa de Governo de 2002 Lula Presidente”.

Tomei a liberdade de incorporá-las ao meu discurso, porque considero que traz abordagens atuais, corretas e, principalmente, por nunca terem sido postas em prática pelo atual Governo.

Sr. Presidente, encerro o presente discurso com um elogio à CNBB, que, entre os temas da Campanha da Fraternidade deste ano, defende denunciar os crimes contra a ética, a economia popular e as gestões públicas, assim como a injustiça nos institutos da prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns. É essa a postura que se espera da sociedade civil, das igrejas, das entidades de classe e da imprensa. A mudança de postura que se faz necessária num Congresso Nacional só virá pela pressão de todos.

Antes de terminar, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> permitir um pouco mais de tolerância, eu ouvirei os dois Líderes: o Líder do PSDB, Arthur Virgílio, e o Líder do PSB.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Só para lembrar, Senador Jarbas, V. Ex<sup>a</sup> não concedeu aparte a nenhum companheiro seu de Partido.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Citei o melhor de todos aqui: o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> não concederá aparte, Senador Jarbas Vasconcelos?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – V. Ex<sup>a</sup> está meio armado com relação a mim.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Jarbas, V. Ex<sup>a</sup> não concederá aparte?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Concedi aparte ao Senador Arthur Virgílio e ao Líder do PSB.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – E consulto V. Ex<sup>a</sup> se me concederá aparte. Senador Almeida Lima. Consulto se me concederá aparte.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Vou ouvi-lo.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Obrigado.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Jarbas Vasconcelos, eu gostaria de falar depois, se possível, com breves palavras, para cumprimentá-lo.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Vou ouvi-lo. Se a Presidência permite, o Senador Aloizio Mercadante também.

Senador Arthur Virgílio, com muita honra.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Considero, Senador Jarbas, que ficaria até monótono se todos os apartes fossem de louvação ao seu pronunciamento. Então é bom que ouça mesmo todas as vozes e que cada uma se manifeste de acordo com o que o espírito dita a partir do coração para o cérebro. Mas, muito bem, eu gostaria de registrar que V. Ex<sup>a</sup> salvou, com esse discurso, a tarde modorrenta, cheia de mesmice, do Senado, hoje. V. Ex<sup>a</sup> nos fez viver um belo momento de atividade parlamentar. V. Ex<sup>a</sup> é um daqueles Parlamentares que não dependem de posição institucional para ter a importância que têm. E já era assim há muito tempo, desde quando fomos colegas de Câmara dos Deputados no enfrentamento ao regime autoritário. Nunca vi V. Ex<sup>a</sup> exercendo a função de líder partidário, mas jamais vi V. Ex<sup>a</sup> sendo ignorado na sua opinião pela opinião pública, pela imprensa, pelos seus colegas, pelos seus adversários. E é respeitado pelos seus adversários. Eu não me intrometo nos assuntos dos partidos, então, os líderes indicam quem bem querem, é da tradição; por outro lado, há espaço para que eu diga a V. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> tem toda uma vocação para estar na Comissão de Constituição e Justiça, e V. Ex<sup>a</sup> tem o meu lugar. Está à sua disposição o meu lugar de membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que continue integrando aquele colegiado tão importante que muito perderia sem a sua presença. O fato é que V. Ex<sup>a</sup> deu uma entrevista que foi o grande momento político do Brasil neste ano de 2009, em crise, com tantos acontecimentos intensos. Não vi nada mais importante que tenha repercutido mais fortemente junto à opinião pública do que a entrevista que V. Ex<sup>a</sup> deu às páginas amarelas da revista *Veja*. Estamos todos hoje aqui mobilizados em torno do seu discurso sereno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Prorrogo o tempo do orador que se encontra da tribuna por mais 30 minutos.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Em nenhum momento, vi V. Ex<sup>a</sup> sair para o panfleto, sair



para a provocação. Discurso sereno, típico de quem governou o seu Estado por mais de uma vez, a sua cidade por mais de uma vez e que já viveu diversas experiências no Parlamento. E tudo isso a credenciá-lo à posição de respeitabilidade que desfruta hoje. Nós temos que trabalhar com coisas práticas e V. Ex<sup>a</sup> se referiu a fatos práticos e conta desde já com o meu endosso e sei que com o endosso do meu partido por inteiro. Na entrevista, talvez V. Ex<sup>a</sup> tenha sido até um pouco duro naquele embalo em que ia dizendo que os partidos eram mais ou menos iguais e não teria para onde ir. V. Ex<sup>a</sup> teria para onde ir, sim. O meu partido tem pessoas decentes, de caráter, e meu partido seria e será um abrigo para V. Ex<sup>a</sup> tão assim V. Ex<sup>a</sup> solicite esse abrigo ou imagine que desse espaço necessita para tocar a sua brilhante carreira pública. Mas veja V. Ex<sup>a</sup>, eu... e nem a propósito, sabendo que amanhã elegeremos o Senador Demóstenes Torres Presidente da Comissão de Justiça da Casa, pedi ao Senador Demóstenes, como primeiro gesto, que tocasse para frente todos os projetos que tivessem a ver com moralidade pública. Tenho um no meio desses todos: é um projeto de resolução. Não tem que ir para a Câmara, não tem que perder tempo com nada, é uma decisão do Senado para vigorar no Senado. E acertamos que o ideal seria entregar a relatoria para V. Ex<sup>a</sup> na Comissão de Justiça. Meu projeto diz que a vida pregressa dos Senadores deve ser passível de exame pela Comissão de Ética sim. Afinal de contas, o decoro não é só a partir do momento em que se é Parlamentar. Suponho que alguém, para se eleger Parlamentar, deva ser decoroso. Suponho isso. Alguém mata e rouba para ser Senador e, depois, não pode ser julgado pela Comissão de Ética da Casa, apesar de ter matado e roubado, para ser Senador. Ora, fica algo impossível de ser entendido pela sociedade brasileira. O Senador Demóstenes me disse que assume e, imediatamente, designa o Relator dessa matéria. E espero mesmo, se V. Ex<sup>a</sup> aceita a oferta, que o Relator seja V. Ex<sup>a</sup>. Estamos aqui num quadro de paralisia. Hoje não votamos, e o PSDB não concorda com votação enquanto não escolhermos os presidentes das comissões. Defendemos o critério da proporcionalidade; defendemos o respeito àquilo que o povo ditou. Cada Partido tem o seu tamanho. O meu é o terceiro. Não quero, portanto, as posições do primeiro, mas não aceito as posições do quinto, de jeito nem qualidade, como diria um bom pernambucano, como meu avô e como V. Ex<sup>a</sup>. E veja a situação estranha a que está relegado o Senado hoje. Alguém diz: as comissões estão sem presidente? Não, elas estão com presidente. Na CAE, o Presidente é o Senador Eliseu Resende e o Vice é o Senador Pedro Simon; na Comissão de Assuntos Sociais, o Presi-

dente é o Senador Paulo Duque e o Vice é o Senador João Durval; na Comissão de Justiça, o Presidente é o Senador Pedro Simon e o Vice é o Senador Romeu Tuma; na Comissão de Educação, o Presidente é o Senador Romeu Tuma e o Vice é o Senador Francisco Dornelles; na Comissão de Meio Ambiente, o Presidente é o Senador Eliseu Resende e o Vice é o Senador Valter Pereira; na Comissão de Direitos Humanos, o Presidente é o Senador Paulo Duque e o Vice é o Senador Eliseu Resende; na Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, o Presidente é o Senador Paulo Duque e o Vice o Senador Pedro Simon; na Comissão de Infraestrutura, o Presidente é o Senador Paulo Duque e o Vice, o Senador Eliseu Resende; na Comissão de Desenvolvimento Regional, o Presidente é o Senador Marco Maciel e o Vice, o Senador Antonio Carlos Valadares; na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Presidente é o Senador Romeu Tuma e Vice, o Senador Neuto de Conto; na Comissão de Ciência e Tecnologia, o Presidente é o Senador Camata e o Vice é o Senador José Agripino, com exceção de algumas...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – (Risos.) Senador, isso não faz jus à sua jovialidade. Tenho criticado a inação desse início do Presidente Sarney. Tenho dito a ele: Presidente, vamos começar a agir e eu paro de criticar, mas, se não começarmos a agir, vou ter que continuar criticando. Não estou aqui para ficar perdendo as minhas tardes e perdendo as minhas manhãs esperando que as coisas aconteçam, se elas acontecerem, e a crise lá fora e nós aqui bancando a nobreza brasileira, na Ilha Fiscal, de ressaca, e a República sendo proclamada na madrugada por Deodoro da Fonseca. Temos que elogiar. Com exceção de algumas pessoas de reconhecida jovialidade, como tantos aqui, pode-se dizer que, no primeiro momento da sua gestão, o Senador Sarney prestigiou a sua geração como jamais ninguém e isso não pode perdurar; isso aqui, inclusive, não reflete a proporcionalidade; se refletisse, seria mais equilibrado. Como não reflete, nós não poderíamos mesmo acorrer a uma comissão dessas para votar coisa alguma. Nomes respeitáveis, nomes queridos, nomes estimados, mas não reflete a proporcionalidade, não reflete o jogo de forças que está estabelecido aqui, no Senado. Entendo que nós precisamos mesmo tomar medidas muito claras contra este mal, este câncer que é a corrupção e com atitudes pontuais. V. Ex<sup>a</sup> agora fez um discurso para mim melhor do que faria se se dispusesse ao simples bate-boca com quem quer que fosse aqui, nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> propôs três ou quatro medidas que devem ser

meditadas e estudadas por nós. Eu pretendo ver o meu projeto que estuda a vida pregressa dos Senadores votando o quanto antes – teria muita honra se fosse V. Ex<sup>a</sup> o Relator da matéria –, mas, de qualquer maneira, que os Senadores digam: eu, fulano de tal, concordo com esse projeto; eu, beltrano, não concordo, e explique por que, às claras. Eu acabei de sair de uma aliança com o meu querido amigo, Senador Tião, mas eu não tenho o mesmo talento da CUT para pôr *outdoor*, eu não vou pôr *outdoor* com o nome de ninguém na rua, não, dizendo... Mas é óbvio que cada um tem que colocar a sua própria face. Por que não quer? Então, diga: eu não quero porque o projeto é defeituoso nisso e naquilo. Não dá para a gente embargar na gaveta, não dá para se dizer que o projeto não foi julgado por qualquer razão que não o não. Então tem que dizer: não, o projeto não é útil, não é adequado, devemos deixar a jurisprudência atual, devemos deixar que seja possível uma pessoa matar, roubar, fraudar, se elege e, depois, não tem nenhuma satisfação a dar a ninguém porque só se olha para o futuro. Então é ótimo: o sujeito mata, rouba, fraudar, chega aqui, não comete mais nem assassinato, nem fraude, nem roubo, ninguém mexe mais com a vida dele, embora a gente conheça que, na vida pública brasileira, não são raros os reincidentes. Eu, portanto, saúdo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> como uma peça madura – e é tautológico de minha parte me referir à maturidade de V. Ex<sup>a</sup> –, mas um discurso que, pela sua própria importância, mobilizou tantas pessoas. Eu acharia mesmo injusto se V. Ex<sup>a</sup> não concedesse aos seus colegas de Partido o aparte por eles solicitado tão fervorosamente. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> teria mesmo de ouvi-los, como teria de ouvir a todos. Seria injusto que V. Ex<sup>a</sup> não ouvisse tantos admiradores seus que estão aqui para saudá-lo. Portanto, eu sinto que este é um dos momentos em que a Mesa tem de agir como está agindo o Presidente Marconi Perillo: nada daquele tempo... Nesta hora não tem Regimento. Qual é o Regimento? O Regimento de um Senado que está sem votar há um mês e dois dias, um Senado que está sem deliberar há um mês e dois dias, um Senado que está discutindo quem tem direito e quem não tem direito de presidir uma comissão, quando a gente sabe muito bem quem tem e quem não tem direito de presidir uma comissão? A gente sabe muito bem quem tem e quem não tem pela simples matemática dos votos que as urnas nos deram e que a proporcionalidade aqui reflete. É uma discussão bizantina, uma discussão até apedeuta, aqui para nós, Senador Jarbas Vasconcelos. Portanto, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento. Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que essa cruzada terá muitos seguidores. Eu tenho visto a repercussão que seu pronunciamento e seu nome têm encontrado

no País. Percebo isso pela minha terra. Tenho andado menos, hoje em dia, pela terra dos outros e tenho andado muito pela minha terra e tenho observado o quanto de admiração se acresceu à admiração de base que V. Ex<sup>a</sup> já tinha em meu Estado, pela atitude corajosa de ter proposto algo para o debate. V. Ex<sup>a</sup> foi duro em relação a seu Partido, V. Ex<sup>a</sup> foi duro em relação à inércia com que, de um modo geral, o segmento político enfrenta esse drama da corrupção e manifestou sua opinião. Eu não vejo, no Código Penal, nada que capitule como crime o que V. Ex<sup>a</sup> disse. Não vejo. Não sou nenhum especialista em Direito, mas eu conheço muito bem o que é crime e o que não é. V. Ex<sup>a</sup> opinou e opinou com muita autoridade e trouxe um debate que despertou a Nação, que fez a Nação acordar. V. Ex<sup>a</sup> beliscou a Nação. Fez muito bem em beliscá-la. Portanto, não terá, de parte do PSDB, ninguém que negue fogo nesse chamamento que V. Ex<sup>a</sup> faz a nós para enfrentarmos em conjunto uma das chagas que mais é responsável por prostituição infantil, por menor que pratica crimes, por favelas dominadas por tiranetes do tráfico, por soldadinhos que morrem aos 15 anos por estarem protegendo as bocas de tráfico nas favelas das grandes metrópoles... A sua e a minha também já estão incluídas entre essas, não são mais apenas o Rio de Janeiro e São Paulo. A corrupção não é feia apenas porque é bonito ser honesto, segundo uma boa avó nossa poderia ter ensinado; a corrupção é ruim porque ela mata, porque ela mutila, porque ela prostitui as gerações; ela é ruim porque empobrece, ela é ruim porque concentra renda nas mãos de gente que não merece. Ela é ruim por tudo isso. E é por isso que eu digo que V. Ex<sup>a</sup> não precisa falar muito para ser o grande Senador que é, nem precisaria estar no Senado para ser o grande homem público que merece, já de muito tempo, o meu respeito. Muito obrigado, Senador Jarbas.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, a V. Ex<sup>a</sup> que tem desempenhado aqui um papel tão importante como Senador, como Líder do PSDB, representante do Amazonas. E agora, com esse entendimento entre V. Ex<sup>a</sup> e o nobre Senador Demóstenes Torres, de agilizar esse processos que visam à moralização dos costumes, é fundamental, é importante a gente dar esse exemplo à sociedade porque, sem a mobilização da sociedade, sem o despertar da sociedade, sem a pressão da sociedade exercida de forma legítima, a gente não vai a lugar nenhum, não alcança nenhum objetivo.

Ouçõ o nobre Líder do PSB, Senador Renato Casagrande.

**O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)**

– Muito obrigado pelo aparte, Senador Jarbas. O Se-



nador Eliseu já chegou aqui para reivindicar suas propostas, Senador Arthur Virgílio, de várias comissões aqui indicadas pelo Senador Arthur Virgílio para o Senador Eliseu. Quero dizer apenas que V. Ex<sup>a</sup> traz a este Senado um debate sobre a crise institucional que estamos vivendo. Não fez nenhuma acusação direta a nenhuma pessoa, nem mesmo a nenhum Partido, mas levantou um tema que é necessário para o debate neste Senado e no Congresso Nacional. Até porque nós, de fato, nos últimos anos, nos últimos meses – fui Deputado Federal antes de vir ao Senado –, estamos vivenciando, desde a legislatura passada, momentos de escândalo que se abatem sobre o Congresso. Parte dessa responsabilidade é pela fragilidade das nossas instituições. Temos uma jovem democracia que não tem ainda a maturidade e o aperfeiçoamento necessário das instituições exercendo o seu papel e suas funções. Ao mesmo tempo, nós, que temos um Congresso hoje livre, também nos ausentamos muitas vezes de nossas prerrogativas. V. Ex<sup>a</sup> falou do tema da reforma política. Eu, em abril de 2008, apresentei um requerimento para que pudéssemos discutir, numa comissão mista do Congresso Nacional,...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Eu me lembro.

**O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)** – ... a reforma política, mas nós não tivemos capacidade de colocar uma comissão mista para funcionar, porque a Oposição, com medo da discussão sobre o terceiro mandato, e as outras lideranças da Base também, não se mobilizaram para que pudéssemos começar. Não fizemos o debate da reforma política e o Congresso apresentou proposta numa matéria que não é prerrogativa do Executivo. O Governo apresentou uma matéria que não é prerrogativa dele, é prerrogativa do Congresso Nacional. Apresentou, de fato, de uma forma equivocada, na minha avaliação, de forma fatiada. A reforma política tem que ter um arcabouço, tem que ter um esqueleto que se articule, que comunique um projeto com o outro, uma decisão com a outra. Então, nós reclamamos aqui muitas vezes, mas nós demoramos, nós não temos aqui uma dinâmica interna que permita que tomemos as decisões necessárias para que nós possamos dar o exemplo. Então, nós precisamos fazer a nossa parte, mesmo sabendo que o que estamos fazendo são reformas de instituições ultrapassadas. Neste momento, em que estamos com tecnologias novas, é inconcebível, por exemplo, que nós não aproveamos na Câmara um projeto que já foi aprovado aqui no Senado, que é o da transparência. Hoje, o ente da Federação mais transparente é a União. Poucos governos estaduais – o de Pernambuco, do Governador Eduardo Campos, tem um nível de transparência até

razoável... Lembro que o Governador Eduardo Campos, como V. Ex<sup>a</sup>, é pernambucano. Mas temos poucos governos que têm o Portal Transparência, poucos Municípios têm o Portal Transparência. A transparência ajuda a combater a impunidade. Então, temos muitas coisas que, de fato, precisamos fazer, não vamos fazer todas de uma vez, mas o Congresso tem que cumprir a sua pauta. E para cumprirmos a nossa pauta, temos de sair de fato dessa letargia que já tomou conta de nós há algum tempo. Obrigado, Senador.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

Obrigado, Senador Renato Casagrande, que também tem se constituído, nesta Casa, em uma voz valorosa em favor de reforma política e de outras reformas.

Ouç o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Valter Pereira.

**O Sr. José Agripino (DEM – RN)** – Senador Jarbas Vasconcelos, não estamos aqui nem derrubando a CPMF, nem aprovando a Lei Geral das Microempresas, nem fazendo com que o Governo retire a MP nº 232, nem estamos votando e aprovando a Lei de Falências, mas estamos vivendo um bom momento no Congresso, porque estamos sacudindo um assunto que nunca poderia estar dormindo, que é o assunto da corrupção. Em boa hora V. Ex<sup>a</sup> deu aquela entrevista à revista *Veja*, entrevista que teve enorme repercussão. Repercussão pelo assunto? Não. O assunto corrupção está nas páginas dos jornais e nas matérias da TV todos os dias. A matéria teve repercussão porque V. Ex<sup>a</sup>, cortando na própria carne, acusou o seu Partido e, corajosamente, acusou a corrupção endêmica a que o País assiste, com a autoridade de quem é político, como eu, há quarenta anos e de quem tem ficha limpa. Agora, importante é fazer o discurso, dar entrevista, e V. Ex<sup>a</sup> está aqui dando sequência à sua ação, porque importante não é o discurso, é sair do discurso para a ação, é ver o que nós temos de fazer. Senador Jarbas, V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito de uma grande capital, Recife, foi Governador de um grande Estado, Pernambuco; eu fui Prefeito da minha capital, fui Governador duas vezes do meu Estado e sou Senador há três mandatos. Eu não respondo a um único processo. Acho que V. Ex<sup>a</sup> também não.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Não.

**O Sr. José Agripino (DEM – RN)** – Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> concordasse comigo numa coisa. Eu acho que a gente tinha que fazer uma agenda de coisas a fazer, de compromissos a cumprir. Há algumas matérias que devem ser apreciadas, votadas e aprovadas, como solução tópica para o mal da corrupção, que é um mal que não lhe aflige, que lhe deu autoridade para fazer o discurso que está fazendo, para dar a

entrevista que deu e para receber o respeito do País que tem. Quando V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito de Recife, e eu me lembro fui Prefeito de Natal, ou quando V. Ex<sup>a</sup> foi Governador de Pernambuco, e eu fui do Rio Grande do Norte, V. Ex<sup>a</sup> foi apoiado por um, dois ou três Partidos políticos, que o apoiaram como me apoiaram não em troca de alguma coisa, mas por apoio às suas idéias, ou as minhas idéias. Nós escolhemos quem nós quisemos naqueles Partidos que nos apoiaram. O que acontece hoje? Existe, hoje, uma praga chamada grupo. Existe Partido que tem um, dois ou três grupos. O atual Governo da República fatia por grupos políticos, e não por partidos políticos, a base de sustentação, e recebe as indicações sem fazer o devido filtro. Nomeia quem indicam os grupos que têm compromisso não com as idéias do Governo, mas com seus próprios interesses, e daí surge a corrupção, que é muito mais no Poder Executivo, que é quem nomeia ou demite, do que no próprio Poder Legislativo. O que vai acabar com o grupo? É a reforma política, é o fortalecimento dos partidos políticos, é o compromisso do eleitor com as idéias dos Partidos. E os Partidos que elejam um Presidente da República, que, eleito, aí, sim, com o apoio de dois, três ou quatro Partidos e não de 20 Partidos, possa escolher figuras eméritas, respeitáveis e nomear pessoas corretas não oriundas de grupos, mas de partido político que mereça respeito, porque fez campanhas com idéias. Eu acho que, na essência, é isso que V. Ex<sup>a</sup> defende, que é o que eu defendo, com a autoridade de quem está há quarenta anos na vida pública e não responde, como eu, a nenhum processo. Então, tem autoridade para falar, para se manifestar e para propor ações. A reforma política, Senador Jarbas Vasconcelos, com o fortalecimento dos partidos políticos, é pedra de toque para que comecemos uma guerra, uma guerra santa contra a instalação da corrupção neste País, para acabar com uma praga chamada “grupo político”, que é apelido de partido político que não se dá ao respeito. Quero, portanto, cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, dizer que tenho a honra de me colocar como seu parceiro e como seu amigo. Fui candidato a Presidente desta Casa, fui honrado com o seu apoio e com o seu voto, voto de qualidade e voto de estímulo. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que vamos estar juntos muitos anos pela frente, trabalhando pelo nosso País. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Se Deus quiser!

Para mim, é muito importante o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, que é um apoio que tem sido reiterado ao longo da minha presença, desde fevereiro de 2007. V. Ex<sup>a</sup>, atento como é, na dimensão que tem, não deixa passar nada nesta Casa que contrarie os bons costumes, a

legislação, o Regimento, e tem-se comportado como um autêntico líder, não apenas do seu Partido, o DEM, mas como um grande líder do Senado. Eu tenho um grande estímulo pela nossa amizade e pela nossa convivência.

Ouçó o Senador Valter Pereira e, em seguida, o nobre Líder do PT. Senador Aloizio Mercadante.

**O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS)** – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> do respeito e da admiração que sempre devotei à sua conduta.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– E a recíproca é verdadeira, Senador.

**O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS)** – Tanto historicamente, no combate à ditadura, como na passagem que teve na administração e no Parlamento do Estado e do País. Mas não poderia ficar calado porque, há poucos dias, subi a essa tribuna e fiz um reparo à entrevista que V. Ex<sup>a</sup> concedeu à revista *Veja* – e V. Ex<sup>a</sup> não estava presente. Isso me trouxe um desconforto, mas eu não poderia deixar de falar naquele dia, para não perder a oportunidade, já que o assunto estava efervescendo exatamente naquela ocasião. E o reparo que fiz não foi quanto ao núcleo da sua entrevista, porque V. Ex<sup>a</sup>, no núcleo, combateu a corrupção, que é o que faz hoje nessa tribuna. Mas fiz um reparo quanto à condição que V. Ex<sup>a</sup> colocou o nosso Partido, o PMDB. E, ali, realmente senti-me ferido. Senti-me ferido porque o PMDB é um Partido a quem devo uma fidelidade histórica. Como instituição ninguém, neste parlamento e fora dele, pode negar a trajetória de trabalhos, de serviços prestados ao nosso País. E é exatamente em função disso que, hoje, o PMDB tem mais de 15 milhões de simpatizantes, tem mais de oito mil Vereadores, tem mais de 1.300 Prefeitos, tem sete Governadores. E é um Partido que tem, indiscutivelmente, a maior capilaridade. E, nesse extraordinário universo, nós encontramos Prefeitos da melhor estirpe, Governadores competentes, parlamentares da melhor qualidade. E, no momento em que fui à tribuna, o meu desejo era desagrar o PMDB sem, contudo, reconhecer que o núcleo do combate de V. Ex<sup>a</sup> estava na corrupção. E, aí, nós somos parceiros; no combate à corrupção, sim, nós somos parceiros. Mas, na responsabilização do PMDB, aí eu tenho que divergir de V. Ex<sup>a</sup>, embora V. Ex<sup>a</sup> tenha realçado também, na sua entrevista, que, de repente, não encontrava outro paradeiro, porque via o céu nublado por todos os cantos. Mas o que ficou evidenciado, o que ficou patenteado ali, o que foi explorado pela imprensa foi a crítica que V. Ex<sup>a</sup> fez ao nosso Partido, ao PMDB, e foi aí a minha contrariedade. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> se posta como algoz da corrupção, e não do PMDB. E aí eu sou compelido a aplaudi-lo, sou compelido a estender-lhe a mão,

porque a corrupção, Senador Jarbas Vasconcelos, é o cupim da República, segundo as palavras do nosso saudoso líder e comandante Ulysses Guimarães. Mas é o cupim que está no PMDB e fora dele. Basta voltar os olhos para alguns dias atrás, quando o Tribunal Superior Eleitoral estava fazendo julgamento de um Governador que não era do PMDB e foi afastado por corrupção. Hoje, certamente está ocorrendo outro julgamento e alguém que também não é do PMDB; e há também Governadores, Prefeitos espalhados por todos os partidos, incluindo o PMDB. Por quê? Porque está espalhada a corrupção no tecido social; está espalhada a corrupção na República brasileira, nos partidos e fora dos partidos. Mas o PMDB jamais pode ser colocado como o responsável pela corrupção ou aquele que está mergulhado nela. É claro, e aqui vai um pergunta: qual é o partido político que não teve algum de seus componentes enredados em problemas de corrupção, em denúncias de corrupção? Talvez tenha um ou dois ou três daqueles que também não têm prefeitos, que não têm governadores, que não têm representantes no Congresso, ou que tem um ou dois, porque ela é proporcional também à representação de cada partido. Portanto, Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> hoje faz um pronunciamento sério, responsável, sereno, como tem pontilhado a ação de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa e, neste particular, nós nos identificamos, nós temos de aplaudir V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu gostaria de fazer um parêntese antes de encerrar este aparte. Eu acredito que existe um pecado original em toda essa crise ética que tem em nosso País, e ele está na Assembléia Nacional Constituinte, da qual nós participamos. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte foi acometida de um pecado original. Foi uma constituinte congressual, uma constituinte que permitia ao legislador legislar em causa própria. Aí está um defeito, sim; um defeito que, simplesmente, deformou a representação federativa. Hoje nós temos uma hipertrofia do Poder Executivo, uma hipertrofia da União, a atrofiar os Municípios, os Estados e os Poderes.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo PSDB – GO) – Senador Jarbas Vasconcelos, com muito prazer, esta Presidência já concedeu a V. Ex<sup>a</sup> 1 hora e 52 minutos. Fiz isso porque considero relevantíssimo o pronunciamento e todos os apartes. Além do aparte do Senador Valter Pereira, existem ainda quatro Senadores que solicitaram de V. Ex<sup>a</sup> aparte. Vou conceder a V. Ex<sup>a</sup> mais 15 minutos, esperando que esse tempo seja suficiente para que os demais apartes possam ser bastante decisivos e concisos em seus pro-

nunciamentos, até porque grande parte desse tempo também foi destinado aos apartes.

Concederei a V. Ex<sup>a</sup>, portanto, mais 20 minutos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Obrigado.

**O Sr. Valter Pereira** (PMDB – MS) – Vou concluir já. Mas veja o seguinte, Senador Jarbas Vasconcelos. Acho que V. Ex<sup>a</sup> traz à colação uma discussão da mais alta importância, porque temos de rediscutir tudo. Esse desequilíbrio que existe entre os entes federativos precisa ser discutido, porque o prefeito, hoje, que não tiver os recursos da União, se for administrar um Município pequeno, não dá conta. Hoje mesmo, fiz um pronunciamento sobre isso. O Estado que não tiver uma estrutura econômica, uma atividade econômica robusta também não tem condições de sobreviver sem ajuda da União Federal. Portanto, enquanto não se eliminarem essas dependências de Estados e Municípios da União Federal, dificilmente vamos estancar essa hemorragia da corrupção. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Acho que V. Ex<sup>a</sup> traz, sim, uma discussão. Mas os cumprimentos que faço a V. Ex<sup>a</sup> são com aquela restrição a que me referi: a de que o PMDB não é o paladino da corrupção. O PMDB faz parte de um sistema todo, que precisa ser reformulado. Aqui não existe nenhum partido político que age como seminarista, porque o partido político não é um seminário.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Senador, é evidente que eu não o incluiria em nenhuma lista de malfeitor. Entendi sua ida à tribuna e gostaria só de lembrar, mais uma vez, que falei em grande parte do PMDB. É evidente que jamais poderia falar no conjunto do PMDB.

Sr. Presidente, este meu discurso, este debate sobre corrupção, enriquecido pela presença inclusive de deputados federais, que se deslocaram até aqui, só foi possível pela compreensão, pela responsabilidade e pela dimensão de V. Ex<sup>a</sup>. Uma outra pessoa aí talvez não tivesse tido a sensibilidade que V. Ex<sup>a</sup> teve de prorrogar tantas vezes esta sessão para que pudéssemos chegar a este ponto. De forma que seria injusto da minha parte, Senador Marconi Perillo, eu que conheço o seu passado, o seu presente, que conheço a sua luta, não fazer este registro, de público para ficar incorporado inclusive ao meu discurso. De forma que agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Não vou finalizar o discurso, vou ouvir, na ordem, os quatro Senadores que faltam: o Senador Mercadante, a Senadora Lúcia Vânia, o nobre Senador Almeida Lima e, para encerrar o meu discurso, o Senador José Nery.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Jarbas.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)

– Senador Aloizio Mercadante.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) –

Senador Jarbas, é só para V. Ex<sup>a</sup> me incluir também.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) –

Senador Jarbas, eu queria dizer que, primeiro, V. Ex<sup>a</sup> tem uma atitude na política, que eu reconheço e valorizo, que é a coragem política de falar o que pensa. Acho que isso é muito importante na democracia e no debate político. E eu tenho tido tanto capacidade de negociar e convergir sobre algumas matérias relevantes com V. Ex<sup>a</sup>, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, quanto de divergir sobre alguns aspectos que eu acho que também são muito relevantes. Sobre a questão da corrupção, esse é um tema permanente na história política, desde a Grécia Antiga, e um tema muito importante para a oposição na disputa política. E, no Brasil, ele tem uma importância estratégica, porque viemos de uma cultura de um Estado patrimonialista, de uma lógica política fisiológica, de uma elite que se apropria dos recursos públicos e que criou uma sociedade profundamente desigual, marcada pela exclusão social e por todo tipo de injustiça histórica, um dos piores padrões de distribuição de renda que temos na história. Isso mostra que essa história política tem de ser enfrentada, e a questão da reforma política é o tema central para que possamos mudar o padrão do Estado brasileiro. Na reforma política, acho muito importante que participemos de partidos com que tenhamos compromissos históricos. Se o Senador Romero permitir a gente falar... Senador... Que a gente tenha compromisso histórico para construir. Eu, por exemplo, estou há 27 anos no meu partido, porque é um partido que tem eleição direta de todos os dirigentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB

– GO ) – A Presidência solicita a atenção da assessoria.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) –

...que tem pluralismo democrático, porque as correntes políticas se organizam com total legitimidade. Os dirigentes que erram e cometeram graves erros são substituídos pela militância política. Então, temos de construir partidos, e a reforma política tem de fortalecer a fidelidade partidária e a democracia partidária, como também deve enfrentar o problema do financiamento de campanha. Se não enfrentarmos essa questão, os corruptos continuarão se movimentando no Estado brasileiro a pretexto da política, mas eles não estão servindo à política. Estão destruindo a representação política e prejudicando a representação política. Mas temos de enfrentar com coragem o tema. E não é fácil. Não foi resolvido, eu diria, de uma forma definitiva nas democracias contemporâneas. É um tema ainda a

ser construído, e é o tema central da reforma política: fidelidade e o problema do financiamento público. Mas queria tratar de mais dois temas do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Sobre os fundos de pensão, hoje, conversando com a importante comentarista política Cristiana Lôbo, ela me perguntava sobre fundos de pensão. E fiz uma reflexão que vou transformar em projeto de lei, para apresentar imediatamente, em cima dessa discussão. Os fundos de pensão são os únicos instrumentos que os trabalhadores brasileiros têm para participar da riqueza da sociedade e para melhorar a proteção social para além da previdência social, que é insuficiente. Então, entre os fundos de pensão, há, por exemplo, o fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil, que é um patrimônio de mais de R\$ 100 bilhões, talvez seja hoje o capitalista mais importante nacional. É o fundo de pensão da Previ, com o maior patrimônio histórico construído, 140 mil servidores que contribuem para o fundo, e o Banco do Brasil, que contribui agora com uma parcela menor. O que seria o grande avanço nos fundos de pensão? Primeiro, paridade na gestão; segundo, metade da diretoria eleita pelo voto direto; terceiro, só pode ser diretor do fundo de pensão quem é funcionário de carreira; quarto, o mandato é com tempo definido e não pode ser renovado. Se fizermos uma lei com essas características, não vamos resolver o problema da corrupção, mas vamos melhorar muito o padrão de gestão e vamos inibir práticas que precisam ser superadas no Brasil. Apresentarei o projeto e espero contar com a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>. Por último: onde está minha divergência fundamental com V. Ex<sup>a</sup>? Está na relação com o Presidente Lula – e acho que a história, acho V. Ex<sup>a</sup> vai ter que repensar politicamente a relação com o Presidente Lula. Não é só porque é um conterrâneo de V. Ex<sup>a</sup>: é porque ele foi vítima desse Estado. Lula construiu toda sua história de vida lutando contra esse Estado. Vítima, porque viveu na pobreza, não teve acesso à escola, não teve acesso às condições que essa elite criou para os seus filhos; porque teve que construir cada passo da vida dele organizando os trabalhadores no sindicato, lutando contra a ditadura, expondo-se em todos os sentidos, para construir uma sociedade diferente. E esse é o sentido maior do seu Governo. Não que não tenha problemas de corrupção no Governo. Tem. Mas tem o compromisso dele de lutar contra. Não que não tenha erros nesse Governo. Tem. Mas tem o sentido histórico que é o que dá 84% de votos ao Presidente. Não é verdade, Senador Jarbas, que o Governo se reduz eleitoralmente ao Bolsa Família. Bolsa Família é um programa que não permite corrupção, é um programa que chega diretamente aos mais pobres, sobre o qual o Ipea diz que distribui mais renda que o salário míni-



mo hoje, porque vai diretamente, de forma republicana, àqueles que mais precisam. Tem que ter uma porta de saída, e a porta de saída é o emprego, a inclusão social e o crescimento econômico; mas não há como ter uma resposta rápida à pobreza que não seja pelo menos financiar uma bolsa para os filhos poderem estudar. Acho que é reduzir. E a eficácia desse programa está nos indicadores de distribuição de renda, que são os melhores dos últimos cinco anos, de 60 anos da história do IBGE. Emprego, salário mínimo, Bolsa Família são políticas que estão diminuindo a desigualdade neste País, que tem um sentido histórico. Segundo, por ser conterrâneo do seu Estado, o Presidente Lula está deixando – e o eleitor reconhece isso, V. Ex<sup>a</sup> tem vivência, tem uma grande liderança no Estado – o estaleiro em Pernambuco, a refinaria, a Transnordestina, que são projetos estruturantes, que mudam a qualidade histórica do Estado. Por isso, acho que realmente V. Ex<sup>a</sup>, pela história, pela luta e pela tradição, deveria ter uma relação muito mais próxima ao Presidente Lula e, se V. Ex<sup>a</sup> pegar todo o esforço que faz, sei que seu coração está muito mais próximo do que a retórica que V. Ex<sup>a</sup> faz na tribuna.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)** – Senador, as nossas convergências permanecem bem maiores do que nossas divergências. Respeito muito V. Ex<sup>a</sup> e evidentemente não vou ter tempo agora, porque é abusar da benevolência da Presidência, de contestar as colocações do Programa Bolsa Família. Não que o Brasil não precise de políticas compensatórias. Precisa, porque há desnível, há um desnivelamento na população, seja social, seja econômico, mas não dá para discutir isso agora. E os investimentos em Pernambuco não foram deste Governo. Este Governo foi fundamental para consolidá-los, ajudou a trazê-los, inclusive, mas isso seria tema de uma outra conversa, de um outro debate entre mim e V. Ex<sup>a</sup>. Mas ressalto que as nossas convergências são bem maiores do que as nossas divergências.

Senadora Lúcia Vânia, e desculpe-me, porque a senhora há muito tempo pediu o aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Lúcia Vânia (PSDB – GO)** – Senador Jarbas, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> neste momento que, quando li a entrevista e hoje ouvindo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, reacendeu em mim a esperança: a esperança nesta Casa, a esperança neste País. Eu esperava isso de V. Ex<sup>a</sup>. Eu acompanho há muito tempo a sua trajetória política e, quando V. Ex<sup>a</sup> chegou aqui, neste Parlamento, passando por toda uma trajetória que todos nós conhecemos, vimos como era aplicado nas suas funções, vimos a sua presença constante aqui, neste plenário, a sua presença importantíssima na Comissão de Justiça. V. Ex<sup>a</sup> foi Relator das mais polêmicas

matérias naquela Comissão e V. Ex<sup>a</sup>, sempre corajoso, colocava o seu ponto de vista, porque, às vezes, havia divergências; mas V. Ex<sup>a</sup> defendia aqueles pontos de vista com muita coerência e com muita convicção. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, quando o senhor coloca aqui que, de repente, o mundo político vive privilegiando a esperteza, em detrimento da inteligência, da competência e do trabalho, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. É preciso que pessoas competentes, pessoas inteligentes, dedicadas, que tenham espírito público venham assumir posições como esta que V. Ex<sup>a</sup> assumiu. Portanto, deixo aqui minha solidariedade, deixo aqui minha admiração. Se era tão grande, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que, nesses dois anos, eu torcia para que o senhor desse o tom aqui nesta Casa. E deu o tom. Deu o tom do jeitinho que a gente imaginava que poderia ser. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> não me decepcionou; pelo contrário, agora minha admiração é dobrada. E pode contar com a minha presença, com o meu voto, com a minha expectativa, com a minha lealdade a todos os projetos que V. Ex<sup>a</sup> coloca como meios para defender este País tão necessitado de alguém que tenha o espírito público de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)** – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Eu que acompanho sua luta na Comissão de Justiça, aqui no plenário, nas comissões, percebo que V. Ex<sup>a</sup> tem sempre se destacado pela desenvoltura, pela competência com que apresenta e defende as suas propostas. Para mim, enriquece muito meu discurso o seu aparte. E me deixa realmente tocado no coração o depoimento que V. Ex<sup>a</sup> dá sobre a minha atuação política.

Ouçó o nobre Senador Almeida Lima.

**O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE)** – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, pela possibilidade que me dá de participar também deste debate, embora muitos já disseram parte daquilo que eu gostaria de dizer. E quero, inclusive, fazer minhas as palavras de nosso companheiro de Partido, Senador Valter Pereira. Sem dúvida, ele sintetizou o meu pensamento quanto às declarações de V. Ex<sup>a</sup> em relação ao nosso Partido, o PMDB. A princípio, vi exatamente como uma descortesia, deselegância de V. Ex<sup>a</sup> na generalização, mas, diante das palavras de V. Ex<sup>a</sup> há poucos instantes, no sentido de que não generalizou para todo o Partido... É evidente que aqueles que tiverem defesa a fazer que o façam. Evidente que aqui falo em meu nome pessoal. Fiquei constrangido, contrariado nesse aspecto. Mas sinto, neste instante, que estou contemplado com as observações feitas por V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que a generalização não diz respeito ao PMDB. Até porque na entrevista de V. Ex<sup>a</sup>, ao lhe perguntar se deixaria o PMDB, salvo engano, V. Ex<sup>a</sup> disse que não porque não tinha para onde ir.



Aliás, partido nenhum com assento nesta Casa do Congresso Nacional, que já esteve no poder de forma direta ou indireta, pode ou tem autoridade política e moral diante da Nação brasileira para dizer que é diferente do PMDB. Ou seria o PT que iria dizer isso agora, como no passado o disse? Evidentemente que não. Portanto, essa questão partidária quero dar por encerrada. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> quanto ao tema, a questão do combate à corrupção. Embora possa aqui dizer, até com a experiência de seis anos nesta Casa, que, por ocasião da apresentação das propostas – e tenho certeza absoluta, nobre Senador Demóstenes Torres –, muitos que se solidarizaram com V. Ex<sup>a</sup>, ao longo de todos esses dias, ao longo da entrevista e na sessão de hoje, vão negar-lhe apoio para a aprovação de todas elas. Mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que conta com o meu apoio. Inclusive com uma proposta que apresentei, que preguei no deserto, desta tribuna onde V. Ex<sup>a</sup> está neste instante. É a proposta do orçamento exclusivo da União, uma proposta contra a corrupção e o desperdício e a favor da Federação e do Parlamento, que está aí. A CCJ já foi administrada por diversos partidos e sequer relatada foi. Prevê exatamente aquilo que V. Ex<sup>a</sup> disse, referindo-se ao Orçamento da União como o antro maior da corrupção deste País. Por essa proposta, nega-se o direito ao Senador e ao Deputado de apresentar emendas para Estados e Municípios, pois o objetivo é a transferência, incluindo no FPM, no FPE, aquilo que os Estados e os Municípios têm por direito, inclusive como decorrência das emendas, para que elas não sejam objeto de negociata, dos 10%, dos 20%, que, nós sabemos perfeitamente, é a prática existente neste País. Essa é uma proposta que passarei às mãos de V. Ex<sup>a</sup> assim que deixar a tribuna. Gostaria de não ver esta Casa silenciar. Mas olha, Senador, quero concluir agradecendo V. Ex<sup>a</sup>, parabenizando-o por esta iniciativa. E espero que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> não seja mais um daqueles, a exemplo do meu, pregando, na prática, para o deserto. Pois não podemos compreender que uma proposta se encontra nesta Casa desde 2003, quando aqui cheguei, obrigando a Justiça eleitoral do País a julgar os processos antes da posse daqueles que tiveram a sua eleição impugnada. Isso é corrupção. Tenho uma proposta que está na Comissão de Constituição e Justiça, sem relator, que prevê a pena não apenas privativa de liberdade para o corrupto, mas a pena pecuniária, que é a que mais vai doer no corrupto. Não naquilo que foi objeto da corrupção, mas no seu patrimônio, com aplicação de pena. Ela não foi apreciada, nobre Senador. Portanto são inúmeras,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jarbas, com prazer, vou prorrogar, por mais dez minutos, o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, aguardando que o Senador Almeida Lima possa concluir o aparte e solicitando ao Senador Nery, ao Senador Heráclito Fortes, nosso querido 1º Secretário, e ao Senador Mesquita que possam também ser bastante sucintos.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Vasconcelos, pelo aparte. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, mas com aquela ressalva que fiz quanto ao PMDB. Mas estou plenamente contemplado. Aproveito exatamente esse finalzinho para dizer que antes tarde do nunca. Isso é dirigido ao nobre Senado Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo, que deveria ter apresentado a proposta a que se referiu no início da gestão do Presidente Lula. Mas antes tarde do que nunca. Terá o meu apoio, com certeza. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Vamos levar em conta e analisar a proposta de V. Ex<sup>a</sup>.

O Senador Geraldo Mesquita havia pedido primeiro, Senador Heráclito Fortes.

Senador Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Jarbas.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Inclusive, V. Ex<sup>a</sup> tocou no tema de que falei hoje exaustivamente, que é a reforma política.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – É verdade, é verdade. Eu estava aqui esse tempo todo, Senador Jarbas, refletindo. E é uma necessidade imperiosa de refletirmos permanentemente. Fui um dos três Parlamentares do PMDB que, logo após a entrevista de V. Ex<sup>a</sup>, foram à tribuna falar sobre a referida entrevista. E mais, tomei a iniciativa de escrever uma carta a V. Ex<sup>a</sup> – respeitosa, como não poderia deixar de ser –, pedindo encarecidamente que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse os fatos com relação ao seu colega aqui. Naquele momento, Senador Jarbas, eu tinha a noção exata de que estaria trafegando numa linha muito delicada, numa linha muito tênue. A minha intervenção e a carta que formulei a V. Ex<sup>a</sup> poderiam ensejar interpretações do tipo, por exemplo: “Isso é um ato de hostilidade contra o Senador Jarbas?” E respondo, Senador Jarbas: Não. Foi um ato de aflição. E uma outra interpretação possível, uma outra ilação que poderia perfeitamente surgir em decorrência da minha fala, da carta que enviei a V. Ex<sup>a</sup>: o Senador Jarbas tocou numa ferida terrível no nosso País, a corrupção; o Senador Geraldo é contra o combate à corrupção? Claro que não, Senador Jarbas. Eu sou parceiro de V. Ex<sup>a</sup> e de todo brasileiro que tem a coragem de lutar contra a corrup-

ção. Eu queria apenas relatar para V. Ex<sup>a</sup> qual foi o sentimento que me tomou. Antes da sua entrevista, eu havia feito uma viagem ao meu Estado, meu querido Acre, especialmente para visitar os prefeitos que nós havíamos acabado de eleger. Eram quatro Prefeitos do PMDB. Confesso a V. Ex<sup>a</sup>, Senador, que eu fiquei tocado com alguns gestos, com algumas atitudes, de pessoas que eu já conhecia há muito tempo, colegas e companheiros de Partido. Mas ali, recebendo uma prefeitura, as quatro prefeituras endividadas, com problemas enormes. O Prefeito de Bujari, por exemplo, o Padeirinho, levou-me onde estavam carros e máquinas depredados, quebrados. Eu senti ali a aflição dele em recuperar todo aquele patrimônio. O Padeirinho, Senador Jarbas, levanta às 5 horas da manhã e vai para a linha de frente de seus auxiliares na limpeza da sua cidade, atuando e agindo pessoalmente em relação ao que ele entende necessário um prefeito fazer. Fui lá para o Juruá e estive com o Prefeito de Cruzeiro do Sul, com o Prefeito de Marechal Taumaturgo, com o Prefeito de Mâncio Lima. Os três também... Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, Senador Jarbas Vasconcelos, agora no Carnaval, o Prefeito Vagner Sales, na companhia da sua esposa, que é Deputada Estadual pelo PMDB, e do Secretário de Educação da sua Prefeitura, passaram os quatro dias em um barco, subindo e descendo o rio na sua região para saber a situação das escolas rurais, para verificar o que poderia ser feito. Eu voltei, Senador Jarbas, gratificado pelo que eu vi: companheiros que estão em uma missão árdua de dirigir pequenos Municípios do meu Estado, mas imbuídos do maior espírito público que um administrador pode ter. Veja, eu estou relatando isso para que V. Ex<sup>a</sup> entenda o sentimento que me tomou naquele momento. Eu chego, abro a revista e vejo a entrevista de V. Ex<sup>a</sup>. No conteúdo, Senador Jarbas, eu já falei que V. Ex<sup>a</sup> usou formas de falar sobre uma chaga no nosso País: a corrupção. Estou com o senhor e não abro. Agora, lembrando daqueles prefeitos, lembrando de dezenas, centenas de companheiros lá do meu Estado, do PMDB, do Presidente do PMDB jovem, por exemplo, o Wiliandro, um menino dedicado, sabe, Senador Jarbas, eu me achei na obrigação, como eu não sou dirigente partidário, como eu não sou líder de nada, eu me achei na obrigação de, pela minha pessoa, desagravar todos eles, cobrando de V. Ex<sup>a</sup> justamente uma retificação na expressão que V. Ex<sup>a</sup> usou. Eu considerei, Senador Jarbas, que V. Ex<sup>a</sup> se valeu de uma generalização que eu achei exagerada. E me senti ali, sabe, com o coração apertado. Eu tenho um patrimônio material muito pequeno, Senador Jarbas. Mas o patrimoniozinho que eu mais burilo – todo o dia eu passo um paninho nele, porque é a coisa que eu tenho mais sagrado para dei-

xar para minha família, para os meus filhos – é a minha honra, não é? Eu imaginei o que deve ter passado na cabeça dos milhares de companheiros do PMDB que prestam um grande serviço a este País, com mandato ou não. E eu me senti na obrigação de ir para a tribuna interpelá-lo, como disse, além da carta que enviei. Eu estava tão determinado nessa linha de raciocínio, Senador Jarbas, que hoje eu cheguei a ventilar a possibilidade, tendo em vista que V. Ex<sup>a</sup> não me respondia a carta, eu cheguei a mencionar, a ventilar a possibilidade de interpelá-lo judicialmente, seja lá como fosse. Eu queria uma resposta... Hoje, assisti a V. Ex<sup>a</sup> dizer, mais uma vez, que não acrescenta nem retira uma vírgula do que disse. Mas o seu pronunciamento hoje foi de uma grandeza que faz tempo que a gente não vê nesta Casa. Senador Simon é que disse que V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa difícil. Mas, V. Ex<sup>a</sup>, hoje, abriu as portas, escancarou as portas para uma grande parceria neste País a partir da nossa Casa aqui, não é? Senador, eu posso persistir no equívoco, se eu não tiver uma segunda compreensão dos fatos. Hoje, eu tenho uma segunda compreensão dos fatos. Hoje, eu tenho uma segunda compreensão. E insistir neste equívoco para mim seria desastroso, seria até uma burrice. Eu estou lhe dizendo aqui de público, com toda a humildade, que realmente cheguei a querer, assim, ansiosamente, uma fala de V. Ex<sup>a</sup> com relação à minha pessoa. Mas, olhe, o seu discurso foi claro. Eu não necessito mais dessa resposta. Peço até que V. Ex<sup>a</sup> me devolva a carta. Declaro aqui de público o meu propósito de esquecer a intenção de interpelá-lo judicialmente porque, diante da grandeza, diante da compreensão do que V. Ex<sup>a</sup> coloca para esta Casa, eu acho e repito com toda a honestidade: V. Ex<sup>a</sup>, no conteúdo, acertou. Mas, naquele momento, eu compreendi que, na forma, V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha exorbitado aqui e acolá. Eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que me devolva a minha carta. Eu estou contemplado e digo aqui de público que não persistirei no propósito de interpelar esse grande companheiro que é o nosso colega de Partido Senador Jarbas Vasconcelos. Obrigado pela possibilidade do aparte.

#### **O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Senador Geraldo Mesquita, V. Ex<sup>a</sup> foi um dos primeiros Senadores com quem eu tive contato quando aqui cheguei. É evidente que jamais faria um julgamento, um pensamento, uma análise de V. Ex<sup>a</sup>, incluindo-o numa lista de pessoas sob suspeita, sob prática de corrupção. Não tive pressa de procurá-lo, de telefonar-lhe, porque achei despropositada a sua iniciativa. Brevemente eu o procuraria para lhe dar uma satisfação, até porque fiquei com a consciência de que falei em grande parte do PMDB e nessa outra parte eu não poderia incluí-lo.

De forma que farei isso. Devolverei a carta que recebi e que está em cima do meu *bureau*, e mantereí com V. Ex<sup>a</sup> o mesmo relacionamento respeitoso e de amizade que tenho desde que aqui cheguei.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, não sabe V. Ex<sup>a</sup> a minha aflição de não poder estar presente no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> como um todo – eu tinha compromisso na 1<sup>a</sup> Secretaria e tive que honrá-los. Mas acompanhei não só a fala de V. Ex<sup>a</sup>, como também a maioria dos apartes. E quero dizer que este depoimento que dou aqui poderá não servir no elenco de aparteadores brilhantes que fizeram uso da palavra nesta tarde, mas, pelo menos, me deixa com a consciência livre de que cumpri um dever: o dever de dar um depoimento sobre um Parlamentar que conheci e que é da minha geração política, embora com pequenas variações de idade que não vêm ao caso. Tivemos um início de carreira na qual tive o privilégio de o acompanhar, eu, como estudante em Pernambuco, e V. Ex<sup>a</sup>, em 1970, na primeira eleição de Deputado Estadual. A admiração por V. Ex<sup>a</sup>, ao longo desta vida, ela tem sido crescente, pelo comportamento como Prefeito de Recife duas vezes, como Governador. Aliás, V. Ex<sup>a</sup>, Prefeito de Recife, eu, neófito na atividade em Teresinha, recebi orientações de V. Ex<sup>a</sup> fundamentais. Eu, inclusive, o acompanhei como Presidente do Partido, do PMDB, na campanha de Ulysses Guimarães quando, quase que solitariamente, nós percorremos o Brasil inteiro, de ponta a ponta, defendendo, com muita convicção, a candidatura daquele extraordinário brasileiro. E a convivência aqui neste plenário, para mim, é privilegiada porque somos vizinhos e eu vejo o dia-a-dia do comportamento de V. Ex<sup>a</sup>. A sua angústia com o estado de coisas neste País não é de agora. Uma frase repetida na entrevista “não sei o que eu vim fazer aqui”, eu ouvi de V. Ex<sup>a</sup> muitas vezes, angustiado com a paralisia do Parlamento e, acima de tudo, com a queda da imagem e da qualidade dos trabalhos desta Casa. De forma que, para alguns, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> pode ter sido uma novidade, pode ter sido uma surpresa, mas para quem conhece o seu caráter e o seu temperamento, foi uma consequência de tudo isso. Espero que, diferentemente dos desvios impostos por alguns, ele tenha, Senador Marco Maciel, um caráter pedagógico. Espero que não o Partido de V. Ex<sup>a</sup> mas os Partidos brasileiros tenham tirado do seu desabafo, da sua entrevista, uma lição e que nós possamos corrigir essa rota ladeira abaixo que a atividade pública no Brasil vem tomando há alguns anos. Senador Jarbas Vasconcelos, estamos aqui há dois anos, de maneira impotente, tentando melhorar a qualidade, por exemplo, de uma atividade que é fundamental para o País que são as Ongs, as Oscips e derivados. E a base do Governo, poderosa, coloca

qualquer tentativa de apuração dos fatos para debaixo do tapete sem querer apurar fatos gravíssimos que desviam recursos da Nação, prejudicando um setor que merece de todos nós o apoio, o estímulo e o incentivo. Os fundos de pensão são vetores de corrupção neste País há muito tempo, e não um fato localizado. Não é o Real Grandeza. É preciso que seja passada a limpo essa questão, mas o ideal seria que o Executivo, ao tomar conhecimento desses fatos, tomasse providências e não estimulasse, por meio de escolhas muitas vezes inadequadas, pessoas para geri-los. Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, se tivéssemos tido a coragem de aprovar o orçamento impositivo, teríamos tirado desta Casa metade dos lobistas que campeiam e são conhecidos de todos nós, porque esse orçamento, da maneira que está, nada mais é do que um incentivo e um estímulo ao balcão de negócios. Louvo a iniciativa do Senador Almeida Lima e de todos aqueles que querem fazer com que esse orçamento seja impositivo, a favor da Nação, do Estado, do Município, porque o que nós estamos vendo, Sr. Senador Jarbas Vasconcelos, são os Municípios empobrecendo pela centralização do poder, as obras comandadas pelas grandes empreiteiras, que não se interessam no benefício específico dos pequenos Municípios brasileiros, porque o deslocamento de máquina e de pessoal é nocivo aos seus interesses e ao ganho fácil. Acho que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> pode ter sido um alerta positivo a este País. Meu caro Senador Pedro Simon, na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça instalou-se no meu Estado, o Piauí, e foi uma lavagem de roupa das mais inesperadas possível. E não quero entrar no valor das denúncias, quem tem razão ou quem não tem, mas membros do Judiciário piauiense sendo denunciados, advogados sendo denunciados. A figura do precatório, como está colocada, as tutelas antecipadas são focos de corrupção neste País, Senador Simon, que precisam urgentemente de uma revisão. Portanto, eu espero pela força que V. Ex<sup>a</sup> tem de catalizar a opinião pública – e já o fez. Essa matéria, a entrevista de V. Ex<sup>a</sup>, tem quinze ou vinte dias, tem tido uma repercussão crescente e é bom que não arrefeça. É preciso que alerte e acorde os homens que têm realmente vocação para o serviço público neste país. Seria bom que nessa hora, finalizando, Sr. Presidente, o Executivo se mirasse, pelo menos nesse caso recente, na ação promovida pelo Senado, de afastamento de um diretor, no momento em que pairam dúvidas sobre uma atitude dele, embora que em sua vida pessoal, e o Executivo veja que não é bom ficar estimulando e protegendo os aloprados, os aloprados que se sentem imunes e cada dia avançam na técnica de invadir os cofres públicos brasileiros. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE)  
– Muito obrigado.



**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Jarbas, para encerrar, o último aqui.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Senador, o Senador José Nery era quem iria.. (Pausa.).

Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, por isso que Rui Barbosa está ali. Eu li, como todo o Brasil, a reportagem. Rui Barbosa está ali porque disse sinteticamente isso que está ocorrendo. Vamos fazer nossas as palavras de Rui: *“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, e ter vergonha de ser honesto”*. E terminaria com o nosso partido, mostrando a grandeza daquele que foi companheiro e que nos liderou e está encantado no fundo do mar, que disse: *“A corrupção é o cupim que corrói a democracia”*. Então, V. Ex<sup>a</sup> reviveu, a seu modo, com seu linguajar próprio de nordestino, sofrido, o que pensou Rui e o que nos guiou o nosso Ulysses Guimarães.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa pela participação neste meu discurso.

Com muita honra, ouço, para encerrar, o Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Jarbas Vasconcelos, em primeiro lugar, quero expressar meu apoio às contundentes declarações e ao pronunciamento tão vigoroso que V. Ex<sup>a</sup> faz no dia de hoje, marcando, na verdade, o início dos trabalhos legislativos. Porque, por mais que esta Casa tenha retornado àquilo que seria sua atividade normal há um mês e dois dias, não fizemos até aqui nada de relevante que mereça registro como merece o forte posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>, em que traça uma radiografia da situação política do País, da insanidade, ou melhor, do câncer que se instaurou há muito tempo nas instituições públicas, com o conluio das instituições e empresas privadas, que é o câncer da corrupção. Três dias após a entrevista que V. Ex<sup>a</sup> concedeu à revista *Veja*, a Bancada do nosso Partido, o PSOL, composta por mim e três Deputados federais, se dirigiu a V. Ex<sup>a</sup> para, primeiramente, manifestar solidariedade por trazer à luz do dia um tema que necessita de tratamento vigoroso, permanente, vigilante de todos, da sociedade brasileira, mas, especialmente, do Congresso Nacional; e em segundo lugar, para manifestar a V. Ex<sup>a</sup> certo desconforto, porque V. Ex<sup>a</sup>, na firmeza dos seus posicionamentos, classificou todos os Partidos como sendo de alguma forma parte desse jogo sujo que emporcalha, que envergonha a política, por conta do envolvimento com corrupção. Dissemos a V. Ex<sup>a</sup>, num diálogo muito franco, aberto

e fraterno, que nós somos um Partido muito pequeninho, estamos renascendo e reconstruindo o sonho da luta socialista, de um Partido comprometido com a ética, com a verdade, com a seriedade no trato da coisa pública, com a construção de uma verdadeira alternativa que signifique um novo modelo de desenvolvimento para o País que privilegie os pequenos trabalhadores e o povo, ao contrário dos projetos que só tratam de criar cada vez mais um fosso entre os que têm tudo, que é uma minoria, e a grande maioria que vive às custas do trabalho no subemprego, na miséria, vítimas da violência na cidade e no campo. Nós colocamos o desafio de recomeçar, acreditando que, na política, tudo pode ser diferente. Obtivemos de V. Ex<sup>a</sup>, naquele diálogo, o importante compromisso conjunto de trabalharmos pela organização de um movimento, de uma frente parlamentar que envolvesse setores da sociedade civil brasileira, para fortalecer a luta e o combate contra a corrupção neste País, movimento e iniciativa que contam com o nosso apoio e incentivo. Mas é fundamental realizar, conforme V. Ex<sup>a</sup> tão bem se expressou, a reforma política como a mãe de todas as reformas, dita e reconhecida por todo este Plenário, pela Câmara dos Deputados e pelo Executivo, mas que não tem coragem de realizá-la efetivamente, porque, se feita da forma como precisamos, ela vai ferir interesses – e muitos daqueles usufruem as benesses do Poder Público e da corrupção, se atendidas as exigências de uma legislação que vá à raiz do problema, evitando com que a corrupção eleitoral, aquela da compra do voto, do financiamento privado de campanha, em que os eleitos, muita vez, pagam os favores ou apoio com o dinheiro público nas licitações fraudulentas, na corrupção desenfreada. Então, é necessário, de tudo o que o senhor aqui expressou nesta tarde e neste início de noite, apontarmos claramente quais são os temas da reforma política; definir uma agenda clara de alguns pontos imprescindíveis sobre os quais não podemos tergiversar, no sentido de trabalharmos para aprovar, em 2009, o financiamento público de campanha; impedir o registro de candidatura dos que têm ficha suja; trabalhar pelo fim do sigilo fiscal de todos os mandatários do País, do Vereador ao Presidente da República; trabalhar pelo fim do foro privilegiado para autoridades, e outros temas. Creio que temos de fazer em uma ordem de prioridade porque, se nós formos abordar todos os aspectos da reforma política que queremos, talvez não consigamos votar matéria nenhuma este ano. Portanto, definir prioridades, engajar a sociedade brasileira, os partidos e os seus Parlamentares aqui, no Congresso Nacional, nessa agenda comum contra a corrupção, identificando quais situações e fatos merecem a apuração através de Comissão Parlamentar de Inquérito; quais os fatos que devemos levar ao conhecimento do Ministério Público Federal para a

devida apuração, ao Tribunal de Contas da União, sob pena de esse clamor da sociedade, expresso e detonado pela entrevista, pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que aqui teve o acompanhamento, a solidariedade, o questionamento, o apoio da maioria deste Plenário, para que essa iniciativa, que considero brilhante e relevante, produza efeitos práticos e concretos. De modo que daqui a um ano nós possamos celebrar, junto com o povo brasileiro, que ainda acredita que a política pode ser tratada de forma correta e justa, algumas vitórias, com a participação de cada um dos representantes, os Parlamentares de cada partido, no Congresso e no Senado Federal, a fim de que possamos iniciar esse movimento e nos comprometemos de fato para votar as medidas. E que fique bem claro para todos os brasileiros e brasileiras quem, de fato, está comprometido a combater a corrupção em toda a sua extensão e profundidade e quem faz aqui discurso da boca para fora. Porque, infelizmente, V. Ex<sup>a</sup> sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador José Nery, por favor...

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Só um minuto, Sr. Presidente, eu vou concluir em um minuto, em respeito ao tempo, dizendo a V. Ex<sup>a</sup>, claramente, que normalmente o pessoal que é pequenininho às vezes fala por último. Mas eu creio que, sob esse aspecto, para mim é até uma homenagem ter de ficar aqui para ouvir o Senador Jarbas Vasconcelos e todos que o apartearam, sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Para mim é um motivo de satisfação, e mesmo que, ao final, não tenha o tempo concedido à maioria dos meus colegas, compreenderei. Sei que o fundamental aqui é fazer com que este tema não seja esquecido, que daqui a uma semana, daqui a um mês, estejamos tratando destes aspectos, das medidas legislativas, dos processos que devem ser abertos para investigar todos os envolvidos em corrupção neste País. Que o País possa voltar a orgulhar-se de seus representantes. Hoje, infelizmente, a maioria da população não tem o respeito que deveria ter pelos políticos. Muitas vezes, nós não nos fazemos respeitar porque alguns acabam se envolvendo em práticas criminosas. Às vezes o mandato serve, inclusive, para promover, manter e garantir a impunidade. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. O Brasil orgulha-se deste momento. Nós aqui, como seus companheiros, vamos enfrentar esse tema para que, enfim, daqui a algum tempo, comemoremos algumas vitórias. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que participaram desta brilhante discussão.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador José Nery. Foi muito importante o seu depoimento, o depoimento do seu Partido...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jarbas, antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir, eu queria também falar.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – ...combatendo a corrupção, cunhando uma frase que para mim é fundamental: a gente tem que definir prioridades. Assim como o Executivo – eu fui Prefeito e Governador, era fundamental que fossem definidas as prioridades –, o Congresso e o Senado também têm que definir as prioridades. E essa prioridade hoje, a primordial, fundamental, é a reforma política. Sem ela a gente não vai a lugar nenhum.

A luta contra a corrupção não pode ser só minha, de um grupo de pessoas, não pode ser de uma entidade; ela tem de ser do conjunto da sociedade. Quanto maior for a pressão, mais a gente terá condições de combater a impunidade, e, combatendo a impunidade, podemos, se não vencer, enquadrar num espaço menor a corrupção no País.

Presidente, obrigado pela sua grandeza, pois sem a sua benevolência e tolerância, não só comigo, mas com meu discurso foi possível o debate com toda a Casa. V. Ex<sup>a</sup> permitiu, prorrogou várias vezes, não ficou agarrado ao Regimento, não ficou olhando o relógio, nem ficou maltratando os tímpanos tocando a campainha a todo instante. Foi fundamental a presença de V. Ex<sup>a</sup>, com a sua sensibilidade, para que este debate fosse promovido e a gente pudesse fazer alguma coisa. E isso não é de uma pessoa só, mas de um conjunto de pessoas e de entidades na luta contra a corrupção no Brasil.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup> e V. Ex<sup>a</sup> encerra o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Jarbas Vasconcelos, eu tive a sorte de presidir esta sessão histórica, este discurso histórico de V. Ex<sup>a</sup>. Já são 2 horas e 50 minutos de pronunciamento e apartes. Fiz isso de forma propositada, porque dei meus primeiros passos na vida pública inspirado por homens públicos da estirpe de V. Ex<sup>a</sup>, de Ulysses Guimarães, de Mário Covas, de José Serra e de tantos outros grandes brasileiros, como Teotônio Vilela, que sempre lutaram para honrar e dignificar a atividade pública, a atividade política; que lutaram pela democracia, pela redemocratização do País e, principalmente, por princípios morais e éticos. Tive a sorte de ser alçado à Presidência Nacional da Juventude do PMDB quando V. Ex<sup>a</sup> estava no exercício da Presidência do PMDB, na ausência do Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Que era candidato à Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu acompanho essa luta há muitos anos. Percorri também o Brasil ao lado dele. De modo que eu gostaria de dizer que toda essa temática trazida aqui hoje pelo pronunciamento, de grande conteúdo, de V. Ex<sup>a</sup> tem também o apoio deste Vice-Presidente, agora no exercício da Presidência: Lutar pela reforma política, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, que é a mãe de todas as



reformas. Eu também penso assim. Lutar pela reforma do modelo de elaboração dos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios. Lutar contra a impunidade, porque a certeza da impunidade é que faz com que todas esses atos e práticas políticas prevaleçam no Brasil. Esses temas todos têm o apoio deste 1º Vice-Presidente do Senado, agora no exercício da Presidência. Foi por essa razão e por muitas outras, tendo sido seu colega como Governador por oito anos, tendo tido a oportunidade de condecorá-lo com a mais alta comenda do meu Estado, tendo acompanhado a sua vida pública, a sua trajetória, republicana, limpa e isenta, que fiz questão absoluta de ouvir e de prestigiar

este pronunciamento de quase três horas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Vamos ouvir, daqui a pouco, a palavra do Líder do Governo, que vai fazer a resposta. Também vou ler o comunicado de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO)** – Senador Jarbas Vasconcelos, parabéns! Foi uma honra ter presidido esta cerimônia

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Muito obrigado, Sr. Presidente, Marconi Perillo.

Com sua ajuda foi possível esse debate.

## **PARECER Nº 3, DE 2009-CN**

**Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre a Mensagem n.º 40, de 2008 - CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário no primeiro quadrimestre de 2008.**

**Relator: Deputado Beto Albuquerque**

### **I. SOBRE O RELATÓRIO**

Para atender o art. 9º da LRF (§ 4º)<sup>1</sup> e o art. 2º<sup>2</sup> da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 (Lei nº 11.514/2007), o Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 137 (MCN 137/2008 - CN) versando sobre o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais no primeiro quadrimestre de 2008.

<sup>1</sup> “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.”

<sup>2</sup> “§ 2º Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.”

Embora as metas fiscais sejam para o exercício, a LRF determinou a realização de audiências públicas quadrimestrais na Comissão Mista de Orçamento, para que o Executivo relate ao Congresso a evolução do resultado primário ao longo do exercício, indicando medidas corretivas em caso de desvios em relação ao fixado da LDO. Assim, metas quadrimestrais são estabelecidas no primeiro decreto de programação financeira e nos demais decretos que o modificarem, por determinação da LDO (art. 73, § 1º).

No decorrer do exercício, o Congresso pode se manifestar ao final do primeiro e do segundo quadrimestre e, se for caso, debater ou cobrar medidas fiscais adicionais que julgue necessárias. Ao fim do exercício, pode examinar os resultados e responsabilizar as autoridades pelo descumprimento de metas ou por desvios.

## **II. A META PARA O PRIMEIRO QUADRIMESTRE**

Após revisar o cenário macroeconômico, o Poder Executivo ajustou, por meio do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, o valor nominal da meta de resultado primário previsto na LDO para o ano, e estabeleceu o valor correspondente até o primeiro quadrimestre. Para o Governo Central e empresas estatais federais não-financeiras, os valores estabelecidos até o quadrimestre foram, respectivamente, superávit de R\$ 31 bilhões e de R\$ 2,8 bilhões, conforme Tabela seguinte.

**Resumo do Cumprimento de Metas <sup>(1)</sup>**  
**(R\$ milhão)**

	I Quadrimestre		
	Metas	Realizado	Diferença
Receita Administrada pela RFB <sup>(2)</sup>	154.915	157.341	2.426
Arrecadação Líquida do INSS	47.498	47.910	412
Demais Receitas, exceto FGTS <sup>(3)</sup>	26.541	28.410	1.869
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	571	601	30
<b>Total das Receitas Brutas</b>	<b>229.525</b>	<b>234.262</b>	<b>4.737</b>
Transferências a Estados e Municípios (-)	41.238	41.327	89
<b>Receita Líquida (a)</b>	<b>188.287</b>	<b>192.935</b>	<b>4.648</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.193	40.632	(1.561)
Benefícios da Previdência	61.415	60.449	(966)
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	571	601	30
Outras Despesas Obrigatórias <sup>(4)</sup>	20.430	16.509	(3.921)
Despesas Discricionárias de Todos os Poderes	32.669	26.709	(5.961)
<b>Total das Despesas (b)</b>	<b>157.278</b>	<b>144.900</b>	<b>(12.378)</b>
<b>Resultado Primário + PPI/Acima da linha (c)=(a)-(b)</b>	<b>31.009</b>	<b>48.035</b>	<b>17.026</b>
<b>Memorandum:</b>			
Discrepância Estatística (c)	-	579	579
Ajuste Metodológico: Recebíveis de Itaipu Binacional <sup>(5)</sup>	-	80	80
<b>Resultado Primário Fiscal/Seguridade -Bacen (e=a-b+c+d)</b>	<b>31.009</b>	<b>48.694</b>	<b>17.685</b>
<b>Resultado Primário das Estatais Federais (f)-Bacen</b>	<b>2.818</b>	<b>(50)</b>	<b>(2.868)</b>
<b>Resultado Primário do Governo Federal (g=e+f) - Bacen</b>	<b>33.827</b>	<b>48.644</b>	<b>14.817</b>
Projeto Piloto de Investimento (PPI) previsto na meta	2.570	-	(2.570)
<b>Resultado Primário do Governo Federal, descontada previsão de despesas do PPI da meta (h)</b>	<b>36.397</b>	<b>48.644</b>	<b>12.247</b>
Projeto Piloto de Investimento (PPI) executado (i)	1.637	-	(1.637)
<b>Resultado Primário do Governo Federal (inclui Estatais) exclusive despesas realizadas do PPI (j=h-i)</b>	<b>34.760</b>	<b>48.644</b>	<b>13.884</b>
<b>Déficit da Previdência (RGPS)</b>	<b>13.917</b>	<b>12.539</b>	<b>(1.378)</b>

Fonte: Decretos 6.439 e 6.468/08; Relatório de cumprimento de metas; Relatório de avaliação orçamentária do 2º bimestre; Secretaria de Orçamento Federal (MPOG).

<sup>(1)</sup> Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

<sup>(2)</sup> Não inclui as receitas do INSS.

<sup>(3)</sup> Inclui operações com ativos.

<sup>(4)</sup> Inclui créditos extraordinários.

Encerrado o quadrimestre, verificou-se o cumprimento da meta estabelecida para o período, com superávit de R\$ 48,7 bilhões para o Governo Central e déficit de R\$ 50 milhões para as empresas estatais federais não-financeiras.

O excesso no OGU, segundo o critério de apuração do Banco Central e o Relatório de cumprimento de metas ("Relatório"), foi de R\$ 12,2 bilhões. Esse excesso seria de R\$ 13,9 bilhões, comparando-se o efetivamente apurado pelo Banco Central e a meta, dela descontadas as despesas com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) efetivamente realizadas.

Levando-se em conta ajuste metodológico por conta de pagamentos da Itaipu Binacional ao Tesouro<sup>3</sup>, o excesso coube exclusivamente ao governo central, enquanto as empresas estatais, com resultado nulo, descumpriram a meta que lhes foi estabelecida.

O desempenho das receitas, de um lado, contribuiu para que a meta quadrimestral fosse atingida com tanta folga. As receitas ficaram acima da reprogramação oficial em R\$ 4,7 bilhões (R\$ 4,6 bilhões, as receitas líquidas). A arrecadação da Receita Federal do Brasil (RFB), exceto previdenciária, superou a previsão em R\$ 2,4 bilhões, liderada pelos tributos sobre a renda (na fonte, principalmente) e pela Contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins). A contribuição previdenciária superou a meta em R\$ 400 milhões.

O bom desempenho da RFB está sendo coadjuvado neste exercício pelas receitas não administradas, cuja previsão para o quadrimestre foi ultrapassada em R\$ 1,9 bilhão.<sup>4</sup> Dentre elas destacam-se as receitas diretamente arrecadadas e próprias, de dividendos e, com menor importância, de *royalties*.

---

<sup>3</sup> A divulgação do Tesouro Nacional refere-se a esse ajuste metodológico de Itaipu. Ver pag. 8, item 32, do Relatório.

<sup>4</sup> No Relatório, é informado que as receitas não administradas no quadrimestre foram de R\$ 1,9 bilhão superior ao previsto, em virtude da antecipação de recolhimento de dividendos pela Petrobrás (R\$ 439 milhões); de receitas de compensações financeiras (R\$ 307,7 milhões acima do estimado); e arrecadação esperada a maior do Fistel e do Adicional ao Frete da Marinha Mercante. Não há informações detalhadas sobre a composição da meta e do realizado, motivo pelo qual deixamos de analisar essa parte da arrecadação do quadrimestre.

Não obstante, o desvio da meta quadrimestral decorreu predominantemente da pequena execução das despesas, abaixo do esperado em R\$ 12,4 bilhões. O ritmo de execução orçamentária decepcionou, pois despesas discricionárias frustraram-se em R\$ 6 bilhões (R\$ 1 bilhão de PPI, como já mencionado) e as demais despesas obrigatórias, sem contar o pagamento de benefícios previdenciários, em pouco mais de R\$ 3,9 bilhões

Em relação ao PPI, deveria ter ocorrido alguma aceleração desses investimentos, já que o projeto vem sendo aumentado substancialmente (de R\$ 4,6 bilhões no começo de 2007, e, em 2008, R\$ 13,8 bilhões) e supostamente atende ações urgentes, estruturantes e de baixa relação custo-benefício. Quanto à perspectiva de a execução do PPI propiciar a redução da meta primária do setor público consolidado para até 3,3% do PIB, está oficialmente descartada com o anúncio da criação do fundo soberano, que, ao contrário, significará a elevação da meta primária para o equivalente a 4,3% do PIB.

#### IV – CONCLUSÕES

A meta de superávit primário estabelecida para o primeiro quadrimestre de 2008 foi amplamente excedida, tendo contribuído para tanto, também, a tardia aprovação do orçamento.

Assim, recomendo o arquivamento dos processos.

É o meu relatório.

Sala da Comissão, em                      de                      2008.

  
Deputado Beto Albuquerque

Relator



*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização***CONCLUSÃO**

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Sexta Reunião Extraordinária, realizada em 09 de dezembro de 2008, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado ELISEU PADILHA, Relator *ad hoc* (designado Relator anteriormente o Deputado Beto Albuquerque), pelo **ARQUIVAMENTO** da Mensagem n.º 40/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2008."

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, Marcos Montes, Segundo Vice-Presidente, André Vargas, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Biffi, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eduardo Amorim, Eduardo da Fonte, Eliseu Padilha, Germano Bonow, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Mendonça Prado, Miguel Martini, Milton Monti, Natan Donadon, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, William Woo, Zezéu Ribeiro e os Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, César Borges, Delcídio Amaral, Fátima Cleide, Gilberto Goellner, Ideli Salvatti, José Nery, Kátia Abreu, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, em 09 de dezembro de 2008.

  
Deputado MENDES RIBEIRO FILHO  
Presidente

  
Deputado ELISEU PADILHA  
Relator ad hoc

## LEGISLAÇÃO CITADA

### DECRETO Nº 6.439, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financ  
estabelece o cronograma mensal de desembolso do P  
Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providênci

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 73, 74 e 123 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

Art. 2º O pagamento de despesas no exercício de 2008, inclusive dos restos a pagar de exercícios anteriores, dos créditos suplementares e especiais abertos e dos créditos especiais reabertos neste exercício, fica autorizado até o montante constante do Anexo II deste Decreto.

§ 1º Excluem-se do montante previsto no **caput** as dotações relacionadas no art. 1º, § 1º, incisos I a III, deste Decreto, e as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União de que trata a Seção I do Anexo IV da Lei no 11.514, de 2007, não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput**, serão considerados:

***I - as ordens bancárias emitidas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI em 2007 e 2008, cujo saque na conta única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil se efetivar no exercício financeiro de 2008;***

***II - as ordens bancárias de pagamentos entre órgãos e entidades integrantes do SIAFI (Intra - SIAFI) emitidas em 2008;***

***III - a emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, Guia da Previdência Social - GPS, Guia de Recolhimento da União - GRU, Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DAR, Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de Informações da Previdência Social - GFIP, em qualquer modalidade, no SIAFI;***

***IV - os pagamentos efetuados diretamente no exterior, inclusive aqueles relativos às operações realizadas com recursos de organismos financeiros internacionais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;***

***V - as aquisições de bens e serviços realizadas mediante operações de crédito internas ou externas, tendo por referência a data do registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, que deverá ser a mesma data de contabilização no SIAFI; e***

***VI - outras formas de pagamento que vierem a ser utilizadas.***

§ 3º Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, os limites de movimentação e empenho e de pagamento correspondentes serão igualmente descentralizados e, tratando-se de despesas à conta de recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, caberá ao órgão descentralizador efetuar o correspondente repasse financeiro.

§ 4º O pagamento dos restos a pagar conforme posição de 31 de dezembro de 2007, apurada no SIAFI, incluídos nos limites de que trata o **caput**, deverá enquadrar-se, adicionalmente, nos cronogramas mensais de restos a pagar processados e não processados de que tratam os Anexos III e IV deste Decreto.

§ 5º Os cronogramas referidos no § 4º poderão ser alterados em ato da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda mediante solicitação do respectivo órgão setorial do Sistema de Administração Financeira Federal.

Art. 3º Observadas as exclusões do § 1º do art. 2º deste Decreto, as liberações de recursos do Tesouro Nacional para os órgãos do Poder Executivo terão como parâmetro os valores mensais fixados no Anexo II deste Decreto, as disponibilidades de recursos, bem como o limite de saque e o pagamento efetivo de cada órgão.

§ 1º O pagamento de despesa do exercício e de restos a pagar, decorrente de créditos orçamentários descentralizados, será computado no órgão descentralizador.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda poderá requerer dos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal a transferência ou devolução de saldos financeiros em excesso nas unidades, tendo por referência os parâmetros previstos no **caput**.

§ 3º A liberação de recursos financeiros para o pagamento das despesas relacionadas no Anexo V deste Decreto, assinaladas com indicativo de controle de fluxo financeiro, deverá adequar-se à programação financeira do Tesouro Nacional.

Art. 4º O empenho de despesas à conta de receitas próprias, fontes 150, 180, 250 e 280, somente poderá ocorrer até o montante da reestimativa constante do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR elaborada com base nos dados de arrecadação registrados no SIAFI e na tendência do exercício, respeitadas as dotações orçamentárias aprovadas e os limites fixados para movimentação e empenho.

Art. 5º Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, observadas as exclusões constantes do § 1º do art. 2º deste Decreto, estabelecerão para suas unidades orçamentárias e gestoras, até o dia 16 de maio de 2008, os limites mensais para pagamento, evidenciando em separado o cronograma dos restos a pagar processados e não processados.

§ 1º Os limites previstos neste artigo deverão ser estabelecidos de forma compatível com os valores de pagamento autorizados mensalmente, constantes do Anexo II deste Decreto, e com os respectivos cronogramas relativos aos restos a pagar processados e não-processados, estabelecidos nos Anexos III e IV deste Decreto.

§ 2º A transferência de recursos financeiros, de que trata este Decreto, pelos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal às suas unidades gestoras, e destas a outras unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social receptoras de crédito orçamentário, ficará condicionada à liquidação do respectivo empenho, exceto nos casos em que as características da execução financeira exigirem a transferência prévia dos recursos, e terá como parâmetros os limites de que trata o **caput** e as disponibilidades de recursos nas respectivas unidades subordinadas.

§ 3º Fica vedada a transferência de recursos financeiros de que trata este Decreto para as unidades gestoras que ultrapassarem o limite de pagamento a elas estabelecido, enquanto perdurar a situação de excesso de pagamentos.

§ 4º Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal poderão requerer de suas unidades vinculadas a transferência ou devolução de saldos financeiros em excesso tendo por referência os parâmetros previstos no § 2º deste artigo.

Art. 6º Os dirigentes dos órgãos setoriais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal e os ordenadores de despesa deverão observar, para os projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional, inclusive a importação financiada de bens e serviços, as definições do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

**Art. 7º** Deverão ser registrados no SIAFI, no âmbito de cada órgão:

I - a correspondente execução orçamentária e financeira de cada projeto financiado com recursos externos e contrapartida, inclusive a importação financiada de bens e serviços, em unidade gestora criada exclusivamente para essa finalidade; e

II - os Acordos de Cooperação, celebrados com organismos internacionais para a execução de projetos financiados com recursos externos.

**Parágrafo único.** O disposto no inciso I deste artigo não veda a criação de mais de uma unidade gestora para cada projeto, caso seja de interesse do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

**Art. 8º** Fica vedado o pagamento de despesas no âmbito dos projetos financiados com recursos de organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras, mediante saque direto no exterior, devendo todas as movimentações financeiras serem executadas por meio do SIAFI, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda.

**Parágrafo único.** Poderá ser admitido, em caráter excepcional e desde que autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o saque direto no exterior para pagamento de despesas financiadas por contribuições financeiras não reembolsáveis.

**Art. 9º** Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, poderão:

I - mediante portaria interministerial:

a) detalhar os limites constantes do Anexo I, por categorias de despesas e grupos de fontes de recursos, e os do Anexo II por grupos de fontes de recursos, bem como estabelecer normas, procedimentos e critérios para disciplinar a execução orçamentária do exercício; e

~~b) ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados no Anexo II, até o montante de R\$ 808.207.000,00 (oitocentos e oito milhões, duzentos e sete mil reais); e~~

~~b) ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados nos Anexos I e II deste Decreto, até o montante de R\$ 4.498.021.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões e vinte e um mil reais) e R\$ 5.306.228.000,00 (cinco bilhões, trezentos e seis milhões e duzentos e vinte e oito mil reais), respectivamente; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.468, de 2008)~~

~~b) ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados nos Anexos I e II deste Decreto, até o montante de R\$ 3.004.000.000,00 (três bilhões e quatro milhões de reais) e R\$ 5.485.913.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e treze mil reais), respectivamente; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.519, de 2008)~~

b) ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados nos Anexos I e II deste Decreto, até o montante de R\$ 8.135.100.000,00 (oito bilhões, cento e trinta e cinco milhões e cem mil reais) e R\$ 10.617.013.000,00 (dez bilhões, seiscentos e dezessete milhões e treze mil reais), respectivamente; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.589, de 2008).



c) constituir reserva no valor de R\$ 14.244.000.000,00 (quatorze bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões de reais), a ser destinada ao Fundo Soberano do Brasil - FSB, após a sua criação, conforme proposta constante do Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 466, de 2 de julho de 2008; e (Incluído pelo Decreto nº 6.519, de 2008)

II - no âmbito de suas competências, proceder ao remanejamento ou ajuste dos limites estabelecidos na forma dos Anexos a que se referem os arts. 1º e 2º deste Decreto e dos respectivos detalhamentos de que trata o inciso I deste artigo.

Parágrafo único. A ampliação a que se refere a alínea "b" do Inciso I deste artigo será efetuada de acordo com o detalhamento estabelecido na forma da alínea "a" desse inciso. (Incluído pelo Decreto nº 6.468, de 2008)

Art. 10. As metas quadrimestrais para o resultado primário, bem como a demonstração de sua compatibilidade com os montantes para pagamento, em conformidade com a Lei nº 11.514, de 2007, constam do Anexo X deste Decreto.

Art. 11. Em decorrência do disposto neste Decreto, fica vedada aos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de acordo com o art. 167, inciso II, da Constituição, e com o art. 73 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a realização de despesas ou a assunção de compromissos que não sejam compatíveis com os limites e cronogramas ora estabelecidos.

Art. 12. Fica vedada a transferência de recursos às empresas públicas ou sociedades de economia mista sob controle da União para aumento de capital, independentemente da existência de recursos orçamentários, exceto se expressa e previamente autorizada pelo Presidente da República, em Decreto, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, relativamente às dotações do exercício, após pronunciamento técnico dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 13. Nos termos do § 2º do art. 28 da Lei no 11.514, de 2007, fica vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do SIAFI, após o dia 31 de dezembro de 2008, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o dia 30 de janeiro de 2009.

Art. 14. Nos termos do art. 123, caput e § 1º, da Lei nº 11.514, de 2007, a relação de que trata a Seção I do Anexo IV dessa Lei, passa a vigorar acrescida dos seguintes itens:

I - 58. Pagamento de Pensão às Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007); e

II - 59. Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação (Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.482, de 31 de maio de 2007);

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, a referida relação passa a ser a constante do Anexo XI deste Decreto.

Art. 15. Os Ministros de Estado, Secretários de órgãos da Presidência da República, dirigentes dos órgãos setoriais dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento e de Administração Financeira e ordenadores de despesa são responsáveis pela observância do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria de que trata este Decreto, especialmente da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei nº 11.514, de 2007, esta, em particular, quanto ao art. 101, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

***Art. 16. À Controladoria-Geral da União e aos demais órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto, bem como responsabilizar os dirigentes e os servidores que praticarem atos em desacordo com as disposições nele contidas.***

Art. 17. Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 18. Ficam estabelecidas as metas constantes dos Anexos VII, VIII e IX deste Decreto, contendo:

I - Anexo VII - Arrecadação/Previsão das Receitas Federais - 2008 - Líquida de Restituições e Incentivos Fiscais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 73 da Lei nº 11.514, de 2007;

II - Anexo VIII - Previsão da Receita do Governo Central - 2008 - Receita por Fonte de Recursos, nos termos do inciso II do § 1º do art. 73 da Lei nº 11.514, de 2007; e

III - Anexo IX - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais, nos termos do inciso V do § 1º do art. 73 da Lei nº 11.514, de 2007.

Art. 19. O Decreto nº 2.028, de 11 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

**"Art. 9º-A.** A folha salarial de todas as unidades administrativas de uma mesma unidade orçamentária constante do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE terá a sua execução orçamentária e financeira registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI em uma única unidade gestora.

§ 1º Fica facultado o uso de uma mesma unidade gestora para a execução da folha salarial de mais de uma unidade orçamentária.

§ 2º A unidade gestora ficará responsável pela classificação e registro contábil da despesa referida no **caput**, em conformidade com os lançamentos da unidade pagadora no SIAPE.

§ 3º A unidade pagadora do SIAPE é responsável pela integridade e adequação dos lançamentos da folha salarial." (NR)

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de abril de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

---

**DECRETO Nº 6.468, DE 30 DE MAIO DE 2008.**

Altera o art. 9º e os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto 6.439, de 22 de abril de 2008, que dispõe sobre programação orçamentária e financeira, estabelece cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 9º do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

I - .....

b) ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados nos Anexos I e II deste Decreto, até o montante de R\$ 4.498.021.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões e vinte e um mil reais) e R\$ 5.306.228.000,00 (cinco bilhões, trezentos e seis milhões e duzentos e vinte e oito mil reais), respectivamente; e

Parágrafo único. A ampliação a que se refere a alínea “b” do inciso I deste artigo será efetuada de acordo com o detalhamento estabelecido na forma da alínea “a” desse inciso.” (NR)

Art. 2º Os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.439, de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III e IV deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de maio de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

**LEI Nº 11.514, DE 13 DE AGOSTO DE 2007.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2008 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado, equivalente a 3,80% (três inteiros e oitenta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o Programa de

Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

§ 1º Poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 12, inciso VI, desta Lei.

§ 2º Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 3º Os relatórios previstos no § 2º deste artigo conterão também:

I - os parâmetros constantes do inciso XXXII do Anexo II desta Lei, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano;

II - o estoque e o serviço da dívida pública federal, comparando a observada ao final de cada quadrimestre com a do início do exercício e a do final do quadrimestre anterior; e

III - o resultado primário obtido até o quadrimestre, discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício.

Art. 3º O superávit a que se refere o art. 2º desta Lei será reduzido em até R\$ 13.825.000.000,00 (treze bilhões, oitocentos e vinte e cinco milhões de reais), para o atendimento da programação relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI, conforme detalhamento constante de anexo específico do projeto e da lei orçamentária, observado o disposto no § 5º do art. 60 desta Lei.

Parágrafo único. O valor de que trata o caput deste artigo poderá ser ampliado até o montante dos restos a pagar relativos a despesas cujo identificador de resultado primário seja "3".

Art. 12. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2008 conterá:

I - resumo da política econômica do País, análise da conjuntura econômica e atualização das informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com indicação do cenário macroeconômico para 2008, e suas implicações sobre a Proposta Orçamentária de 2008;

II - resumo das políticas setoriais do Governo;

III - avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2008, na Lei Orçamentária de 2007 e em sua reprogramação, e os realizados em 2006, de modo a evidenciar:

a) a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento; e

b) os parâmetros utilizados, informando, separadamente, as variáveis macroeconômicas de que trata o Anexo de Metas Fiscais referido no art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em 2006 e suas projeções para 2007 e 2008;

IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

V - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

VI - demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispêndios Globais, informando as fontes de financiamento, com o detalhamento mínimo igual ao estabelecido no art. 59, § 3º, desta Lei, bem como a previsão da sua respectiva aplicação, por grupo de natureza de despesa, e o resultado primário dessas empresas com a metodologia de apuração do resultado; e

VII - medidas adotadas pelo Poder Executivo, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para redução e controle das despesas primárias correntes, obrigatórias e discricionárias, destacando-se, dentre essas, os gastos com diárias, passagens, locomoção e publicidade

**Art. 72.** Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2008 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2007, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;

II - bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;

III - despesas com a realização das eleições municipais de 2008, constantes de programações específicas;

IV - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

V - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso V deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2008, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 60 desta Lei aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 3º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso V do **caput**, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2008 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

.....

## Seção IX

### Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

**Art. 73.** Os Poderes e o Ministério Público da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2008, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** deste artigo e os que o modificarem conterão, em milhões de reais:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, desagregadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as outras principais receitas do Tesouro Nacional e as próprias de entidades da Administração indireta, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União ou custeadas com receitas de doações e convênios, constantes da Seção I do Anexo IV desta Lei, e incluídos os restos a pagar, que deverão também ser discriminados em cronograma mensal à parte, distinguindo-se os processados dos não processados;



IV - demonstrativo de que a programação atende às metas quadrimestrais e à meta de resultado primário estabelecida nesta Lei; e

V - metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, destacando as principais empresas e separando-se, nas despesas, os investimentos.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

---

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001**

Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.

---

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

#### **Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

**ATO DO PRESIDENTE****Nº 042 , DE 2009**

*Homologa o Concurso Público para Categorias Funcionais de Analista Legislativo e Técnico Legislativo, das Áreas de Comunicação Social, Eventos e Contatos e Apoio Técnico-Administrativo.*

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XXXV do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - É homologado o resultado final do Concurso Público para as Categorias Funcionais de Analista Legislativo e Técnico Legislativo, das Áreas de Comunicação Social, Eventos e Contatos e Apoio Técnico-Administrativo, promovido pelo Senado Federal em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, cuja classificação final é apresentada no Anexo deste Ato.

Art. 2º - A nomeação dos aprovados far-se-á, nos termos dos Editais nº 01/2008 e 04/2008, e de acordo com:

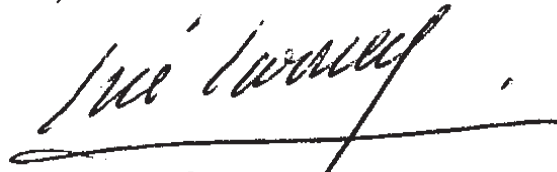
I – a necessidade do Senado Federal na respectiva Área e a disponibilidade orçamentária;

II – o número de vagas estabelecido no edital de concurso; e

III – a ordem de classificação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de março de 2009.



**Senador JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Senado Federal**

**ANEXO DO ATO DO PRESIDENTE N.º 042 , DE 2009.**

**Homologa o Concurso Público para Categorias Funcionais de Analista Legislativo e Técnico Legislativo, das Áreas de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Apoio Técnico ao Processo Legislativo.**

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: ANALISTA DE RELAÇÕES PÚBLICAS (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0254067	AMANA MATOS VELOSO	140,53
2º.	0362212	AGUIRRE ESTORILIO SILVA PINTO NETO	132,32

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: EDITOR DE TV (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0256187	CARLOS PENNA BRESCIANINI	138,85
2º.	0257577	ISABELA RODRIGUES DUTRA	138,48
3º.	0255935	ANTONIO JOSE MACHADO FORTUNA FILHO	136,50
4º.	0255866	ANDREA PAULA FARIAS ALVES	135,83
5º.	0038861	GLAUCIENE DINIZ LARA	135,46
6º.	0255719	ANA LUIZA ZENKER DALL'IGNA	134,98
7º.	0414050	LUCIANA HIOKA	134,89
8º.	0413400	DANIEL AFONSO BENZAQUEN H. SANTOS	134,81
9º.	0422537	RODRIGO ELCIO MARCELOS MASCARENHAS	127,65

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: SUPERVISOR DE PROGRAMAÇÃO DE TV (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0417899	ALBERTO DE LA PENA Y OZAKI	123,82

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0296983	LUIS HENRIQUE ZUCATTI	144,20

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE MARKETING (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0261030	JULIANA BORGES DOS SANTOS	132,23



**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: SUPERVISOR DE PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0417775	ESTHER LERNER	130,14

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: ANALISTA DE PRODUÇÃO EXECUTIVA (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0362154	FABIANO NASCIMENTO DA SILVA	135,33

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE MULTIMÍDIA (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0262306	RAFAEL GRANJA NEVES	133,31

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR PARA REVISÃO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0266228	FERNANDA VIDIGAL CABRAL DE MIRANDA	147,77
17º.	0428637	PEDRO LOPES PINCER	127,06

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE PESQUISA E OPINIÃO (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0262840	JORGE PORCARO	130,12

**Categoria: Analista legislativo**

**Área: Apoio Técnico ao Processo Legislativo**

**Especialidade: TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0208428	JALES JOSINO DA ROCHA FILHO	145,26

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: TÉCNICO EM VIDEOGRAFISMO (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0278616	ANDRE HONORIO MENDES PHEENEY SILVA	118,64
2º.	0279028	LEONARDO MENEZES FERREIRA	113,16
3º.	0278638	ARGEMIRO DE FIGUEIREDO NETO	112,20
4º.	0278774	FABIANO SANTOS REZENDE DE ARAUJO	100,72

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE TV (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0275742	CARLA CRISTINA OSORIO CALDAS	129,56
2º.	0276585	GUILHERME DI ANGELLIS DA S. ALVES	128,88
3º.	0276869	JOSE GERALDO FREIRE COELHO	124,62
4º.	0277613	NARA RIELLA	115,14
5º.	0278105	SARA REIS SILVA	115,08
6º.	0276029	DANIELA DA SILVA ANDRADE MENDES	113,72
7º.	0367320	LILIAN MARINA TAVARES HODGSON	111,32
8º.	0275753	CARLA DANTAS BENEVIDES DE CASTRO	110,30
9º.	0276109	DIOGO DINIZ CAVALCANTI	110,12
10º.	0276518	GILSON CARVALHO DO SACRAMENTO	109,50
11º.	0277555	MAYRA MESQUITA ARAUJO DA CUNHA	109,16

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE RÁDIO (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0423165	FERNANDA NARDELLI DE C. CARDIM	135,44
2º.	0274954	PEDRO HENRIQUE COSTA E LIMA	132,84
3º.	0040566	GUILHERME GUIMARAES MIQUELUTTI	129,82
4º.	0274409	FILipe VASCONCELOS KAFINO	120,24
5º.	0274885	MARINA DOMINGOS DOS SANTOS	119,48
6º.	0275082	SAMARA COUCEIRO SADECK	119,30
7º.	0040602	RODRIGO DE CASTRO RESENDE	119,12

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: TÉCNICO EM LOCUÇÃO (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0271284	LYA VIEGAS PASSARINHO	133,26
2º.	0271842	RAQUEL DE MELO TEIXEIRA LULA	124,58
3º.	0271864	REGINA LAURA PINHEIRO DE M. SOARES	123,62
4º.	0271671	NATANAEL ALVES FERREIRA	123,42
5º.	0270441	ENY MARIA AVELINO MONTEIRO	120,10
6º.	0271999	ROSANGELA DA SILVA TEJO	118,92

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE INFOGRAFIA JORNALÍSTICA (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0365880	CLAUDIO MARCIO GUIMARAES PORTELLA	122,76
2º.	0418303	DIEGO BRUNO JIMENEZ	120,34

**Categoria: Técnico Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR DE DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS PARA INTERNET (Nível Médio)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
1º.	0273666	LEONARDO ALVES SA	112,18

**Deficientes Físicos Classificados**

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: EDITOR DE TV (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
9º.	0422537	RODRIGO ELCIO MARCELOS MASCARENHAS	127,65

**Categoria: Analista Legislativo**

**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos**

**Especialidade: PRODUTOR PARA REVISÃO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS (Nível Superior)**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DE PONTOS
17º.	0428637	PEDRO LOPES PINCER	127,06

## Agenda do Presidente José Sarney

### 10/03/2009

### terça-feira

---

**Aniversários:** José Martins Arantes, Governador Aécio Neves, Ministro Paulo Bernardo Silva

---

**10:30 Recebe o Senador Cristovam Buarque, acompanhado por delegação de brasileiros residentes no Exterior**  
Presidência

Nota: delegação: Pablo Maia, Ilton Lisboa, Fernando Castro, Paulo B. Oliveira, Jota Moura, Edirson Paiva, Claudia Tamsky e Jorge Costa

**11:00 Recebe Eduardo Frei, ex-Presidente do Chile**  
Presidência

**11:30 Lançamento de programas de cooperação entre o Tribunal de Contas da União e o Senado Federal**  
Sala de Audiências

**12:00 Recebe o Senador João Ribeiro, juntamente com Mozart Valadares, presidente da Associação Brasileira de Magistrados, e Wilson Dias, vice-presidente**  
Presidência

**13:00 Participa de almoço oferecido pelo Presidente da República em homenagem a Tabaré Vázquez, Presidente do Uruguai**  
Sala Brasília, Palácio Itamaraty

Março

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4

Abril

d	s	t	q	q	s	s
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	1	2

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final prorrogado:** 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(3,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(2,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) <sup>(16)</sup>	
PDT/PSOL <sup>(10)</sup>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3311-3514

**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

\*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo final prorrogado:** 30/04/2009

---

#### TITULARES

---

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3311-3511

**Fax:** 3311-1176

**E-mail:** [ems@senado.gov.br](mailto:ems@senado.gov.br)



## 2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

**Número de membros:** 9

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

**Prazo final:** 20/02/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2009

---

### MEMBROS

---

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

---

### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA  
EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5****PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(34)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(33)</sup>
Delcídio Amaral (PT) <sup>(38)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(28)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(37)</sup>	3. João Pedro (PT) <sup>(11,29)</sup>
Tiã Viana (PT) <sup>(41)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT) <sup>(39)</sup>
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(35)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(40,72)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(32)</sup>	6. Expedito Júnior (PR) <sup>(4,36)</sup>
César Borges (PR) <sup>(30)</sup>	7. João Ribeiro (PR) <sup>(31)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) <sup>(60,63)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(53,56)</sup>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(58,67)</sup>	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(55,62)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(59,71)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3,57)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(54)</sup>	4. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2,57)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(8,15,64,68)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(9,69,70)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(61,66)</sup>	6. Paulo Duque (PMDB) <sup>(1,57)</sup>
VAGO <sup>(65)</sup>	7. VAGO <sup>(65)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(47)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(17,47)</sup>	2. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(18,42)</sup>
Efraim Moraes (DEM) <sup>(45)</sup>	3. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(49)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(50)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(47)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(14,16,44)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(46)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(13,43)</sup>	6. José Agripino (DEM) <sup>(5,51)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(26)</sup>	7. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(22)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(25)</sup>	8. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(19,23)</sup>
Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(26)</sup>	9. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(24)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(26)</sup>	10. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(27)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino <sup>(52)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(12,52)</sup>
Gim Argello <sup>(52)</sup>	2. Fernando Collor <sup>(52)</sup>



**PDT**

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. n° 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. n° 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB n° 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. n° 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. n° 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
28. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
29. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
38. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
47. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
55. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PDT PSDB PMDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Ideli Salvati (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



## 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3,4)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) (3,18,28)	1. Fátima Cleide (PT) (26)
Augusto Botelho (PT) (29)	2. César Borges (PR) (32)
Paulo Paim (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (27)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (34)	5. Ideli Salvatti (PT) (33,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (35,60)	6. VAGO (35)
Marina Silva (PT) (35,59)	7. VAGO (35)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,55)	2. Romero Jucá (PMDB) (49)
Paulo Duque (PMDB) (6,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (50)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (56)
Mão Santa (PMDB) (53)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (52)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (46)	1. Heráclito Fortes (DEM) (43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,45)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (40)	4. José Agripino (DEM) (4,44)
Lúcia Vânia (PSDB) (22,42)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (23)
Marisa Serrano (PSDB) (20)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (24,41)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. VAGO (19)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB, PP) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (35)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,37)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (35)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (36)	4. Marina Silva (PT) (16,17,38)
Ideli Salvatti (PT) (35)	5. César Borges (PR) (39,41)
Expedito Júnior (PR) (30,41)	6. Paulo Paim (PT) (19,32)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (60,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,67)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,63)
Gilvam Borges (PMDB) (62,67)	3. Renan Calheiros (PMDB) (59,69)
Francisco Dornelles (PP) (56,67)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (5,65)
Valter Pereira (PMDB) (3,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,55,68)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,57,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,67)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Arthur Virgílio (PSDB) (26)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (25)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (26)	8. Mário Couto (PSDB) (28)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (27)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (11,13,23)	1. Patrícia Saboya (12,22,53)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) <sup>(35)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(1,36)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(35)</sup>	2. Ideli Salvatti (PT) <sup>(38)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(35)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(12,33)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(35,45,65)</sup>	4. José Nery (PSOL) <sup>(37)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(32)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(31,66)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(30)</sup>	6. VAGO <sup>(31)</sup>
Expedito Júnior (PR) <sup>(34)</sup>	7. VAGO <sup>(31)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) <sup>(59)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(57)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(8,16,60)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(57)</sup>
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) <sup>(57)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(54)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB) <sup>(61)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(63)</sup>	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(58)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(5,9,56)</sup>	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(15,17,53)</sup>
VAGO <sup>(55,64)</sup>	7. Lobão Filho (PMDB) <sup>(62)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4,46)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(44)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(49)</sup>	2. Kátia Abreu (DEM) <sup>(11,40)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(6,19,47)</sup>	3. Jayme Campos (DEM) <sup>(51)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(39)</sup>	4. Efraim Morais (DEM) <sup>(43)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(13,50)</sup>	5. Eliseu Resende (DEM) <sup>(14,18,42)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(41)</sup>	6. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2,52)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(24)</sup>	7. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(26)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(23)</sup>	8. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(27)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(29)</sup>	9. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(28)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(25)</sup>	10. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(22)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7,48)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(48)</sup>
Romeu Tuma <sup>(48)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(48)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(20)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(10,21)</sup>

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

39. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1,6)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

### 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) <sup>(22)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(22)</sup>	2. Serys Shessarenko (PT) <sup>(20)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(22)</sup>	3. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(11,24,25)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(2,23)</sup>	4. VAGO <sup>(24)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(21)</sup>	5. VAGO <sup>(24)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(37)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(39)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(38)</sup>
VAGO <sup>(33,43)</sup>	3. Valter Pereira (PMDB) <sup>(40)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(42)</sup>	4. Mão Santa (PMDB) <sup>(41)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(10,12,35)</sup>	5. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(3,31)</sup>	1. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(28)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(26)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(27)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(4,30)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(29)</sup>
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(8)</sup>	4. Adelmir Santana (DEM) <sup>(9,13,32)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(16)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(18)</sup>	6. Mário Couto (PSDB) <sup>(17)</sup>
VAGO <sup>(1,5)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(18)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(14)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(15)</sup>

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(2)</sup>	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(41)</sup>	1. Flávio Arns (PT) <sup>(39,70)</sup>
Renato Casagrande (PSB) <sup>(45)</sup>	2. Marina Silva (PT) <sup>(43)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(42,68)</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(38)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(47)</sup>
Tião Viana (PT) <sup>(44,55,66)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,40,54,69)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,64)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(61)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(6)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(62)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(3,67)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,65)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(10,21,63)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Moraes (DEM) <sup>(49)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,50)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(58)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,51)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,57)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,56)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,52)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(53)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(35,71)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(34)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(35)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,33,72)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(37)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(36)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,48)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(48)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(32,60)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,59)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
34. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
35. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
43. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,5)</sup>	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Cristovam Buarque

### Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PT) (25)
Paulo Paim (PT) (17,27)	2. Delcídio Amaral (PT) (16,27)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (23)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (22)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (24)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB) (53)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,52)
Gilvam Borges (PMDB) (43)	2. Lobão Filho (PMDB) (32,44)
Paulo Duque (PMDB) (51)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,50)
Mão Santa (PMDB) (5,9,45)	4. Valter Pereira (PMDB) (49)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (46)	5. Francisco Dornelles (PP) (54)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Valdir Raupp (PMDB) (48)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (28)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (38)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Arthur Virgílio (PSDB) (42)	7. João Tenório (PSDB) (15)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Mário Couto (PSDB) (14)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
<b>PDT</b>	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
28. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.



43. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) <sup>(24)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(7,27)</sup>
Serys Shessarenko (PT) <sup>(2,28)</sup>	2. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(23,50)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(26)</sup>	3. VAGO <sup>(23)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(25)</sup>	4. VAGO <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(33,41)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(45)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(1,47)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(44)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(4,11,46)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(42)</sup>
Almeida Lima (PMDB) <sup>(43)</sup>	4. VAGO <sup>(48,49)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(30)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(36)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(38)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(37)</sup>	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9,12,34)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(31)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(6,14,32)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(22)</sup>
Marconi Perillo (PSDB) <sup>(19)</sup>	6. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(10,13,17)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(21)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(20)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello <sup>(35)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(35)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,15,40)</sup>	1. João Durval <sup>(16,39)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).

49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(22)</sup>	1. Paulo Paim (PT) <sup>(22)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(18)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,17)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(20,26,49)</sup>	3. Expedito Júnior (PR) <sup>(21)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(19)</sup>	4. VAGO <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2,11,34,37)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(41,47)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(35,44)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(39,48)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(36,38)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(43,46)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(42,50)</sup>	4. Paulo Duque (PMDB) <sup>(40,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(24)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,31)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(32)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(29)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(30)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,28)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(8,10,33)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(25)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(15)</sup>	5. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(12)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(14)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(14)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(16)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma <sup>(9,27)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(27,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009, GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(18)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(20)</sup>
Renato Casagrande (PSB) <sup>(22)</sup>	2. Flávio Arns (PT) <sup>(18)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(21)</sup>	3. VAGO <sup>(19)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(19,40)</sup>	4. VAGO <sup>(19)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(38)</sup>	1. Valter Pereira (PMDB) <sup>(39)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(37)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(36)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(7,10,35)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(8,9,33)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(34)</sup>	4. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(41)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,30)</sup>	2. Eliseu Resende (DEM) <sup>(26)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(6,12,25)</sup>	3. Marco Maciel (DEM) <sup>(1)</sup>
Efraim Morais (DEM) <sup>(28)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(23)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(17)</sup>	5. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(14,27)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(14,27)</sup>	6. Marisa Serrano (PSDB) <sup>(15)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(16)</sup>	7. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(11,14)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(24)</sup>	1. Fernando Collor <sup>(24)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(13,31)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(32)</sup>

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
28. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
41. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira****Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2,5)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**Telefone(s): Fax:**

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(5)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(12)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(10)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(13)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 18/02/2009

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255    **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**Fátima Cleide (RO) <sup>(1)</sup>**PTB**VAGO <sup>(2)</sup>**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

**PR**

Expedito Júnior (RO)

**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 12/02/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 04.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. (VAGO) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of.

29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Tendo em vista que o Deputado Valdir Colatto assumiu a vaga de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009.



## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> WALDIR NEVES PSDB-MS	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 04.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 308 PÁGINAS**